RELAÇÕES
POLITICAS E DIPLOMATICAS
DE
PORTUGAL

OBRAS COMPLETAS

de

Luiz Augusto Rebello da Silva

REVISTAS E METHODICAMENTE COORDENADAS

XXXIX

ESTUDOS HISTORICOS—II

RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS DE PORTUGAL COM AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

VOLUME III

Empreza da Historia de Portugal
95, Rua Augusta, 95
LISBOA MCMX

OBRAS COMPLETAS

DE

LUIZ AUGUSTO REBELLO DA SILVA

XXXIX

VOLUMES PUBLICADOS

I—Ráusso por homizío
II—Odio velho não cança (1.º)
III—Odio velho não cança (2.º)
IV—A Mocidade de D. João V (1.º)
V—A Mocidade de D. João V (2.º)
VI—A Mocidade de D. João V (3.º)
VII—A Mocidade de D. João V (4.º)
VIII—A Mocidade de D. João V (5.º)
IX—Lagrimas e thesouros (1.º)
X—Lagrimas e thesouros (2.º)
XI—A Casa dos Fantasmas (1.º)
XII—A Casa dos Fantasmas (2.º)
XIII—De noite todos os gatos são pardos.
XIV—Contos e Lendas (1.º)
XV—Contos e Lendas (2.º)
XVI—Othello—As redeas do governo
XVII—A mocidade de D. João V (drama).
XVIII—Amor por conquista (comedia) — O Infante Santo (fragmento).
XIX—Fastos da Egreja (1.º)
XX—Fastos da Egreja (2.º)
XXI—Fastos da Egreja (3.º)
XXII—Fastos da Egreja (4.º)
XXIII—Bosquejos historico-litterarios (1.º vol.)
XXIV—Bosquejos historico-litterarios (2.º vol.)
XXV—Bosquejos historico-litterarios (3.º vol.)
XXVI—Questões Publicas. (1.º vol.)
XXVII—Questões Publicas. (2.º vol.)
XXVIII—Arcadia Portugueza (1.º vol.)
XXIX—Arcadia Portugueza (2.º vol.)
XXX—Arcadia Portugueza (3.º vol.)
XXXI—Memoria biographica e litteraria ácerca de Manoel Maria Barbosa du Bocage.
XXXII—Apreciações litterarias (1.º vol.)
XXXIII—Apreciações litterarias (2.º vol.)
XXXIV—Apreciações litterarias (3.º vol.)
XXXV—Memoria ácerca da vida e escriptos de D. Francisco Martines de la Rosa.
XXXVI—Elogio de reis.
XXXVII—Relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo.—1.º vol.
XXXVIII—Idem, 2.º vol.
XXXIX—Idem, 3.º vol.

OBRAS COMPLETAS DE LUIZ AUGUSTO REBELLO DA SILVA
REVISTAS E METHODICAMENTE COORDENADAS

XXXIX

ESTUDOS HISTORICOS — II

RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS

DE

PORTUGAL

COM

AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

VOLUME III

LISBOA
EMPREZA DA HISTORIA DE PORTUGAL
Sociedade editora
LIVRARIA MODERNA | TYPOGRAPHIA
R. Augusta, 95 | *45, R. Ivens, 47*
1910

V

QUADRO ELEMENTAR

(Tomo XVII)

II

(Continuação)

A missão do cardeal Alexandrino, incumbido de nos propôr a liga contra os turcos, e de nos decidir a estreitar os vinculos da alliança franceza por meio do casamento com Margarida de Valois, offereceu a D. Sebastião favoravel ensejo para mais desassombrado proseguir no seu empenho.

Apenas despachou o legado com a certeza da sua prompta obediencia aos desejos do pontifice, convocou o seu conselho para o ouvir sobre o principal objecto da embaixada, e com a fogosa impaciencia, que sempre mostrava n'estes assumptos, não socegou, em quanto não viu apparelhada uma armada, que dentro em pouco fez tão forte e numerosa que se lhe renovaram com a vista d'ella as idéas de passar á India, aonde o chamavam

com redobrado estimulo as recentes proezas de D. Luiz de Athaide [1].

Um furioso vendaval, que rebentou sobre a cidade, com espanto e terror dos habitantes, encapellou as aguas do Tejo por modo tal, que se diz que saltavam as ondas em rolos por cima dos mais elevados edificios, e que, ajudadas do vento, espedaçaram em poucas horas todas as embarcações contra as praias de Lisboa. Nem uma nau escapou á braveza da tormenta, e com a subita ruina de tão grande poder declinaram as esperanças do rei, o qual, em presença do desastre, teve de ceder da imaginada expedição [2].

Incansavel em buscar todos os meios de assignalar o seu valor e o seu zelo pela fé catholica, nem os revézes, nem as supplicas, nem os receios, o suspendiam. Tres annos depois do naufragio da armada, o neto de D. João III já tinha preparado outra, muito menor de certo, mas sufficiente para animar outra vez os seus projectos de conquista. O odio implacavel, em que ardia contra os infieis e contra os sectarios de Luthero e de Calvino, cegava o monarcha portuguez a ponto de quasi não os differençar, applaudindo-se da oppressão dos hereges, e não encobrindo a vehemente paixão de concorrer para se exterminarem todas as seitas, que negassem ou destruissem a unidade catholica.

As instrucções passadas a D. Nuno Manuel, nosso embaixador em Paris, por Outubro de 1575, cinco mezes depois da morte de Carlos

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. II, cap. 26, p. 256 e 257, e p. 30, cap. 274.

[2] Ibidem, Liv. II, cap. 30. Este temporal começou em um sabbado 13 de Setembro de 1572 pela meia noite, soltando-se o vento sul com um furor ainda não visto.

IX, provam que a edade, longe de moderar, cada vez n'elle accendia mais os transportes de exaltada e guerreira devoção [1].

Escrevendo ao seu ministro, advertia-o elrei, de que estava senhor do verdadeiro estado das cousas em França e dos progressos dos Calvinistas, que, fortificados na Rochella, ameaçavam a corôa dos Valois, salpicavam os mares de corsarios, e repetiam contra os dominios de Portugal os golpes e os assaltos. Querendo pôr termo a estas continuas perturbações, o principe ordenou a D. Nuno Manuel, que da sua parte communicasse a Henrique III e a Catharina de Medicis, que elle lhes offerecia a esquadra, que tinha prompta, para no verão seguinte, unidas as forças dos dois reis, combaterem a Rochella, refugio dos protestantes, não se retirando da empreza senão depois de vencida a praça, e de anniquilados os inimigos.

Em ultimo logar D. Sebastião prescreveu ao embaixador, que fizesse constar ao monarcha francez, que para começar a coadjuval-o efficazmente, ia prohibir a entrada do reino de Portugal e suas possessões aos navios dos francezes sectarios, e que no caso, não esperado, do offerecimento da sua alliança contra os huguenotes não ser acceite, procurasse saber da rainha viuva Catharina de Medicis, e de seu filho, se não levariam a bem, que Portugal só mandasse uma armada contra a Rochella para a castigar [2].

Estes sentimentos não eram só os do prin-

[1] Archivo Real da Torre do Tombo, Corpo Chronol., P. I, maç. 111, doc. 10. *Quadro Elementar*, Tom. III, p. 460.

[2] Archivo Real da Torre do Tombo, Corpo Chronol., P. I, maç. 111, doc. 10. *Quadro Elementar*, Tom. III, p. 160 e 161.

cipe; mais ou menos, todos participavam d'elles.

No seculo XVI os partidos religiosos, que dilaceraram a Europa, negavam a liberdade de consciencia aos vencidos, pedindo-a para si, apenas a sorte da guerra se lhes mostrava contraria. Por mais de uma vez as fogueiras accezas pelos protestantes competiram com as que ateou o zelo dos inquisidores.

Para a doutrina do livre exame se levantar das luctas e dos cadafalsos foi preciso, que o sangue de numerosos martyres firmasse a victoria da tolerancia com o seu testemunho eloquente.

No tempo de Filippe II, de Isabel Tudor, e de D. Sebastião, as theses de theologia discutiam-se com a espada no campo, e com o cutelo nos patibulos. Um exemplo sabido pinta o espirito da épocha. Não querendo demorar a noticia da mortandade dos huguenotes de Paris na famosa noite de S. Bartholomeu, o nosso embaixador despachou um expresso. João Gomes da Silva esperava, que não havia de faltar em Portugal quem acompanhasse o impio jubilo dos ultra-catholicos de França, e assim aconteceu. El-rei, a côrte, os mosteiros, e o povo applaudiram com enthusiasmo um dos maiores crimes da historia. A cidade illuminou-se, os sinos repicaram, e o cardeal infante, debaixo do pallio, saìu radioso e triumphante com a procissão de graças.

O que era, entretanto, este deploravel successo, exaltado por tanto louvores, senão uma nodoa indelevel, que maculava para sempre o nome dos Valois? Superior ás paixões humanas a justiça de Deus não quiz demorar o castigo.

Carlos IX, com o lucto de tantas victimas estampado no rosto, pouco sobreviveu ao fatal

dia, que lhe ensanguentou a corôa; e Henrique III, tornado apenas a sombra do que fôra, subiu á pressa os degraus do throno para os descer, um após outro, impellido pela reacção catholica dos Guizes. Das cinzas de Coligny e dos calvinistas sacrificados surgiram novas legiões; o sangue bradou por sangue; e sobre o cadaver do ultimo dos Valois até os mais incredulos confessaram, que a obra de iniquidade tinha sido inutil!

Mas o que D. Sebastião buscava sobre tudo era a occasião propicia de satisfazer os seus designios. A devoção exagerada apontava-lhe os infieis e os sectarios como inimigos de Deus e da Egreja, e voltando as armas contra elles suppunha justificar a sêde de conquistas, secreto incentivo de suas emprezas.

As leituras correspondiam aos pensamentos. Além do estudo quasi quotidiano das acções de Carlos V, seu avô, não se lhe tirava das mãos outra obra sobre a vida do famoso Jorge Castrioto, tão nomeado pelos seus feitos contra os turcos. [1]

Luiz Gonçalves, assustado, tentou abrandar, como notámos, a viveza e efficacia d'estes espiritos guerreiros; mas em vez de cederem ás advertencias, cresciam elles visivelmente com os annos. Um dia nos paços da Ribeira, segundo affirma o padre Amador Rebello, o Mestre, não podendo conter-se, estranhou com severidade a arrebatada jornada de Africa; de nada serviu, porêm, o conselho; o monarcha emprehendeu-a mezes depois, cerrando os ouvidos ás suas instancias. [2]

O seu respeito e veneração pelo confessor não podiam na realidade ser maiores; entre-

[1] Balthasar Telles—Chron. da Companhia de Jesus, Parte II, liv. VI, cap. 50, p. 719.

[2] Ibidem, Parte II, liv. VI, cap. 50.

gou-lhe o governo e todas as cousas do reino com inteira confiança; por sua causa afastou o cardeal infante, magoou o coração da rainha viuva, separando-se d'ella, e despediu alguns ministros dos mais antigos e prudentes; mas, embora elevasse Martim Gonçalves ao cargo eminente de escrivão da puridade, fazendo-o seu valido e concedendo-lhe mais poder, do que tinha Ruy Gomes da Silva em Hespanha, em negocios militares não escutava senão a voz lisonjeira dos fidalgos moços, que o rodeavam, como companheiros das fadigas, dos perigos e das aventuras, em que mais se recreava.

A calumnia, que raras vezes perdôa aos confidentes dos principes, ennegreceu a memoria de Luiz Gonçalves com a accusação contraria. Foi injustiça. Quando D. Sebastião passou em Tanger em 1574 o Mestre recolheu-se ao collegio de Coimbra, deixando na côrte, em seu logar, o padre Mauricio tambem da Companhia de Jesus; e tão aguda foi a dôr, que lhe cortou o peito, vendo n'este arriscado lance o desengano do triste fim, que ameaçava o rei e a monarchia, que todas as enfermidades se lhe aggravaram, avisinhando-o da morte.

Não podia ser nem mais claro, nem mais sincero o testimunho da sua innocencia [1].

O primeiro passo estava, porêm, resolvido. Confiando em segredo de poucos mancebos da sua intimidade a intenção de visitar as praças de Africa, immortalizadas pelas proezas dos nossos fronteiros, D. Sebastião ardia em impaciencia de vêr pelos seus olhos aquelles muros, theatro glorioso de tantos cercos e batalhas. A sua idéa era obrigar a

[1] Balthasar Telles—Chron. da Companhia de Jesus, Parte II, liv. VI, cap. 50.

fortuna a coroar de palmas as primeiras armas de um descendente de D. João I, imaginando que os rapidos cavallos arabes fugiriam deante da bandeira real, como aves espantadas se dispersam deante do vôo impetuoso do açor.

Para elle as difficuldades não existiam, Cuidava que o seu nome e a sua presença valiam exercitos, e afiançava, que bastaria pizar a terra dos infieis para se arvorarem por toda a parte, e quasi sem resistencia as quinas victoriosas.

Esta illusão acompanhou-o até ao ultimo dia. Sempre entendeu, que a conquista apenas lhe custaria um passeio militar, ao qual o alvoroço de algumas lanças corridas e dos arcabuzes disparados havia de realçar o lustre; e cego por esta esperança vã, desmentida por tão largo periodo de guerra, annunciava, que, depois de breve combate, seguiria a invasão, talando a ferro e fogo os aduares e as cidades até ás portas de Marrocos, séde do império, de que a phantasia lhe promettêra o sceptro.

Com a memoria sempre occupada por este funesto projecto, e ancioso pelo realizar sem demora, expediu as primeiras ordens para lhe dar começo.

D. Diogo de Souza era um fidalgo velho e prudente, que morava em Evora, e descançava dos trabalhos de uma longa carreira nos braços da felicidade domestica. Soube de repente que el-rei o chamava para lhe confiar o cargo de governador do Algarve, aonde o mandou residir sem lhe ouvir as escusas, incumbindo-o ao mesmo passo de o auxiliar no seu principal intento de passar a Africa, provendo á organização da armada e ao embarque das tropas.

D. Diogo, encanecido nas armas, e experi-

mentado nas cousas da guerra, logo conheceu que a empreza concebida pela vontade impaciente do principe era uma temeridade, que os resultados não podiam coroar de exito; mas receando o desagrado da côrte, e apertado pelas instancias de um mancebo, que não admittia contradicção, obedeceu sem declarar o seu parecer, e acceitou o triste encargo de coadjuvar a expedição, que desapprovava [1].

Mas D. Sebastião uma vez resolvido a não espaçar mais a execução de seus designios, lançou os olhos sobre outro confidente, que julgou não menos docil, e propoz-lhe o governo da praça de Tanger. D. Antonio, Prior do Crato, depois tão celebre pela sua longa e desastrosa lucta contra a invasão castelhana, e ainda na flor da juventude, não deveu esta eleição a nenhum rasgo de valor, ou de pericia, que o inculcasse como soldado. A sua mocidade em parte consumida no estudo das lettras, e da theologia tinha sido tempestuosa desde certo tempo; porêm da guerra não conhecia senão as proezas referidas nos livros. Paixões precoces e violentas, e a resistencia tenaz, que oppoz aos votos de seu tio o cardeal D. Henrique, que o educava quasi monasticamente com o intuito de lhe legar os beneficios e até a purpura romana, esfriaram, se não converteram em odio as primeiras affeições do infante, que não perdoava facilmente nem aos mais proximos parentes qualquer desobediencia publica. [2]

[1] Fr. Bernardo da Cruz—Chron. de el-rei D. Sebastião, cap. VIII, p. 34 Bayão, Portugal Cuid. e Last. Liv. III, cap. 4.°

[2] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. III, cap. 4.° Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de el-rei D. Sebastião, cap. VIII.

Naturalmente esta discordia, cada dia mais viva e hostil, determinou a não esperada escolha do Prior, e os favores com que el-rei a quiz de proposito assignalar.

N'esta épocha o cardeal, muito a seu pesar, via já toda a sua influencia offuscada por Martim Gonçalves e pelos fidalgos moços, que cercavam o monarcha, e que a voz publica chamava seus validos. Despindo o habito ecclesiastico, e renunciando á carreira que seu tio lhe prescrevia, D. Antonio, filho do infante D. Luiz, decerto buscou a protecção do principe, mancebo como elle, e a dos privados impetuosos e irreflectidos, que eram accusados de lisonjearem as suas exaltadas imaginações.

O prior do Crato, cuja ambição principiava, recebeu as secretas confidencias do rei, e saíu de Lisboa em Julho de 1574 em uma esquadra de galés e galeões, com quatrocentos cavalleiros aventureiros, e mil e duzentos homens de pé; e segundo lhe fôra ordenado esperou até ao primeiro de Agosto por D. Sebastião, que lhe ordenou por fim que se dirigisse a Tanger, aonde o iria encontrar dentro em pouco. A chegada do Prior foi uma verdadeira festa para todos os fronteiros, que accudiram a saudal-o, e saiam da sua presença captivados pela generosa affabilidade com que os recebia, achando novos motivos de regozijo nas suas maneiras. Para darem ao seu governo o realce de algumas victorias, os mais ousados desafiavam os mouros em sortidas, e acostumaram-n'os a amiudarem os rebates, a ponto que algumas vezes se abarbavam com as tranqueiras.

No meio d'estes encontros repetidos um successo pouco honroso cortou repentinamente o contentamento do Prior e dos cavalleiros, que o rodeavam. Em uma correria dos

alcaides de Tetuão com dois mil cavallos, reputados muito inferiores aos arabes aguerridos de Alcacer e de Arzilla, D. Antonio deixou escapar a occasião de realçar a sua vida por um feito assignalado [1] Os inimigos, que era facil derrotar, depois de affrontarem de perto a praça com a vista, recolheram-se incolumes, e el-rei, informado da hesitação, que houvera em os accommetter, nunca a perdoou ao novo governador, queixando-se da sua negligencia, e repellindo as desculpas com que elle procurou insinuar a sua defeza. Foi talvez este um dos motivos, que o inclinaram a apressar a jornada que meditava. [2]

Por mais occultas e disfarçadas, porêm, que as diligencias do soberano corressem, estavam abertos sobre os seus planos os olhos de todos, e não faltou quem denunciasse a ida a Tanger como resolvida.

Luiz Gonçalves da camara e seu irmão, sendo dos mais proximos ao lado do principe, foram dos primeiros, que perceberam o fim secreto dos preparativos, que se ordenavam sob pretexto de ajudar as emprezas de D. Antonio com numerosos soccorros. Mas os tardios conselhos, as supplicas, e finalmente as lagrimas dos dois homens, em que mais confiava, não abrandaram o animo do monarcha. Ouviu-os silencioso; não se offendeu com as suas queixas; porêm, custava pouco a ler-lhe no rosto uma resolução inabalavel.

O infante D. Henrique, mudada em aversão a antiga amisade ao confessor, declamava contra elle e contra Martim Gonçalves, impu-

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. III, cap. 4.º Cruz, Chron. de D. Sebastião, cap. VIII.

[2] Barbosa — Mem. de D. Sebastião, parte III, Liv. II, cap. 26. Bayão, Portugal Cuid. e Last. Liv. III, cap. 4.º.

tando-lhes as desgraças, que se receiava, e ao mesmo tempo aggravava ainda a indisposição do principe com representações severas, que mais pesadas se tornavam ainda pelo tom de auctoridade, que serviram só de o confirmarem na primeira resolução.

O cardeal e os ministros da sua parcialidade não cessavam de instar no conselho contra uma aventura arriscada, em que a fortuna e a pessoa do monarcha se expunham com a maior imprudencia, tomando apenas por fundamento enganosas esperanças. O argumento irresistivel, que repetiam, era a lembrança das deliberações oppostas no governo de D. João III, que cedêra de parte das conquistas de Africa, por não corresponderem aos sacrificios, apezar do Estado se achar mais prospero de riquezas, diziam elles, e mais soccorrido de capitães experimentados. [1]

Equivalia a lançar mais elementos ao fogo, em vez de o extinguir!

Avivar a um rei cavalleiro, como exemplo, a memoria das praças desamparadas com tanta quebra do lustre da nossa bandeira, e applaudir como profundo rasgo de sabedoria o esquecimento de obrigações consagradas por mais de um seculo de esforços e de gloria, parecia o modo menos proprio de desviar do seu proposito um mancebo, que invocava esses mesmos factos como razão da guerra que meditava.

D. Sebastião desde a infancia sempre estranhára, que se deixassem mal guarnecidos, ou que se entregassem, os baluartes assignalados pelas façanhas de dois reis, e de tantos principes e fronteiros, para unicamente se voltar o peso todo de nossas armas contra as

[1] Barbosa — Mem. de D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 27.

remotas regiões da Asia, aonde era mais facil a lucta, menor o perigo, e quasi provavel o lucro, e aonde, tambem, e por isso mesmo, os vicios, filhos da cubiça e da prepotencia, cada dia se alargavam mais, degenerando o antigo caracter portuguez pela relaxação dos costumes.

O principe admirava os grandes vultos, que nos mares da India immortalizaram com victorias, que foram prodigios, o seu nome e o de um reino pequeno que chegou tão longe. As recentes proezas de D. Luiz de Athaide despertaram-lhe mesmo o desejo de visitar as terras do Oriente, suas tributarias, cujos thesouros pejavam os galeões e enriqueciam os capitães menos escrupulosos; mas ao mesmo tempo lamentava como suprema affronta a fatal decisão, que dictára nos annos de seu avô a perda de Alcacer e de Arzilla, e a ruina de Azamor e Safim, disfarçadas com pretextos que não attenuavam a verdadeira causa, que todos sabiam, e que fôra a visivel decadencia de tudo, e o progressivo enfraquecimento dos homens e das cousas.

Louvar, pois, deante d'elle, e propôr á sua admiração um acto, que nunca deixára de condemnar como offensa contra Deus, e como uma mancha sobre os brasões da monarchia, era seguramente provocal-o a persistir. Invadindo a Africa, D. Sebastião, exaltado por sentimentos nobres, mas não conhecendo a differença dos tempos, imaginava desaggravar as injurias do passado, dilatando o seu poder com a mesma espada, com que suppunha vingar a lei de Christo.

A rainha viuva, agastada com o ascendente do confessor, e com o valimento de Martim Gonçalves e dos fidalgos moços da intimidade de el-rei, acompanhava o infante D. Henrique nas suas diligencias para impedir

a projectada expedição; mas a sua voz, repassada de temores maternaes e de ternura persuasiva, encontrou no animo do neto a mesma resistencia, que emmudecêra com impetos de desagrado os ministros velhos e prudentes, que se atreveram a publicar a verdade, que todos diziam occultamente.

Cada vez mais endurecido, D. Sebastião fechou os ouvidos ás licções da experiencia, como tinha cerrado o coração aos conselhos e aos prantos de D. Catharina; e somente para se esquivar aos assaltos multiplicados de parentes e vassallos retirou-se a Cintra apenas sahiu a barra o prior do Crato, dissimulando nos recreios da caça e nas corridas de monte a brevidade da partida, que se apregoava como certa.

Entretanto as ordens secretas, que expedira, iam-se cumprindo, e revelavam os seus verdadeiros intentos. De dia e de noite continuavam os trabalhos na galé real, mandada construir na praia do Terreiro do Paço, para a passagem do estreito. A cada hora entravam na capital as levas de soldados umas após outras, e por meiados de Agosto a gente embarcava-se com o almirante D. Fernando Alvarez de Noronha, o qual saiu do Tejo para Cascaes, aonde dois dias depois se dirigiu tambem el-rei em segredo para se metter a bordo, mais parecido a um fugitivo cheio de pejo, que se encobrisse, do que a um principe determinado a levar o terror ás cidades infieis, onde mais avisados os seus antepassados começaram a assentar as bases de um grande poder maritimo [1].

O motivo, porém, que mais concorreu para o estimular foi a morte heroica de Ruy de

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 27, p. 593 e 594.

Sousa, occorrida em Tanger no famoso recontro com os alcaides de Arzilla e Alcacer.

Com os louros da esforçada defesa de Mazagão ainda verdes, e colhidos na flor da juventude, o brioso capitão onze annos depois fôra chamado para sustentar a praça mais combatida de Africa; e seguro de si acceitára a nomeação offerecida pelo monarcha enthusiasmado com a esperança, de que um soldado de altos espiritos, como os d'elles, dentro em pouco sujeitaria todas as terras barbaras ao sceptro portuguez.

D. Sebastião media no seu ardor os successos pelos desejos, e sonhava uma grande conquista sem dispôr os meios, nem contar com o espaço preciso para a verificar. Quinhentos cavalleiros, repartidos em nove companhias, afiguravam-se-lhe sufficiente soccorro para abalar os muros de Marrocos [1].

Ruy de Sousa, creado nas armas, e nos trabalhos de Ceuta, e de Mazagão, conhecia melhor as difficuldades, e certo de que faria tudo o que podesse ousar o mais valente, não tentou o impossivel, que era uma entrada triumphal pelo coração do imperio. A prudencia do novo capitão, como deve suppôr-se, achou em el-rei um censor. Para elle o numero dos inimigos e os arrojos da temeridade não passavam de acasos que importava desprezar, ou, quando muito, que serviam apenas para redobrar o esplendor das victorias. Desde que o capitão de Tanger não realizava o ideal, que lhe exaltára a mente, reduzindo a Africa ao seu dominio, pareceram-lhe menores as suas gentilezas, e tão arrebatado na extranheza, como no louvor, escreveu-lhe para o increpar de pouco activo,

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 25, p. 551 a 557.

imputando a supposta inercia ao seu casamento, ainda recente, com D. Maria da Silveira, crendo que só os vinculos de tal affecto podiam suster longe das fadigas do campo um cavalleiro denodado!

Reprehensões injustas como esta, firmadas por um principe, dão a morte. Ruy de Sousa callou comsigo a dôr, e escondeu a offensa a todos, e sobre tudo á esposa, que o amava com extremo; mas provavelmente protestou logo que a nodoa, que a mão do monarcha acabava de imprimir, sería lavada á custa do sangue e até da vida.

Desde então, desgostoso e preoccupado, o que pediu á fortuna foi só um lance, em que provasse ao rei impaciente e pouco visto na guerra, que os ares de Tanger e as delicias da ternura conjugal, não tinham esfriado os brios do fronteiro de Mazagão. [1]

Os verdadeiros heroes vingam-se por este modo. Se o desagravo, que o desgraçado cavalleiro buscou anciosamente era a morte, ella não se demorou em o satisfazer. A 2 de Julho de 1572, dois mil cavallos arabes, capitaneados pelos alcaides de Alcacer e de Arzilla, accommettiam uma das tranqueiras da praça; travou-se a peleja, cresceu a refrega, e os poucos portuguezes, que amparavam a entrada com os peitos, foram cahindo uns após outros, cada qual guardando ainda com o corpo o posto que defendêra.

Ao mesmo tempo, em outro sitio, na tranqueira chamada da *Silveirinha*, o peso dos arabes carregava todo sobre Ruy de Sousa, que os recebeu intrepidamente com os raros soldados, que o rodeavam, resolvido a não recuar um passo, e póde ser que agradecendo a

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 25.

Deus a occasião propicia, que se lhe offerecia de mostrar ao rei o somno do leão, quando se arrancava dos braços do amor.

Em tão desegual combate a victoria só podia ser a morte; mas a morte gloriosa e digna de inveja, traspassado por cento e dez feridas, e exhalando o derradeiro suspiro deante dos olhos de sua mulher, unica testemunha d'aquelle terrivel duello de um contra mil.

Antes de fechar para sempre as palpebras, como Bayard, o heroico fronteiro talvez ainda tivesse forças para lançar a vista para a janella, d'onde a esposa chamava por soccorro, ignorando que o cavalleiro para quem o pedia fosse seu marido, e que o espectaculo, que presenceava, tremula de afflicção, servisse de desenlace áquella grande carreira, cortada pelas palavras imprudentes de um principe, que não sabia conhecer-se, nem conhecer os outros. [1]

O sangue de Ruy de Sousa ficou bem vingado. Antes da espada lhe escapar das mãos deixou assignalado o seu valor no estrago dos contrarios; e D. Sebastião, em signal de lucto por tão grande perda, mandou cerrar as janellas do paço, e, compassivo, escreveu a D. Maria da Silveira com expressões tão vivas e sinceras, que lhe mitigou um pouco a magoa, de que não se convalesceu nunca inteiramente.

A memoria d'este successo jámais saiu, porêm, da lembrança de el-rei, que invejou o glorioso fim de Ruy de Sousa acima de todas as pompas e grandezas do throno; e que, apressando-se, quiz vêr por seus olhos o theatro das ultimas proezas do fronteiro, promettendo a si mesmo em segredo não tornar ao reino

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 25.

sem castigar os mouros com uma derrota memoravel. [1]

Assim que se recolheu á galé real, acompanhado do infante D. Duarte, do duque de Aveiro, do conde de Vimioso, e de outros fidalgos principaes, D. Sebastião declarou a todos que passava ao Algarve por ser o logar opportuno para determinar os aprestos da guerra além do estreito; e apenas os navios aportaram a Lagos, aonde estava ancorado Simão da Veiga com a armada da costa, forte de cinco caravellas e de uma galé, ordenou-lhe que seguisse as tres, que trazia de Lisboa, decidido a tentar a jornada sem aguardar maiores soccorros.

Antes de manifestar, comtudo, o seu intento aos senhores e cavalleiros da frota, communicou-o a D. Isabel, sua tia, e esposa do infante D. Duarte, n'uma carta datada de 20 de Agosto, em que lhe dizia que, chegado ao Algarve, percebêra ser de summa utilidade continuar a viagem até Ceuta e Tanger para favorecer e firmar as cousas com a ajuda de Deus, protestando comportar-se com o resguardo, consideração, e madureza que as circumstancias requeriam.

Do mesmo porto, aonde se demorou por alguns dias, despachou egualmente avisos por correios ás cidades e villas, e aos fidalgos e homens conspicuos do reino, informando-os da expedição que principiava, e rogando-lhes que o auxiliasse cada um segundo seus meios. Assegura um chronista, testemunha coeva dos factos, que as cartas já iam feitas de Cintra, e que eram oito mil, lisonjeando-se o principe de que todos obedeceriam á voz, que os chamava, fazendo as despezas á sua custa.

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 25.

D'este modo destruia o impedimento, que sempre lhe oppozeram no conselho, de que faltavam as sommas indispensaveis para tão desproporcionada empreza. [1]

Não se illudiu nas esperanças. As pessoas a quem as cartas foram entregues, desenganadas de que o monarcha se encaminhava, finalmente, para as praias africanas, tiveram por covardia e deslealdade deixarem de o acompanhar nos perigos, e apressaram-se, querendo chegar a tempo de participarem da gloria, ou dos revezes.

Entretanto a consternação da côrte, quando recebeu a noticia de el-rei se ter ausentado sem se saber para onde, augmentava, e com ella a anciedade, de momento para momento, lastimando-o uns como perdido e morto, e clamando outros que elle nascêra, não para acabar, mas para aggravar os receios, que a falta de seu pae havia suscitado. [2]

As cartas enviadas de Lagos asserenaram os maiores temores, e o cardeal D. Henrique, nomeado regente do reino, partindo á pressa de Alcobaça, veiu aposentar-se nas casas de D. Martinho de Castello Branco, situadas ao Limoeiro, aonde convocou os magistrados da cidade para lhe deferir o governo com as solemnidades usuaes, precedendo juramento, que prestou nas mãos de D. Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa, e lavrando-se o auto costumado de ceremonia, que assignou o secretario Miguel de Moura, e as pessoas principaes.

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap 27. Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de D. Sebastião cap. 9.

[2] Barbosa—Mem. de el-rei D Sebastião, Parte III, Liv. II, cap 27. Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de D. Sebastião, cap. 10, p. 41.

Para que não faltasse nenhum incidente ao sobresalto d'estes dias atribulados, a secreta rivalidade e a aversão, que substituira anteriores affeições entre Martim Gonçalves e o infante, rebentou de um modo pouco decoroso.

O valido omnipotente resentiu-se, de que o irmão de D. João III, e não elle, fosse o preferido para se lhe entregar o governo na ausencia do rei, e não sabendo, ou não querendo, dissimular as altivas esperanças, que na realidade pareciam quasi uma demencia na presença de um principe, tio do soberano, encanecido nas maiores dignidades, cardeal da egreja romana, e que já tinha sido regente, atreveu-se a manifestar por actos publicos o seu desgosto, negando-se a exercer as funcções do officio de escrivão da puridade durante a falta do monarcha, e recolhendo-se ao convento de S. Domingos de Bemfica como um potentado que abdica.

Não era D. Henrique homem que perdoasse menores desacatos, quanto mais este, que o feria na vaidade e na soberba ao mesmo tempo, tanto pela ousadia de um simples clerigo, tão differente em nascimento, conceber a louca idéa de se medir com elle, como pela confiança que tão atrevido passo inculcava ácerca do futuro e do presente, ostentando-se com tanto alardo a certeza da protecção real.

Mas o filho de D Manuel, se, n'este caso, achou prudente disfarçar a offensa, nem por isso a esqueceu. Gravou-a na memoria para depois provar, quando cingiu a corôa, que a conservára viva, afastando de si e dos cargos com desagrado o vassallo, que os deslumbramentos de uma privança ephemera impelira a competencias deseguaes. [1]

[1] Barbosa -- Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III,

Entretanto, fiel ao seu caracter, e aos costumes religiosos da épocha, o cardeal mandou fazer preces e ladainhas pelas ruas, acompanhadas de grande multidão de gente, redobrando-se o terror geral, com os prantos, gemidos, e penitencias. Nos templos, por ordem do arcebispo de Lisboa, além das orações contínuas, esteve sempre exposto de dia e de noite alternadamente o Sacramento com innumeravel concurso de povo, que em altas vozes pedia a Deus, que lhe restituisse o rei livre dos perigos a que o arriscára uma cega precipitação. Nos pulpitos os prégadores, e, nas estações, os parochos, imploravam do mesmo modo o auxilio divino.

Eram os manifestos da épocha, e a maneira sensivel e poderosa de contrariar pelo voto de todas as classes os commettimentos caprichosos de um soberano pouco avisado.[1]

A opposição da côrte, da nobreza, do clero e do povo, ajoelhada deante do altar, tomava o céu por testimunha da pureza das intenções, e ao mesmo tempo desculpava o zelo da linguagem ás vezes rude e acerba, com vehemencia filha de uma evangelica inspiração. D. Sebastião, naturalmente, não havia de estimar similhantes manifestações, que, em vez de chamarem sobre as suas armas a protecção do Senhor dos exercitos, confiando no venturoso exito, começavam por duvidar do successo, chorando o principe e as tropas como irremissivelmente perdidos, e empregando todos os meios para atalharem desde os primeiros passos uma aventura, cujo risco elle não admittia, e que se lhe afigurava tão facil como gloriosa.

Liv. II, cap. 27. Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de D. Sebastião, cap. 10.

[1] Ibidem. Parte III, Liv. II, cap. 27, p. 599

As diligencias do infante D. Henrique, e dos seus parciaes, por um momento elevados ao poder, não pararam sómente n'isto. A'lém do sincero pesar existia tambem grande desejo de tornar mal vistos os validos do monarcha, pintando-os como auctores das temeridades, que se deploravam, e procurando tirar das desgraças, que se previam, o duplo resultado de interromper uma expedição sem utilidade provavel, e de precipitar do mando os confidentes, que se tinham apoderado do espirito do principe.

O apparato quasi theatral, dado aos temores e á perplexidade publica, preenchia admiravelmente estes dois fins. Por um lado com as supplicas nos templos e as preces nas ruas condemnava-se a empreza pela voz do sacerdocio, emquanto pelo outro não se poupavam esforços para que as pessoas auctorizadas e influentes estranhassem a intentada invasão, mais ainda como fructo de conselhos perversos, do que (como era verdade) por ser obra das verdes imaginações de um rei catholico, que não consultava as opiniões para se instruir, mas que as sujeitava á sua para prevalecer.

A rainha não podia ficar indifferente no meio de tanta perturbação. Offendida no amor e nas ambições, via realizados os seus receios com a jornada, e justificados os tristes vaticinios, que não cessára de antecipar, desde que o cardel e, depois, o confessor, a tinham afastado dos negocios. Castelhana, vingativa, e affeita a exercer poderoso ascendente, proporcionava-se-lhe um ensejo favoravel, e não o deixou fugir.

Luiz Gonçalves, e seu irmão, eram os inimigos, que mais detestava, e para os supplantar não hesitou em propôr, ou em annuir a uma reconciliação com o infante D.

Henrique, causa primeira de todos os dissabores, que experimentára.

Os factos mostram, que D. Catharina e seu cunhado, unidos pelo imperio das circumstancias, trabalharam em commum para aproveitarem habilmente o odio excitado contra o confessor e contra Martim Gonçalves, tão innocentes, como elles, e não menos adversos aos propositos, que o soberano executára sem os ouvir, e desprezando as suas advertencias. [1]

A viuva de D. João III padecia na realidade muito, e não carecia de fingir para commover. Amava extremosamente o rei, pozera n'elle todas as esperanças da sua velhice, e no coração que esfriava já com o inverno da vida, a presença querida do mancebo retratava-lhe outra imagem, mais suave ainda, a do filho que perdêra em viçosos annos tambem.

Estas razões tornavam eloquente a vehemencia das suas palavras, e o amargor das queixas que soltava contra os novos confidentes, que lhe tinham roubado o affecto do neto, deixando-o correr depois sem guia direito á sua ruina.

No auge da dôr resolveu-se a passar immediatamente a Africa, e só muito rogada accedeu ás instancias de todos, enviando em seu logar a D. Rodrigo de Menezes, vedor da fazenda, com uma carta para el-rei, na qual o instava com as phrases mais extremosas para que voltasse sem demora, se não queria que o fosse buscar em pessoa, determinada a vêr o termo dos seus dias aonde elle trazia a existencia em tanto perigo.

Entretanto aportava D. Sebastião a Ceuta, depois de visitar as cidades de Lagos e de Ta-

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 27.

vira, e saía a recebel-o o senado para lhe entregar as chaves. Entre duas fileiras de fronteiros, e precedido pelo clero, foi ajoelhar-se na cathedral, e descançou das fadigas da viagem, apenas se ergueu, passando a examinar com a maior pausa a fortaleza, testimunha de tão grandes feitos, e theatro das proezas de tantos cavalleiros.

Como, porêm, fosse o seu intento não se recolher sem primeiro render parte da Africa, escreveu ao duque de Bragança que partisse promptamente com o maior numero possivel de vassallos, pedindo ao mesmo tempo, que lhe enviassem a sua recamara e a capella [1].

O duque foi solícito em obedecer. A 18 de Setembro embarcou a bordo de uma nau veneziana com seiscentos homens de cavallo, e dois mil de pé armados á sua custa, e de conserva com o galeão S. Martinho, aonde ía o thesouro e a capella real com muitos fidalgos, desaferrou de Lisboa com toda a brevidade. Quasi ao mesmo tempo a noticia da chegada do principe, e o echo exagerado dos armamentos, que se aprestavam, assustava o xarife Muley Mohammed, obrigando-o a dirigir ao rei de Portugal uma carta, na qual, disfarçado o temor com a dissimulação da sua raça, parecia attribuir a jornada a uma simples curiosidade de mancebo, revelando, porêm, o verdadeiro pensamento nas falsas ameaças com que suppunha quebrar as armas na mão a um adversario, que de tão longe invadia os seus dominios.

D. Sebastião não respondeu aos cumprimentos, nem ás soberbas do mouro ; em quanto esperava os soccorros, distrahiu-se do enfado em caçadas e montarias, que o occupa-

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv II, cap, 28, p. 605 a 607.

ram até fins de Setembro, portando-se em paiz inimigo com a mesma intrepidez e confiança, que mostrára nas coutadas de Almeirim.

Em presença dos infieis, o seu coração não bateu mais apressado, do que no regaço da paz, e no seio das tranquillas solidões aonde robustecêra a juventude [1].

Os arabes, com tudo, ou advertidos, ou industriados pelos chefes, nunca offereceram ao mancebo, que tanto a procurava, a occasião cubiçosamente desejada de assignalar por um combate a sua vinda. Apenas apparecia, dispersavam-se, cedendo-lhe o campo, e negando-se ao seu encontro. Por fim, aborrecido de os desafiar em vão, decidiu-se a partir para Tanger, aonde o esperava o Prior do Crato, já informado de que a boa sombra, que o protegêra antes de largar do Tejo, se convertêra em desapprovação e má vontade.

De feito, apenas entrou em Tanger, o primeiro cuidado de el-rei foi depôr a D. Antonio do governo da praça, provendo no logar d'elle a D. Duarte de Menezes, que as tradições cavalleirosas da sua familia apontavam como digno da escolha. Mas, apezar dos passos já adeantados, e de se julgar tão proximo dos triumphos, que sonhára, D. Sebastião não conseguiu desatar as difficuldades, que de longe lhe accrescentavam ministros prudentes, e que, ponderadas de perto, não eram menores, nem mais faceis de remover.

De uma parte combatiam contra os seus planos de conquista os votos dos fidalgos experimentados, incansaveis em o dissuadirem de uma aventura, que lhe representavam co-

[1] Barbosa—Mem. de D. Sebastião. Parte III, Liv, II, cap. 28, Fr. Bernardo da Cruz, Chron. capitulos 10 e 11.

mo inferior á magestade do throno, nociva ao interesse do reino, e intentada levianamente; e embora o mancebo désse a estes conselhos leaes uma interpretação desfavoravel, e notasse de menos affouto quem os emittia, acreditando que a sua presença só era bastante para sujeitar a Africa, nem por isso deixava de sentir a prisão, que impunham, receiando com motivo o desalento geral, que de dia para dia se dilatava.

Por outra parte as novas do reino não lhe podiam ser mais agradaveis. [1]

Estimulados occultamente pelo cardeal D. Henrique, pela rainha viuva, e até pelos partidarios do confessor e de Martim Gonçalves, que viam todos na volta do monarcha o termo das perplexidades, com que luctavam, a voz dos prégadores não cessava de clamar do alto dos pulpitos contra a ausencia do rei, annunciando-lhe a ultima ruina se persistisse.

Os recursos e as tropas, de que dispunha, desproporcionados para a grandeza da conquista projectada, é de crer que fossem diminuidos ainda pelos ministros, que ficaram no reino, e que só podiam ter zelo em impedir os progressos de uma guerra, que desfallecia o Estado sem outro resultado mais, do que ameaçar a cada instante os dias do soberano, que teimava em querer que uma épocha de decadencia reproduzisse o seculo de D. João I e de seu neto.

Estes obstaculos, uns naturaes, outros suscitados, cooperavam para o embaraçarem, cortando-lhe os vôos á ousadia. Mesmo no seio da côrte guerreira, que o seguiu a Tanger, a resistencia levantou o collo. O bispo de

[1] Barbosa—Mem. de D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 28. Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de D. Sebastião, capitulos 10 e 11.

Miranda, D. Antonio Pinheiro, louvado pela sua eloquencia, com Fr. Marcos de Lisboa, depois chamado a presidir á Sé do Porto, prégando na presença do rei, em quanto se cantava o Evangelho do filho da viuva de Naim, tomou por thema o—«*Adolescens tibi dico surge*»—exclamando em phrases inspiradas pela paixão, que o principe devia sair da Africa sem demora, a não querer que Tanger fosse para elle o que Naim tinha sido para o mancebo conduzido á sepultura, lembrando-lhe que os muros, que o defendiam com poucos soldados, e sem munições, tinham visto os revezes dos filhos do Mestre de Aviz, e o desastre de Affonso V! [1]

Animado de eguaes sentimentos, e sempre dedicado a sustentar, como fiel amigo, a causa de D. Catharina de Austria, o bispo do Algarve, Jeronymo Osorio, não a desamparou em tão apertado lance. Antepondo ao agrado que a lisonja grangeia, a estimação devida á virtude, o severo prelado não duvidou escrever a el-rei, já vacillante, uma carta, em que lhe falava com a liberdade propria dos annos e do caracter.

Depois de repetidas allusões historicas, insinuadas para desculpar o que podiam ter de severo as suas advertencias, o bispo de Silves despregava de repente a sua indignação. Castigando os aduladores, convencia-os de enganarem o principe, e comparava-os ás sentinellas, incumbidas de descobrir o inimigo, que o deixassem adeantar sem rebate. Descarregado este golpe sobre os confidentes dos designios do rei, Jeronymo Osorio com a mesma inteireza não hesitou em estranhar as

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 28. Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de D. Sebastião, capitulos 10 e 11.

verduras, que precipitaram o desditoso mancebo, unindo com arte os elogios e as censuras, e tentando arrancar-lhe a venda, que o cegava, e que a lisonja cada dia tornava mais espessa.

Figurando-se procurador do povo na afflicção, e echo das suas vozes consternadas, louvava ao monarcha os seus altos espiritos, e o nobre esforço, com que fugia dos mimos da côrte para os trabalhos com os olhos na gloria e na propagação da fé; mas accrescentava, que, andando sempre junctas as virtudes, a da fortaleza sem a prudencia se convertia em erro, e era origem de immensos males. Referindo-se á expedição começada, as suas palavras foram como se deviam esperar de um homem desapegado das vaidades mundanas e dos sorrisos do valimento aulico. Sem recorrer a subterfugios, sem adoçar as reprehensões, capitulou a empreza, orgulho do joven monarcha, de extemporanea e oppressiva pela falta de dinheiro e de mantimentos, e pela escacez que padecia o reino, observando que mais importava attender á defesa natural, do que á conquista mal concebida, sobre tudo n'um tempo, em que os protestantes ensoberbecidos assolavam as terras maritimas de Portugal. [1]

O douto prelado notava ainda, que os grandes feitos não se executavam sem apercebimentos proporcionados, ponderando que o momento opportuno de ferir os infieis sería aquelle, em que a discordia os desunisse, e lembrando, como exemplo do risco das aventuras levianas, a derrota dos filhos de D. João I em Tanger, e o captiveiro do infante D. Fernando.

[1] **Barbosa—Mem.** de el-rei **D.** Sebastião, Parte III, **Liv. II, cap. 28.**

Finalmente a conclusão, repassada de sabedoria, não desmentia o resto do discurso. — «Dê-me Vossa Alteza licença que diga tudo, «exclamava elle, pois comecei, e que não en«cubra nada do que toca ao seu serviço. Di«zem os prudentes, que o officio de bom rei «mais consiste em defender os seus, que em «offender aos inimigos; e que tanto é isto ver«dade, que nenhuma gloria ganhariam prin«cipes illustres nas victorias, se d'ellas não re«sultasse a segurança de seus vassallos. Aqui «se lamentam muitos, porque vêem ao pre«sente que toda a guerra, que se havia de fa«zer aos mouros, se faz, sem Vossa Alteza o «saber, aos mesmos portuguezes...» [1]

O effeito d'estas vehementes advertencias sobre o animo de el-rei com a sua indole conhecida, não é custoso de prever. Offendido, descontente, e cada vez mais inflexivel, irritava-se com a desapprovação geral, e pelo menos reputava pouco seu afteiçoado quem lhe contrariava a vontade.

Entretanto teve de ceder aos desenganos da experiencia. O xarife, para reconhecer de perto as forças dos christãos, enviou um dos seus capitães de maior nome com um corpo escolhido. Appareceram deante de Tanger, e D. Sebastião, do eirado de uma das torres do castello, viu o campo coberto de inimigos; inflammado subitamente desceu á pressa, e saíu contra elles, cuidando que a fortuna o convidava para um triumpho completo. Travou-se a peleja com ardor de parte a parte, e só as trevas da noite separaram os combatentes. A presença do principe infundia novos brios em todos os seus, e, apezar da multidão

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 28. Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de D. Sebastião cap. 11.

dos arabes ser muito superior ao numero dos cavalleiros portuguezes, a victoria, se acaso se inclinou para algum dos lados, foi para o nosso. [1]

Este successo ainda veiu exaltar mais o enthusiasmo de D. Sebastião, que o celebrou correndo canas, e promettendo facil entrada aos que o acompanhassem na futura jornada, que determinava emprehender mais bem apercebido. Por obstinado que fosse já não podia contestar, que mil cavallos e quinhentos infantes, com o inverno a empolar os mares, e a cortar-lhes todos os soccorros, não eram sufficiente exercito para sujeitar Marrocos, renovando em uma só acção todas as gentilezas dos antigos fronteiros; e subjugado pela razão só desejava um pretexto honroso, que lhe permittisse recuar sem desdouro, reservando para mais tarde a volta com o maior poder da monarchia.

Parece, porêm, que, desistindo de levar por deante a sua resolução n'aquelle anno, nem por isso se mostrava resolvido a retirar-se de Africa. O que succedeu com D. Fernando Alvares de Noronha, general das galés, assim o deixa entender.

Ordenando-lhe el-rei, que partisse sem elle com a armada, o velho capitão com o timbre proprio da verdadeira fidelidade excusou-se de obedecer, dizendo que nunca havia de desamparar o soberano até o conduzir a Portugal. A cholera, que logo se retratou no semblante do principe, fez empallidecer os que presenciavam esta scena, sabendo por si mesmos quão perigoso era desafial-a abertamente. Dando alguns passos, e medindo com os

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 28. Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de D. Sebastião, cap. 11.

olhos severos o homem, que ousava responder-lhe com tanta intrepidez, o mancebo teve com tudo tempo para domar a fogosa condição, e para ouvir a consciencia. Em logar de romper, como se cuidava, em impetos de ira, cahiu em si, e talvez pela primeira vez premiou um bom conselho com a docilidade de o escutar. Meio agastado ainda, e meio a sorrir, decorridos poucos instantes de silencio, redarguiu: «Far-se-vos-ha a vontade; já que porfiaes, iremos» [1]

Effectivamente cumpriu a palavra dada, embarcando-se no galeão S. Martinho com o duque de Aveiro e muitos fidalgos; o infante D. Duarte seguia-o em outro; e parte da gente, que tinha concorrido á expedição, não podendo accommodar-se nas galés e navios, teve de passar a Cadiz e Gibraltar, vindo por Andaluzia para o reino com grandes fadigas e despezas.

Quando el-rei sahiu de Tanger era já entrado o mez de Outubro; e apenas se largou ao mar, logo o assaltou uma tempestade de nordeste. Dentro em pouco dispersou-se toda a armada, e perdeu-se de vista o galeão, em que elle ía, sendo obrigado a demandar a altura da ilha da Madeira para evitar naufragio. No meio do tumulto das ondas, das rajadas do temporal furioso, e do perigo que a cada instante o ameaçava com a morte, el-rei, inalteravel e placido, mostrava deleitar-se com o espectaculo medonho da tormenta, e no seu rosto nunca ninguem pôde descobrir durante esses dias nem uma leve sombra de receio. Pasmaram de tanta serenidade até os mais audazes e costumados a estas luctas.

Emquanto elle combatia assim com os ma-

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 28, p. 620.

res, que lhe fechavam o caminho da patria, fluctuavam entre confusões e cuidados a rainha, o cardeal, e toda a côrte, privados de noticias, e representando-lhe já a idéa antecipadamente as funestas imagens da tragedia, que poucos annos depois veiu terminar a sua carreira. As preces, as supplicas, e as lagrimas imploravam a clemencia divina, e de hora para hora os temores e as suspeitas iam vestindo as tristes côres do lucto. A nova de ter em fim chegado ao cabo de S. Vicente pôz termo de repente á dôr, convertendo em jubilos e applausos as magoas da ausencia.

Ainda não estavam acabadas, comtudo, as temeridades, com que o principe se comprazia em atribular o coração de parentes e vassallos. Apenas pizou a terra em Sagres, salvo de um perigo, buscou logo egual, ou maior, mettendo-se a bordo de outra embarcação para navegar com um novo temporal de sudoeste á pôpa, tão violento, que o mar entrava em rolos, alagando as galés, que seguiam a de el-rei, e cavando-se a cada momento por modo tal, que parecia abrir-se para as submergir. Finalmente, chegou á barra a 2 de Novembro, e saltando em Xabregas, residencia de sua avó, consolou-a com a sua presença desejada de todas as amarguras, restituindo-lhe a tranquillidade e a alegria, que julgára ter perdido para sempre. [1]

Entretanto, se alguem julgava o rei emendado das altivas imaginações, illudia-se. Antes de se despedir das praias africanas, cuja conquista fôra desde a infancia o sonho da sua existencia intima, D. Sebastião jurou decerto comsigo renovar a invasão, e não sair d'ella senão victorioso, ou morto.

[1] **Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 29.**

O que o obrigava agora a annuir, depois de leves recontros, era o convencimento de que as forças não correspondiam aos desejos, e a certeza de que a conquista exigia maiores esforços, do que se podiam empenhar em dias de tanto apuro.

Persuadido de que o titulo de rei lhe impunha a obrigação de vencer todos os trabalhos, e de ser o primeiro nas armas, nas fadigas, e nos perigos, ria-se da prudencia, que chamava medo, e zombava da experiencia, tractando-a de timidez.

Sem o suspeitar, o bispo Osorio lançára no animo do principe as sementes da futura catastrophe!

Descrevendo-lhe os inconvenientes da expedição actual, e encarecendo os obstaculos, que a contrariavam, o prelado deixou escapar algumas phrases referidas ao porvir, que a paixão do mancebo gravou profundamente na idéa, e que mais tarde oppôz como argumentos de uma sabedoria tão consummada aos que lhe combateram a segunda e fatal jornada, em que pereceu.

«A victoria, dizia no seu discurso o bispo do Algarve, não está na mão dos homens, mas na vontade de Deus; e por isso devem os monarchas magnanimos perder o temor a grandes emprezas, por mais perigosas que sejam, deixando o successo á Providencia divina;» e accrescentava logo, «que não se podendo sempre acertar, mais toleraveis seriam os erros commettidos por demasiado esforço, do que os males, filhos da fraqueza, porque, nas cousas grandes, os grandes perigos não careciam de louvor, emquanto a covardia sempre merecêra perpetuo vituperio.»

Estas expressões, amplificadas com exemplos historicos, parece terem sido concebidas como um artificio rhetorico, empregado

pelo Cicero portuguez para adoçar o amargor das severas admoestações, que ousava dirigir ao principe; mas, por desgraça, D. Sebastião, sempre dominado por uma idéa unica, desprezou a bebida salutar, que o vaso continha, para se lembrar só da suave lisonja, que o uso cortesão dictou ao velho conselheiro de D. Catharina [1].

Conhecendo o caracter orgulhoso e a vontade isempta do rei, Jeronymo Osorio procurava insinuar-se na sua confiança, desculpando-lhe os commettimentos temerarios como nascidos de um excesso louvavel de virtude, e para o attrahir á sua opinião, cuidando que a edade mitigaria o demasiado ardor, preferiu com motivo invocar a esperança no futuro para melhor triumphar do presente. Recordando-lhe as proezas sem exito do imperador Maximiliano em Italia, e as de Carlos V em Florença e Argel, vê-se claramente, que o seu fim era offerecer-lhe n'estes dois grandes vultos uma desculpa e um pretexto para recuar, salvando o amor proprio.

Mas de todas as reflexões sisudas, que o escripto encerrava, o monarcha guardou sómente para si as phrases, que lhe promettiam o imperio de Africa para momento mais propicio! [2]

O bispo não exclamava em um dos periodos da carta, que sería grave culpa destruirem-se de antemão os recursos sem vantagem, para depois, quando Deus offerecesse a occasião favoravel, Portugal se não achar com forças para a aproveitar?

Não ajuntava elle mais, que não se desis-

[1] Barbosa —Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 28.

[2] Barbosa —Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte III, Liv. II, cap. 28.

tisse da guerra, devendo haver menos damascos, e mais cossoletes, menos perfumes, e mais lanças?

Não mostrava com razão, que a causa de não se poder tentar agora um lance importante era a pobreza dos fidalgos, que os gastos do luxuoso tractamento desfalcavam, e que para seguirem o monarcha além do estreito se viam constrangidos a vender os padrões de juros, em quanto suas mulheres empenhavam as joias?

Como em grande parte estas observações concordavam com as suas proprias, e só dilatavam para épocha proxima, e mais adequada, a execução dos projectos de conquista, el-rei cedeu, e voltou ao reino decidido a desistir por então da aventura intentada, reservando-a para melhor tempo, e seguindo os conselhos do bispo, a preparar-se para a nova lucta junctando dinheiro, disciplinando tropas, e estimulando por todos os modos o espirito guerreiro dos vassallos.

Jeronymo Osorio tinha-lhe apontado como apropriado ensejo para tornar a vestir as armas, aquelle em que os mouros desunidos e dilacerados pelas dissensões internas, não podessem oppôr senão uma resistencia frouxa; infelizmente o facto, que o prelado julgava talvez distante, demorou-se pouco, e vendo a discordia atear o facho do incendio civil em Marrocos entre competidores implacaveis, D. Sebastião entendeu, que tinha dado a hora, e com poder desegual partiu do reino para ir expiar sobre um campo de batalha os erros da educação, os desvarios da juventude, e os defeitos de um caracter, que faria a gloria do rei, e a felicidade da monarchia, se fosse dirigido por homens dignos de o formarem [1]. E'

[1] Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. III, cap. 9.

que a mão de Deus estava levantada sobre nós!

III

Depois da primeira jornada de Africa, e da volta de el-rei a Portugal, outros acontecimentos occorreram, que, apezar de menos estrondosos, nem por isso deixaram de influir tambem poderosamente no triste desenlace, que poucos annos depois encerrou o seu reinado.

O ascendente e auctoridade do confessor Luiz Gonçalves da Camara, abalados com a furtiva sahida do principe, ainda mais decahiram depois que o monarcha se recolheu queixoso do zelo tibio, com que os ministros, que deixára em Lisboa, o tinham coadjuvado tão mal nos seus intentos.

Por outra parte o partido do cardeal, unido ao da rainha, não cessava de minar por todos os modos a privança, que Martim Gonçalves se arrogára, ostentando exclusivo imperio sobre o coração do soberano com soberba intoleravel, mais offensiva ainda para os invejosos da côrte, do que o mesmo poder. [1]

O Mestre, como tão proximo do ouvido do seu pupillo, não ignorava, nem a má vontade dos infantes D. Henrique e D. Duarte, nem a aversão da rainha viuva, nem o odio disfarçado dos cavalleiros moços, e de muitos fidalgos velhos e experimentados, que de commum acôrdo não perdiam nenhum ensejo favoravel para indisporem contra elle e os da sua facção o animo do rei, o das classes mais preponderantes, e o do povo, que, instigado por agentes habeis, amiudava os clamores,

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. II, cap. 33. p. 290.

imputando ao governo dos dois irmãos todas as desgraças, que o opprimiam, e até os erros e temeridades proprias da indole do mancebo.

A colligação de tantos inimigos devia assustar o confessor, aconselhando maior prudencia a Martim Gonçalves no exercicio das funcções de ministro omnipotente. Mas se o primeiro, ao que parece, previu o perigo, e agourou mal da tempestade, que se ia formando, o segundo, altivo e orgulhoso, cada vez se confirmou mais nas idéias de resistencia, desprezando as occasiões, que a fortuna lhe proporcionou, para se retirar com louvor, e congraçado com os emulos, que estavam promptos a agradecer-lhe como serviço relevante o sacrificio da ambição, que os offuscava. [1]

O exemplo dado por Luiz Gonçalves, o qual, segundo notámos, como homem advertido, separando-se a tempo do paço, buscou o asylo do collegio de Coimbra apenas D. Sebastião se decidiu a tentar a empreza de Africa, em vez de lhe servir de licção, achou-o cego e obstinado no proposito de sustentar por todo o preço a posição arriscada, que occupava. No delirio da vaidade não hesitou mesmo, como vimos, em ferir publicamente a alma vingativa do cardeal infante, recusando servir com elle o seu cargo durante a ausencia do monarcha, nem encobriu as exaltadas esperanças, que tinha concebido de ser nomeado governador do reino, não duvidando revelar por este aggravo calculado, que era um ultrage, todo o seu resentimento por um facto, que só o collocára no logar, que lhe pertencia. [2]

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. II, cap. 33 p. 291.

[2] Fr. Bernardo da Cruz — Chron. de el rei D. Sebastião, cap. X, p. 41.

Similhante desvario não escapou provavelmente aos commentarios e á malevolencia dos adversarios occultos, que ao lado do monarcha empregavam todos os artificios para apressar a quéda do valido, e devemos até suppor, que o infante D. Henrique e a viuva de D. João III, ambos offendidos e implacaveis, não desprezassem esta prova da insolencia de um vassallo, que levava a obcecação ao ponto de medir competencias com os principes; entretanto, qualquer que fosse o resentimento da avó e do tio do rei, e os meios que preferiram para o desafogar, o que é certo é que Martim Gonçalves ficou na apparencia tão firme como antes, e que longe de se cohibir, timbrou em alardear novos brios, desafiando cada dia os seus contrarios com a confiança, que mostrava, e com a certeza affectada, ou verdadeira, da perpetuidade do seu valimento.

Esta segurança era pelo menos temeraria. A columna mais solida do seu valimento ameaçava cair, e descoberto sem o abrigo d'ella aos tiros de tão poderoos inimigos, Martim Gonçalves, se reflectisse, devia evitar com o maior cuidado todos os passos falsos em terreno tão movediço, como o da côrte, sobre tudo na sua edade, estando o principe rodeado de emulos, que, pelos annos e inclinações, se lhe haviam de tornar por força mais acceitos.

Mesmo retirado do paço, e restituido ao silencio da vida contemplativa, Luiz Gonçalves conservára sobre o coração do rei o poder, que as longas affeições arraigam. Costumado a escutal-o como mestre, e como director da consciencia desde a tenra meninice, D. Sebastião estimava o caracter inteiro do religioso, e apreciava o desinteresse pessoal, com que em tantos annos de cortezão sempre

o vira abraçado á pobreza do seu habito, fugindo das honras e delicias da opulencia.

A doença, aggravada pelo desgosto de vêr desprezados os conselhos, com que se oppuzera á jornada, de que o monarcha se recolhia sem fructo, longe de diminuir, exaltou a ternura do mancebo, que olhou com razão a magoa do confessor, como sincera prova de um grande affecto. [1]

Em uma carta, escripta na hora em que já estava desconfiado dos medicos, Luiz Gonçalves affirmou ao rei, invocando o sancto nome de Deus ás portas do tumulo, que a causa que o tinha prostrado no leito da morte não fôra outra senão o profundo pezar de o saber tão longe dos seus vassallos, e exposto a tantos perigos, concluindo por lhe rogar encarecidamente, que voltasse para consolar o reino com a sua vista.

Lendo as ultimas confidencias do homem, que tanto venerava, D. Sebastião, com os olhos arrazados de lagrimas, pungido pelo remorso, ou pela saudade, e meio resolvido já a ceder, não demorou mais a partida, e, apenas chegado á capital, correu logo ao collegio de Sancto Antão para o abraçar. Commovido com o aspecto da enfermidade e com as sentidas queixas do moribundo, talvez se arrependesse, já tarde, de o não ter ouvido, e despediu-se deixando-o animado com a esperança, de que não repetiria a ousada empreza, que tantos receios excitára.

Mas promessas, como esta, arrancadas em um momento de sincera dôr, depressa perdem a efficacia.

Mal descançou das fadigas da primeira aventura mallograda, D. Sebastião cuidou lo-

[1] Balthasar Telles — Chron. da Companhia de Jesus, Parte II, Liv. VI, cap. 1.

go em dispôr tudo para voltar segunda vez a Africa; e por mais que tentasse esconder de Luiz da Camara a sua resolução, não a soube disfarçar de modo, que o Mestre, já desconfiado, a não penetrasse, e que a tristeza de conhecer que todos os seus esforços se tornavam infructuosos, lhe não aggravasse a enfermidade a ponto de se perder a esperança de o salvar. [1]

Seis mezes combateu o confessor com a molestia, que o desfallecia, mostrando nos apuros de paciencia e humildade, com que supportava os padecimentos, que tinha os olhos e a alma no ceu, desenganado das ruidosas vaidades do mundo. Proximo a ser visitado pela morte, no solemne momento em que o coração mais intrepido treme e se apavora deante do terrivel enigma da eternidade, e já quasi na presença de Deus implorado no seu ultimo suspiro, deixou-nos uma confissão preciosa, que deve citar-se como exemplo a quantos se arrostam com os principios do mando supremo. Affirmando, que nunca o moveram respeitos particulares nas causas do seu officio, Luiz Gonçalves, se não remiu a sua memoria das culpas, que lhe cabem pela infeliz direcção dada á educação do rei, pelo menos purificou-o das nodoas, que lhe podiam imprimir as manchas de interesses sordidos!

Superior ás paixões instantaneas, que cegam a verdade, a historia sobrevive aos homens e aos factos, para sómente fazer justiça, assentada nos degraus do tumulo. [2]

A paixão do Mestre foi o affecto immenso e exclusivo, que sempre consagrou ao Insti-

[1] Balthasar Telles—Chron. da Companhia de Jesus, Parte II, Liv. VI, cap. 49. p. 722.

[2] Balthasar Telles—Chron. da Companhia de Jesus, Parte II, Liv. VI, cap. 50.

tuto, que o recebêra no seio, e com a qual todo se esposou em idéas, instinctos, e esperanças.

A' voz dos prelados trocou obediente os dias pacificos de estudo e meditação da cella religiosa pelo bulicio e cuidados dos palacios, a solidão pelos enredos cortezãos, e a vida contemplativa pela vida atribulada de mentor de principes. Ao lado d'elles, se primeiro que tudo escutou e defendeu o predominio da Companhia de Jesus, pede a equidade que tambem accrescentemos, que não ouviu, nem protegeu nunca nenhuma outra conveniencia.

Incorruptivel, inteiro, e inaccessivel a todas as seducções, deixou o logar eminente, que occupava, e depois o mundo, sem mostrar saudades do poder, e talvez só com o remorso de não ter sabido conter desde a infancia os brios, que depois se converteram em defeitos, de um rei moço, cuja alma devia afeiçoar aos trabalhos e experiencias do officio do monarcha.

Luiz Gonçalves falleceu no anno de 1575, a quinze de Março, contando cincoenta e sete de edade.

Ao tempo, em que expirava o confessor, assistia D. Sebastião em Evora, d'onde expediu correios sobre correios a Lisboa para se informar do seu estado. O ultimo levou-lhe a nova da sua morte, que produziu no coração do mancebo um abalo egual ao que sentiria se perdesse a ternura de um pae.

Depois de se encerrar por tres horas na sua camara em sombrias reflexões, saíu do paço, e buscou a solidão, para desafogar a magoa, recolhendo-se a Nossa Senhora do Espinheiro, mosteiro da ordem de S. Jeronymo, aonde entrou coberto de lucto, e se conservou em vigilia toda a noite; e quando, passados poucos dias, voltou a Lisboa, a sua primeira vi-

sita foi ao collegio de Sancto Antão para orar sobre a campa, que escondia os restos do homem, que fôra o seu guia desde os primeiros passos da infancia. [1]

Luiz Gonçalves merecia estes testimunhos. Mais dedicado ao rei por verdadeira affeição ninguem houve de certo; mais isempto de vinculos pessoaes, e menos susceptivel de qualquer toque de cubiça, ou de ambição, poucos se apontam. Nas eminencias do governo, aonde as tentações são tão poderosas, e aonde, mesmo de ordinario, os espiritos mais viris se deixam dominar pela soberba, provou sempre que a sua maior gloria consistia em se lembrar dos votos, que o ligavam.

O seu unico refrigerio para mitigar as tribulações do emprego, era procurar o silencio da oração em sitio aonde podesse despir a alma aos olhos de Deus, e castigar com cilicios e penitencias as maculas do contacto do mundo. Para o não desinquietarem os recados do paço e a voz importuna dos pretendentes atravessava repetidas vezes o Tejo, e occultava-se de todos no deserto da granja de Val-de-Rosal, situada no meio de uma grande charneca junto a Caparica. Ahi esquecia-se de tudo para só gastar os dias na contemplação de Deus e na leitura da sagrada Escriptura, sobre tudo das epistolas de S. Paulo. Esta era a verdadeira vida para elle, e quanto se arrancava a tão suave repouso, dizia, com motivo, como Fr. Bartholomeu dos Martyres, que de novo lhe lançavam os ferros e o traziam arrastado para o martyrio dos negocios e das miserias. [2]

[1] Balthasar Telles—Chron. da Companhia de Jesus, Parte II, Liv. VI, cap. 50.

[2] Balthasar Telles—Chron. da Companhia de Jesus, Parte II. Liv, VI, cap. 52.

Este foi na realidade o padre Luiz Gonçalves, que mais por obediencia ao seu instituto, do que por ambição propria, reinou em nome de D. Sebastião por muitos annos, sendo a maior prova de fragilidade, que deu em todos elles o inculcar a seu irmão para o desempenho do elevado cargo, em que pareceu inferior ás necessidades do tempo, e até á mediana capacidade dos emulos, que o hostilizavam, e que por fim acabaram por se prevalecerem dos seus defeitos para o supplantarem.

Martim Gonçalves era tambem rigido de costumes, porém menos desinteressado. O seu valimento firmava-se primeiro no ascendente, que exercia seu irmão, e na auctoridade dos seus conselhos, que nas cousas geraes de administração eram verdadeiros oraculos para o principe, costumado a ouvil-o como mestre, e a respeital-o como confessor; e depois na obsequiosa docilidade, com que se accommodava sem escrupulo ao humor e condição de el-rei, que de bom grado consentia, que se governasse em seu nome quasi despoticamente, com tanto que na apparencia tudo se figurasse derivado da sua vontade absoluta. [1]

Foi por este caminho, que soube conquistar o agrado do monarcha, e inclinando-se com submissão em publico deante das suas resoluções, conseguiu obter por tal modo a sua confiança, e subir por ella a tão elevado grau de valia, que desde os infantes e a rainha viuva até aos mais antigos e estimados fidalgos da côrte, todos se viram constrangidos a curvarse, sob pena de decairem da graça do soberano, que, tomando o partido do confessor e do escrivão da puridade em todos os conflictos, estranhava como offensa pessoal a menor falta de attenção, que os ferisse, ou qualquer

[1] Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. II, cap. 33.

representação, que tendesse a diminuir o grande conceito em que os tinha.

Os inimigos e invejosos d'elles, que eram muitos, depressa se convenceram, de que as armas que afiavam para os aggredir se lhes quebravam nas mãos, e, cançados de proseguir sem resultado n'uma lucta desegual, assentaram em apellar para os meios brandos, promovendo a separação voluntaria de Martim Gonçalves, e a do Mestre, seu irmão, chamando um a Roma para votar na eleição do Geral, successor de Francisco de Borja, e convidando o outro a acceitar a mitra de Coimbra, a mais rendosa do reino, e por isso mesmo muito desejada dos ecclesiasticos influentes da nobreza, que reputavam quasi como privilegio seu a nomeação para os principaes bispados e beneficios da egreja. [1]

Este ardil, em que o esplendor do premio devia temperar a quéda, fôra inspirado por D. Catharina de Austria, que não cessára por todos os modos de se oppôr ao predominio, que a companhia de Jesus e os seus parciaes tinham grangeado no conselho de seu neto, desde que a ambição do infante D. Henrique lhe abrira as portas, confiando a chave da consciencia do monarcha a um dos socios mais aptos para fechar com ella o coração do mancebo a todos os que podiam combater, ou attenuar a influencia do instituto.

A viuva de D. João III, apezar dos annos e dos dissabores, nunca perdêra o vehemente desejo de recuperar no governo o perdido ascendente, apartando os emulos, que mais concorreram para lhe roubarem o amor e a obediencia do neto.

Em 1572 (de Setembro a Novembro) a irmã

[1] Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. II, cap. 33, p. 290.

de Carlos V ainda conservava pungente e viva a memoria das contrariedades provocadas pelo inquieto ciume de mando, que dominava seu cunhado, o cardeal inquisidor; e satisfeita de o vêr tambem pouco attendido e enganado aspirava a desviar os obstaculos sem estrepito, certa de que o animo de D. Sebastião mais facilmente se voltaria para ella, do que para um tio, cuja opposição o importunava com avisos e licções, que tanto repugnavam á sua indole altiva, acanhando até em publico a grandeza do papel, que julgava representar [1].

Para não compromettar o exito d'esta delicada negociação, D. Catharina, querendo evitar suspeitas, valeu-se da influencia de Filippe II de Hespanha, tentando por via de esforços indirectos obter o chamamento a Roma de Luiz Gonçalves, e ao mesmo passo promettendo honrar com a mitra o sacrificio, que se pedia a seu irmão, arredando-o do ouvido e das confidencias de um principe, que só via pelos seus olhos.

O rei catholico, sempre disposto a favorecer os planos da ambiciosa princeza, dictados em beneficio dos interesses e influencia da casa de Austria em Portugal, annuiu promptamente, e deu ao seu embaixador em Roma as instrucções necessarias para mover o pontifice a cooperar para o desenlace d'esta revolução pacifica.

Ao mesmo tempo a rainha, figurando-se cada vez mais indifferente á gerencia dos negocios, ordenava em segredo a agentes discretos, que apalpassem com promessas os parentes de Martim Gonçalves, afim de estes o decidirem a pedir o bispado de Coimbra, antes que outro o alcançasse, lembrando-lhe que o

[1] Bayão -- Portugal Cuid. e Last. Liv. II, cap. 33. p. 291.

valimento dos principes passava, e que as cousas ficavam.

Corria o enredo a contento dos que o teciam, e sairia victorioso, se o infante D. Henrique o não atalhasse, de proposito, ou por leviandade. Martim Gonçalves, advertido de que o odio dos adversarios não descançaria, emquanto o não visse derribado, reflectiu que um bispado sería melhor desterro, preferido a tempo, do que a solidão, que o esperava se uma quéda repentina o precipitasse.[1] O duque de Aveiro, a quem consultou, animou-o a persistir e a não se demorar, para não lhe fugir a occasião; porêm, quando o escrivão da puridade voltava resolvido a solicitar o despacho, achou que o cardeal D. Henrique acabava de o pedir para D. Manuel de Menezes, bispo de Lamego.[2]

Entretanto, nem por isso lhe passou da idéa a precaução de se premunir com uma posição mais solida contra qualquer desastre; e a rainha, apezar de vencida na primeira tentativa, tambem não cedeu do seu projecto, continuando por interpostas pessoas a suscitar habilmente os receios do valido, ponderando-lhe a opportunidade de se acautelar a tempo.

Segundo parece, Luiz Gonçalves ignorou, ou deixou correr as pretensões do irmão sem intervir; e quando este pouco depois não duvidou insinuar que acceitaria como singular mercê a nomeação para o cargo de inquisidor mór, ordenando-se ao cardeal infante que o renunciasse pelo motivo de se alliviar do pêso de tantos empregos que exercia, o Mestre absteve-se egualmente de ajudar a supplica, e houve-se como se a desconhecesse, ou como se lhe fosse inteiramente indifferente.

[1] Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. II, cap. 33.
[2] Ibidem.

D. Henrique, longe de se prestar á combinação proposta, excusou-se, allegando sem negar todavia toda a esperança, que o cargo de inquisidor sería pequeno premio para tão grandes serviços; porêm, el-rei, que desejava satisfazer o ministro, e que não louvava a ambição insaciavel, com que seu tio accumulava tantos empregos sem os desempenhar, accudiu á repulsa esperada, pedindo-lhe que cedesse em Martim Gonçalves o arcebispado. [1]

Foi o golpe tão repentino, e colheu-o tão de sobresalto, que o cardeal não achou desculpa para recusar, temendo indispôr mais ainda contra si o principe, que já se lhe mostrava pouco inclinado; mas, aparentando fingida submissão, logo tractou de implorar a protecção de Filippe II, queixando-se-lhe occultamente da violencia, e pedindo que lhe poupasse o desdouro de se vêr despojado de suas preeminencias em favor de um vassallo, que a privança tornára tão ousado.

Não carecia o monarcha hespanhol de que o excitassem contra Martim Gonçalves. Detestava-o como seu contrario, e como propugnador da independencia da nossa côrte, que antes d'elle sempre achára docil ás suggestões da sua politica.

Aproveitando, pois, o ensejo escreveu immediatamente para Roma, e empenhou-se fervorosamente afim de impedir que fosse acceita a renuncia, que o infante com a usual duplicidade enviou dias depois mostrando corresponder á promessa feita. [2]

Entretanto, rompeu-se o segredo, e D. Sebastião e o seu ministro souberam que tinham sido illudidos. O odio occulto entre Martim

[1] Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. II, cap. 33.
[2] Ibidem.

Gonçalves e o filho de D. Manuel, que ardia sopeado, rebentou então em desfeitas publicas; e o rei, offendido no orgulho e nas affeições, redobrou a aspereza, com que já principiára a desgostar o cardeal, que por fim se resignou a frequentar menos o paço aonde não era bem visto, repetindo as visitas á opulenta abbadia de Alcobaça, asylo predilecto aonde costumava convalescer do abatimento causado pela fadiga dos negocios, ou pela magua dos revezes.

Continuaram n'este estado as discordias da côrte, divididos os fidalgos em bandos, e mantendo-se firme a predilecção do soberano por Luiz Gonçalves e seu irmão, até que em 1574 a primeira jornada de Africa, e a ausencia precipitada do rei chamaram de novo á regencia o cardeal. Todos esperavam que elle recusasse o logar para dar assim um testemunho publico da sua desapprovação; mas os que o suppunham, não conheciam a indole vingativa e a ambição do prelado. A idéa de dominar, ainda que fosse por poucos mezes, o emulo que o offuscava, só por si era bastante para D. Henrique acceitar com prazer ainda maior encargo.

Unido já a esse tempo com a rainha viuva, ambos entenderam, que a fortuna lhes proporcionava uma occasião unica para apressarem a ruina do confessor e do escrivão da puridade, crendo que o affecto de el-rei se enfraqueceria com a distancia, e com os obstaculos levantados de proposito contra a prosecução da empreza, em que pozera todas as esperanças.

Depois da volta do principe, e dos clamores de todas as classes, que por uma só bocca accusavam o Mestre e Martim Gonçalves imputando-lhes as desgraças do reino, multiplicaram-se os esforços para os confundir na

mesma quéda, e é de suppôr que agentes de Castella não fossem dos mais tibios n'esta conjuração, que sairia victoriosa, se a amizade de D. Sebastião por Luiz Gonçalves tivesse lançado raizes menos fundas, e se a gravidade da molestia que accommetteu o Mestre, não tornasse mais sagrados ainda para o monarcha o respeito e a veneração, com que o ouvia em tudo, menos nas disposições de guerra.

A morte do confessor veiu, porêm, mudar o aspecto das cousas, embora a principio o não parecesse.

Imprudente e orgulhoso, Martim Gonçalves não apreciou como devia as circumstancias; e, sem attender a que a falta do irmão o deixava em uma posição exposta, comportouse como se tivesse na sua mão o coração do rei, que só Luiz Gonçalves possuira inteiramente, e que validos novos e perigosos trabalhavam sem descanço por conquistar.

Esta fatal cegueira foi a causa da sua ruina.

Esquecido do preceito do Evangelho, em vez de se humilhar para ser exaltado, cada dia se comportava com maior altivez, e todos diriam, vendo-o, que reputava o seu imperio ainda mais firme, do que no tempo, em que seu irmão, senhor da consciencia e dos segredos do principe, o assegurava da quéda, cortando pela raiz os artificios empregados pelos emulos para se introduzirem na confiança do rei.

O meio victorioso, de que Martim Gonçalves se valeu com exito ligado com o confessor para crescer no valimento, foi o de nunca se separar de D. Sebastião, acompanhando-o sempre, e desviando do seu lado os que podiam fazer-lhe sombra.

A continuação d'este intimo trato de todas

as horas, e o zêlo com que o ministro se offerecia para carregar com o pêso dos negocios, elevaram o seu ascendente ao ponto de suppôr inexpugnavel a posição, que occupava, desprezando quasi sem os rebater os assaltos que tantos e tão poderosos inimigos se não cançavam de renovar, sobre tudo depois que a morte do Mestre lhes promettia mais facil entrada.

A jornada de Africa em 1574, em que o monarcha pela primeira vez appareceu no meios dos vassallos sem o escrivão da puridade, que mais parecia tutor do que ministro, veiu auxiliar os intentos dos que meditavam quebrar o jugo de uma privança que até alli nunca tinha deixado approximar do ouvido do mancebo inexperiente senão os lisonjeiros do seu poder [1].

Martim Gonçalves, desapprovando a empreza, julgou-se bastante seguro para se dispensar do sacrificio doloroso de ornar com a sua presença o triumpho concedido ás suggestões dos fidalgos moços, que n'este caso foram os confidentes unicos do soberano, esperando talvez que a recusa do cardeal lhe proporcionasse prompta subida para a maior honra que um vassallo podia desejar, qual era a de ficar encarregado do mando supremo durante a ausencia do principe.

Illudiu-se, porêm, como observámos. D. Henrique acceitou a regencia, e o valido, magoado, teve de aguardar no seu orgulhoso retiro de Bemfica a volta de D. Sebastião para reassumir o exercicio do cargo, e se vingar talvez ao mesmo tempo das contrariedades, que n'este rapido interregno o infante e seus parciaes de certo lhe não haviam de poupar.

[1] Brito—Memorias. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last. cap. 15, p. 364 e seguintes.

Mas o encanto estava quebrado!

A expedição destruiu o fructo de tantos annos de diligencias e de enredos. Recuperando a liberdade, e começando a ver pelos seus olhos, o rei moço, no meio da côrte guerreira que o seguia como cavalleiro, encontrou-se de repente com os fidalgos, que, por astucia dos ministros, nunca tractára de perto, e conversando-os principiou a admirar a urbanidade, a prudencia de uns, e o valor e dedicação de outros, achando a todos muito diversos, do que lh'os pintára o ciume assustado do valido, que, para impedir qualquer affeição nascente, sabia sempre suscitar suspeitas e crear repulsões no animo desprevenido de um principe, que aprendêra a vida pelos livros, e até então só conhecia dos homens e das cousas o que lhe queriam mostrar.

A frequencia quotidiana com tantos homens para elle novos e interessados em lhe captivarem a vontade produziu o effeito, que Martim Gonçalves e seu irmão temiam, e que por muito tempo atalharam, apartando-o por differentes modos da communicação de sua avó e de todos os vassallos, que as qualidades do espirito e do coração deviam recommendar.[1]

Entre os fidalgos, que D. Sebastião distinguiu mais durante a curta campanha emprehendida além do Estreito, sobresahiram D. Alvaro de Castro e D. Christovam de Tavora, o primeiro filho de D. João de Castro, respeitado pelo glorioso feito de Diu e pela severa probidade do seu caracter, e o segundo quasi temerario no arrojo militar, e devorado pela viva impaciencia de assignalar um nome já illustre com novos rasgos, que por

[1] Brito—Memorias. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last. cap 15, p. 365.

mais heroicos que fossem sempre lhe pareciam inferiores ao dever e á condição.

Depois d'estes, na realidade dignos da predilecção do soberano, seguia-se Luiz da Silva, tambem moço e cubiçoso de grande fama, porém menos acceito, e menos dotado das prendas, que justificam a rapida fortuna de um cortezão.

D. Alvaro, como pessoa mais practica nos rodeios dos negocios, foi o chefe natural d'esta alliança de tres coadjuvada pelos esforços de todos os que se queixavam da soberba e desabrimento do ministro.

Estudando com delicado tacto a indole do rei, e não se arriscando por um lance irreflectido a perder uma linha do terreno conquistado, D. Alvaro começou a lucta, disfarçando o ódio que votava a Martim Gonçalves, sem todavia deixar fugir a menor occasião de insinuar a pesada tutela, que o valido tinha a audacia de não esconder, constituindo-se arbitro não só do governo, mas até da vontade e das inclinações do monarcha. D. Alvaro notava ainda, que se o ceremonial em publico obrigava Martim Gonçalves a ajoelhar como subdito, elle tinha o cuidado de fazer sentir depois que era tudo, e que o principe não passava de seu pupillo obediente! [1].

Não havia golpe mais perigoso contra o privado. D. Sebastião perdoaria os maiores erros ao escrivão da puridade; mas, altivo e cioso da magestade da corôa, era incapaz de supportar a idéa, de que aos olhos de seus vassallos o representassem como uma creança sem aptidão para ouvir um conselho, e para tomar depois por si uma boa decisão!

Em quanto os adversarios, aproveitando-se

[1] Brito — Memorias. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last. cap. 15, p. 365.

habilmente da sua ausencia, trabalhavam sem descanço por diminuirem o conceito do rei a seu respeito, Martim Gonçalves, separado dos negocios e recolhido em um convento, deixava por soberba o leme dos negocios nas mãos do cardeal e de seus partidarios, e estes, em vez de apressarem os soccorros, que o monarcha, ocioso em Tanger pela falta d'elles, pedia com instancia, só curavam de os demorar e acanhar com o intuito deliberado de obrigarem o principe pela estreiteza dos recursos a pôr termo a tão arriscada aventura.

Esta circumstancia, propicia aos seus planos, não devia esquecer aos emulos do valido; e é de crêr que avultassem o erro do ministro attribuindo-lhe o resultado, que em segredo todos applaudiam. D. Sebastião, por outro lado, não podia ver com satisfação um facto de desobediencia aggressiva contra seu tio, por menos afeiçoado que lhe fosse, sobre tudo da parte de um vassallo que deveria ser o primeiro a acatar a auctoridade da regencia decretada pela corôa; e decerto, embora o disfarçasse, havia de levar a mal as esperanças ambiciosas e a desfeita publica a que Martim Gonçalves se atrevêra.

Assim se dispunham de longe as cousas para o successo, que o maior numero desejava, mas que só depois de verificado se acreditou.[1]

De 1574 a 1576 os enredos tramaram-se, cresceram, e com o auxilio dos tres fidalgos alcançaram tal grau de importancia, que D. Sebastião, abalado e quasi convencido, só parecia esperar por um pretexto honesto para

[1] Brito — Memorias contemperaneas, citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last. cap. 15. — Hieronimo Franchi Conestagio. — União do reino de Portugal á corôa de Castella, Liv. I. — Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de D. Sebastião, cap. 35.

precipitar dos degraus do throno, em que se assentava com elle, o temerario e imprudente valido, cada vez mais endurecido nos defeitos, que lhe promoveram a ruína.

Entretanto o agrado do monarcha em favor dos tres emulos do privado principiou a manifestar-se de um modo visivel, e se o irmão do confessor fosse previsto e acautellado havia de avisal-o a tempo dos perigos, que o ameaçavam. D. Alvaro de Castro, nomeado vedor da fazenda, e Christovam de Tavora, honrado com o logar de estribeiro mór, já não deixavam a menor duvida a nenhum investigador sagaz da nova direcção, para onde se inclinavam as affeições do rei.

Mas o filho de D. João de Castro, amadurecido pelos annos e pela experiencia, não adeantava um passo sem a certeza de o firmar com segurança. Abalançando-se a emprehender contra o ministro omnipotente uma lucta, de que tantos tinham saido derrotados, procurou a coadjuvação, patente ou occulta, de todas as pessoas, que por nascimento e influencia podiam prometter-lhe profícua alliança; e tudo indica, posto que os escriptores o não assegurem abertamente, que a rainha viuva, e até o infante D. Henrique, não foram estranhos aos esforços que tentou, e que por fim se coroaram de exito, mais ainda por culpa de um rasgo do orgulho despotico de Martim Gonçalves, do que por acto da vontade irresoluta do monarcha, que vacillava sempre no momento de romper os vinculos de tão longa e particular communicação. [1]

O pacto, que por esta épocha achâmos ce-

[1] Brito — Memorias. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last. cap. 15. — Conestagio. União de Portugal, Liv. I.

lebrado entre os fidalgos inimigos do valido, e o famoso Pedro de Alcaçova Carneiro, desterrado da côrte, e demittido, ou suspenso dos seus cargos de secretario, e de escrivão da puridade, abona esta conjectura, que nos parece verosimil.

O velho confidente de D. João III e de D. Catharina de Austria, perseguido pelo odio implacavel do cardeal infante, tinha supportado a desgraça com grandeza de animo, sorrindo decerto no exilio dos desacertos, que a todas as horas accusavam a sua ausencia dos negocios, e punindo talvez com merecidas censuras e claras ironias os invejosos, que lhe haviam preparado a quéda.

Não revelando impaciencias, nem saudades do poder, continuou a encostar-se como antes á protecção da rainha viuva, cuja confiança nunca perdêra, e vendo-a quasi sequestrada da côrte pela aspereza do néto, e pouco attendida, redobrou para com ella de respeito e de contemplações.

E' de suppôr que o habil ministro, presente a todas as cousas no reinado de D. João III, e o bispo Osorio, tão solicito sempre em accudir pelos interesses de D. Catharina de Austria, formassem o conselho occulto da princeza, e que esta os ouvisse antes de tomar qualquer decisão importante, sobre tudo depois que o confessor e seu irmão, apoderando-se da confiança do soberano, e arrancando a mascara, não omittiram diligencias para a desviarem do seu lado, tornando-a suspeita, e mal vista.

Lourenço Pires de Tavora, fallecido em 1573 (a 15 de fevereiro) com sessenta e tres annos de edade, na sua quinta de Caparica, morreu primeiro do que decahisse Martim Gonçalves; mas nos ultimos tempos pareceu voltar-se mais para o partido da rainha viu-

va, servindo sempre com zelo, apezàr d'isso, a companhia de Jesus, que o elogiava como seu decidido protector, e não se indispondo com o cardeal D. Henrique, cuja incapacidade conhecida o deveria fazer arrepender decerto da parte, que tomára na modificação, que determinou D. Catharina a sahir da regencia, entregando-a ao cunhado, chefe e instigador de todas as perturbações, que a desgostaram.

Se estes relações existiram, como tudo inculca, entre a irmã de Carlos V e Pedro da Alcaçova, não deve espantar-nos a resolução tomada por D. Alvaro de Castro, e por D. Christovam de Tavora e Luiz da Silva de associarem o secretario á sua empreza, honrando n'elle ao mesmo tempo o homem consummado na direcção dos negocios, e o confidente de uma princeza geralmente estimada pelas suas virtudes, e mais admirada ainda depois que o valimento odioso do confessor e de Martim Gonçalves lhe roubára o affecto e a veneração do rei. [1]

Seja o que fôr, é positivo, que os tres fidalgos entenderam, que, restituindo a Pedro da Alcaçova a graça do monarcha, confirmariam o predominio proprio, tanto pela viva memoria que elle devia conservar das offensas recentemente recebidas, como pelo valioso subsidio, que a sua experiencia e capacidade asseguravam, sendo chamado de novo ao emprego eminente, que desempenhára com tanto lustre [2].

N'este sentido, e com a destreza usual, co-

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. cap. 15 — Conestagio. União de Portugal, liv. I. — Fr. Bernardo da Cruz, cap. 35.

[2] Ibidem. Conestagio, Liv. I. — Fr. Bernardo da Cruz, Chron. de el-rei D. Sebastião, cap. 35.

meçou D. Alvaro nas suas conversações com el-rei a encarecer-lhe o talento e as prendas do secretario, pintando-o como o unico homem habilitado para restabelecer o Estado desfallecido em consequencia dos erros e negligencias, que todos estranhavam, e observando que só elle conseguiria crear pela sua administração vigorosa os meios, de que o principe tanto carecia para renovar os seus projectos guerreiros.

Os agentes da rainha no paço acompanhavam de eguaes louvores o nome do ministro decahido, e não perdiam o menor lance de exaltarem na presença de D. Sebastião o seu merecimento, que na realidade era distincto.

Para maior firmeza do accôrdo, Christovam de Tavora casou uma irmã com Luiz da Silva, e outra com Luiz de Alcaçova, filho primogenito do secretario, e assim unidos e preparados para todas as eventualidades, certos do apoio do cardeal e de D. Catharina, e contando com o de Filippe II de Hespanha, principiaram a amiudar os combates, falando a el-rei ácerca do privado com maior desengano. Martim Gonçalves, comtudo, ou fiado na amizade do soberano, ou, o que é mais provavel, adormecido por tantos annos de cega prosperidade, mostrava-se quasi indifferente aos esforços, que não podia ignorar, dos seus emulos, e parecia tractal-os com o desdem altivo de um homem, que não os julgava dignos de levantar sobre elles o braço!

Se era verdadeira, ou affectada, a isempção do escrivão da puridade, faltam-nos hoje as informações para o discernir. Talvez, que notando a entrada que tinham os dois fidalgos moços e D. Alvaro com o monarcha reputasse arriscado lance o apontar contra elles as mesmas armas, que em melhor tempo o ajudaram a debellar as tentativas de outros am-

biciosos; mas o que não concorda com similhante hypothese é o erro voluntario e incomprehensivel, que logo depois commetteu, deixando de acompanhar el-rei ao Algarve n'uma jornada em que partia, seguido dos inimigos mais inquietos e audazes do ministro, e em que este devia esperar, que as queixas e até as calumnias haviam de buscar a todos os instantes o ouvido do monarcha para lhe insinuarem a suspeita e a desconfiança [1].

De feito a viagem foi fatal a Martim Gonçalves. No cabo de S. Vicente, D. Alvaro julgando apropriada a occasião aproveitou-a para declarar a D. Sebastião, que o confessor e seu irmão, como pessoas pouco instruidas em assumptos politicos, e inexperientes em cousas de fazenda, tinham arruinado o reino com as leis que publicaram sobre os cambios e moedas; e que se ellas não fossem revogadas com toda a brevidade, nunca o principe lograria a execução dos seus heroicos intentos pelo estado de pobreza a que todos estavam reduzidos.

Como prova da evidencia de suas asserções o destro cortezão lembrou o diverso modo por que os negocios corriam antes das ultimas innovações, tirando os reis anteriores meios dos rendimentos publicos para sustentar grandes emprezas e conquistas, quando agora nem dois navios se podiam bem armar!

O discurso de D. Alvaro causou profunda sensação no espirito do rei, que ficou perplexo e pensativo, tendo-o escutado sem mostras de enfado. Para o seu triumpho se completar ainda mais cedo, os fidalgos lançaram mão de um agente, que podia acabar de dizer

[1] Bayão—Portugal Cuid. e Last. cap. 15.—Conestagio, União de Portugal, Liv. I.

o que nenhum d'elles ousava; era João de Castilho, muito gracejador por indole, e bem acceito por isso a D. Sebastião. Advertido do que havia de practicar entrou com uma petição na camara do mancebo já vacillante, e em ar meio de riso, meio de verdade, descarregou o golpe decisivo, exclamando: que bem podia despachar aquelle papel, porque em quanto não voltasse a Lisboa era rei de Porgal, e tinha liberdade! [1]

A occasião e o dito produziram no animo prevenido do principe tal effeito, que excedeu as esperanças dos mais crentes no resultado.

Suspenso e offendido de ver assim publicada a abdicação, que suppunha occulta, de exercicio do seu poder, elle, que tão orgulhoso e ciumento se mostrára sempre das prerogativas da corôa até com seus tios, o cardeal e D. Filippe de Hespanha, e sua avó, converteu logo alli toda a affeição e confiança em aversão e má vontade contra Martim Gonçalves, resolvido a impôr silencio por uma vez ás murmurações, depondo-o do cargo, e provando por este acto, que nunca lhe consentira, que se levantasse da humildade de vassallo.

Assim mesmo, chegado a Lisboa, tornou a hesitar, e não se decidiu a cumprir o proposito, prêso pelos laços de respeito, que o ligavam desde a infancia; mas a hora da quéda tinha soado para o valído; e estava determinado que elle mesmo proporcionasse aos contrarios a victoria, que tanto se demorava.

Um abuso intoleravel do poder absoluto, que se arrogava, cortou os ultimos escrupulos ao monarcha, offerecendo-lhe o desejado

[1] Brito — Memorias. Citado em Bayão, Portugal. Cuid. e Last. cap. 15.—Fr. Bernardo da Cruz, cap. 53.

pretexto para despedir o ministro, que tantos motivos o aconselhavam a tirar do seu lado[1].

D. Maria de Noronha, viuva de Nuno Gonçalves da Camara, irmão de Martim Gonçalves, enlevada em um homem de condição inferior á sua, (chamado Marçal Nunes) quiz dar a maior prova que podia do seu ardente amor, esposando-o em segundas nupcias, e, sem attender a nenhuma consideração, realizou o intento com a vehemencia propria das grandes paixões.

Resentiu-se o ministro, como de uma injuria pessoal, e, costumado a satisfazer todos os caprichos, saciou a ira na desventurada senhora, ordenando que a prendessem com algemas, e que fosse conduzida em uma mula de andilha pela cidade, exposta á vergonha, concluindo por a mandar sepultar em um dos carceres da Torre de Belem![2]

O estrondo e os alaridos, com que se fez a diligencia, e a aspereza e brutalidade com que a levaram pelas ruas, foram tão crueis, que D. Maria, imaginando que a arrastavam ao cadafalso, tanto que chegou á porta de Sancto Antonio precipitou-se do cavallo para se valer do asylo do Templo; mas trazendo as mãos prêsas cahiu com tal descompostura, que todos os parentes o sentiram como notavel affronta, e a rainha, sabendo-o, por tal modo se doeu da desfeita publica, que logo em pessoa foi queixar-se ao rei, seguindo-a os fidalgos, que as relações de sangue uniam mais de perto á dama ultrajada.

As vozes de tantas pessoas qualificadas, todas conformes em lhe ponderar que acabasse de conhecer as liberdades, que Martim Gon-

[1] Bayão—Portugal Cuid. e Last. cap. 15.—Conestagio-União de Portugal, Liv. I.

[2] Bayão—Portugal Çuid. e Last. cap. 51.

çalves usurpára, commettendo tão grande aggravo em nome de S. Alteza, commoveram a D. Sebastião. Honesto por indole e principios, offendeu-se da descompostura que tanto povo presenceára de uma mulher nobre, e quando o valído, confiado no antigo ascendente, ousou tornar-lhe a apparecer, viu logo nas sombras que annuviavam o rosto do monarcha, o signal da sua quéda. O principe voltou-lhe as costas sem lhe falar, e, apenas recolhido á sua camara, mandou-lhe perguntar com que auctoridade determinára similhante prizão?

Percebeu o ministro, então, que a ultima hora do seu imperio tinha expirado, e saíu do paço para não voltar. Talvez cuidasse, que a ausencia aplacaria as iras, e que dois ou tres dias seriam de mais para o fazerem desejado; mas el-rei não o chamou outra vez, passando a aconselhar-se com os fidalgos, que prepararam o acontecimente com paciente calculo, mas que não veriam tão cedo o triumpho, se o irmão do confessor lh'o não cedesse de repente, entregando-se por suas proprias mãos.[1]

Esta revolução não esperada, elevando ao poder outros homens, apressou os successos que todos temiam, e que a animadversão publica attribuia á docilidade de Martim Gonçalves, mais interessado em conservar o valimento, do que em se expôr, dizendo a verdade, a cahir no desagrado.

Em 7 de Maio de 1576 Manuel Quaresma Barreto, D. Francisco de Portugal, e Pedro da Alcaçova Carneiro foram nomeados vedores da fazenda, logar que D. Alvaro de Castro já exercia desde 23 de Outubro de 1573.

O secretario de D. João III, restituido á côrte, e admittido á intimidade do soberano,

[1] Brito—Memorias. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Laet. cap. 15. p. 366 a 367.

recebia n'esta occasião o premio da sua constante fidelidade á causa de D. Catharina de Austria, e vingava-se dos emulos, que o tinham desviado do conselho, prestando aos novos ministros a valiosa cooperação da sua experiencia consummada, e de uma elevada capacidade.

A ruina do severo e orgulhoso ecclesiastico por tantos annos valído omnipotente foi applaudida pelos cortezãos e pelo povo; o seu governo tinha desagradado a todos, e á excepção da companhia de Jesus, que perdia n'elle o principal apoio, não deixou saudades senão aos poucos parciaes, que havia captado a preço de favores e mercês. [1]

O cardeal D. Henrique, segundo parece, é que não viu com prazer a repentina exaltação de Pedro da Alcaçova, ao qual nunca perdoou.

Se a ruina do privado lhe consolava o amor proprio, a victoria do homem, que separára dos negocios, e que olhava como o mais perigoso dos seus adversarios, converteu-lhe o jubilo em tristeza.

Sabia que o ardiloso confidente de seu irmão fôra sempre alma e conselho do partido da irmã de Carlos V, e não lhe custava a perceber que a tregua apparente, a que a necessidade o obrigára, ía romper-se, por D. Catharina de Austria, castelhana e ambiciosa, e além do mais advertida pelas licções do passado, não perderia a occasião propicia, que se lhe offerecia agora, de reconquistar as affeições do neto, apartando do seu lado com desconfiança a quantos se tinham conjurado para lh'as roubar.

[1] Brito—Memorias. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last. cap. 15.—Barbosa, Historia Geneal. da Casa Real, Tomo III, Liv. IV.

A quéda de Martim Gonçalves a quem aproveitou mais foi a D. Alvaro, filho como dissemos do famoso heroe de Diu D. João de Castro.

Creado na austera eschola de um homem, como aquelle, que se honrava de desprezar o fausto, e de trazer as mãos puras depois de tantas victorias, que seriam fontes de riqueza para outros, D. Alvaro participava dos sentimentos generosos de seu pae, e era apontado como o typo dos bons guerreiros, e dos caracteres irreprehensiveis. [1]

Na edade de dezeseis annos, vestindo as armas, acompanhou a Suez o governador da India D. Estevam da Gama, merecendo a honra insigne de ser armado cavalleiro ao pé do Monte Sinay, na Egreja do mosteiro de Sancta Catharina; e durante o glorioso governo de D. João de Castro na Asia, foi sempre o primeiro nos perigos e nas emprezas, tão louvado pelo valor, como pelas prendas de capitão.

Voltando ao reino, e escolhido para succeder na embaixada de Roma a pessoa de tanto conceito como Lourenço Pires de Tavora, nos tres annos que serviu comportou-se por modo tal, que el-rei o preferiu para o incumbir de missões diplomaticas delicadas em Castella, em França e na Saboia, premiando-o no fim d'ellas com os logares de vogal do seu conselho de Estado, e depois de seu vedor da fazenda. [1]

De todos os fidalgos, que tractava, era D. Alvaro aquelle por quem o principe sempre mostrou maior inclinação. Os annos não lhe tinham esfriado o ardor das armas, e no campo sabia desempenhar com exito os deveres

[1] Brito—Historia dos Tavoras. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last. cap. 16, p. 368 a 369.

de soldado e as obrigações de capitão. Em um dos rebates, frequentes em Tanger durante a primeira jornada de 1574, el-rei nunca se esqueceu, de que o encontrára entre os primeiros ao seu lado, apezar do lucto que lhe cobria o coração pela morte de sua esposa, fallecida de poucos dias.

Este rasgo digno da grandeza de animo de um estoico antigo feriu de admiração a alma do monarcha, ao qual estes lances deslumbravam sempre; desde esse momento nunca mais deixou de o attender como a confidente discreto e seguro, consentindo-lhe o que nunca permittiu a nenhum outro. [1]

A duração do valimento do filho de D. João de Castro foi curta. Elevado á suprema direcção dos negocios pela confiança particular do principe em Maio de 1576, logo falleceu no seguinte anno no Algarve sem ter tido tempo de realizar as esperanças, que muitos fundavam na probidade do seu caracter, e na prudencia das suas resoluções.

D. Sebastião sentiu a perda como verdadeiro amigo, e por varias vezes foi visto chorar sobre a sua sepultura. E' que todos os sentimentos generosos eram n'elle vivos e sinceros. Fiel á religião do tumulo não se lhe apagavam da alma as recordações dos serviços, nem as saudades dos intimos affectos com os punhados de pó, que para sempre escondiam os restos dos homens que prezava. A memoria do coração sobrevivia a tudo, e nem o tempo, nem outras affeições riscaram nunca da sua lembrança aquelles, que uma vez amára. [3]

[1] Brito—Portugal Cuid. e Last. cap. 16, p. 368 e 369.

[2] Brito—Historia dos Tavoras. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last cap. 16.

[3] Brito—Historia dos Tavoras. Citado em Bayão.

Em tão breve espaço faltam as bases para assentarmos um juizo imparcial ácerca do papel que D. Alvaro viria a representar. Os que falavam pela bocca dos seus emulos imputaram ao ascendente, que soube conquistar, e conservou até ao ultimo suspiro, as desgraças que feriram depois o rei e a monarchia, acusando-o de animar os pensamentos guerreiros do principe com promessas em vez de os desvanecer. Os seus affeiçoados, pelo contrario, sustentaram que se vivesse e continuasse ao lado de el-rei, acharia decerto o modo de o desviar da segunda e fatal empreza, distrahindo-o com outros cuidados, e assegurando pelo seu casamento a corôa na cabeça da dynastia portugueza [1].

Seja o que fôr, o que julgamos provavel é que a falta do ministro, que D. Sebastião respeitava tanto pelos annos e pureza do caracter, concorreu para o tornar mais absoluto na sua vontade, porque nenhum dos fidalgos e conselheiros, que o rodeavam, exercia o grau de influencia necessaria para lhe expôr a verdade com a lisura, que as circumstancias requeriam, e para conseguir d'elle que a escutasse em vez de a punir com indifferença, ou desagrado.

Christovam de Tavora, que, antes da morte de D. Alvaro, fôra o segundo na affeição do principe, e que passou a ser o primeiro desde que este cerrou os olhos, não estava no caso de levantar a voz, como o filho de D. João de Castro, que a edade e uma longa carreira publica revestiam da auctoridade, que só conferem os annos e a experiencia.

Introduzido com el-rei por D. Alvaro, ami-

Portugal Cuid. e Last. cap. 16.—Conestagio.—União de Portugal liv. I.

[1] Ibidem.

go antigo de Lourenço Pires e da casa de Caparica, era o companheiro preferido de D. Sebastião nas caçadas, nos recreios, e nas viagens; e um só dia que o não visse tornava-se-lhe tão sensivel a sua falta, que em frequentes occasiões atravessou o Tejo para a Torre Velha, visitando-o quando estava de serviço como governador; mas todos estes favores não podiam dar ao mancebo a importancia e a valia precisas para domar uma indole tão rebelde em obedecer á persuasão, quando o contrariavam nos designios, ou nas illusões.

Christovam de Tavora nunca abusou da cega amisade do principe, e deve ser este o seu maior elogio.

Se não pôde assumir a influencia indispensavel para salvar o rei e o paiz dos desastres, que tão cedo vieram castigar-nos, ao menos justificou-se como valido pela sua affabilidade em accolher os infortunios e em se empenhar pelos suavizar; as ultimas pessoas de quem se lembrou até ao fim foi dos seus e de si; as honras exaltando-o nunca o deslumbraram; e parecia que em vez de se ensoberbecer procurava desculpar os sorrisos da fortuna, mostrando a todos e até á prosperidade um rosto sempre egual [1].

Luiz da Silva, que D. Sebastião estimou tambem como amigo, que fez do seu conselheiro de Estado, sumilher de cortina, e em 1578 seu vedor da fazenda, não merecia tanto louvor, como D. Christovam. Não possuia as prendas, que realçavam o nascimento e a cortezia do confidente de el-rei, nem os dotes politicos, que assegurára a Pedro de Alcaçova Carneiro a exclusiva direcção dos negocios [2].

[1] Brito — Historia dos Tavoras. Citado em Bayão, Portugal Cuid. e Last. cap. 16.

[2] Ibidem.

Estes foram os ministros e os fidalgos, que elevou a quéda de Martim Gonçalves, e que até á segunda jornada de Africa conservaram sobre o espirito de el-rei o seu predominio.

O cardeal infante, vendo que a mudança não lhe abria entrada mais facil, do que antes, tornou a ligar-se com a companhia de Jesus, com a qual nunca rompêra de todo por causa do padre Leão Henriques, seu confessor e confidente, e em aberta opposição com a côrte desamparou-a o mais que pôde, e de Alcobaça, ou de Evora, aonde se retirava com frequencia, não deixava escapar nenhum ensejo accommodado para inquietar os que o tinham supplantado.

D. Catharina de Austria, mais attendida, nunca pôde alcançar, todavia, que seu néto lhe restituisse o logar eminente, que occupára no governo. O seu reinado tinha acabado; e as enfermidades e os annos, avisando-a com as dôres da visinhança da morte, voltaram quasi todas as suas idéas para a consoladora esperança de uma vida melhor, longe das tribulações da terra, aonde as lagrimas tão amargas e repetidas cahem dos olhos dos principes como dos do mais humilde dos seus subditos.

IV

As nuvens da tempestade, que nos promettia a ultima ruina, já iam principiando a ennegrecer os horizontes.

A quéda de Martim Gonçalves, que muitos julgaram o successo mais feliz, esperando que as idéas temerarias do rei se desvanecessem com a ausencia do ministro, em vez de produzirem o effeito desejado, converteram

em proposito firme os planos até ahi occultos e incoherentes do mancebo.

No mesmo anno de 1576, que vira a humilhação do partido, que por tanto tempo governára o reino, viu as primeiras disposições para a fatal empreza, que o perdeu.

Impaciente de medir as armas com o poder dos infieis, e desenganado de que os recursos do paiz não eram sufficientes só por si para a conquista, que sonhava, D. Sebastião deu a Pedro da Alcaçova a mais visivel prova de elevada confiança, despachando-o na qualidade de embaixador para a côrte de Filippe II (aonde assistia com egual caracter o meirinho mór D. Duarte de Castello Branco) e encarregando-o de representar com vehemencia a necessidade de se accudir sem demora á defesa dos interesses religiosos, e das praças de Portugal e de Castella, ameaçadas pelo orgulho do rei de Fez, Muley Abedel Melek [1], ao qual a fortuna, concedendo victorias na lucta civil ainda recente, mostrára estar disposta a não recusar nenhum dos triumphos, que podessem assignalar como épocha memoravel o começo de um prospero reinado.

O monarcha hespanhol, mais prudente do que ousado, tinha illudido até então as instancias de D. Duarte de Castello Branco, apezar de meirinho mór, obediente ás ordens recebidas, não cessar de insistir sobre a opportunidade de se aproveitarem as dissensões dos barbaros, unindo-se as duas potencias catholicas para os combater, e alargando em commum as suas conquistas. As delongas oppostas por Filippe aos impetuosos desejos de seu sobrinho pareceram ao nosso principe mais filhas da negligencia, ou da pouca apti-

[1] É o mesmo principe, que os nossos historiadores chamam por corrupção Muley Maluco.

dão do embaixador, do que obra da politica sagaz e calculadora de um soberano, que, nas aventuras que o deslumbravam a elle, só via um precipicio aberto, ou pelo menos um sacrificio inutil e sem gloria.

Nomeando Pedro da Alcaçova, tão conhecido pela sua provada capacidade, e fazendo-o confidente das esperanças, que o desvairavam, D. Sebastião lisongeava-se de remover por sua intervenção as repugnancias da Hespanha, e, fiado no exito das negociações, dava já por segura a entrada triumphante, que meditava até ao coração de Marrocos, rompendo pelas portas sempre patentes de Tanger e de Arzilla, aonde tremulavam as quinas do Mestre de Aviz e de Affonso V.

Para facilitar a missão incumbida ao antigo ministro de D. João III, as instrucções do conselho auctorizavam-n'o a pedir o casamento da infanta D. Isabel Clara Eugenia, filha mais velha de Filippe II, com el-rei, afim de se duplicarem por este modo as allianças de parentesco entre as duas monarchias no proprio momento, em que o nosso gabinete recorria ao reino visinho para obter o auxilio da sua espada e do seu valor contra os infieis. [1]

Pedro da Alcaçova, experiente e amestrado por tantos desenganos, como fino cortezão não julgou prudente contrariar a vontade de um principe, que se offendia com a verdade.

Conformando-se por necessidade com as ordens recebidas, partiu, e entrou em Madrid seguido de um acompanhamento, não menos luzido pelo numero, do que pela qualidade das pessoas; e admittido á presença do rei catholico, que o estimava pelo engenho e pela fidelidade provada com sua tia D. Catharina de

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. II.—Fr. Bernardo da Cruz. cap. 35.

Austria, expoz todas as clausulas da embaixada ornadas com o artificio proprio da sua elogiada eloquencia.

Mas, por maiores que fossem os dotes do ministro portuguez, a indole de Filippe II, e os interesses da sua politica luctavam contra elle, e toda a influencia e discreção do discurso, que Pedro da Alcaçova pronunciou para adoçar as asperezas do assumpto, arrancando-lhe uma resposta favoravel, naufragaram contra a imperturbavel dissimulação do herdeiro de Carlos V.

Avivando astuciosamente o resentimento já obliterado da recusa publica com que D. Sebastião pozera termo ás complicadas negociações do seu casamento com o monarcha hespanhol, excusou-se de resolver por si e logo as propostas, que lhe apresentavam, e nomeando o duque de Alva, D. Fernando Alvares de Toledo, para conferir com o embaixador, ordenou-lhe em segredo, segundo parece, que dilatasse a discussão de fórma, que nunca chegasse ás conclusões, que pela sua parte Pedro da Alcaçova tanto se empenhava em apressar.[1]

Era escolher um adversario digno do habil politico, a quem a nossa côrte confiára a sorte de uma questão, que, livre de outras preoccupações, elle de certo muito desejaria perder, mas que nas circumstancias actuaes se via constrangido a advogar com todas as forças da sua esclarecida intelligencia.

O duque, então primeiro capitão da Hespanha, e talvez da Europa, correspondeu ás occultas insinuações do seu amo, suscitando duvidas, encarecendo as difficudades obvias, que a razão levantava contra uma empreza tão ar-

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. II.—Fr. Bernardo da Cruz, cap. 35.

riscada, e fugindo sempre de dilação em dilação para evitar qualquer voto decisivo, quando os argumentos do seu contrario o apertavam a ponto de lhe não permittirem excusa ou facil replica.

Sobre os esposorios de el-rei de Portugal com a infanta D. Isabel Clara, D. Fernando Alvares de Toledo respondeu ás instancias do ministro portuguez, desculpando-se com a curta edade da princeza, que apenas contava nove annos; e ácêrca da liga militar, a que o consorcio pedido havia deservir de base, como general consummado nas cousas da guerra e nos rodeios da politica, pouco lhe custou a descobrir fundadas objecções, que embaraçariam muito a outro que fosse menos avisado, do que Pedro de Alcaçova [1].

Conhecendo este com a sua penetração usual, que a perplexidade do plenipotenciario castelhano, e os subterfugios de que se valia, nasciam das instrucções secretas a que obedecia, determinou-se a arriscar um passo, que a seu ver havia de obrigar o rei catholico a tirar a mascara, e a sair do falso terreno das hesitações apparentes. Requerendo-lhe segunda audiencia, tornou a expôr n'ella os motivos e a conveniencia das propostas, que defendia, e soube unir por modo tal o decoro á vehemencia, que Filippe II, não achando melhor evasiva de repente, ordenou-lhe que relatasse por escripto o que acabava de representar, promettendo attendel-o e decidir.

Tres foram os memoriaes, com que o nosso embaixador abonou a sua capacidade, desfazendo as trevas, que os negociadores hespanhoes de proposito condensavam para evitarem qualquer solução. N'elles conseguiu mu-

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. II.

dar o aspecto ao assumpto por maneira, que de uma temeridade condemnada pelo juizo do homens circumspectos quasi que soube fazer um commettimento louvavel, digno dos esforços dos dois principes visinhos, e crédor dos louvores e applausos de toda a Europa catholica.

Não vendo o animo de Filippe II propenso a embarcar os seus thesouros e os seus soldados em uma empreza, como a que D. Sebastião recommendava, o embaixador procurou ao menos esquivar-se á recusa formal, que previa. Destruindo as esperanças do rei mancebo, que n'ellas firmava todos os sonhos de gloria e de ambição, similhante decisão destruira ao mesmo tempo o credito nascente do ministro, proporcionando aos seus emulos, já preparados para o combate, a victoria que tanto cubiçavam.

Para accudir, pois, a tão importantes fins, e não se recolher ao reino com o desdouro de uma negociação mallograda, serviu-se de um ardil, que tivera a arte primeiro de insinuar a D. Sebastião, e que este approvára com a fogosa inpaciencia, com que acceitava sempre todos os arbitrios que o approximassem da satisfação dos seus designios.

O expediente lembrado era ficar a questão suspensa até que os dois monarchas se encontrassem em logar determinado, para a resolverem pessoalmente como parentes intimos, e tão interessados em supprimir os motivos de frieza, ou de desgosto, que podessem diminuir a mutua affeição, que tanto importava conservar intacta entre ambos [1].

A grande difficuldade para Pedro da Alcaçova consistia em arrancar de um monarcha

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. II.

retrahido e cauteloso como Filippe a necessaria annuencia. Dirigindo-lhe, portanto, o primeiro memorial, e escudando-se com as suas ordens, o confidente de D. Catharina de Austria começava lembrando o respeito e o amor quasi filial de D. Sebastião por seu tio, e com a dextreza, que o caracterizava, insistia em que o modo mais util e proprio de se acabarem todas as desconfianças e pezares era verem-se os dois reis, como pae e filho, por exemplo, em Guadalupe, que o monarcha hespanhol se dispunha a visitar em romaria, e aonde seu sobrinho viria tambem com rapidez, demorando-se os dias sómente que se ajustasse, e pondo-se de lado as pompas e as ceremonias importunas para se olhar só para o jubilo de tão auspicioso encontro, e para os grandes resultados, que elle promettia no interesse da religião e de ambas as corôas.[1]

No segundo memorial o nosso ministro não se mostrou menos sagaz e instruido.

Referindo-se ás negociações já encetadas por D. Duarte de Castello Branco ácêrca da guerra de Africa, que el-rei pretendia intentar agora em maior escala com pensamentos de conquista, e justificando-a com o pretexto, que lhe pareceu mais adequado, qual era a necessidade de occupar o porto de Larache, d'onde os Turcos altivos com o triumpho recente do rei de Fez, ameaçavam a nossa navegação e a dos hespanhoes, e crescendo em brios podiam até repetir os assaltos nas costas das duas monarchias, Pedro da Alcaçova sustentava, que o soccorro pedido para ajudar a expedição que se preparava para invadir o imperio de Marrocos, nunca deveria ser inferior a cincoenta galés, cinco mil homens,

[1] Memorias de Pedro da Alcaçova em Barbosa, Parte IV, Liv. I, cap. II.

e uma resaca de trigo com todos os petrechos e munições correspondentes.

Por ultimo, separando sempre cuidadosamente o objecto, talvez para que a resposta desfavoravel nunca podesse comprehendel-os a todos, o embaixador no terceiro memorial tractava do casamento de el-rei com a infanta, invocando o nome, a ternura, e a amargurada velhice da rainha viuva D. Catharina como o argumento mais poderoso para tocar o coração de uma côrte, que vira constantemente na irmã de Carlos V a mais sincera e zelosa propugnadora dos interesses politicos da casa de Austria.

Falando sempre pela bocca da esposa de D. João III, o ministro portuguez ponderava a Filippe II que o consorcio de sua filha com um rei, como D. Sebastião, tão catholico, poderoso, e apropriado pelos annos e pelas prendas, sería visto com grande satisfação pelos povos de ambas as monarchias, estreitando-se ainda mais assim os vinculos, que os ligavam, e firmando-se a intima alliança das duas corôas com os penhores mais solidos, que eram os que assegurava uma dynastia filha do mesmo sangue, do mesmo amor, e do mesmo principio [1].

Estas e outras clausulas, que o documento encerrava, e que fôra superfluo reproduzir por extenso, collocavam o rei catholico em espinhosa posição, porque, negando, offendia ao mesmo tempo sua tia, o rei de Portugal, e os vehementes desejos de uma nação, que punha toda a sua confiança n'este enlace, ao passo, que, accedendo, cortava talvez de uma vez para sempre toda a esperança de unir a peninsula hispanica debaixo do mesmo sceptro,

[1] Memorias de Pedro da Alcaçova em Barbosa, Parte VI, Liv. I, cap. II.

fallecendo D. Sebastião sem herdeiro, e na flor da edade.

Para não correr contra nenhum dos dois extremos, o que repugnava ao seu genio temporizador, Filippe II respondeu aos memoriaes, pelo punho de D. Antonio de Toledo, seu estribeiro mór, que emquanto ás vistas e á conferencia folgaria muito de se encontrar com el-rei D. Sebastião, que sempre estimára como filho; sobre a conquista de Larache, sendo o negocio de commum interesse para as duas monarchias, que facilitaria todos os meios, de que podesse dispôr, para mostrar o seu grande desejo de se empregar nas cousas de Portugal; e por ultimo, ácêrca do casamento com a infanta, que logo desde o principio annuira, se não attendesse aos inconvenientes que já tinha exposto; mas que, vendo a instancia de seu sobrinho, passava por elles, declarando que levava em gosto o prometter-lhe a mão de uma de suas filhas, e pedindo ao mesmo tempo, que a sua resolução se guardasse secreta para evitar complicações [1]

Mas a rainha viuva, D. Catharina de Austria, que de bem perto conhecia a dissimulação do rei catholico, percebendo que, apezar das apparencias, a resposta significava apenas uma nova dilação, encarregou o embaixador de Castella em Lisboa de insistir em seu nome pela prompta decisão das negociações, queixando-se até com severidade, de que Filippe II, obrigado em consciencia a promover o consorcio de seu néto, por ter sido auctor da ruptura dos outros casamentos, demorasse agora a conclusão de uma proposta honrosa para elle, e que Portugal applaudia

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. II.

como o remedio unico dos males, que receiava. [1]

O embaixador de Castella, referindo a seu amo estas e outras expressões da princeza, accrescenta, que, apezar do monarcha lh'o não ordenar expressamente, entendêra que devia averiguar os fundamentos da suspeita, que havia, sobre D. Sebastião não ser habil para ter successão.

O ministro proseguia, que era cousa sabida, que este rei nunca tractára com mulheres; antes mostrava aborrecel-as, fugindo-lhes com a vista, desviando-se do seu contacto, e não fazendo o menor caso dos seus agrados, mas por outra parte notava, que o seu aspecto era saudavel, e mais robusto, do que defeituoso; e que se alguem murmurava que padecia de grande frialdade nas pernas, a sua firmeza e e continuação a cavallo o desmentia. Que os da companhia de Jesus o tinham creado com tal odio á incontinencia, pintando-lhe o amor como peccado torpe, que nunca soubera distinguir o galanteio delicado e o affecto innocente, do que se chamaria com motivo vicio e devassidão.

Por estas razões, o embaixador, concluindo, suppunha, que o defeito em que se falava, não existia, e que todas as singularidades do mancebo procediam das causas que apontava. [2]

Ao tempo que o diplomata castelhano depositava estas confidencias no seio do rei catholico, talvez sem prever todo o alcance que podiam ter, e a influencia que haviam de exercer suas futuras deliberações, D. Catharina de Austria pela sua parte não se descui-

[1] Correspondencia do embaixador de Castella com Filippe II. Barbosa — Mem. Parte IV, Liv. I, cap. II.

[2] Correspondencia do embaixador de Castella com Filippe II. Barbosa—Mem. Parte IV, Liv. I, cap. II.

dava, apertando com o embaixador, e com a a côrte de Madrid, para se pôr termo por uma vez aos subterfugios e delongas. Falando da sua conversação com a rainha a respeito do casamento, o ministro hespanhol communica a Filippe II, que a princeza lhe tocára de leve em que já tinha sido lembrada para esposa de seu neto a rainha viuva de França, mas que duas difficuldades insuperaveis se oppozeram no conselho, que era ter estado D. Sebastião muito proximo a casar com ella em solteira, e supeitar-se que Carlos IX fallecêra de molestia contagiosa.

O ministro redarguiu, que impedimentos assim futeis não obstavam, porque o primeiro parecia-lhe vão, è o segundo falso, sendo aliás este o consorcio mais conveniente para el-rei, tanto pela edade da princeza como pelas razões politicas, porque a alliança das duas corôas não ficava menos estreita, esposando D. Sebastião a sobrinha de Filippe II.[1]

Não julgamos que o astucioso monarcha agradecesse ao seu embaixador o conselho, nem que insistisse muito para que fosse acceito. O rei de Portugal sem herdeiros, e exposto ás vicissitudes perigosas de uma carreira aventurosa, dava maiores penhores á sua inquieta ambição, do que o plano fallivel e remoto, suggerido pelo diplomata castelhano para a união de Hespanha e Portugal, que era fundirem-se as duas casas reaes casando os filhos de D. Sebastião com as filhas de seu tio.

Mas o ardor do desditoso principe não esmorecia com a forçada inacção a que o condemnavam as contemporizações do rei catholico. Impaciente por tirar a espada, e sabendo que treze galés de turcos appareciam nas

[1] Correspondencia do embaixador de Castella. Carta a Filippe II de 29 de Março de 1576.

aguas de Sagres, embarcou-se apressadamente, e, aportando ao Cabo de S. Vicente, não perdeu um momento até reunir as tropas e dispôr todas as cousas para a defesa.

Em uma carta escripta a Miguel de Moura, que então exercia as funcções de secretario, D. Sebastião retrata-se ao vivo com as prendas e os defeitos proprios do seu caracter,

Assegurando-lhe, que sem descanço tinha esperado os infieis, mas que fôra illudida a impaciencia de os encontrar, o herdeiro de D. João III consolava-se de não ter podido combater, com a idéa de que o rebate servira ao menos para elle não perder o costume de passar duas noites e meia sem se despir, e quasi sem socegar, encostando-se apenas alguns instantes sobre a cama, *porêm sem largar a malha, nem a golla.* [1]

Que ensejo para um cortesão não era esta confidencia de um rei novo e crente no successo das suas armas!? Miguel de Moura fôra educado desde creança na aula politica de Pedro da Alcaçova, e nunca falou d'elle senão com a admiração de discipulo extremoso pelo mestre, a quem devia tudo. Recebendo a missiva, datada de 14 de Setembro de 1576, em que respirava a ufania militar de um mancebo cubiçoso de gloria, porêm inexperiente, lembrou-se de certo das licções do futuro conde da Idanha, e não deixou escapar a occasião de abrir mais uma porta para o agrado do soberano, lisongeando-lhe as inclinações.

Correspondendo á honra das lettras do neto de D. Catharina de Austria, o astucioso ministro, com os encarecimentos aulicos mais adequados, lastimava-se de que já não fosse

[1] Carta de el-rei D. Sebastião para Miguel de Moura. De S. Vicente no Algarve em 14 de Setembro de 1576. Barbosa—Mem. Parte IV, Liv. I, cap. IV. p. 38 a 40.

vivo o imperador para assistir a um espectaculo, que havia de exaltar o seu espirito guerreiro, contemplando em um principe do seu sangue tanto ardor e resolução em buscar os perigos e as fadigas; mas na falta do vencedor de Pavia, appellava para os louvores do duque de Alva, reputado o primeiro capitão da sua épocha, e anunciava a D. Sebastião que mandaria copiar a carta para a remetter a Pedro da Alcaçova, afim d'este sobresaltar com ella o animo do velho general de Carlos V![1]

Todas estas adulações eram outros tantos incentivos, que de dia para dia estimulavam a fatal paixão, que dominava o monarcha, levando-o a confiar em si de mais, e a desprezar, ou, pelo menos, a vêr com maus olhos os que lhe desapprovavam os projectos.

Fallecido D. Alvaro de Castro, nenhum dos fidalgos e cavalleiros, que el-rei escutava, tinha edade, ou ascendente, para se atrever a expor uma opinião contraria; antes alguns, para melhor se introduzirem no valimento, não cessavam de representar como facil e digna dos seus brios de conquistador a arriscada empreza de sugeitar Marrocos ao seu imperio.

Entretanto voltando como em triumpho da visita ás costas do Algarve, D. Sebastião veiu achar em Lisboa a noticia da morte de Maximiliano II de Allemanha, e teve de cobrir de lucto as galas que vestia para a jornada de Guadalupe. Para captivar a boa vontade de seu tio, como parente cortez e bem advertido, determinou despachar a Madrid o homem que mais prezava na qualidade de embaixador extraordinario, incumbindo-o de offere-

[1] Carta de Miguel de Moura para D. Sebastião. Barbosa — Mem. Parte IV, Liv. I, cap. IV.

cer da sua parte a Filippe II os pezames pela perda que acabava de padecer, e com elle a Europa catholica.[1]

Christovam de Tavora, nomeado para esta missão de intima confiança, recebeu do principe as suas instrucções escriptas em 28 de Novembro, e preparou-se para partir immediatamente. E' verdade, que o monarcha hespanhol não só communicára ao sobrinho a nova da morte de Maximiliano por via de D. João da Silva, seu ministro na côrte de Portugal, mas, para maior realce ainda d'esta formalide, expedira como seu Enviado particular a Christovam de Moura, portuguez de nascimento, mas castelhano pela creação, pelos affectos, e pelos interesses.[2]

Alem dos cumprimentos, que fôra encarregado de apresentar, o nosso embaixador extraordinario, segundo as ordens secretas de D. Sebastião, devia pousar em casa de Christovam de Moura, já a esse tempo muito adeantado na benevolencia do rei catholico, e não omittir nenhum meio de accôrdo com Pedro da Alcaçova, para que as vistas dos monarchas se verificassem em Guadalupe, como estava ajustado. O impetuoso mancebo receiava sempre, que o lucto e a dôr official não servissem de pretexto ao gabinete de Madrid para espaçar, e até para suspender as conferencias, que desejava, esperando sair d'ellas com os planos victoriosos.

O principe ainda ajunctava outra recommendação ao seu valido. Declarando-lhe, que deixaria a capital a 11 de Dezembro, ordena-

[1] Barbosa —Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. IV.

[2] Instrucção de D. Sebastião a Christovam de Tavora (28 de Novembro de 1576) Barbosa —Mem. Parte IV, Liv. cap. IV.

va-lhe que não se demorasse senão o tempo necessario, procurando alcançal-o na sua volta, antes d'elle (rei) entrar em Castella, e avisando-o por correios de tudo o que julgasse opportuno em referencia aos negocios da embaixada [1].

As diligencias surtiram o effeito, que pediam; Filippe II não vacillou, nem invocou razões especiosas para se dispensar da jornada de Guadalupe, e Christovam de Moura, auctorizado por elle, veiu propôr e assentar as condições das famosas vistas, que tão alegres começaram, e que tão pouco produziram. Designou-se a festa do natal para os dois reis se encontrarem, e D. Sebastião, arrebatado e cheio de jubilo, insistiu com o maior empenho para que seu tio se abstivesse das largas despezas, que promettia a sua liberalidade, participando-lhe que estava decidido a fazer a viagem sem nenhum fausto para não gravar os povos.

Com a favoravel resolução d'estas melindrosas negociações cresceu e fortificou-se o conceito, que el-rei já formava da grande capacidade de Pedro da Alcaçova, e a predilecção que sempre mostrára por Christovam de Tavora. Desde este dia ouviu-os e attendeu-os mais como amigos e confidentes, do que como ministros e vassallos.

O sanctuario de Guadalupe, aonde os dois monarchas se haviam de encontrar, era situado na provincia da Extremadura entre montanhas fragosas e serras altissimas, das quaes se despenham rios e torrentes. O mosteiro edificado no tempo de D. João I de Castella, por diligencias do bispo de Segovia D. João

[1] Instrucção de D. Sebastião a Christovam de Tavora (28 de Novembro 1576) Barbosa—Mem. Parte IV, Liv. I, cap. IV.

Serrano, fôra entregue aos religiosos da ordem de S. Jeronymo em 1389, e pela sumptuosidade da construcção competia com os monumentos mais elogiados.

Antes de partir para a romaria, de que esperava recolher-se com a certeza do grande triumpho, que imaginava, D. Sebastião convocou o Conselho de Estado, e ouviu-o sobre a conveniencia da jornada já decidida. Os votos dividiram-se, uns seguindo por lisonja o parecer a que viam el-rei inclinado, e outros sustentando o contrario com louvavel isempção, depois de ponderarem as consequencias possiveis de uma conferencia precipitada entre principes de tão elevada jerarchia, e sobre tudo a probabilidade do rei catholico recorrer de novo ás tergiversações empregadas com os nossos embaixadores ácerca da proposta de casamento com a infanta, e do soccorro de Africa.

Insistindo, avivavam o perigo, a que se ia expôr a estreita alliança das duas corôas se o nosso monarcha voltasse ao reino sem ter obtido uma resolução favoravel, e lembravam com razão os exemplos de D. Diniz em Badajoz, e o de Affonso V em França, licções de prudencia, que não deviam desprezar-se. Ambos os soberanos tinham sido infelizes, e os successos, em vez de corresponderem ás esperanças, com que sairam dos seus dominios, tinham-se conspirado contra elles para os desenganarem de que a honra dos principes raras vezes voltava illesa da casa de outro. [1]

E' inutil accrescentarmos, que prevaleceu a opinião dos que defendiam a partida. Filippe II, que não ignorava nenhum dos segredos da nossa côrte, porque tinha informadores

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. IV

até nos tribunaes mais reservados, soube da opposição feita no Conselho de Estado, e esmerou-se por isso mesmo em dissipar os inconvenientes apontados.

Por sua ordem os logares, por onde havia de passar D. Sebastião, acharam-se providos com magnificencia de mantimentos e regalos para se repartirem pela comitiva de seu sobrinho, sendo recebido nas cidades com todo o ceremonial usado para com os monarchas naturaes.

Estas demonstrações, inspiradas pela sua madureza habitual, levavam em vista applacar no animo altivo do neto de D. Catharina de Austria qualquer suspeita, ou resentimento que houvessem insinuado os discursos dos fidalgos mais hostis ao partido hespanhol.[1]

D. Sebastião deixou Lisboa a 11 de Dezembro seguido de numerosa companhia, sobresahindo entre a nobreza do duque de Aveiro D. Jorge de Lencastre, o conde de Portalegre, mordomo-mór, o conde de Sortelha, guarda-mór, o embaixador de Castella D. João da Silva, D. João Mascarenhas, Luiz da Silva, D. Francisco de Portugal, Francisco de Tavora, reposteiro-mór, D. Luiz de Menezes, alferes-mór D. Diogo Lopes de Lima, vedor, o secretario Miguel de Moura, Manuel Quaresma e Pedro da Alcaçova, com todos os officiaes da casa real.

Hospedado com esplendor em todas as terras de Hespanha, que atravessou, e continuando sempre o seu caminho sem se deter, chegou a Guadalupe a 22 de Dezembro, depois de onze dias de viagem. Filippe II esperava-o em Puerto Llano, a meia legua de distancia, com oito coches de estado, assistido

[1] Barbosa —Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. IV.

do famoso duque de Alva, do prior-mór de Malta D. Antonio de Toledo, seu estribeiro-mór, do marquez de Aguilar, e dos condes de Fuensalida, Pliego e Buendia, de Christovam de Moura, e de outros cavalheiros.

Apenas se avistaram, o rei de Portugal apeou-se do cavallo, e o de Castella saíu do coche, e trocaram affectuosos cumprimentos adequados á occasião. Os festejos e os banquetes principiaram logo depois, e a emulação, tanto dos principes, como dos fidalgos, abriu honrosa competencia de cortezia e de brindes, não querendo nenhum ficar vencido em urbanidade. [1]

Entretanto, no meio das pompas e dos convites, os ministros dos dois monarchas discutiam o assumpto, que motivára a reunião. Pedro da Alcaçova e o duque de Alva, nomeados pelos dois soberanos para os representarem nas conferencias, tornaram a atar o fio interrompido das primeiras negociações, e d'esta vez com o proposito de chegarem a uma conclusão.

Renovando o embaixador portuguez a proposta do casamento com a infanta D. Izabel Clara, o duque respondeu-lhe, que o monarcha hespanhol desejava muito que sua filha mais velha fosse a esposa de D. Sebastião, porêm que o obstaculo que existia, e que tinha impedido até então o consentimento de el-rei, era estar a princeza promettida ao imperador; comtudo, como as enfermidades do chefe da casa de Austria o tornavam inhabil para o matrimonio, Filippe II não duvidaria condescender com a vontade de seu sobrinho; pedindo só, attenta a edade da infanta, que a publicação da alliança se demorasse até a prin-

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. VII.

ceza completar os annos necessarios para a consummar.

Foi tão agradavel esta solução ao nosso principe, que, procurando o rei de Hespanha, lhe significou a sua alegria nos termos mais encarecidos, rogando-lhe que puzesse todo o empenho em cortar as ultimas difficuldades, que espaçavam o momento de elle poder dar o nome de pae a quem já prezava com verdadeiro amor filial; e voltando-se para o duque de Alva, na despedida, ajuntou que lhe pedia que lembrasse isto mesmo a seu tio, na certeza de que sempre acharia n'elle e na infanta, sua esposa, bons amigos, e a casa de Alva dois principes desejosos de a obsequiar. [1]

O segundo ponto do Tractado, o soccorro para a guerra de Africa, encontrou maiores delongas e hesitações. Louvando em seu sobrinho o zêlo catholico e o ardor de derramar o sangue pela fé, Filippe II observou-lhe que o perigo allegado como razão urgente da empreza, não estava tão proximo, nem era tão eminente como se lhe representava. Alludindo ás discordias civís dos infieis, o rei catholico notou que Muley Abdel-Melek tendo sido levado ao throno pelo esforço dos turcos, de certo estes não soffreriam sem tirar a espada, que os christãos, unidos aos mouros dissidentes, derrubassem o seu protegido, e que ao primeiro rebate devia receiar-se, que uma poderosa armada do Sultão insultasse os portos de Castella e de Portugal. [2]

Estas reflexões dictadas pela prudencia não convencêram o mancebo, que voluntariamente cerrou os olhos e a intelligencia a todos os

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. VIII.

[2] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. VIII.

obstaculos ; e Filippe II vendo-o cada vez mais endurecido nos seus designios, para o não deixar sair descontente, foi obrigado a prometter-lhe um soccorro de cincoenta galés e de cinco mil homens, pagos á sua custa, mas limitado por condições, que mostravam bem a sua repugnancia. [1]

No dia 2 de Janeiro, depois de ouvirem missa no mosteiro, os dois monarchas despediram-se um do outro invocando a protecção do ceu para a jornada que iam emprehender; mas n'esta mesma noite, a derradeira que havia de passar nos Estados de seu tio, a indole orgulhosa e indomita do rei de Portugal revelou-se em todo o ardor das paixões. Filippe II, falando-lhe pela ultima vez não déra indicios de o acompanhar, quando saisse do Sanctuario, e só a suspeita d'esta falta de attenção foi tão poderosa no seu animo, que, recolhido á camara em que pousava, desafogou em graves exclamações, terminando pela arrebatada resolução de mandar desafiar o tio logo que chegasse ao primeiro logar do seu reino. Luiz da Silva, que o escutára silencioso, temendo os effeitos de uma cholera, que nenhuma consideração regrava, avisou em segredo a Christovam de Moura para que advertisse o rei catholico de tudo o que passava.

Sempre senhor de si, o herdeiro de Carlos V calou no peito o dissabor, disposto a prevenir um rompimento; e sabendo que D. Sebastião determinava partir sobre as quatro horas da manhã, ás tres e meia levantou-se, e entrando no aposento do mancebo, despertou-o dizendo : *es mucho dormir para quien ha de caminar*. [2]

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. VIII.
[2] Ibidem.

Estas palavras aplacaram repentinamente como por encanto todas as iras, e agradecendo ao seu hospede o desvelo de assistir á partida, o principe apromptou-se com rapidez, e a cavallo ambos sairam de Guadalupe, e se apartaram entre cortezias e saudades, que de certo não eram mais sinceras da parte de um, do que do outro.

Passando por Medelim, Merida, Talavera, e Badajoz, el-rei chegou a Elvas, aonde foi recebido pelo bispo e pelo clero; e depois de visitar Extremoz e Evora, na qual o esperava o cardeal D. Henrique com a nobreza da terra, a 13 de Janeiro embarcou em Aldea-Gallega n'uma galé, e com maré e vento contrario abicou ao palacio de Xabregas, saudado pela multidão do povo, que povoava a margem do Tejo, e recebido por sua avó a rainha D. Catharina com a terna impaciencia propria do affecto que lhe consagrava [1].

Estas foram as celebradas vistas de Guadalupe, aonde se confirmou a ruina de Portugal já de antemão preparada pelos sonhos guerreiros de um mancebo, que imaginára, por nascer rei, que herdára com o sceptro as qualidades de capitão. O papel que Pedro da Alcaçova representou no accôrdo diplomatico serviu depois para lhe carregarem todas as culpas do desastre de Alcacer; e o cardeal D. Henrique subindo ao throno, coberto de lucto pela morte de seu sobrinho, e regado pelas lagrimas de um povo, que chorava a sua orphandade, não se esqueceu de aggravar o odio publico, mandando processar os ministros valídos do desditoso rei, ao qual succedia, por ultima desgraça do paiz.

Mas, apezar da severidade, ou da injustiça

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. VIII.

dos contemporaneos, não faltou quem advertisse, que o futuro conde da Idanha propuzera a conferencia dos dois reis com a esperança reservada, de que a voz de Filippe II, respeitavel pela edade, pela experiencia, e pela magestade da posição eminente, conseguisse desvanecer as idéas de triumpho e conquista, que desvairavam um rei moço, costumado a satisfazer todos os caprichos. [1]

Mas o rei catholico empenhar-se-ia, como se esperava, ou sómente empregou os esforços sufficientes para irritar pela contradicção a altivez conhecida do principe, e o fortificar no seu intento?

O caracter do soberano hespanhol pela profunda dissimulação dos seus calculos e pela insensibilidade do coração auctoriza todas as suspeitas; e Jeronymo de Mendonça parece-nos um pouco precipitado, quando desmente com tanto calor a asserção de Conestagio. [2]

Vendo o caminho que tomavam as cousas, e a temeridade incuravel de um rei, escravo das proprias paixões, o sombrio fundador do Escurial podia antever como bem proxima a posse do bello reino, que seu pae cubiçára como complemento necessario da sua politica e dos seus vastos Estados. Salvando as apparencias com as recusas e os bons conselhos para desviar a responsabilidade da catastrophe, que já a esse tempo muitos previam, vemol-o demorar por todos os meios o casamento de D. Sebastião, inflammar-lhe a impetuosidade com evasivas, e por fim deixal-o arriscar só, faltando ás suas promessas, na certeza, de que, morto elle, herdava o reino, e

[1] Brito — Apparatos. Ferreras, Tomo XV. Em Baião — Portugal Cuid. e Last. Liv. III, cap. 24.

[2] Jeronymo de Mendonça — Jornada de Africa, cap. I. Conestagio — União do Portugal, Liv. I.

de que, victorioso e senhor de Larache e das praças africanas, situadas sobre o mar, ganhava sem fadigas, ou sacrificios, o socego e a segurança das costas de Hespanha, tão extensas e expostas. [1]

Se eram estes os pensamentos de Filippe II, e a sua consciencia não era assás escrupulosa para os excluir, é justo confessar que D. Sebastião os favoreceu pelos erros, a que o arrastavam os seus apaixonados designios; chegando a sua violencia a ponto de não poupar nem os homens de que podia precisar para a execução d'elles. O duque de Alva, tão elogiado como capitão, não foi mais feliz do que outros n'este particular. Representando-lhe como homem sisudo e consummado, que não fizesse a guerra em pessoa para não arriscar a reputação a algum desar, a unica resposta que recebeu foi perguntar-lhe el-rei: «Duque ,de que côr é o medo?»—«Senhor, redarguiu sorrindo-se o velho general de Carlos V, é da côr da prudencia» [2].

O rei catholico, sincera, ou artificiosamente, tambem durante as vistas de Guadalupe procurou abrandar a condição do sobrinho; porêm todos os seus argumentos, por mais claros e persuasivos, se quebraram contra a opinião inflexivel de um rei absoluto nos seus propositos, e tão pouco senhor das suas impaciencias, que nem aos maiores capitães queria escutar, quando o contrariavam.

O destino estava-o chamando para se dar n'elle um grande exemplo, castigando ao mesmo tempo os vicios e a corrupção, effeitos de uma longa serie de prosperidades, que Portugal não soube aproveitar [3].

[1] Ibidem.
[2] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. III, cap. 29.
[3] Ibibem.

Christovam de Tavora, apezar da gloriosa morte que encontrou nos campos de Alcacer, talvez cobrindo com o seu corpo a vida de el-rei até ao ultimo suspiro, tambem não escapou, assim como Luiz da Silva, ás murmurações dos invejosos. Accusaram-n'o de falso conselheiro, pintaram-n'o como docil instrumento das vontades do monarcha, e como lisonjeiro servil de todos os seus delirios.

A calumnia temperando as côrtes, não conseguiu com tudo ennegrecer o retrato do cavalleiro mais leal e bemquisto da côrte de D. Sebastião. Ninguem deplorava tanto como elle a triste obrigação de concorrer para uma empreza, em que só via perigos e sacrificios inuteis; mas o que valeriam as suas objecções depois de desprezadas as de muitos fidalgos de grande nome e conceito?

Amigo extremoso, filho de uma casa, em que todos tinham encanecido com honra no serviço do Estado, Christovam de Tavora não se rebaixava ás vilezas abjectas de cortezão de todos os caprichos de seu amo; para lhe agradar nunca mentiu a si, ou á verdade, nem a disfarçou. Muito moço para advertir, quando o principe lhe descrevia as proezas sonhadas pela sua imaginação ardente, calava-se, e desapprovava com o silencio; e D. Sebastião, que o amava, mas que nunca pediu parecer para cousa que intentasse, o mais que fazia era não lhe levar a mal a tacita opposição, seguro do seu valor, cujos rasgos presenceára nos combates de Tanger, na primeira jornada de Africa.

Sem attender nem ao voto dos conselheiros mais venerados pelo saber, nem ás supplicas da rainha viuva, que, suffocada em pranto, repetidas vezes lhe rogou, que ao menos encarregasse a um capitão distincto a conquista de Larache, não expondo a pessoa, que era

toda a esperança de Portugal, D. Sebastião, assim que voltou de Castella, principiou logo a dispôr tudo para a segunda jornada, que realizou um anno depois.

As promessas de seu tio, ainda que ambiguas e constrangidas, quanto á épocha da execução, serviram-lhe de pretexto para se apressar, e como o maior obstaculo, que lhe tinham sempre indicado os que o despersuadiam, consistia na falta de recursos para sustentar a armada e o exercito, virou todos os cuidados para este lado, e não deu nem um momento de descanço a Pedro de Alcaçova e aos outros ministros, emquanto não se resolvesse o modo de augmentar os rendimentos desfalcados [1].

A lucta intestina, que continuava a dilacerar o imperio de Fez e de Marrocos, ainda lhe veiu exaltar a phantasia com um lance pouco esperado. Arzilla, que D. Affonso V rendêra, Arzilla que D. João III desamparára, tornou a arvorar as quinas, e, voluntaria captiva, extendeu os braços ao descendente do seu primeiro conquistador [2].

O modo por que se recuperou a praça, cuja perda era para D. Sebastião um perpetuo supplicio, liga-se por tal fórma aos outros incidentes, que prepararam a infeliz jornada de 1578, que não podemos deixar de o tocar de leve.

Cid-Abdel-Kerin, alcaide de Alcacer Kebir, de Larache, de Arzilla, e de outros logares importantes, herdeiro do poder e da prudencia de seu pae, uniu-se ao partido do xarife Muley Hamed contra a usurpação de Muley Abdel-Melek, e com o primor e lealdade,

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 1.
[2] Ibidem, cap. 5.

que o caracterizavam, não voltou costas na adversidade ao soberano, que defendêra.

Apezar das promessas e seducções empregadas pelo rei de Fez para o abalar na sua fidelidade, preferiu o infortunio honroso aos premios ganhos pela traição, e vendo perdida a causa de Muley Hamed resolveu entregar Larache aos portuguezes, abrindo assim aquella porta aos pensamentos de conquista, que todos sabiam serem o cuidado unico e excluvo de D. Sebastião. [1]

Causas que nos parecem obscuras, e que sería ocioso investigar de perto n'este momento, fizeram que el-rei não recebesse a sua carta, ou que não lhe respondesse. Seis mezes decorreram sem que da nossa parte se aproveitasse a proposta do mouro, e durante este espaço Muley Abdel-Melek, acabando de pacificar as ultimas dissensões do imperio, voltou a attenção para as provincias, aonde dominavam os alcaides, de quem se temia por uma provada affeição ao seu competidor.

Informado das intenções do rei de Fez, Cid Abdel-Kerin recolheu-se occultamente a Arzilla com todos os parentes e fazenda, e para melhor se assegurar contra a vingança que receiava, avisou o capitão de Tanger D. Duarte de Menezes para em um dia designado lhe entregar a fortaleza.

O nosso fronteiro não era homem, que recuasse deante de occasião similhante, ou que a desprezasse.

Apenas recebeu a carta, apparelhou sem demora cinco navios com a gente necessaria, e no momento aprazado chegava a Arzilla. As portas da praça abriram-se-lhe sem resistencia; e os Portuguezes com a espada na bainha

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 5.

guarneceram outra vez aquelles muros, que tantos feitos illustravam.

O neto de D. João III, sabendo a noticia da occupação inesperada, mas tão conforme com os seus planos, manifestou publicamente o maior jubilo, recompensando com largas mercês a Cid-Hazus, irmão do alcaide que viera a Lisboa participar o feito, e promettendo a Abdel-Kerin ainda maiores beneficios na épocha, muito proxima, que destinava para em pessoa receber de suas mãos as chaves de Larache. [1]

Este successo, como se deve crêr, longe de asserenar, desassocegou ainda mais o espirito de el-rei. Na impaciencia que o devorava, os instantes pareciam-lhe seculos, e os obstaculos vãos terrores, accusando de timidez a todos os que não via animados do mesmo ardor.

As discordias suscitadas entre Muley Abdel-Melek, e Muley Hamed, ensanguentando o interior do imperio africano, e dividindo os infieis em bandos hostis, representavam-se-lhe como um favor da Providencia, como um convite da fortuna, que sería loucura perder; e para que a rapidez, da execução acompanhasse a vehemencia da vontade, expediu, com o caracter de embaixador, a Luiz da Silva para Castella, afim de apressar as resoluções do gabinete de Madrid, recordando a Filippe II que apartava o tempo, e que não se podia protrahir mais o cumprimento da promessa feita em Guadalupe, demorando o soccorro de cincoenta galés e cinco mil homens, e junctamente a conclusão do casamento com a infanta. [2]

[1] Arzilla foi restituida a el-rei D. Sebastião em Julho de 1577.—Bayão—Portug. Cuidad. Liv. IV, cap. 5.—Barbosa—Mem. Parte IV, Liv. I, cap. XII.

[2] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I. cap. XII.

Entretanto a natural dissimulação do rei catholico, cada dia oppunha novas contemporizações, e todas as diligencias de Luiz da Silva saiam baldadas. A's suas instancias repetidas respondiam as dilações e os pretextos calculados pelo monarcha hespanhol para cançar o negociador, e desanimar as esperanças do temerario mancebo, que em Lisboa contava os momentos, culpando o seu embaixador, porque não arrancava a um monarcha de indole tão concentrada e impenetravel a desejada decisão.

Finalmente, Filippe II, alcançado de rodeios em rodeios, não pôde esquivar-se ás supplicas do ministro portuguez, e não descobrindo já artificios para dilatar a resposta, mandou-a communicar pelo duque de Alva, que fôra tambem encarregado d'esta segunda negociação. Mas a supposta resolução ainda era mais um subterfugio. O velho general declarou em nome do soberano a Luiz da Silva, que Filippe continuava firme no proposito de não faltar ao que ajustára nas vistas de Guadalupe, mas que tanto para o soccorro, como para o casamento, convinha esperar pela opportunidade.

O duque accrescentou que assim que o nosso rei tivesse junctas as tropas alistadas para a jornada de Africa, promptamente viriam as galés e os soldados castelhanos, porque d'esta maneira defenderiam os portos de Italia, em quanto ancoradas no Tejo nada aproveitavam a Hespanha e a Portugal. Quanto ao consorcio com sua filha, o rei catholico sentia e queixava-se da importuna instancia, depois do que se tractára entre os dois monarchas, sobre tudo não tendo a infanta ainda a precisa edade para consummar o matrimonio. [1]

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I. cap. XII.

D. Sebastião não se illudiu com a resposta, e capitulou-a com motivo de falsa e retrahida. Era claro que, espaçando a vinda das galés para a épocha em que toda a armada portugueza se achasse quasi a ponto de levantar ferro, seu tio só buscava um pretexto para não recusar abertamente o que promettêra.

As circumstancias do nosso reino não eram desconhecidas de Filippe II; pelos seus agentes lia no mais intimo dos segredos da côrte e da administração, e tinha fundamentos para suppôr, que a escassez de recursos e a pobreza geral do paiz levantariam difficuldades insuperaveis contra os planos do rei moço e imprudente, que, não satisfeito de arriscar com leviandade a sorte dos seus vassallos, o vinha inquietar com exigencias que só podiam dar em resultado a ruina de parte do seu exercito, e talvez da sua armada.

O duque de Alva sustentava a mesma opinião, e nas conferencias com o embaixador de certo não teve de empregar grande esforço para o persuadir dos perigos a que D. Sebastião se ía expôr cegamente, sem experiencia da guerra, e com todos os defeitos, que, na direcção de uma empreza militar, costumam provocar os grandes revezes. Foi talvez inspirado pelas sisudas observações do ministro hespanhol que Luiz da Silva se atreveu, por um rasgo louvavel, a escrever a seu amo, ponderando-lhe os inconvenientes da expedição e rogando-lhe que pessoalmente a não governasse, porque podia perder a vida sem deixar estabelecida a successão da corôa, quando tudo o aconselhava a commetter a empreza a um general consummado, que lhe segurasse boas esperanças de feliz successo. [1]

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XII.

Na resposta que D. Sebastião enviou ao valído, respira o animo inflexivel do monarcha, predestinado para servir de exemplo aos outros reis, e de castigo ao paiz, que abençoára o seu nascimento com tanto regozijo.

E' um documento importante, em que o caracter e as preoccupações do principe se revelam em toda a luz, provando que só d'elle, e de mais ninguem, procedia a fatal idéa que o precipitou. Suspeitando com certa base, que os conselhos de Luiz da Silva fossem dictados pelo gabinete de Madrid, el-rei, com a usual firmeza, redarguia que a sua resolução não soffreria mudança, porque antes de se decidir tinha examinado com particular cuidado todos os inconvenientes, e concluíra por não admittir nenhum.

Passando depois a discorrer ácêrca de cada uma das objecções apontadas, o impetuoso monarcha procurava destruil-as com sophismas, e divagações segundo o seu costume. Sobre os perigos a que expunha o reino, arriscando-se sem successão em um feito, como este, tão duvidoso, observava que outros reis e principes, capitaneando em pessoa as suas tropas, mesmo infelizes, nem por isso deixaram de sobreviver á derrota, lembrando o exemplo de Carlos V, e de Francisco I, que sairam illesos do conflicto das armas e até do seio de grandes revezes; e em referencia á proposta de encarregar a expedição a um general de reputação, não manifestava menos repugnancia, asseverando sem hesitação que antes quereria desistir do intento, do que vêl-o compromettido por outrem, longe dos seus olhos, e da sua acção. [1]

O estylo confuso e embaraçado, e a pouca

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV. Liv. 1, cap. XII.

ligação dos argumentos accusam a mão do soberano. Lendo-se este papel, curioso pela significação historica, facilmente se concebe que o homem que o escreveu sómente obedecia aos impulsos de um coração, que não conhecêra nunca o temor, mas que, obscurecida pelas paixões, a sua razão, raras vezes escutada, nunca prevalecêra contra ellas.

No meio d'esta discussão, que o contrariava, el-rei não perdia de vista nem por um instante os armamentos precisos para a execução corresponder á grandeza dos designios.

A experiencia tinha-o desenganado de que, sem um esforço extraordinario, não conseguiria apparelhar uma esquadra proporcionada á expedição que meditava; e por isso começou por ordenar a Nuno Alvares Pereira, estimado pela sua capacidade, que partisse para Flandres, e depois para a Allemanha, incumbindo-o de alistar quatro mil soldados, dos mais aguerridos, contractando além d'isso artilheiros peritos, e comprando as munições, que não se fabricavam no paiz; e não querendo que no exercicio de commissão tão importante o detivessem quaesquer duvidas de dinheiro, auctorizou-o para negociar um emprestimo de quatrocentos mil cruzados a juro de oito por cento, consignando ao seu pagamento o contracto da pimenta, arrendado por tres annos aos dois ricos banqueiros Conrado Roth e Nathaniel Jung, no valor de noventa e dois mil quintaes annuaes. [1]

Nuno Alvares, homem diligente e habilitado, recebidas as ordens, não demorou a viagem, e sahindo no começo de 1577, apresentou-se nos logares designados, e trabalhou com tanto zêlo e aptidão, que, dentro em pou-

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XIII.

co, pôde enviar a el-rei uma lista dos provimentos militares, que ajustára. Tractando do alistamento das tropas, encontrou no duque de Holstein a melhor vontade, offerecendo doze mil soldados experimentados nas guerras de Flandres debaixo do commando do duque de Alva tão severo na disciplina. O agente portuguez, escolhidos quatro mil d'estes veteranos, participou á sua côrte o exito feliz da missão; e com o alvoroço da boa nova, o monarcha expediu logo a Sebastião da Costa, escrivão da fazenda, para apressar em Anvers o embarque da legião estrangeira, que a phantasia exaltada lhe pintava como seguro penhor da victoria.

Por mais prompta, porém, que fosse a partida do segundo mensageiro, a rebellião, que a esse tempo rebentou em Flandres, ainda correu mais ligeira do que elle; e foi necessaria toda a prudencia de Nuno Alvares para que o povo amotinado não sequestrasse as munições, e não se oppozesse á marcha e ao embarque das tropas alistadas, devendo-se ao principe de Orange a saida do soccorro, de que se chegára a desanimar. [1]

Em Italia mandou-se tambem tractar de eguaes, ou ainda de maiores aprestos militares.

João Gomes da Silva, embaixador em Roma passou á Toscana para recrutar em Florença com o consentimento do grão duque tres mil italianos, e outros tantos allemães. A carta de el-rei, que o encarregava d'esta commissão, datada de agosto 28 de 1577, merece ser commemorada, porque involve a noticia de um facto, não sem valor para a apreciação politica da nossa côrte.

[1] **Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XIII.**

Em 1572 o duque de Toscana tinha mandado a Portugal um enviado, Ciro Alidosio, incumbido de communicar a morte de seu pae e de lembrar uma filha, que se achava em edade competente para esposa de el-rei. A proposta não foi attendida então; mas cinco annos depois, recordando-se d'ella, e magoado com as dilações de Castella, D. Sebastião escrevia a João Gomes, que examinasse o negocio de mais perto, e sobre tudo que o informasse se o dote da princeza sería tão grande como se suppunha.

A idéa de se unir sem demora á filha mais velha do gran-duque e de applicar o dote ás despezas da jornada de Africa, parece que por algum tempo dominou o pensamento do mancebo, que via todas as cousas unicamente pelo aspecto mais favoravel á prosecução dos seus projectos [1].

A ultima lucta estava, pois, a começar por mezes; e os receios, que inspirava, augmentavam de hora para hora. A fortuna já cançada de nos ser propicia estava a ponto de se vingar em um só dia de todas as prosperidades, que nos concedêra.

V

Ardendo em impaciencia de realizar a grande empreza, que desde a infancia fôra o pensamento unico da sua existencia, D. Sebastião nem socegava, nem deixava descançar os ministros.

Os armamentos, que determinára, pediam cabedaes, que os cofres exhauridos não po-

[1] Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva, Barbosa—Mem. Parte IV, Liv. I, cap. XIII, p. 116 e 119.

diam subministrar; a compra dos mantimentos e munições, e o soldo das tropas alistadas no estrangeiro instavam por immediato pagamento; e para corresponder a tão pezadas obrigações os conselheiros mais habilitados não apontavam senão o desequilibrio cada dia mais pronunciado entre as rendas e as despezas publicas.

Os gastos consumidos na expedição das armadas, e nas guarnições das praças e fortalezas da Asia, juntos á voragem das antecipações, e dos encargos augmentados por ellas, de anno para anno tinham aggravado as difficuldades, que desde os fins do reinado de D. Manuel, e sobre tudo durante o governo de D. João III, complicavam o estado da fazenda.

As reformas tentadas no tempo das regencias de D. Catharina, e do cardeal D. Henrique, attenuando apenas os males, em vez de os curarem, tornaram-n'os chronicos; e as providencias dictadas pelo poder quasi absoluto de Luiz Gonçalves e de seu irmão, mal estudadas e violentas, longe de trazerem a regularidade e a economia sobresaltaram em vão os interesses, encurtaram as transacções, e introduziram a confusão a par da estreiteza.[1]

O mancebo não ignorava nenhum dos inconvenientes, que por este lado se oppunham á jornada de Africa. Pedro da Alcaçova, homem practico, instruido, e previdente, apenas encarregado da gerencia dos negocios, começou logo por levantar o véu, mostrando ao principe a triste realidade, a verdadeira fraqueza por baixo da falsa opulencia de um vasto imperio. que, longe de nós, e enfraque-

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XIV.

cido, a cada momento requeria novos sacrificios, que exgotavam a monarchia.

Mas a paixão era mais poderosa no animo allucinado de el-rei, do que todas as demonstrações sisudas. Para accudir á falta de recursos vacillou entre diversos expedientes. Um d'elles, pelo menos singular, foi-nos revelado pela sua carta a Ruy Lourenço de Tavora, vice-rei da India. Depois de o informar dos successos occorridos desde a sua partida, o neto de D. João III, obedecendo á preoccupação que o dominava, lembrava-lhe o emprestimo *em que particularmente lhe falára, e que lhe recommendára encarecidamente* com os regulos do oriente, alliados da corôa portugueza, e exigia d'elle que sem demora remettesse o producto para o reino, confiando ao seu cuidado o fiel cumprimento destas ordens [1].

O outro meio, de que se valeu para subsidiar em Flandres as diligencias de Nuno Alvares Pereira, o contracto dos quatrocentos mil cruzados a juro de oito por cento, que já citámos, não era menos singular por outro aspecto, porque ía contrariar as expressas disposições da ordenação e das leis publicadas no seu reinado sobre cambios e usuras [2].

Mas para elle a causa justificava tudo. Não contente com as sommas levantadas por este modo ruinoso, escreveu ao pontifice Gregorio XIII, supplicando-lhe que favorecesse a sua expedição contra os infieis, concedendo-lhe a bulla da cruzada. O Papa deferiu; porêm, as grandes quantias, que rendeu a cobrança, depressa foram absorvidas, e para não se ver obrigado a desamparar a empreza, que a cada

[1] Carta de D. Sebastião a Ruy Lourenço de Tavora, datada de Lisboa em 3 de Março de 1577. Barbosa — Parte IV, Liv. I, cap. XI.

[2] Leis de 16 de Janeiro e 30 de Julho de 1570.

instante tomava mais posse do seu espirito, redobrou el-rei de esforços perante a côrte de Roma, conseguindo por fim a concessão de um subsidio ecclesiastico, de que veiu nomeado recebedor geral o filho natural do arcebispo de Lisboa.

O clero, offendido e assustado, resistiu á execução da bulla, allegando os vexames experimentados com o subsidio consentido no governo do cardeal infante, e a sua voz assumiu tanta influencia, que, apezar da usual obstinação, o monarcha julgou prudente recuar, contentando-se com um donativo de cento e cincoenta mil cruzados, offerecidos *voluntariamente*, e repartido segundo o rendimento dos beneficios ecclesiasticos. [1]

Se o clero assim obteve salvar a melhor parte das suas rendas a preço de um resgata de certo muito inferior ao que deveria produzir a restricta applicação do subsidio, nem todos os outros contribuintes foram tão felizes, porque nenhum era tão poderoso e respeitado.

Estancadas as fontes conhecidas de receita, a pobreza e a decadencia visivel do paiz não impediram que mãos crueis ousassem rasgar-lhe as veias sem piedade. Todas as fazendas particulares, sem excepção, ou privilegio de pessoas, mandadas inventariar, padeceram o oneroso imposto de um por cento sobre a avaliação, e como o tributo não perdoava a ninguem, a somma extorquida em virtude d'elle elevou-se muito.

A moeda castelhana correu em Portugal; reconheceu-se-lhe maior valor; e entrando em grande abundancia para se empregar nas fazendas da India, preencheu assim o desastro-

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XIV.

so fim da sua introducção. Os fidalgos, os prelados, e os homens ricos tambem não escaparam á rede fiscal; pediram-se-lhes donativos e emprestimos, e poucos acharam o segredo de se esquivar. Até o cofre dos orphãos, ausentes, e defuntos, se não eximiu da sorte commum. El-rei apoderou-se d'elle com promessa de pagar o que tirava apenas voltasse de Africa! [1]

Mas o que mais escandalizou as almas devotas foi a negociação com os christãos novos, que se obrigaram a pagar duzentos e quarenta mil cruzados para a guerra, com tanto que o monarcha alcançasse em seu beneficio uma bulla de suspensão de castigo, que por dez annos libertasse os sequazes da synagoga do sequestro dos bens em consequencia de prizão no sancto officio.

O principe annuiu, a Sancta Sé accedeu, e o inquisidor geral de Castella, indignado por ver em Portugal as riquezas dos judeus remidas por tanto tempo, accusou este exemplo de clemencia, que muitos chamariam venal, em termos desabridos, queixando-se n'uma carta escripta ao embaixador do rei catholico.

O receio do zeloso prelado era que os desgraçados confessos fugissem todos para Portugal, perda importante no sentido da repressão, e mais ainda pelo aspecto pecuniario, porque, evadidos os judeus, baixariam de certo em assustadora proporção as grossas rendas do piedoso tribunal. [2]

Mas o cardeal infante, ao qual similhante facto havia de exacerbar todos os desgostos, cedo tinha de vingar a religião do que, a

[1] Barbosa —Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte VI, Liv. I, cap XIV.

[2] Ibidem.

seu ver, significára o maior ultrage. Logo que subiu ao throno um dos seus primeiros actos foi juntar as lagrimas dos judeus aos prantos geraes do reino, alcançando de Roma a revogação do indulto!

O voto auctorizado de um homem de abonado conceito, Fernão de Pina Marrecos, evitou o maior de todos os flagellos, que podiam affligir o reino.

Os lisonjeiros, sabendo que não havia modo mais agradavel de adular o monarcha, do que inventar arbitrios, que lhe facilitassem os recursos de que precisava para as despezas da jornada, lembraram o fatal projecto de se monopolizar por conta do Estado o commercio de cereaes, sustentando que o erario colheria por este meio os lucros, que deviam auferir os negociantes!

Custa a crer, que os pareceres se dividissem a tal respeito; porêm as memorias contemporaneas asseguram, que não faltou quem advogasse tão odioso estanco sobre generos de primeira necessidade, apontando-se entre muitos o nome do jurisconsulto Pedro Barbosa por ser o propugnador declarado do plano.

As razões, que se lhe attribuem, não confirmam entretanto os louvores que lhe concedem mesmo os emulos, e por honra da justiça e da verdade acharam um adversario vehemente e esclarecido em Fernão de Pina.

Felizmente, a despeito da paixão que o cegava, o rei attendeu os argumentos oppostos ao trato indecoroso, que se lhe aconselhava, e cahindo como cavalleiro nos campos de Alcacer, não teve de se arrepender ao menos no ultimo instante do inaudito abuso de macular o sceptro com a eterna nodoa de traficar sobre a miseria publica, esfaimando o povo

para levar uma guerra iniqua ao seio do imperio marroquino. [1]

No meio de todos estes designios e aprestos como se ainda se carecesse da ultima faisca para de todo se ateiar o incendio, o xarife Muley Hamed, derrotado e expulso de toda a parte, accolheu-se aos muros de uma praça castelhana, e extendendo de lá as mãos supplicantes, pediu a D. Sebastião o remedio da sua ruina, a esse tempo já quasi completa.

Enviando-lhe, como emissario, do Pinhon de los Veles, aonde se refugiára, a D. Antonio da Cunha, que fôra seu captivo, o desditoso principe implorava a protecção do neto de D. Catharina para se haver restituido á posse dos estados, que acabava de lhe arrancar a ambição do seu competidor Muley Abdel-Melek, offerecendo em compensação de tão valioso serviço reconhecer-se nosso tributario, ajudar-nos depois de restaurado a combater e repellir os turcos dos territorios da Barberia.

Estas condições, em que se traduzia a humildade e desesperação do vencido, encheram de ufania o nosso monarcha. Acceitando-os, imaginou que a proposta de Muley Hamed lhe abriria todas as portas para a conquista, e que, auxiliado pela defecção dos amigos do soberano decahido, facilmente alcançaria o appetecido fim, que sempre tivera em vista.

Sem reflectir, pois, na gravidade do compromisso, e arrebatado pelas mais impetuosas esperanças, D. Sebastião designou a praça de Tanger para n'ella se encontrar com o xarife, promettendo que em pessoa passaria brevemente a Africa com o intento de manter os seus direitos á ponta da espada. [2]

[1] **Barbosa— Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XIV.**

[2] **Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV,**

Não agradou excessivamente ao emulo infeliz de Muley Abdel-Melek tanta generosidade. O que sobre tudo o assustava eram as confidencias que recebia, ácerca da grandeza dos preparativos e da altivez das idéas de el-rei; e significando o seu reconhecimento por tão importantes offerecimentos, não se esqueceu de insinuar que o seu triumpho não sería menos se Portugal se limitasse, em vez da jornada premeditada, a enviar-lhe quatro mil soldados capitaneados por um general experiente.

Segundo o seu costume, el-rei desprezou o pedido, attribuindo-o aos receios e suspeitas do principe infiel e replicou-lhe que já era tarde para se dispensar da viagem, estando prompto, e que em todo o caso o primeiro a pizar a terra inimiga sería elle! [1]

As mesmas palavras, pouco mais ou menos, se lhe ouviram no conselho convocado para manifestar aos prelados e aos grandes do reino a sua resolução.

Os ministros prudentes e practicos pasmaram escutando as finaes determinações de um mancebo, que os chamára, não para discutir com elles, e se guiar pelo seu voto, mas para lhes intimar a sua vontade, sem admittir contestação.

Começando por expôr os motivos da empreza temeraria, o monarcha, cheio da confiança, que o perdeu então, e depois, annunciou que se resolvêra a auxiliar a causa de Muley Hamed, porque, defendendo-a, Portugal não só honrava as suas armas, como tam-

Liv. I, cap. XVI. Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 6.

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XVI.—Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 6.

bem estorvava, senhor dos portos africanos, a entrada dos turcos na Hespanha. Apar d'isto observou que se acaso os reis, seus predecessores, se tivessem contentado sempre com os limites de suas apertadas fronteiras, nunca teriam alcançado a gloria e o dilatado senhorio, que fazia temído e venerado no mundo o nome portuguez; e concluiu que senão nos arriscassemos pelos outros, ninguem nos consideraria, notando, que além das vantagens do exercicio guerreiro, com que a expedição hade endurecer os soldados, estava certo de que via a desegualdade de forças e os perigos desappareceriam, porque era de esperar que os partidarios do xarife desertassem das bandeiras inimigas para as nossas, mesmo até no momento de se ferir a peleja! [1]

Os argumentos do principe, apezar do tom perceptivo com que foram proferidos, não o emmudeceram, nem a voz, nem a consciencia dos conselheiros de maior auctoridade. Não recuando deante do seu dever, muitos d'elles preferiram incorrer no desagrado a assumirem a responsabilidade de uma annuencia covarde e aduladora, calando-se, quando as mais imperiosas obrigações os mandavam falar.

Ponderando a leviandade de se expôr o rei e a monarchia a eventualidades taes sob pretexto de tomar parte em pleitos, que nos eram estranhos, voltaram o seu cuidado para a pessoa do principe, que viam cada vez mais firme na triste idéa de correr aventuras tão improprias da corôa, que herdára, como nocivas e perigosas em presença das apuradas circumstancias de um reino, que, morto elle, ficaria

[1] Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XVII.—Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 8.

orphão e sem nenhum penhor seguro de independencia.

Seguindo a mesma serie de observações, continuaram pintando o estado critico do paiz, exhausto de população por causa dos estragos da peste, desangrado e desfallecido pelos impostos e encargos, com que não podia e sobre tudo incerto e atribulado com o justificado temor, que inspirava similhante guerra. Emfim asseguraram, que se a monarchia mal supportava o pêso das proprias causas, como se queria que ella tomasse ainda sobre si o das alheias?

Os conselheiros, passando ao exame dos pretextos invocados por el-rei, não duvidaram combatel-os, redarguindo que a necessidade de conter os turcos e os mouros não era tão urgente como se figurava, porque estavam longe e além do estreito, sendo mais prudente repellil-os, do que buscal-os, em quanto uma liga dos reis christãos se não formasse para lhes descarregar um golpe decisivo.

D. Sebastião com a impetuosidade propria do seu caracter atalhou logo as objecções, declarando, que os não convidára para saber se iria, ou não, porque a resolução estava tomada; mas só para os consultar ácerca do modo conveniente de levantar as tropas e de ordenar os preparativos indispensaveis.

Esta resposta aspera, commentada pela severidade do semblante, acabou de perturbar os que ainda se lisonjeavam de valerem alguma cousa no seu conceito. Vendo-o tão inteiro na sua vontade, e tão absoluto no proposito de a seguir contra as mais sisudas considerações, deram a causa por perdida, e separaram-se, destinando novas conferencias para a discussão que el-rei determinára. [1]

[1] **Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap 8.**

Mas as resistencias, que este encontrava, se não o persuadiam, irritavam pelo menos o seu animo, e embora calasse comsigo o desgosto, conhecia-se que padecia por orgulho, não achando quem lhe approvasse as temeridades.

Desejando oppôr aos votos, que o contrariavam, outros pareceres favoraveis, consultou Cid Abdel-Kerin e alguns mouros, e como era de suppôr, a opinião d'elles, perseguidos, desterrados, e ardendo em desejos de vingança, foi conforme com a do principe, disfarçando-lhe os obstaculos, e facilitando-lhe a victoria, como cousa segura e certa; mas Cid Muça, apezar de foragido tambem, não escutou só o odio contra Muley Abdel-Melek, e chamado por D. Sebastião, julgou que o dever o obrigava a não occultar a verdade.

Ouvido sobre a empreza, e sobre as probabilidades de exito, que podia offerecer, escusou-se ao principio de emittir o seu voto, conhecendo que desagradaria; porêm instado, poz de parte as hesitações, e falou como homem, que se estimava, e que antepunha os brios de lisura aos sorrisos e ás mercês. [1]

Alludindo á humilde posição a que a fortuna o reduzíra, precipitando-o de tão alto, e notando que todas as suas esperanças de remedio se libravam na quéda de Muley Abdel-Melek, Cid Muça com rara firmeza expôz a el-rei, que as informações que lhe tinham dado de Africa eram todas inexactas, tanto em referencia aos amigos do xarife, como á rapidez e facilidade da invasão; e animando-se proseguiu, reflectindo, que a jornada proje-

Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Liv. I, cap. XVII.

[1] Ibidem, Liv. IV, cap. 9. Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Liv. I, cap. XVII.

ctada podia attender a um de dois fins, que eram soccorrer simplesmente o principe desthronado, ou conquistar os reinos de Barberia com o falso pretexto de restituir Muley Hamed aos seus Estados.

«Que o primeiro se preencheria melhor com um auxilio forte, commandado por valerosos capitães, do que por meio de armadas e exercitos com um rei á sua testa. Sete, ou oito mil combatentes, junctos aos mouros, eram sufficientes para destruirem o poder do inimigo, ao passo que, pelo pequeno numero, desviariam as apprehensões, que já se divulgavam, ácerca das idéas de ambição, attribuidas a D. Sebastião.»

«Que o segundo proposito, arriscado e imprudente, que era a conquista, encontraria aberta resistencia em quasi todos os mouros, tibieza e repugnancias até nos mais zelosos partidarios do xarife. A presença do rei de Portugal, dando corpo ás vozes dos amigos de Muley Abdel-Melek, justificaria as suspeitas e receios dos que asseveravam, que o soccorro concedido a Muley Hamed seria compensado pela servidão do imperio marroquino ao sceptro do principe christão.»

«Não se illudisse el-rei com as promessas dos que o adulavam. A Africa, pelo sitio, pelo clima, e por outras circumstancias, podia oppôr ás suas armas uma guerra longa e invencivel, porque n'aquelle paiz tudo pelejava contra o invasor.» [1]

Estas e outras razões extensamente desenvolvidas, e o desengano que d'ellas se derivava com evidencia, pouco abalaram o convencimento de D. Sebastião. Longe de agradecer

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 9. Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Liv. I, cap. XVII.

ao mouro a lealdade, se não o tractou com aspereza, não o contemplou em cousa alguma, e voltou todas as affeições para os irmãos de Abdel Kerin, rivaes de Muça, e incansaveis em ennegrecer o seu procedimento, calumniando-o de menos fiel ao xarife por sustentar opiniões contrarias á verdade. Até se accrescenta, que o premio colhido por Cid Muça em virtude da lisura das suas palavras fôra o veneno, de que veiu a fallecer em Evora pouco tempo depois, fóra da graça de el-rei, e deixando seus filhos orphãos e desprezados.

Sacrificio inutil, porque se qualquer dos ministros encanecidos no uso dos negocios alguma vez ousava citar os conselhos do mouro contra a expedição, o soberano offendido respondia-lhe sempre com enfado, que n'este caso *os mouros falavam como christãos, e os christãos como mouros* [1].

Era uma resolução fatal e inabalavel! As difficuldades, em logar de suspenderem, só faziam apressar todos os passos, porque a voz do castigo clamava de longe chamando o rei e o povo para o sepulcro, que o destino lhes estava abrindo na terra estrangeira.

A'lem dos meios extraordinarios, criados para subsidiar uma guerra por todos desapprovada, el-rei e os que lhe inspiravam os mais odiosos arbitrios fiscaes, achando os recursos obtidos desproporcionados para a grandeza do feito, ainda buscaram diversos expedientes para momentaneamente engrossarem o rendimento publico.

O estado declarou estanco o trato do sal, genero de primeira necessidade, e como complemento d'este erro vieram uns atraz dos outros os contractos onerosos, malbaratando-se as mais seguras receitas a preço de antecipa-

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. IX.

ções, em que a usura se locupletava, como sempre costumou, á custa do apuro dos tempos e do desvario dos homens.

As quantias, assim arrancadas, passavam sem demora das mãos dos thesoureiros e cobradores para as dos fornecedores, porque em uma jornada por mar, como a que se dispunha, para invadir terra inimiga e pouco abastecida, tudo se havia de levar do reino desde a palha para os cavallos até á lenha para as cosinhas, elevando-se por isso a despeza do rei e dos fidalgos a tal ponto, que o paiz acabou de se empobrecer, empenhando os nobres as rendas e morgados, ao passo que todos se queixavam com motivo, de que a empreza serviria só de os entregar aos mouros; mas o desejo de agradar ao principe podia mais do que a razão, e os mesmos que deploravam como temeraria esta aventura não eram os ultimos a suscitar competencias, e a desfalcarem o seu patrimonio [1].

Pedro da Alcaçova, D. Francisco de Portugal, e Manuel Quaresma, na qualidade de vedores da fazenda, presidiam a todos os preparativos necessarios, expedindo as ordens, e regulando os pagamentos; e de certo qualquer d'elles, por maior que fosse a sua ostentação de zelo, daria boa parte do valimento para ver applicar aos melhoramentos da nação os cabedaes destinados a uma lucta, injusta, ruinosa, e que só promettia ser fecunda em sacrificios e revezes [2].

D. Sebastião nunca se esquecêra das complicações e das demoras, que tinham mallogrado a sua primeira expedição; e, advertido pela experiencia, não quiz que os mesmos in-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — Chron. de el-rei D. Sebastião, cap. 44, p. 184.
[2] Ibidem, cap. 44, p. 185.

convenientes se repetissem. N'este sentido havia já encarregado a Sebastião da Costa, escrivão da fazenda, a missão de alistar na Allemanha tres mil soldados; e em Castella mandou lançar bando, e levantar tropas, recrutando dois mil homens, de que veiu por general D. Alonso de Aguilar, trazendo por sargentos a D. Luiz de Cordova e o capitão Aldana.

A'lem d'estes auxiliares, o acaso offereceu um util alliado a el-rei na pessoa de Thomaz de Sternuile, marquez de Lenster (creado pelo papa), o qual, dirigindo-se á Irlanda com os soldados romanos, que reunira, entrou em Lisboa a tomar refrescos e a pedir embarcações. D. Sebastião, achando-os muito exercitados, convidou o marquez a acompanhal-o, e alcançou a sua annuencia, sob condição, de que o Pontifice a approvaria [1].

Emfim, para completar as suas disposições militares o principe nomeou quatro coroneis; Diogo Lopes de Sequeira para o terço de Lisboa, D. Miguel de Noronha para o de Santarem, Vasco da Silveira para o Alemtejo, e Francisco de Tavora para o do Algarve. Para a Beira e Entre Douro e Minho não designou coroneis especiaes, ordenando que os recrutas, que viessem d'estas partes, fossem repartidos pelos quatro terços existentes.

A vinte de Maio partiram os novos officiaes para as comarcas, que lhe pertenciam, e com grande difficuldade conseguiram fazer nove mil soldados bisonhos, mal providos de armas, e inteiramente hospedes nas cousas da guerra.

A nobreza tambem foi chamada, e o mo-

[1] Fr. Bernardo da Cruz — Chron de el rei D. Sebastião, p. 186 e 187. Bibliotheca Real. Manuscripto sobre a Jornada de Africa.

narcha, participando-lhe o seu intento de renovar a jornada de Africa, invocou a lealdade e o valor de todos para o seguirem, escrevendo no mesmo sentido aos ausentes.

A par dos fidalgos, aos quaes o soberano por sua auctoridade podia pedir que o servissem, havia muitos homens esforçados que não recebiam soldo, e que se alistaram debaixo da bandeira de aventureiros, excusando assim a despeza dos cavallos, e assignalando os brios de guerreiros, porque tomavam nas pelejas o mais arriscado posto. Christovam de Tavora, como valído de el-rei, foi o capitão preferido para esta ala de cavalleiros, que havia de justificar depois no campo os merecidos louvores dos que a compunham.

Mil lanças, quasi todas de homens que tinham servido como capitães na Africa e na India, ornavam esta bandeira, que podia dizer-se com fundamento a primeira das tropas portuguezas. Reunidas subiam estas a quatorze mil infantes, e a mil e quinhentos cavallos, com mil e quinhentos gastadores, poder bem pequeno para tantos esforços, e bem desegual para a temeridade proposta, mas que retratava claramente o grau de enfraquecimento e decadencia, a que se achava reduzida a monarchia de D. Manuel e D. João III[1].

No meio do alvoroço dos aprestos, e da continua entrada dos esquadrões e dos terços por mar e por terra, notava-se a tristeza dos que partiam, e o cuidado e a magua dos que viam empenhar com tão duvidoso exito as forças do paiz.

Na opinião dos mais avisados a presença dos turcos na Africa não só era uma ameaça

[1] Fr. Bernardo da Cruz—Chron. de el-rei D. Sebastião, p. 187 a 190. Bibliotheca Real. Manuscripto da Jornada de Africa, publicado pelo sr. R. Felner.

suspensa sobre as duas corôas de Castella e Portugal, mas até sobre as de todos os principes christãos; e não admira por isso, que os mais receiosos e prevenidos applaudissem a occupação projectada dos logares maritimos, e sobre tudo a de Larache, porto dotado de grande capacidade para abrigar as galés, e situado de modo que podia servir de freio ás ousadas correrias e assaltos das armadas infieis; porêm o que tanto os ministros portuguezes, como os estrangeiros censuravam n'esta guerra, era a cega precipitação, com que se emprehendia, capitaneada por um rei moço e absoluto nas suas vontades, na ausencia de capitães habilitados, e sem soldados costumados ás pelejas campaes, e aos trabalhos dos cercos e defezas de praças [1].

Affeitos ao exercicio das luctas do mar os portuguezes de então poucas vezes combatiam em terra, e costumados ás victorias da Asia não observavam a menor disciplina, ficando o successo da impetuosidade desordenada, com que acommettiam, o que os mais practicos olhavam como funesto erro em uma lucta com os mouros, que não eram faceis de assombrar com arremêssos, e que sabiam vender sempre cara a derrota.

Accrescia a falta de machinas de guerra, o desuso de as empregar, e a antipathia que el-rei mostrava aos homens encanecidos nas armas, fugindo de os consultar para só ouvir mancebos como elle arrebatados e inexperientes.

Ninguem ignorava, que a indole do principe o inclinava aos feitos arriscados, e que os maiores perigos o attrahiam, affrontando-os sem conselho, e suppondo que na guerra tu-

[1] Fr. Bernardo da Cruz—Chron. de el-rei D. Sebastião, cap. 46.

do se cortava pela força do braço e com os fios da espada.

Estas razões, que estavam na mente de todos, eram as que faziam ter quasi como certo o desastre, que se receava, e que dictavam aos ministros mais competentes as reflexões, que o principe nunca attendeu, maltractando os que não o applaudiam como general fadado pela gloria para sujeitar Marrocos ao imperio portuguez.

O cardeal D. Henrique, D. João Mascarenhas, o heroe de Diu, e a rainha D. Catharina, não se cansavam de lhe rogar, que cedesse o commando da empreza a um capitão consummado, e que não se expozesse em pessoa para realizar os planos, que já tinham sido propostos em outra épocha no conselho de D. João III, e que a opinião unanime dos homens entendidos rejeitára como temerarios e só ferteis em despezas e revezes.

Mas a rainha, ferida no coração pela magoa, expirando em Fevereiro de 1578 com a mesma supplica na bocca, deixou o neto mais desassombrado para continuar nos preparativos da jornada; e o infante D. Henrique, mal visto, e sempre severo como um tutor, desenganou-se de que a sua voz no paço perdêra a auctoridade. Depois de inuteis advertencias para el-rei tentar ao menos a guerra por algum de seus capitães, conhecendo que até a sua presença se tornava pesada n'uma côrte, aonde se zombava dos annos e da prudencia, despediu-se do sobrinho, e partiu para o seu arcebispado de Evora, não sem disparar primeiro contra os que aborrecia, a seta mais aguda que o seu odio podia apontar.

Quasi á saida, o cardeal, chamando a Fernão de Pina Marrecos, vereador de Lisboa, insinuou-lhe que persuadisse ao monarcha o risco a que se expunha e ao reino, pedindo-lhe

desistisse da empreza de Africa. Era desafiar as iras do leão, estimulando-o no ponto mais sensivel!

Escutando o solemne discurso dos vereadores, feito em nome do povo, D. Sebastião, cujo semblante era de ordinario melancholico e grave, e que não carecia de similhante conflicto para se carregar de novas sombras, de repente assumiu tão colerico aspecto, perguntando em tom ameaçador a Fernão de Pina, quem o movêra a este atrevido lance, que o vereador, cheio de espanto e perdido de terror, confessou que o infante D. Henrique tinha sido o verdadeiro auctor de tudo. Ardendo em ira, e cada vez mais altivo e arrebatado, el-rei obrigou-o a declarar por escripto o que acabava de dizer publicamente; e munido d'esta prova não se demorou em escrever ao cardeal, queixando-se do modo por que desinquietava o povo contra a expedição em termos taes, que o inquisidor mór julgou prudente abrir mão do negocio, e entregar as cousas ao seu destino inevitavel [1].

Filippe II tambem da sua parte ostentava empregar os mesmos esforços, de que se valêra em Guadalupe, talvez por ter a certeza de que seriam infructuosos.

Além das cartas, que a miudo enviava ao sobrinho, dissuadindo-o, e cujo resultado seguro era confirmarem-n'o cada vez mais no seu proposito, o rei catholico aproveitou a embaixada de pezames do duque de Medina Celi para instar de novo com o principe, aconselhando-o para que não passasse a uma terra, aonde tantos perigos o esperavam, e lembrando-lhe que o casamento com a sua filha estava muito proximo, e que seria mais do que

[1] Fr. Bernardo da Cruz—Chron. de el-rei D. Sebastião, cap. 47, p. 195 e 196.

imprudencia arriscar-se em uma guerra distante, antes de o contrahir.

Ao mesmo tempo o monarcha hespanhol, com a sua usual astucia, mandára o capitão Francisco Aldana, soldado valeroso e muito estimado do duque de Alva, com a missão occulta de reconhecer as costas e fortalezas maritimas de Africa e o verdadeiro poder de Muley Abdel-Melek. Aldana percorreu as terras principaes, disfarçado em trajos de judeu, e voltando no fim de seis mezes, referiu de viva voz em Madrid tudo o que vira e as poucas esperanças, que o estado de defesa do imperio marroquino promettia a uma invasão intentada sem grandes forças.

O mesmo repetiu depois em Lisboa, por ordem do seu governo, na presença de el-rei; mas não conseguiu demovel-o da sua idéa, que era mais poderosa, do que todas as razões. D. Sebastião escutou-o attento, e informando-se com elle miudamente dos sitios, que pretendia accommetter, poz termo á conversação, convidando-o para o acompanhar! [1]

Entretanto, mesmo em Portugal, não faltou quem desconfiasse da sinceridade das diligencias de Filippe II a este respeito. Houve quem soubesse e asseverasse até, que vendo o sobrinho inabalavel, o principe castelhano exclamára, mais satisfeito do que magoado: «Vaya en ora buena, que si venciere buen yerno tendremos, y si fuere vencido buen reyno nos vendrá.» Os que de perto conhecessem a indole do filho de Carlos V não duvidariam que no fundo do seu coração, pelo menos, não existisse o cruel desejo, que taes palavras revelavam. N'elle a ambição nunca se prezou de escrupulosa, nem de delica-

[1] Bayão.—Portugal Cuid. e Last. Liv IV, cap. 12.

da. Todos os meios lhe serviam para obter os fins. [1]

Notando o endurecimento de el-rei, os mais apaixonados accusavam a Christovam de Tavora, por ser o seu maior confidente, e a Pedro da Alcaçova, por ser o ministro mais attendido, suspirando já pelo tempo de Martim Gonçalves e de seu irmão, que ousavam ao menos resistir n'este ponto aos caprichos do mancebo.

Todos estavam innocentes; porêm, o valido moço, porque toda a intimidade, que se lhe concedia, procedendo da conformidade dos annos, não bastava para o auctorizar a exercer sobre um animo tão altivo o ascendente absoluto, que sería preciso para lhe mudar as resoluções; o antigo secretario de D. João III, porque não tinha hesitado em desapprovar o intento, expondo-se com inteireza ás consequencias de um arrojo, que o rei imperioso e violento, não tinha deixado impune em muitos.

Se a rainha viuva, se o cardeal, e emfim se o proprio Luiz Gonçalves, dizia Christovam de Tavora, pessoas de tanto respeito e tão poderosas, nunca poderam vencer a obstinação do monarcha, como o faria um homem moço, mais filho do agrado real, do que das obras e serviços, que a sua juventude ainda não lhe consentira practicar? Não era sabido de muitos, que antes das vistas de Guadalupe, partindo para Castella por ordem de el-rei, elle passára por Evora, aonde estava o cardeal, e que, beijando-lhe a mão, lhe rogára que se empenhasse por convencer o sobrinho do perigo da expedição, aventurando-se a decahir da graça, se acaso na côrte constasse o que tinha ousado? [2]

[1] Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 12.
[2] Bayão—Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 13.

Pedro da Alcaçova podia responder com egual, ou ainda com melhor fundamento. Achando-se D. Sebastião nos paços de Santos, em Outubro de 1577, na presença de Manuel Quaresma, de D. Francisco de Portugal, e de Miguel de Moura, todos ministros e reunidos em conselho, o futuro conde da Idanha, fiel ao seu dever, não hesitou em lêr um memorial composto com o fim manifesto de desviar o soberano dos fataes projectos, que o perderam, encarecendo-lhe os obstaculos.

Pedro da Alcaçova declarava n'este papel, que honra a sua memoria, a ser verdadeiro como suppomos, [1] que o soccorro das cincoenta galés e dos cinco mil homens de Castella lhe parecia mais do que duvidoso apezar das promessas do gabinete hespanhol; que os fornecimentos tirados de Andaluzia eram dados com tal estreiteza, que a pouco subiam; e finalmente, que as tropas e munições ajustadas na Allemanha e na Italia, com o rebate da revolução de Flandres, estavam em risco de nunca chegarem, impedidos pelas alterações politicas. [2]

Alludindo depois aos meios pecuniarios o velho confidente de D. Catharina de Austria insistia com dextreza na asserção, de que elles se reduziam apenas a setecentos mil cruzados, dos quaes já se tinham empregado mais de cem mil na Andaluzia nos fornecimentos encommendados; que muito maior quantia ainda se gastára já no reino em viveres e outros aprestos; e que só para trigos e biscoitos, expor-

[1] Barbosa — Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XVIII. Traz por inteiro o memorial a que nos referimos desde a pagina 163 até 169.

[2] Barbosa — Memorial de Pedro de Alcaçova. Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. XVIII, p. 164 e 165.

tados do estrangeiro, se pedia nada menos do que duzentos e setenta mil!

Os soldados allemães custavam cento e cincoenta mil cruzados, e os italianos, com a compra de alguns generos, outros cento e cincoenta mil.

A estes encargos, que por si só montavam a mais de oitocentos mil cruzados, o vedor da fazenda com motivo plausivel ajunctára o calculo da despeza, que Larache exigiria, depois de tomado, em obras de fortificação e nos presidios, notando ao mesmo tempo, que o Estado tinha de attender á partida do conde de Atouguia para a India com uma armada, que não importava em menos de cem mil cruzados, aggravando-se todas as difficuldades pela falta de metaes, e com a differença dos cambios contra nós [1].

Pedro da Alcaçova, depois d'este relatorio, tão claro e conciso, concluia, pedindo que se desistisse da jornada de Larache, e que tudo se limitasse a uma empreza contra o Cabo de Gué, dispensando-se os gastos do alistamento dos estrangeiros, que, vindo tarde, mal compensariam os sacrificios necessarios para os subsidiar.

Mas as representações do ministro, se lhe não roubaram a confiança do monarcha, tambem não conseguiram o fim que elle se propunha; antes el-rei se affirmou tanto no seu intento, que ouvia com desgosto e visiveis

[1] **Barbosa—Memorial de Pedro da Alcaçova. Descrevendo as receitas effectivas e talvez acanhando-as com bom proposito, o ministro diz, que se realizariam da nação duzentos mil cruzados, do subsidio outros duzentos mil, do contracto com os banqueiros Roth e Jung, e dos doze mil quintaes de pimenta, quasi outros duzentos mil cruzados, do serviço da cidade quarenta mil, de venda de juros e outros partidos cem mil...**

mostras de impaciencia a quantos o contrariavam.

D. João de Mascarenhas, o heroico defensor de Diu, porque negou a facilidade da invasão, soube um dia, com estranheza, que el-rei perguntára aos medicos, se um homem valeroso com a muita edade perderia o animo! O respeito não o conteve, e o vencedor do rei de Cambaya, offendido, não hesitou em dizer: que pois Sua Alteza estava decidido a ir, que levasse a mortalha para enterrar o reino fóra de sagrado! Accudindo o principe com a observação de que a edade o fazia desvairar, em vez de ceder, tornou a redaguir, que para servir el-rei contava vinte e cinco annos, e oitenta para o aconselhar dizendo a verdade.

Martim Affonso de Sousa ainda se atreveu a mais. Entrando no paço começou a falar com os outros fidalgos em sitio d'onde el-rei os ouvia, exclamando: «Assim como se atam os loucos, cujos desatinos podem ser perigosos, porque não prenderão a este moço, que anda induzindo a maior damno para se perder a si e a nós todos?» Mas as palavras d'este, as de D. Luiz de Athaide, e até as do duque de Aveiro D. Jorge de Lencastre, de nada mais serviram, do que de excitar contra elles a furia, ou o resentimento de D. Sebastião [1].

O seu fatal orgulho não cessava de o impellir, e como cego e arrebatado corria aos braços da morte, cuidando que ia reclinar-se glorioso nos da victoria!

Nem os conselhos sisudos, nem as supplicas, nem mesmo as propostas de Muley Abdel-Melek, que, elevado ao cume das prosperidades, depois de tantos annos de fadigas e revezes só desejava a paz e a quietação do seu

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 13.

imperio, poderam abalar um só instante aquella vontade cega.

A resposta dada em nome de D. Sebastião ao rei mouro bem mostra como em Portugal se tomava a prudencia por temor, e como só se respirava no meio do ardor das conquistas e de imaginados triumphos promettidos á invasão.

Muley Abdel-Melek para alcançar a nossa neutralidade nas discordias civis de Fez e de Marrocos, protestava que o seu odio contra os turcos não era menor, que o dos principes christãos, accrescentando que se o impeto das armas de el-rei tendia a desapressar as fortalezas de Africa de correrias, n'elle achariamos todo o accolhimento, não se recusando até a alargar os limites do territorio portuguez em redor dos muros das nossas praças.

Quando lhe constou que tudo se rejeitava, appellando para a sua espada, o competidor victorioso de Muley Hamed ergueu a fronte, e confiando na fortuna, lembrado de que subira ao throno como soldado, exclamou: «Pois bem! sobre um ladrilho de Africa darei duas batalhas a el-rei de Portugal!» [1]

A luva estava lançada; mas a futura sorte do conflicto só podia ser duvidosa para quem não estudasse as cousas de perto.

De um lado, um rei que aprendêra desde a infancia a vencer, arrostando-se com os perigos e os trabalhos do campo, reputado o primeiro capitão entre os da sua raça, e instruido na disciplina e nos ardis da arte militar dos turcos; do outro, um monarcha de vinte e quatro para vinte cinco annos, allucinado pelos sonhos de uma phantasia exaltada, por

[1] Bayão — Portugal Cuid. e Last. Liv. IV, cap. 17. Barbosa—Mem. de el-rei D. Sebastião, Parte IV, Liv. I, cap. 22.

sua desgraça absoluto senhor de um reino, e sem a menor experiencia das cousas da guerra.

Quando em 1578 Lisboa viu o embarque das tropas no meio do trovejar da artilheria de bronze, dos galeões e das naus venezianas, que saiam do porto junctas e embandeiradas com estandartes nas gaveas, cujas pontas roçavam pela agua, mal sabia ella que estas salvas festivas eram as ultimas, que por muito tempo haviam de resoar no Tejo, saudando o rei natural [1].

D. Sebastião despedia-se para não voltar, deixando atrás de si receios e saudades, que depressa o lucto ía converter em lagrimas. Seguiam-n'o mais de oitocentas velas de toda a sorte, com vinte e quatro mil homens de peleja [2].

Eis o poder com que determinára bater ás portas de Marrocos, estampando as quinas nas ameias rendidas das praças mouras, quasi sem combate, segundo assegurava. Dos vinte e quatro mil soldados, que levava, apenas quatorze mil seriam portuguezes, os mais d'elles forçados e descontentes. A isto se reduziram tantos esforços e tão grande estrepito!

Mettendo o pé no escaler, e correndo a vista pelas praias, que nunca mais tornou a ver, o desditoso mancebo ainda julgava que do outro lado do estreito o chamava a fortuna. Até ao fim sempre cuidou, dizem as memo-

[1] **Mss. da Bibliotheca da Ajuda publicado** pelo sr. R. **Felner, no Jornal o «Bibliophilo»** mezes de Abril e **Maio de 1849.**

[2] **Mss. da Bibliotheca da Ajuda publicado no «Bibliophilo» do mez de Julho de 1849.** Jeronymo de Men**dança apenas calcula em dezasete** mil homens toda a **a força do exercito, sendo só nove** mil portuguezes! **(cap. 3.º) A mesma opinião sustenta** Fr. Bernardo da **Cruz (Chron. cap. 45.)**

rias contemporaneas, que a multidão dos arabes cahiria inerte deante d'elle, como ferida do raio, ou que não o esperaria no campo, suppondo a guerra de Africa quasi o mesmo, do que uma monteria de javalis na coutada de Pancas. [1]

Antes de partir, D. Sebastião tentou por vezes a ambição do cardeal D. Henrique, offerecendo-lhe o governo do reino na sua ausencia; mas o infante, resentido e magoado, excusou-se, querendo dar um documento publico da sua desapprovação. O principe, conhecendo que todas as instancias seriam inuteis, e disposto a cortar pelos impedimentos, que lhe oppunham, escolheu o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, o vedor da fazenda, Pedro da Alcaçova Carneiro, Francisco de Sá, D. João de Mascarenhas, e o secretario Miguel de Moura, e encarregou-os do despacho dos negocios durante a sua falta, limitando-lhes os poderes tanto para a execução das penas, como para o provimento das mercês.

Concluida esta difficuldade, e lançado sobre os hombros dos cinco ministros todo o pêso e responsabilidade da administração, el-rei não tractou senão de apressar a jornada, e de a tornar pomposa.

O dia 14 de Junho amanheceu coroado dos resplendores do sol da peninsula, e das galas de uma côrte, que se preparava para a maior lucta como se fosse convocada para um torneio.

O monarcha saía dos paços da Ribeira para a Sé a benzer a bandeira real no meio de um cortejo de fidalgos, que disputavam entre si sobre qual excederia o outro na riqueza e invenções dos trajos.

[1] Mss. da Bibliotheca Real, no Bibliophilo do mez de Julho de 1859.

Não se via (referem as testemunhas oculares da épocha) senão brocados, telas de ouro e de prata, e tecidos de seda. Os velludos e damascos reputavam-se de pouca valia se não appareciam realçados de passamanes, rendilhas, espiguilhas, torchados e alamares de ouro. O gasto feito com tão luxuoso vestuario, e com os ornatos e armas, arruinou bastantes pessoas, que se diziam abastadas.

A pedraria, que a maior parte ostentava em tranças de chapeus cheias de rubis, diamantes e esmeraldas, em camafeus preciosos, em medalhas e cadêas de dez e doze voltas; as couras borladas de ouro com botões do mesmo preço; os gibões e colletes sobre telilha de ouro com pesponto maravilhoso de córte pique; os capotes de damasco, e de setim, bandados com barras de velludo e torçaes, compunham um todo tão lustroso e raro, que se deslumbravam os olhos, contemplando-o. [1]

Nos arreios dos cavallos notava-se o mesmo gosto e profusão. Todos os fidalgos levavam em seus corseis cabeçadas e esporas de prata, esmaltadas de ouro e azul, estribeiras lavradas de mil figuras, nominas, peitoraes, cilhas e cordões com borlas de ouro e troçaes. As mochillas com os jaezes e cobertas, pelo menos, eram de velludo com muitas franjas de ouro e prata, e os mandis de velludo. Os escudeiros e pagens, que acompanhavam os senhores, trajavam como lacaios, ou escravos, a libré de suas côres, chegando os mais opulentos a apresental-os com gibões e calças de seda. [1]

O duque de Bragança, que chegou á capital no fim de Maio com muita gente escolhi-

[1] Mss. da Bibliotheca da Ajuda. *Bibliophilo* do mez do Maio de 1849.

[2] Ibidem

da, trazia-a parte vestida de amarello guarnecido de vermelho e parte de vermelho fino sorteado com elegancia.

Mas os fatos não foram a despeza unica dos cavalleiros principaes, que tanto desejavam por todos os modos attrahir a vista do soberano. Podia dizer-se, que todo o gasto empregado em sedas e bordados era pouco em comparação do que se despendeu nas armas.

Não houve fidalgo que não comprasse corpos de aço, mandando juntar-lhes os seus brazões em campos de diversas côres. Peitos de prova de grande custo, couras e colletes de anta, couraças de laminas, cobertas de velludo e setim, com tachas de ouro e de prata, saias de malha, e gibanetes, rodellas tauxiadas, adargas, montantes, leques, e terçados, emfim todo o genero de armas offensivas e defensivas, e apar d'ellas tendas ricas, muitas de seda com grimpas douradas e bandeiras, assim como tendilhões para a gente e os cavallos, tudo isto formava um quadro admiravel pela variedade e o primor, preparando-se para o embarque, defronte do Terreiro do Paço apinhado de povo. [1]

O fausto desusado, com que a nobreza e o principe se ornavam para uma guerra, que, mesmo feliz, os havia de expôr a grandes fadigas, talvez nascesse da falsa idéa, que el-rei tinha do caracter dos arabes, e das sonhadas facilidades da empreza. Illudido e credulo, D. Sebastião levou o orgulho, ou antes o delirio, a ponto de ter na sua galé uma corôa de ouro cerrada para o dia em que entrasse em Alcacer ser coroado imperador de Marrocos, assim como vestidos e alabardas para dar aos da sua guarda durante a cerimonia, com as armas

[1] Mss. da Biblioteca Real. *Bibliophilo* do mez de Maio de 1849.

reaes e a corôa fechada por timbre. Para nada esquecer, até Fernão da Silva trazia estudado de antemão o discurso, que havia de proferir, annunciando a victoria do alto do pulpito. [1]

Uma catastrophe terrivel, mas esperada, poz termo a tão loucas esperanças! Em meia hora, que tanto durou a batalha de Alcacer, viu-se o rei de Portugal morto, a flor da nobreza prostrada, ou captiva, e a monarchia de D. Manuel vencida, humilhada, e orphã!

De que serviria avivarmos as tintas de um painel, que tantas vezes tem sido feito, e que sempre se considerou com a dôr e o espanto, que infundem os grandes castigos?

Quando as nações assim desapparecem quasi n'um dia depois de longa serie de prosperidades, feridas de morte logo ao primeiro golpe, é porque cahiram para só tarde se levantarem; é porque a corrupção as envelheceu antes de tempo, e a gangrena interior lhes minou as forças e a vida, adeantando a sua decadencia.

O mais que aconteceu todos o previam. Filippe II já nos ultimos annos não tirava os olhos de cima do reino, que lhe promettiam as imprudencias do sobrinho, e o enfraquecimento do paiz; e concedendo alguns mezes ainda á agonia do cardeal D. Henrique proclamado rei, ordenou a Christovam de Moura que comprasse, e ao duque de Alva que tomasse posse da monarchia, cuja indepen-

[1] Ibidem. *Bibliophilo* do mez de Julho de 1849. *Carta de um abbade da Beira.* As noticias d'este curioso papel,com o qual assistimos quasi dia por dia a todos os passos da fatal expedição de 1578, parecem ser de testemunha ocular, tanto na *Relação da Jornada* como na *carta* que se lhe segue, e accusa outra mão e outro estylo.

dencia subjugára, callando as resistencias mais com o toque do ouro, do que por meio do ferro, ou da violencia.

Sobre esta vergonhosa e triste scena melhor será correr-lhe o veu, do que represental-a com as verdadeiras feições e a verdadeira côr. No momento em que a heroica nação, que vencêra Castella em Aljubarrota, e devassára o segredo dos mares até á Asia, ajoelhava em Thomar, entregando os seus fóros nas mãos do herdeiro de Carlos V, o prior do Crato, e os que o seguiam, choravam no desterro as illusões, que os empenharam como derradeiros defensores da liberdade natal n'uma lucta desegual, em que se viram desamparados de quasi todos.

A pobreza, e as amarguras do exilio puniram sobre elles, como a derrota de Alcacer sobre D. Sebastião, o fatal erro de não conhecerem a épocha, nem os homens. Aos cavalleiros de Africa tinham succedido os mercadores da India, e esses nem souberam pelejar como soldados, nem souberam morrer como portuguezes.

Felizes os que dormiram ao lado do rei em Alcacer, porque não viram a affronta sobre o infortunio. Ao menos fecharam os olhos para sempre com a imagem da patria pura, e não trahida, no coração.

(Transcripto do volume XVII (1859) do *Quadro elementar*, pag. V a CCV).

FIM DO TERCEIRO VOLUME

DAS «RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS»

OBRAS COMPLETAS

de

Luiz Augusto Rebello da Silva

REVISTAS E METHODICAMENTE COORDENADAS

XL

ESTUDOS HISTORICOS—II

RELAÇÕES
POLITICAS E DIPLOMATICAS
DE
PORTUGAL
COM
AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

VOLUME IV

Empreza da Historia de Portugal
95, Rua Augusta, 95
LISBOA MCMX

OBRAS COMPLETAS

DE

LUIZ AUGUSTO REBELLO DA SILVA

XL

VOLUMES PUBLICADOS

I—Rúusso por homizío
II—Odio velho não cança (1.º)
III—Odio velho não cança (2.º)
IV—A Mocidade de D. João V (1.º)
V—A Mocidade de D. João V (2.º)
VI—A Mocidade de D. João V (3.º)
VII—A Mocidade de D. João V (4.º)
VIII—A Mocidade de D. João V (5.º)
IX—Lagrimas e thesouros (1.º)
X—Lagrimas e thesouros (2.º)
XI—A Casa dos Fantasmas (1.º)
XII—A Casa dos Fantasmas (2.º)
XIII—De noite todos os gatos são pardos.
XIV—Contos e Lendas (1.º)
XV—Contos e Lendas (2.º)
XVI—Othello—As redeas do governo
XVII—A mocidade de D. João V (drama).
XVIII—Amor por conquista (comedia) — O Infante Santo (fragmento).
XIX—Fastos da Egreja (1.º)
XX—Fastos da Egreja (2.º)
XXI—Fastos da Egreja (3.º)
XXII—Fastos da Egreja (4.º)
XXIII—Bosquejos historico-litterarios (1.º vol.)
XXIV—Bosquejos historico-litterarios (2.º vol.)
XXV—Bosquejos historico-litterarios (3.º vol.)
XXVI—Questões Publicas. (1.º vol.)
XXVII—Questões Publicas. (2.º vol.)
XXVIII—Arcadia Portugueza (1.º vol.)
XXIX—Arcadia Portugueza (2.º vol.)
XXX—Arcadia Portugueza (3.º vol.)
XXXI—Memoria biographica e litteraria ácerca de Manoel Maria Barbosa du Bocage.
XXXII—Apreciações litterarias (1.º vol.)
XXXIII—Apreciações litterarias (2.º vol.)
XXXIV—Apreciações litterarias (3.º vol.)
XXXV—Memoria ácerca da vida e escriptos de D. Francisco Martines de la Rosa.
XXXVI—Elogio de reis.
XXXVII—Relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo.—1.º vol.
XXXVIII—Idem, 2.º vol.
XXXIX—Idem, 3.º vol.
XL—Idem, 4.º vol.

OBRAS COMPLETAS DE LUIZ AUGUSTO REBELLO DA SILVA
REVISTAS E METHODICAMENTE COORDENADAS

XL

ESTUDOS HISTORICOS — II

RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS
DE
PORTUGAL
COM
AS DIVERSAS POTENCIAS DO MUNDO

VOLUME IV

LISBOA
Empreza da Historia de Portugal
Sociedade editora
LIVRARIA MODERNA | TYPOGRAPHIA
R. Augusta, 95 | *45, R. Ivens, 47*
1910

VI

QUADRO ELEMENTAR

(Tomo XVIII)

I

Encerramos com este volume o quadro das *Relações Politicas e Diplomaticas* entre Portugal e a Gran-Bretanha até aos primeiros annos do seculo, que vae correndo.

Não alcançavam mais longe os apontamentos, que deixou o sr. visconde de Santarem, e que seguimos sempre, não os alterando, senão quando o escripto por informe accusava as incorrecções inevitaveis em um esboço, que, para sair á estampa, ainda esperava pela redacção, ou quando qualquer omissão, possivel de supprir, denunciava no texto original a necessidade de ligar a serie interrompida dos esclarecimentos.

Respeitámos os trabalhos do auctor na parte em que podiam aproveitar-se, e não foram curtas, nem pouco laboriosas, as horas consagradas em tirar da especie de cahos, em que jaziam entre notas confusas e interpoladas no

maior numero, as noticias que o erudito investigador colligia ao correr da penna antes de as verificar e coordenar para compôr os tomos, que a morte suspendeu, e que fôra grande prejuizo para o paiz se não vissem a luz publica.

Desejando concluir esta secção da obra, fomos obrigados a comprehender em um só volume o extracto da vasta collecção de documentos, que principia no reinado de el-rei D. Affonso VI, e termina nos artigos 105, 106, e 107 do Acto Final do Congresso de Vienna em 9 de Junho de 1815. Não admira, por isso, que se alargassem as proporções do livro de fórma, que só nos permittissem hoje rapidas e concisas reflexões ácêrca de alguns dos periodos importantes, abrangidos pela exposição de tão variados assumptos, desde a fatal derrota de D. Sebastião em Alcacer-Kibir até á invasão e expulsão das aguias francezas do territorio portuguez.

Nos dois tomos já publicados sob a nossa direcção procurámos dár succinta idéa das causas, que prepararam a facil conquista da monarchia de D. Manuel, na apparencia tão opulenta e poderosa dias antes, pelos aguerridos terços do duque de Alba. No presente volume foi-nos preciso attender, sobre tudo, á materia principal, que era a averiguação e apontamento das relações diplomaticas em épochas de summo interesse para a historia politica e diplomatica da nação, e por este motivo occupadas as paginas de que dispômos, apenas chegará o espaço para de leve corrermos os olhos para tão vivos e animados successos, indicando com alguma individualidade o que n'elles se offerece mais digno de memoria e de observação.

Apenas se tinha decidido nos areaes de Africa a lucta, que por momentos attrahíra sobre

as temeridades do neto de D. João III a curiosidade da Europa, começaram os enredos e as diligencias dos pretensores, que, vendo sentado no throno um phantasma de rei, discutiam entre si, e com o reino, as condições do novo governo, como se D. Henrique, moribundo e incapaz de resoluções firmes, não representasse ao menos por alguns mezes o papel de soberano.

De todos os que se propunham a succeder, pedindo para si a rica herança de Portugal, Filippe II, a duqueza de Bragança D. Catharina, e o prior do Crato, D. Antonio, filho bastardo do infante D. Luiz, pelos direitos que allegavam, e pelo numero dos amigos e adherentes eram os que dividiam mais os votos, creando partidos, levantando a voz acima da do monarcha debil, que as suas contestações offendiam, e assustavam, e por fim appellando para o juizo extremo da espada.

Devorado pela ambição de unir debaixo do mesmo sceptro o imperio das Hespanhas e das Indias, o rei catholico, assim que viu rolar a corôa do elmo de D. Sebastião, cuidou logo em cortar o caminho a todos os emulos, apoderando-se do animo dos fidalgos influentes, corrompendo as consciencias dos ministros e conselheiros, que o toque do ouro, ou das promessas tornou doceis, e opprimindo com a ameaça de recorrer á força a vontade frouxa e vacillante de seu tio o cardeal, ao qual as pompas do throno serviram só de martyrio e de expiação para mais alto patentear em tão grave lance a incapacidade e o egotismo.

A responsabilidade das negociações occultas e ostensivas carregava sobre o duque de Ossuna, e sobre D. Christovam de Moura, assistidos dos jurisconsultos Rodrigo Vasques, Luiz de Molina, e Guardiola; mas em segredo

outros agentes cooperavam com elles correspondendo-se para esse fim directamente com a côrte de Madrid, e recebendo as suas instrucções [1].

Do fundo do seu gabinete o herdeiro de Carlos V dominava a acção politica empregada para destruir os obstaculos, e não se confiando inteiramente de nenhum embaixador, ou valido, antes vigiando-os sempre por meio uns dos outros, encubria os fios dos seus planos, e os caminhos subterraneos por onde se adeantava, conhecendo de perto, apezar da solidão em que parecia viver, os homens e as cousas, e valendo-se de todas as paixões e interesses afim de prevalecer [2].

A occasião favorecia-o. Separados no reino os que só unidos o poderiam afastar, e preferindo o duque de Bragança, ou o prior do Crato, a perda da independencia nacional á elevação do seu contrario, quebraram-se por si mesmas as poucas forças, que havia para oppôr a Castella. Quando bateu a hora da resistencia, em vez de encontrar armada e de pé toda a monarchia, o duque de Alba e o marquez de Sancta Cruz só tiveram de pelejar com soldados bisonhos, feitos da vespera, sem general, que os soubesse commandar [3].

A flor da nobreza, morta, ou captiva em Africa; a riqueza publica estancada pelas despezas e vexames da jornada, e pelos sacrificios impostos ao erario e aos particulares pelo resgate dos que sobreviveram á derrota; um rei pouco amado, inerme, e dominado de

[1] Vide Salvá—*Collecção de documentos ineditos para a historia de Hespanha*. Tomo VI. *Correspondencia de Filippe II, D. Christovam de Moura, e outros sobre a União de Portugal.*

[2] Ibidem.

[3] Salvá *Collecção de documentos ineditos para a historia de Hespanha*, Tomo VI.

pueris escrupulos; nenhum conselho prudente nos ministros, nenhuma vontade decidida nas classes que deviam entender-se para repellir o estrangeiro; e no meio de tanto desalento e confusão as cartas de mercê, os presentes, e as cedulas de Hespanha a acabarem de consumir os brios, e a exacerbarem de dia para dia com a obra da corrupção o desespero dos que não queriam o seu dominio, e a impaciencia dos que o buscavam como fatal, mas unico refugio de tantos males.

Nem todos os que seguiram a voz de Filippe II n'estes desgraçados tempos foram comprados, ou ajustaram a entrega. Lançando com magua os olhos em redor, e observando uma triste decadencia em tudo, muitos de boa fé só viam o remedio em Castella, e não julgando Portugal em estado de se defender, ou de se sustentar nomeando rei natural, temiam que as resistencias vans irritassem o vencedor, e que a união das duas corôoas, feita por conquista, lhes roubasse a concessão dos privilegios e immunidades, que esperavam obter da obediencia voluntaria.

A França e a Inglaterra, que depois tantos esforços envidaram, assistiam ainda sem se moverem ás contestações dos pretensores e aos armamentos extraordinarios, que o monarcha hespanhol ia dispondo para a invasão.

Apezar dos avisos de Mr. de Saint-Goard, o qual de Madrid vigiava todos os passos dos castelhanos, e advertia dos seus progressos a Henrique III e a Catharina de Medicis, a côrte de França não se atreveu a arremessar a luva, limitando-se a aconselhar ora um, ora outro dos pretendentes nacionaes, o duque de Bragança, e o prior do Crato [1].

[1] Vide o *Quadro elementar,* Tomo III e Tomo IV, Parte I.

Isabel Tudor, e os habeis ministros que trazia ao seu lado, tambem não ousaram arrostar-se com as iras de Filippe, atalhando-o nos seus designios, assistindo de braços cruzados ao ultimo acto, facil de prever, de um drama, ao qual esteve talvez na sua mão mudar o desenlace.

Parece que um poder sobrenatural cegava n'este momento os principes e os povos. A politica do fundador do Escurial, desassombrada dos maiores obstaculos que devia receiar, e servida por agentes zelosos e dedicados, em tantos mezes que se viu forçada a luctar, nunca teve deante de si um adversario, que soubesse detel-a, ou mesmo que tentasse cortar algum dos vôos á audacia de seus commettimentos.

Entretanto a nenhum dos soberanos escapava a importancia do assumpto.

Lord Burleigh em correspondencia com os principes da casa de Bragança, e protegendo-os na sua pretensão, procurava despertar do adormecimento o monarcha francez e sua mãe, representando-lhes que o rei catholico, senhor de tão vastos estados em todas as partes do mundo, annexando-lhes ainda Portugal, como tentava, ficaria tão poderoso nos mares e no continente, que sería para deante mais do que arriscado combatel-o, quando se estava a tempo de o embaraçar, soccorrendo os portuguezes. [1]

Correndo a vista penetrante pelo futuro, notava o ministro, que na hora, em que rebentavam as rebeliões dos subditos francezes era muito para receiar, que ellas tomassem grande incremento se Filippe II conseguisse

[1] Carta de lord Burleigh a sir Henri Cobham embaixador em Paris. Museu Britannico, *Bibliotheca Coton*. Galba E. VI. Datada de 15 de Março de 1579.

firmar-se no throno de D. Manuel, achando-se por meio de uma victoria nada custosa em circumstancias de dictar a lei ao commercio e á navegação de toda a christandade, e de constranger os visinhos a accederem á sua vontade [1].

Mezes depois Eduardo Wolton, enviado a Lisboa para visitar o cardeal D. Henrique em nome da rainha, informando-a de Madrid ácerca da verdadeira situação dos negocios, não lhe occultou, que tudo inculcava, que o soberano hespanhol alcançaria a corôa pelas armas; mas os avisos dos agentes diplomaticos, e as instancias da duqueza de Bragança, debalde imploraram a intervenção britannica [2].

Isabel, parcimoniosa por indole e por systema, temia expôr-se a uma guerra a todo o trance com a Hespanha, e para se desculpar de a emprehender, allegava que sería temeridade desafiar ella só o poder de Castella, quando Henrique III não desembainhava a espada em defeza dos direitos de Catharina de Medicis, e quando os proprios portuguezes, desunidos, não queriam pôr de parte as rivalidades, que os dividiam, para resistirem aos exercitos, que já os ameaçavam das fronteiras [3].

Desamparado de auxilios estranhos, e minado no interior pelos artificios e promessas

[1] Carta de Lord Burleigh a sir Henri Cobbham embaixador em Paris. Museu Britanmico, *Bibliotheca Coton.* Galba, E. VI.

[2] Carta de Eduardo Wolton datada de Madrid em 18 de Agosto de 1579. *State Papers Office*, Spain. Maço n.º 16.

[3] Carta de Isabel de Inglaterra aos governadores do reino em 6 de Abril de 1579. D'ella se deprehendem os motivos, que impediram depois a rainha de intervir. Museu Britannico, *Bibliotheca Coton.* Nero, B, 1.

dos agentes hespanhoes, comprados muitos dos que haviam de dirigir a lucta, as tropas de Filippe II pisaram o territorio portuguez, e poucas foram as portas a que bateram, que se lhes não abrissem. Mais parecia passeio militar. do que guerra declarada!

As populações humilhadas e apathicas viram passar sem se levantarem os leões de Castella; e a propria capital, a cidade de Lisboa, depois de um arremedo de resistencia mais constrangida do que voluntaria e espontanea, ergueu as mãos para supplicar, que lhe poupassem os terrores do combate, assignando uma capitulação sem peleja.

O rei de Castella tinha por si os homens e os acontecimentos. Os que deviam oppôr-se-lhe desviaram-se, e deixaram-n'o caminhar. D. Antonio tinha a ambição, porêm faltavam-lhe as grandes qualidades do mestre de Aviz; e o conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, por infelicidade, não unia ás prendas do caracter os dotes militares necessarios para representar o glorioso papel de Nuno Alvares Pereira.

Os destinos de Portugal consumaram-se. Quando se ouviu o rebate de todos os contendores só um estava preparado e seguro no seu posto. A fortuna preferiu-o, e trouxe-o pela mão para o premiar com o triumpho.

Os adversarios não eram homens para se medirem com elle na previsão e prudencia dos conselhos, nem com os seus capitães no campo de batalha. Imaginaram que para se coroarem com as palmas de uma segunda Aljubarrota bastava alistar alguns soldados colhidos a laço, invocando o sentimento nacional, e fiando o exito dos arrebatamentos clamorosos de um falso patriotismo.

Desenganou-os depressa o successo. Deante dos hespanhoes os que se ostentavam guer-

reiros intrepidos empallideceram, e longe de se reanimarem com o perigo, fugiram na hora do conflicto. As praças desguarnecidas renderam-se não disparando um tiro; as acclamações descompostas do vulgo emmudeceram em presença do inimigo; e dentro de breves dias todos se convenceram de que em um paiz degenerado as idéas nobres nunca ganharam victorias por si sós!

A derrota de Alcantara, e os revezes que em outros pontos castigaram as emprezas de D. Antonio, obrigando-o a sair do reino, depois de vaguear pelos montes de asylo em asylo, como Carlos Eduardo em 1745, vieram já tarde revelar aos reis de França e de Inglaterra toda a extensão do erro commettido.

O herdeiro de Carlos V recebia nas côrtes de Thomar o juramento da nobreza de Portugal, e na pacifica posse do throno adeantava-se para a capital da monarchia, debellados os valorosos, mas poucos adversarios, que lhe haviam disputado o sceptro, combatendo pela causa do prior do Crato.

Filippe II, antes de extender sobre as commoções civis o veu mais politico do que misericordioso de uma amnistia incompleta, precedêra o indulto de execuções e castigos, ordenados para infundir terror no animo dos que o não queriam por soberano, e que, livres de peitas e receios; tinham ousado terçar a espada com os velhos terços de Sancho de Avila e de Prospero Colona.

O sangue estava ainda vivo nos patibulos para memoria do rigor de suas vindictas. A lettra das mercês, com que locupletára os que lhe aplanaram o caminho para a invasão, tambem se não tinha apagado ainda dos livros da sua chancellaria [1].

[1] Vide *Quadro Elementar*, Tomo III e Tomo IV na introducção á Parte I.

Em quanto os que haviam sido fieis á causa da independencia gemiam nos carceres, ou exhalavam o ultimo suspiro nos cadafalsos, vestia-se Lisboa de gala, e armava arcos triumphaes para saudar o jugo estrangeiro, ao qual abríra as portas, preferindo a servidão aos trabalhos e sacrificios, que nos tempos do mestre de Aviz salvaram o reino de oppressão egual.

Mas a culpa não foi só da maioria dos portuguezes desalentada pelo desastre de Alcacer. As potencias, que mais deviam coadjuval-a, atalhando o rei de Castella na prosecução de designios, que não eram secretos para nenhuma d'ellas, não se mostraram menos timidas e irresolutas, do que as cidades e villas da monarchia invadida.

Sabendo a extensão do perigo, a ambição insaciavel da casa de Austria, e as fataes consequencias de consentir que se estabelecesse solidamente na sua nova conquista, nunca se atreveram a lançar a sua espada na balança.

A rainha Isabel tanto não desconheceu a verdadeira situação das cousas, que, acordando das suas hesitações, escrevia em julho de 1581 ao habil embaixador, que tinha na côrte de Henrique III, sir Francisco Walsingham, depois de consummada a ruina de D. Antonio, notando-lhe que importaria grave erro para a França, ou para a Gran-Bretanha, se deixassem crescer e dilatar assim o poder da Hespanha por modo,que de futuro nem as forças de ambas reunidas, nem as dos alliados bastassem para tolher a ousadia dos planos ao filho de Carlos V [1].

N'essa épocha o prior do Crato symbolizava a lucta contra o dominio estrangeiro, e os olhos dos soberanos, que um justo ciume ar-

[1] Walsingham — *Memoires et Instructions* p. 415.

mava contra Filippe II, fitavam-se no seu partido como no unico, que ainda conservava os brios e o amor da liberdade, sustentando erguido nas ilhas o estandarte da resistencia.

Com as mesmas idéas, e não menor alcance, Walsingham, mais positivo e deliberado, instava por uma decisão energica, observando que para accudir a tempo aos males que ameaçavam a Europa, a alliança entre Inglaterra e Henrique de Valois era indispensavel, ligando-se para soccorrerem a D. Antonio e ás provincias de Flandres [1].

O gabinete do Louvre repugnava a assumir a responsabilidade de uma guerra declarada. Mais propenso aos ardis da politica italiana e aos subterfugios da fé punica, em que sua mãe o iniciára, e que a sua indole lhe tornára familiares, o soberano francez recusava comprometter-se irrevogavelmente, e fazia depender a sua annuencia do casamento do irmão com Isabel Tudor, casamento que parecia então resolvido, porêm que nunca chegou a verificar-se [2].

Catharina de Medicis não era mais sincera n'esta parte, do que seu filho, e apezar de todos os desenganos ainda se não despersuadira, segundo se deprehende, da ephemera esperança de se substituir ao rei catholico no throno de Portugal.

Desejava inquietar o poderoso emulo, que a offuscára, mas sem arriscar a paz simulada, que existia entre os dois paizes, e que nunca impediu os monarchas de se detestarem e aggredirem no meio de cortezias dobles, e de desculpas fementidas.

Na conversação secreta entre Catharina de

[1] Walsingham — *Memoires et Instructions*, p. 432.
[2] Ibidem, p. 491 a 496.

Medicis e Walsingham, no jardim das Tulherias, manifestaram-se com toda a clareza as desconfianças e indecisões, que foram o maior escolho que encontraram as emprezas do prior do Crato, e um dos motivos evidentes da inutilidade dos esforços tentados a favor d'elle pelas duas potencias.

A Gran-Bretanha não queria arriscar um passo sem contar de certeza com a cooperação da França, e demorava a partida dos navios já armados, allegando que não devia expôr-se ella só ás duvidosas contingencias de uma lucta contra Castella.

Henrique III illudia a sua adhesão á alliança, encarecendo a boa vontade com que auxiliava a parcialidade opposta a Filippe II; mandando tropas e embarcações aos Açores, mas insistia em o fazer occultamente para não correr o risco de violar os tractados com a Hespanha, em quanto não obtivesse segura prova de se effectuar o casamento de seu irmão com Isabel [1].

No meio d'estes enredos e tergiversações, o rei catholico, que os seguia com vista penetrante, bem informado pelos seus embaixadores, nunca perdia a occasião de dar a entender que os não ignorava, pedindo a entrega da pessoa de D. Antonio, fundado nas amigaveis relações, que apparentemente subsistiam, e attentando até contra a vida e a liberdade do prior, que os seus agentes ameaçaram por vezes com o punhal e o veneno, e mais de uma estiveram a ponto de prender mesmo no seio dos estados do rei de França, que lhe concedêra abrigo e protecção [2].

Sir Francisco Walsingham, que as delon-

[1] Walsingham—Pág. 491 a 496.

[2] Vide *Quadro elementar* Tomo III e Tomo IV na introdução á Parte I.

gas e duvidas do seu governo impacientavam, queixou-se d'esta politica funesta em uma carta dirigida á rainha, ponderando-lhe com louvavel isempção que a principal causa de se mallograrem as expedições do pretendente portuguez fôra o zêlo da falsa economia, e a parcimonia infeliz com que se calculavam as despezas, e accrescentando, com razão, que o gabinete francez se negava a entrar na liga contra Castella por conhecer a tendencia de Isabel em se acautelar de gastos extraordinarios e proceder em tudo de um modo encoberto.

Apezar das diligencias dos inimigos da casa de Austria, e das instancias da opportunidade em tal assumpto, a Gran-Bretanha não saíu senão tarde do papel dubio, que representou n'estes successos.

O gabinete de Madrid pagava perfidias com perfidias.

A politica sanguinaria e nada escrupulosa do seculo XVI nunca hesitava sobre a escolha dos meios uma vez que alcançasse os fins.

Em quanto D. Antonio empenhava as ultimas joias para melhorar a sorte da sua causa desamparada, arrastando uma vida de infortunios e de privações, ora quasi prostrado aos pés de Henrique III, ora offerecendo planos e arbitrios aos ministros britannicos, os agentes castelhanos dirigiam nas trevas os fios da conjuração de 1586, a qual havia de desembaraçar o rei catholico dos inimigos que temia.

O seu embaixador aconselhava aos cumplices dos tenebrosos planos catholicos, que apenas Isabel Tudor cahisse aos golpes, que lhe estavam destinados, e os seus principaes ministros fossem mortos, ou prêsos, cuidassem logo de se apoderar do prior do Crato para o entregarem ás justiças hespanholas.

Walsingham descobriu o trama e colheu as provas escriptas d'elle; o castigo puniu os traidores; e a cabeça de Maria Stuart decepada pelo algoz com apparencias de processo demonstrou, que a sua rival despiedosa acceitava a luva, que lhe fôra lançada, e estava disposta a não recuar um passo. [1]

De todos os soberanos, que offendeu esta vingança juridica contra uma rainha desditosa e captiva, Filippe II foi o que preparou mais estrondoso desforço.

A invencivel armada saíu dos seus portos para vingar o sangue real, e se a mão do destino, mais poderosa, não varresse pela face dos mares os navios confiados ao duque de Medina Sidonia, é provavel que a Inglaterra expiasse de um modo cruel o supplicio da princeza decapitada em Fotheringay. [2]

Vencedora mais por obra dos elementos, do que pelo poder de suas armas, a Gran-Bretanha não demorou contra o monarcha sombrio e implacavel, que acabava de a ameaçar tão de perto, o natural desaggravo, que a provocação pedia.

D. Antonio offerecia-se para correr as incertezas de uma nova expedição, assegurando com a esperança vivaz, que só no leito da morte deixa os pretendentes infelizes, que bastaria a sua presença em Portugal para fazer surgir da terra innumeraveis legiões de partidarios.

Os conselheiros de Isabel acreditaram-n'o, ou simularam dar maior fé, do que valiam, ás suas promessas. A tentativa de 1589 foi o resultado d'estas negociações.

Os pormenores da jornada, e os motivos

[1] Mignet—Histoire de Marie Stuart, Tomo II. cap. X.

[2] Ibidem.—Cap. XII.

que frustraram os designios, que a promoveram, acham-se nos documentos publicados no Tomo XVI do *Quadro Elementar.*

Batendo ás portas de Lisboa, o prior do Crato no meio de soldados protestantes, tão odiosos á crença dos que chamava seus vassallos, não encontraram apoio, nem sympathias.

A cidade, que se não armára para repellir o duque de Alva nove annos antes, accudiu obediente á voz do archiduque Alberto, guarneceu as muralhas, cerrou as portas, e preparou-se para rechaçar os estrangeiros, que a vinham desafiar, assignalando a marcha desde Peniche com violencias improprias de quem tanto carecia de attrahir vontades. [1]

O filho do infante D. Luiz, obrigado a retirar-se, reconheceu com dôr que para elle as magoas e saudades do exilio não teriam provavelmente termo, e depois d'este ultimo desengano recolheu-se a França, aonde Henrique IV lhe abriu os braços, e lhe assegurou valiosa protecção. [2]

Em 1595 o desventurado principe, tão nobre e firme no desterro e na adversidade, quanto se mostrára menos digno da corôa, que ambicionára, em épocha mais prospera, escrevia a Isabel para se despedir e lhe agradecer os esforços infructuosos empregados para o elevar ao throno.

No ultimo documento, que nos resta d'elle, ao qual a hora solemne do proximo fim avivou a força, D. Antonio dizia á rainha, que o seu maior desgosto, ao cabo de tantos annos de amarguras, era lembrar-se, de que deixa-

[1] Manuscriptos da Bibliotheca Real de Paris (Fonds Colbert) cod. 33.

[2] Archivos da corôa de França, Manuscripto 30, fol. 123, v.

va a sua patria sugeita á tyrannia do rei de Castella sem a poder soccorrer, findando as suas esperanças com a vida, e considerando por isso a morte como o supplicio mais atroz que podia padecer n'este momento.

Ajuntava, que empenhára tudo quanto a honra lhe permittíra para mudar a fortuna, e que a perda da existencia nada sería para elle, se fechasse os olhos victorioso, porque mais quizera libertar a Portugal, do que possuil-o. [1]

Em setembro do mesmo anno já o prior não existia, e Filippe II, desassombrado do adversario infatigavel, que lhe disputára até ao ultimo suspiro a posse do reino, preparava-se para resistir ás esquadras inglezas, que infamavam as costas da Hespanha com presas e assaltos, humilhando a bandeira castelhana.

Punido no orgulho, como o fôra nos mais suaves affectos da vida domestica, o poderoso herdeiro de Carlos V viu mais de uma vez os seus portos affrontados pelos baixeis britannicos, as suas armadas perseguidas, e os seus galeões tomados; e quando por ultimo, depois de padecimentos excruciantes, aos setenta e um annos de edade, foi chamado a responder por tanto tempo de governo, por tantas guerras sustentadas sem razão, e por tantos actos reprovados pela moral e pela justiça, deixou a monarchia tão debil e cançada das repetidas luctas a que a obrigou, que os reinados de seu filho e de seu neto viram a declinação succeder á opulencia, e ás primeiras e invejadas prosperidades os revezes uns após outros, as sublevações, as derrotas, e por fim a restauração da dynastia nacional portugueza dos duques de Bragança, depois de ses-

[1] Museu Britannico, *Bibliotheca Coton*, Nero B, 1, fol. 245 bis.

senta annos de sujeição detestada, e de tão violento dominio, que bastaram horas para derrubar um poder, que ainda na vespera os lisonjeiros proclamavam seguro e invencivel.

Portugal resuscitou em um dia; mas no sepulcro, aonde deixára os ferros, ficaram tambem os fructos das glorias e dos grandes feitos da Africa e da Asia.

Erguia-se reanimado pela dor das oppressões, porém no longo periodo decorrido desde a invasão de Filippe II perdêra o prestigio das suas armas, parte das conquistas, o sceptro dos mares, e o condão de victorioso.

A Inglaterra e a Hollanda tinham repartido entre si a tunica do paiz vencido, e a monarchia, tornando ao antigo ser, lamentou que mais servisse o que lhe ainda lhe restava do antigo esplendor para aggravar a magoa e o odio do captiveiro.

II

A posição da Hespanha depois da união de Portugal não correspondeu ás esperanças de Filippe II, nem aos exagerados louvores, com que os seus lisonjeiros celebraram este grande rasgo da sua habilidade politica.

O poder de suas armas debellára as resistencias mal calculadas, calára a voz dos povos assoberbados pela oppressão, porêm não conquistára as vontades.

No momento em que o duque de Bragança e a nobreza ajoelhavam aos pés do seu throno, os ministros mais penetrantes não disfarçavam uns aos outros, nem deixavam ignorar ao rei catholico, pouco facil tambem em se illudir com as apparencias, que subjugar uma nação desfallecida, não era o mesmo que fun-

dil-a em um só corpo com a monarchia hespanhola.

Portugal cedêra á força, mas o seu coração, mesmo no meio das pompas e festejos que ornavam a entrada triumphal do vencedor, fugia d'elle para os proscriptos, que a essa hora buscavam na terra estrangeira um asylo, aonde os não alcançasse os impetos da sua vingança.

As saudades da independencia e do rei natural, que o ruido dos passos dos terços do duque de Alva tinha comprimido, e que os votos e adhesões venaes de homens degenerados procuravam encobrir, ou attenuar, reverdeciam mais vivas de dia para dia. De parte a parte faltavam a confiança e o amor, laço indissoluvel, sem o qual o principe e os vassallos nunca se podem abraçar com sinceridade.

O herdeiro de Carlos V não o desconhecia: porêm menos feliz em conservar, do que em adquirir, não empregou os meios opportunos para a pouco e pouco desvanecer as apprehensões, e modificar as indoles oppostas dos dois reinos, fazendo que uma só alma, convencida e dedicada, animasse a vasta monarchia, que acabava de formar.

A ambição de se ver absoluto senhor de ambas as Hespanhas com o mais poderoso imperio, que ainda se víra, dominando os mares, e extendendo o sceptro sobre a Africa, sobre as Indias, e sobre a America, cegou-lhe a natural penetração, não lhe deixando perceber, senão tarde, que a extensão e variedade de tantos estados era o maior precipicio, que a fortuna lhe offerecêra, quando parecia obedecer a todos os seus desejos.

Largo em promessas, quando carecia de attrahir partidarios, soube olvidar logo as mais importantes assim que uma sombra de resis-

tencia deu ás suas armas a côr de victoriosas.

No principio das contestações mandára propôr ao reino pelo seu embaixador o duque de Ossuna os privilegios, que por declaração dos reis D. Manuel e D. Sebastião incluiam os antigos fóros da nação; e ao mesmo tempo não se esqueceu de tentar a fidelidade das terras, que, sendo praças de guerra, lhe podiam abrir, ou negar a entrada, negociando com Elvas, Olivença, e outros logares do Alemtejo, por meio de D. João de Velasco, e assegurando-lhes, se o recebessem e ás suas tropas, concessões e favores, que, logrado o fim, não hesitou em riscar sem escrupulo, confirmando a maxima da politica italiana, que do prometter ao cumprir a distancia é sempre grande.

Com o mesmo sentido, para deslumbrar os olhos nas horas de incerteza, quando os horisontes carregados ameaçavam mais renhida lucta, tinha afiançado que, desejando unir pelos vinculos da amisade e dos reciprocos interesses os dois reinos, queria derribar as barreiras, que os separavam, abolindo os portos sêccos em ambas as fronteiras, e permittindo o livre transito ás mercadorias para entrarem isemptas de direitos. [1]

Ostentando-se não menos generoso, do que benevolo, para engrossar o numero dos parciaes, apezar dos apuros da fazenda por tantas vezes o embaraçarem, comprometteu-se a pôr á disposição da Misericordia de Lisboa cento e vinte mil cruzados destinados ao resgate de fidalgos e pessoas pobres, todos portuguezes, designando mais cento e cincoenta mil para fundar depositos nos logares apropriados, e finalmente trinta mil, para accudir

[1] Vide João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, Restauração de Portugal.* Lisboa, officina de Lourenço de Anvers, 1642.

aos maiores infortunios, causados pela peste, sendo distribuidos pelo arcebispo e pela camara de Lisboa [1].

Para o provimento das armadas da India e armamento de outros navios necessarios á defeza do reino e castigo dos corsarios, que insultavam as costas e os portos, e á conservação das fronteiras de Africa, obrigou-se tambem a assentar o accôrdo, que se reputasse mais conveniente, ainda que fosse preciso para isso recorrer aos auxilios dos outros estados sujeitos á sua corôa, ou a sacrificios directos por conta da real fazenda [2].

Por meio d'estas dadivas e promessas, ainda mais do que pelo vigor dos seus capitães, é que Filippe II se apossou de Portugal, desguarnecido de soldados e cavalleiros, tornado um deserto em partes pelos estragos do contagio, e entristecido por tantos flagellos e revezes.

No meio da pobreza geral, o ouro de Castella achou mais doceis as consciencias, e no seio da dôr da viuvez e da orphandade as seducções de quem attestava trazer comsigo a paz, a abundancia, a redempção dos captivos, e o remedio de todos os males da decadencia, encontraram, como era de crêr, ouvidos credulos, que lhes deram fé, e se entregaram fiados em que a propria conveniencia serviria de penhor da sua leal execução.

Mas apenas a occupação se consummou, e as mercês pagaram o preço ajustado da traição, e a alguns até o da neutralidade, principiaram os desenganos a destruir illusões [3].

A perseguição e os supplicios puniram co-

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal.* Lisboa, 1642.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem.

mo crime a repugnancia ao dominio castelhano. As suspeitas povoaram os carceres de innocentes, cujo unico delicto era não applaudirem, ou não acceitarem a servidão estrangeira.

Dos defensores de D. Antonio, mesmo depois da amnistia, tiveram uns de procurar abrigo em França e Inglaterra, preferindo a hospitalidade dos estranhos á aspereza e crueldade do vencedor, em quanto outros, mais infelizes, colhidos antes da fuga, expiavam nos patibulos, nas prisões, ou no desterro, a fidelidade com que até ao ultimo suspiro se negaram a beijar a mão do conquistador tinta no sangue de vassallos, que chamára filhos, e que tractava sem disfarce como inimigos [1].

A fortuna, que julgára encadear para sempre, castigou o herdeiro de Carlos V. Sentado no throno de D. Manuel, contemplou com orgulho prostradas aos pés ambas as Hespanhas, na Africa quasi tudo o que o oceano banha desde Gibraltar até aos mais remotos mares do oriente, na Asia um imperio de que eram tributarios muitos regulos opulentos, e na America o Mexico, o Peru, e o Brasil, que podiam enriquecer grandes estados. Reinando sobre tantos estados, e no meio de tão grande esplendor, ainda se sentia mais fraco do que antes, apezar das armadas e dos presidios de ambas as corôas tornarem verdadeiro o grandioso titulo de senhor do commercio e navegação, convidando com as especiarias e drogas das Indias orientaes e occidentaes a todos os povos da Europa.

Nos primeiros deslumbramentos d'este poder immenso, Filippe II julgou talvez chega-

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, Restauração de Portugal.* Lisboa, 1642.

do o momento de realizar o sonho da casa de Austria, a monarchia universal, que tantas riquezas e dominios pareciam prometter-lhe.

Os principes contrarios, vendo-o tão poderoso com a união de Portugal como ousariam expôr-se ao seu resentimento? Não bastava um aceno da sua mão para os reprimir, e mesmo sem arrancar a espada, para os fazer arrepender, excluindo-os de toda a participação no commercio das mercadorias do oriente, tão procuradas, e que só os nossos portos podiam vender por preços commodos? [1]

Sairam, com tudo, falsos os calculos da prudencia humana!

O caracter sombrio e dissimulado do rei catholico por um lado, e os principios despoticos do systema, que adoptára, pelo outro, foram os maiores e mais implacaveis inimigos da sua ambição no reino, que acabava de usurpar.

Pezavam-lhe como grilhões deshonrosos, lançados á sua auctoridade absoluta, os foros e privilegios, que os soberanos portuguezes, creados entre nós, costumavam respeitar.

Apenas jurou os capitulos de Thomar, ferido na soberba, e cedendo aos maus conselhos, ou aos impulsos da indole natural, cuidou logo em illudir as clausulas, que voluntariamente tinha assignado.

Receiando-se do amor da independencia e das antipathias, que a maioria da nação não disfarçava, quiz assegurar-se dos novos subditos e mettendo guarnições castelhanas nos castellos e fortalezas, rasgou no primeiro dia o contracto solemne, proposto nas côrtes, aonde fôra reconhecido [2].

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação e Restauração de Portugal*. Lisboa, 1642.
[2] Ibidem.

Mal inspirado pela cubiça fiscal deixou tambem fugir a occasião propicia de fundir em uma só as duas monarchias, faltando á promessa de libertar de direitos a entrada dos portos seccos.

Para os onerosos preparativos da esquadra, que armava contra Isabel Tudor, e a que deu o nome de invencivel armada, despovoou o Tejo de navios, de munições, e de gente, tomando de emprestimo avultadas sommas e grande quantidade de artilharia, desprezando as queixas e o ciume, com que os nossos viam convertidas em instrumentos da ambição de Castella as armas, de que dispunham para defeza das costas contra os piratas, e para a conservação dos presidios e navegação das Indias [1].

Estas expoliações, de que Filippe deu o exemplo, animadas pela impunidade, chegaram depois d'elle a ponto, que existindo nos arsenaes, quando falleceu o cardeal rei, mais de dois mil canhões de bronze, muitos de ferro, e petrechos de todas as qualidades, exgotou o deposito a pouco e pouco, faltando depois tudo para o provimento das nossas expedições, ao passo que nas praças de Sevilha appareciam novecentas peças com as armas de Portugal! [2]

Para attrahir a Castella as pessoas, as pretensões, e o dinheiro dos requerentes, tambem não hesitou em quebrar a palavra publicamente jurada.

O despacho dos juizes de fóra e dos corregedores era expedido em Madrid a despeito do descontentamento levantado por similhante ordem.

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal*. Lisboa, 1642.

[2] Ibidem.

Com o mesmo pensamento, e para os separar da vista dos conterraneos, os nobres de quem se não confiavam os recentes dominadores, sob pretextos diversos foram chamados á côrte, e entretidos em disfarçado exilio, para consumirem os rendimentos longe da patria e nas familias [1].

Violando-se com tanta clareza as promessas feitas, e não se occultando a pouca firmeza, que se tinha da lealdade dos novos subditos, não admira que estes por sua parte se não constrangessem, manifestando as suas repugnancias, e a saudade com que choravam o governo mais paternal dos seus principes, e a perdida independencia.

A lucta sustentada por D. Antonio, prior do Crato, primeiro nas ilhas com os soccorros de França, e depois na temeraria empreza contra Lisboa, acompanhado pelas tropas e navios da Gran-Bretanha, não concorreu pouco de certo para espertar a inquietação, que assustava os castelhanos, e para embalar com esperanças, que não cessavam de se renovar umas após outras, o partido opposto á dominação da Hespanha, o qual, morto o bastardo do infante D. Luiz, se voltou para a casa de Bragança, unico refugio dos que no meio dos trabalhos e perseguições se não esqueciam das antigas liberdades.

Por outro lado os francezes, que não podiam ver sem emulação as prosperidades e o poder colossal, que a posse de Portugal proporcionára ao rei catholico, e que se não consolavam facilmente do erro, mais forçado, que voluntario, de não haverem impedido a tempo a invasão, empregavam os maiores esforços para reanimarem o sentimento nacional, imagi-

[1] João Pinto Ribeiro—*Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal.* Lisboa. 1642.

nando, que sobrevivendo elle, os descontentes na primeira occasião, em que um bom ensejo os convidasse, haviam de sacudir o jugo, que opprimia o reino [1].

E' o que nos revelam as correspondencias secretas do ministro de Henrique III em Madrid, Mr. de Saint-Goard, e sobre tudo o seu officio de 26 de julho de 1582, no qual, tirando de todo a mascara diplomatica, nos apparece com as feições de um verdadeiro conspirador.

Não satisfeito com as diligencias empregadas para atravessar os designios de Filippe II, o embaixador communica á sua côrte, que, em differentes conferencias celebradas com muitos portuguezes, descobríra cada vez mais ardente no peito de todos o desejos de se emanciparem, notando com razão, que os castelhanos não teriam pisado tão afoutos o nosso territorio, se não achassem o paiz desamparado dos alliados, que deviam ajudal-o.

Ainda mesmo n'esta épocha, em que o dominio estranho parecia consolidar-se, e acharse menos exposto a desabar ao repentino encontro de uma revolução, Saint-Goard acreditava, que bastaria o desembarque em Lisbot de mil e duzentos homens com artilheria correspondente, para, no estado em que estava a cidade, se expulsarem sem difficuldades os hespanhoes [2].

Ousado em conceber, e atrevido em propôr, o ministro francez lembrava, que tudo n'este instante favorecia a execução de um grande feito.

Para o conseguir apontava que se aprovei-

[1] Mss. de Bibliotheca Real de París, cod. 223, 6, (fonds Harley) documento 121.
[2] Ibidem.

tasse o desgosto publico, unindo-se em um só corpo os descontentes, que batiam a todas as portas, uns por odio a Castella, e outros por affeição ao prior do Crato, e que por meio de um golpe arrojado se apoderassem todos da pessoa de Filippe II, do castello, e da torre de Belem, porque a guarnição hespanhola não excedia de mil e quinhentos a dois mil homens, muito inferiores em forças ao numero, que sería necessario para repellir a população irritada de uma opulenta capital [1].

Nada o suspendia, ou embaraçava!

O plano parecía-lhe tão exequivel, que nenhuma objecção o detinha.

Falando dos meios de resistencia dos castelhanos reflectia, que o castello, investido por todas as partes, e sem fortificações, depressa teria de se render; e que a torre de Belem com trinta tiros de canhão ver-se-ía obrigada a fazer o mesmo, sendo seguro, que bem dirigida a empreza, apenas a victoria a coroasse em Lisboa, veria todo o reino sublevado para lhe prestar irresistivel e fortissimo apoio [2].

Esta especie de proposta não tomou maiores proporções, e segundo se deprehende ficou secreta entre o monarcha e o embaixador.

Era provavel que o triumpho alcançado pelo marquez de Sancta Cruz sobre a armada de Strozzi, a morte do conde de Vimioso, e a ruina de todas as tentativas de D. Antonio cortassem de uma vez os fios da conspiração nascente.

Entretanto o rei catholico, desassocegado pela má vontade, que lia no rosto dos vassallos, ou advertido pelas informações dos seus

[1] Mss. de Bibliotheca Real de París. cod. 228, 6, documento 121.
[2] Ibidem.

agentes, despachava por este mesmo tempo um portuguez, João Sobrinho, para tractar em segredo com o prior do Crato, e capitular com elle as condições da sua obediencia, determinando-lhe o prazo de dois mezes, e perdoando-lhe a prisão e até penas mais severas em premio do serviço, que se obrigava a fazer [1].

A noticia da derrota de Strozzi não foi bastante para desarraigar do coração dos que amavam mais a patria, do que o proprio interesse, a esperança de se libertarem.

Saint-Goard remetteu ao seu governo uma carta, na qual lhe dizia, que os portuguezes ardendo em impaciencia de vingarem a perda da armada de França, só careciam para isso de saber se ella sería causa de Henrique III desamparar a D. Antonio, como affirmavam os hespanhoes, porque no caso do monarcha insistir no primeiro intento estavam resolvidos a continuar nos seus projectos até os concluirem pela total destruição dos castelhanos [2].

Todos estes sonhos se esvaeceram, porêm, como fumo que eram, e Saint-Goard desalentado não duvidou confessal-o, declarando na correspondencia do 1.° de outubro do mesmo anno, que as cousas por tal modo haviam mudado de aspecto, que o mais opportuno sería cruzar os braços, e deixar correr os acontecimentos.

Apezar d'isso, o seu animo inquieto não descançava. Animado pelo odio, que votára á casa de Austria, não cessava de lhe suscitar inimigos e obstaculos em Portugal; e na hora, em que uma razão tão poderosa o forçava a

[1] Mss. da Bibliotheca Real de París, cod. 228, 6. documento 121.

[2] Ibidem.

romper os fios da conjuração esboçada em julho, vemo-lo atar outra egualmente frustrada, porêm não menos audaz, qual era a de incendiar a armada, que se aprestava em Lisboa, pagando uma somma não insignificante do seu bolso a certo agente, que lhe servia de nucleo nas relações com os auctores do plano, e mandando contar cem escudos ao engenheiro principal, que se achava na torre de S. Julião, e de quem tudo dependia, conforme affiança [1].

Mas nem estes projectos, nem o ciume das potencias, suas emulas, podiam já abalar em Portugal o poder usurpado de Filippe II.

Mais habil do que os competidores, e mais senhor do que elles de todos os segredos da Europa, o rei catholico sabia oppôr opportunamente prudentes temporizações ás velleidades de resistencia dos vassallos, e para tolher a má vontade e a guerra indirecta dos estados, que o perturbavam, não poupava tambem enredos e despezas.

O Tractado de Joinville assignado em 31 de dezembro de 1584 entre elle, os cardeaes de Bourbon e de Guize, e os duques de Mayenne, de Aumale, e de Elbeuf, atou as mãos ao irresoluto Henrique III, suspendendo-lhe sobre a cabeça a ameaça permanente d'essa liga secreta, que foi a origem das convulsões civis, que enfraqueceram a França, assolando-a, e que depois não aplacou nem o sangue do regicidio, pondo termo com o punhal de um fanatico aos dias do ultimo Valois [2].

Esta diversão, que o ambicioso principe negociava, não só para occupar o monarcha

[1] Mss. da Bibliotheca Real de París, cod. 228, 6, documento 121.

[2] De Thou. Hist. Univ. Tomo X.

com as discordias internas, impedindo-o de proseguir nos soccorros, que por suggestões de Catharina de Medicis destinára em favor de D. Antonio, mas tambem com o calculo reservado de depôr a Henrique III e transferir a corôa de França para o cardeal de Bourbon, já adeantado em annos. A idéa de lhe succeder não o tranquillizava, entretanto, inteiramente, nem lhe parecia sufficientemente penhor da firmeza do seu dominio.[1]

O prior do Crato, cuja actividade no infortunio, nem os revezes, nem as privações debilitaram, accolhendo-se aos braços da Inglaterra, causava-lhe ainda maiores receios, do que nos primeiros tempos, em que só se encostava ao braço desfallecido de um soberano tão falso nas palavras, como timido nas acções.

Em janeiro de 1586 Filippe II, pelo que refere o embaixador francez, Mr. de Langlée, tinha decidido repetir a sua visita a Portugal, disfarçando os verdadeiros motivos da viagem com o pretexto de expedir pessoalmente os negocios do ultramar; porêm o ministro não occultava a seu amo, que, longe de ser exacta a razão, que se allegava, esta jornada levava em vista occorrer ao descontentamento cada vez mais assustador da capital e das provincias[1].

O gabinete de Madrid acreditava, que a presença do soberano valeria mais nas circumstancias presentes, do que um exercito, tanto para animar os portuguezes do seu partido, como para reprimir os do contrario, não ignorando ser-lhe desaffecto em geral o povo, que muito a custo se amoldava á sujeição estrangeira.

O projecto não se realizou; mas o rei e os

[1] Mss. da Bibliotheca Real de Paris, cod. 228, 7, documento 5

ministros não desconheciam o perigo, sobre tudo depois que a Gran-Bretanha começou a declarar-se pelo prior do Crato.

Para de algum modo conter a exasperação, tanto mais vehemente quanto mais surda, que todas as informações denunciavam, os hespanhoes mandaram entrar em Portugal os terços de infanteria destinados á guarnição da armada, e com apparencias de os recrutarem com tropas mais aguerridas, occupavam com elles o paiz, lançando este freio á anciedade, com que a maioria da nação alongava os olhos pelos mares, com as esperanças e o coração nos soccorros promettidos para restituir D. Antonio ao throno portuguez [1].

Sempre duvidoso da fidelidade do reino, o gabinete de Madrid nunca se desarmou da maior vigilancia em quanto viveu D. Antonio, o qual do seu lado tambem não perdia a menor occasião de lhe inquietar o dominio, frequentando como supplicante a côrte de Isabel e os ministros mais acceitos á filha de Henrique VIII.

Em 1588 cresceram por tal fórma as suspeitas dos hespanhoes, e apertaram com elles por tal modo os avisos secretos, que recebiam de Inglaterra, que, não contentes com dobrarem as guarnições em todas as praças de Portugal, ordenou o governo aos fidalgos principaes das fronteiras, que alistassem a gente de pé, que podessem levantar para accudir á defeza e conservação da monarchia, no caso de se fazer de vela a armada capitaneada pelo marquez de Sancta Cruz. O receio do archiduque Alberto era que o prior do Crato ajudado por Drake e os subditos da Gran-Bretanha não verificasse o assalto e desembarque

[1] Mss. da Bibliotheca Real de Paris, cod. 228, 8, documento 14.

com que os seus parciaes ameaçavam os castelhanos [1].

Henrique III cahiu assassinado por um dos sectarios da liga em agosto de 1589, e este successo, que, segundo as probabilidades politicas, devia aplanar o caminho para o throno de França a Filippe II, cujos alliados acabavam de ensanguentar a purpura real, serviu pelo contrario com o tempo para lhe cortar todos os designios, castigando-o na ambição, e nos meios criminosos empregados para destruir as difficuldades que encontrára [2].

Henrique IV, que o odio dos catholicos, e sobre tudo a politica tenebrosa do fundador do Escurial procurára sempre excluir da successão, achou nos seus correligionarios e em parte da nobreza e do povo francez decididos auxiliares; e unindo os seus resentimentos aos de Isabel Tudor, no interesse de ambas as corôas, celebrou com a Inglaterra os Tractados de 1590 e 1591, dirigidos contra a Hespanha, á qual a Gran-Bretanha não podia perdoar as ameaças da invencivel armada, nem o successor dos Valois, os soccorros commandados por Alexandre Farnesio em favor da liga [3].

A situação da Hespanha pouco antes da morte de Filippe II, cuja actividade incansavel não cessára de perturbar as potencias, que não se humilhavam a seguil-o como satellites, offerece-nos um grande exemplo e uma fecunda licção.

[1] Mss. da Bibliotheca Real, cod. 228, 8, documento 92. Officio de mr. de Langlée de 6 de fevereiro de 1588.

[2] *Journal du Règne du Roy Henry III.—Recueil de diverses piéces servant à la histoire de Henry III.* Cologne. p. 160 e 161. Bibliotheca Real de Paris. (Cartons de Fontanieu).

[3] D. Modesto Lafuente — Historia General de España, Parte III, Tomos XIV e XV.

Dos vastos projectos, que traçára para cada dia se engrandecer, nenhum justificou pelo exito os immensos esforços, que lhe custaram.

Como deixou o herdeiro de Carlos V a opulenta monarchia de seu pae depois de tão longo reinado?

Desfallecida pelos sacrificios a que a constrangeram as guerras dos Paizes Baixos, encaminhavam-se a passos largos para uma rapida decadencia.

A tenacidade em sustentar a todo o custo a unidade catholica nos seus estados, tão oppostos em indole, costumes, e opiniões religiosas, levou-o a despovoar os reinos de Castella para renovar as fileiras cada anno rareadas por uma lucta, em que de uma parte militava o amor da independencia e o desejo de conservar illesa a liberdade de consciencia, e da outra a intolerancia feroz, que ao clarão das fogueiras, e inundando de sangue os patibulos, cuidava suffocar com a mordaça das perseguições as novas crenças, que por fim triumpharam das crueldades do duque de Alva, dos talentos guerreiros de D. João de Austria, e da habil espada de Alexandre Farnesio [1]

Para trazer outra vez á obediencia as provincias de Flandres sublevadas, para conter a Italia sempre impaciente contra a sujeição, e para abalar em França e Inglaterra o throno de Henrique III, accusado de pouco fervoroso na fé, e o da rainha Isabel, detestada como cabeça de todos os dissidentes armados contra Roma, Filippe II consumiu em esforços impotentes os thesouros da America, os rendimentos da sua corôa, e a substancia do imperio, que lhe obedecia.

[1] Ranke — *Os Osmanlis e a Monarchia Hespanhola*, passim.

Pouco antes de fechar os olhos, os apuros da fazenda publica eram tão grandes, que elle proprio confessava, que na vespera nunca sabia os meios de que se havia valer para accudir ás despezas do dia seguinte!

Os povos carregados de tributos lançados pelo arbitrio dos ministros, em vão levantavam a voz nas côrtes, pedindo que se lhes diminuisse o gravame insupportavel dos impostos, que os desangravam; mas as suas queixas quasi que nem sequer obtinham resposta.

Quebrantado o privilegio fundamental da antiga constituição, e morto o sentimento brioso da antiga liberdade com a derrota dos communeros, o monarcha, encerrado nos seus aposentos, dictava com auctoridade absoluta a ruina dos vassallos, e exactores ainda mais sedentos de ouro, do que os seus conselheiros, extorquiam até ao ultimo ceitil do lavrador e do artifice, até em presença dos estados do reino convocados [1].

A agricultura definhava. O commercio, accommettido no mar pelos navios de Hollanda e da Inglaterra, e dentro do paiz pelas expoliações legaes do fisco, o qual tomava os metaes preciosos da America aos donos, promettendo um juro incerto em troca das riquezas, que saqueava, não podia resistir a tantas causas de ruina conjuradas. Desfallecido declinava como tudo o mais de anno para anno.

As despezas augmentavam sem medida; os encargos accumulavam-se; as bancarrotas repetiam-se. Quando o monarcha expirou, a pobreza era tão geral, que o duque de Lerma nos primeiros tempos do seu governo, achando todas as rendas empenhadas, a divida publi-

[1] Capitulos generales de las cortes de Madrid de 1586, 88, impressos em 1590, côrtes de 1592, 93, impressos em 1604.

ca elevada a proporções assustadoras, o paiz despovoado, sem industria, e sem vigor, appellou para a paz, como para o unico remedio, que as circumstancias permittiam [1].

Filippe II devia de sentir por certo pungentes remorsos contemplando do seu leito de morte os resultados da fatal politica, que abraçára.

Exceptuando a invasão de Portugal, todas as suas emprezas se tinham mallogrado. As Provincias Unidas hasteavam o estandarte da independencia; Isabel Tudor sobrevivia-lhe victoriosa; Henrique IV obrigava-o a dobrar-se ao Tractado de Vervins; e o seu successor, incapaz de supportar o pêso da monarchia, fazia-lhe prever uma serie não interrompida de revezes.

III

Os apuros com que luctára a Hespanha no tempo de Filippe II, principe laborioso, que nunca se deixára dominar, e que annotava de seu proprio punho, não só os papeis politicos e toda a correspondencia diplomatica, mas até as contas e os roes das despezas insignificantes, aggravaram-se de anno para anno nos dias do seu successor, dotado de um caracter frouxo, e destituido do vigor necessario para dirigir o estado nas delicadas circumstancias, em que herdava o sceptro.

Apezar de toda a sua dissimulação, o filho de Carlos V não poude encubrir o cuidado, com que olhava para o futuro, vendo cahir o leme do governo em mãos tão debeis. Lem-

[1] Ranke—*Osmanlis e Hespanhoes*, cap. II.

brado de que mesmo nas suas os projectos mais bem concebidos tinham sido frustrados, uns por culpa sua e dos homens, outros pela justa severidade da fortuna, que lhe voltou o rosto no meio das atrevidas emprezas inspiradas pela ambição, cahiu na tristeza que assignalou o ultimo periodo do seu reinado.

De feito a perspicacidade natural não o enganava.

Quando, ferido pela completa incapacidade do filho, e cedendo a um sentimento raro n'elle, depositou no seio do archiduque Alberto, seu genro, e formado na sua eschola, a confidencia cruel, que o magoava, padecia o merecido castigo de tantos designios abortados, sendo punido por onde peccára.

De tanto sangue derramado nos campos de batalha e nos patibulos, de tantas lagrimas, que fizeram correr o lucto e a violencia das suas perseguições, de tantos planos amadurecidos no silencio sem escrupulo, sem piedade, e sem remorso, que fructos colhêra, ou que esperanças levava, depois de grandes fadigas, e de largos annos de poder?

A realidade á cabeceira do seu leito, rasgando o véo quasi em presença da eternidade, mostrava-lhe o nada de tantos sonhos vaidosos.

Extendendo a vista já turva com as sombras do proximo fim, Filippe II via tudo ruinas no passado, que era uma reprehensão viva, e tudo decadencia inevitavel no porvir, accusação não menos aspera da posteridade, que o ía julgar, e cuja sentença não ignorava, que havia de pezar severa sobre o seu tumulo.

«Deus, concedendo-me um grande imperio, dissera a sua filha e ao archiduque, não quiz junctar-lhe a graça de me dar um successor digno de me continuar; recommendo-vos a monarchia!»

Suffocado pela dôr, o velho rei, que assistira com os olhos enxutos á morte de seus filhos, e a tantas tragedias, sem uma lagrima lhe deslizar pelas faces, proferiu estas dolorosas palavras banhado em pranto, descendo ao sepulcro com a triste certeza de que a sua obra dentro em pouco, e mais cedo talvez ainda do que o seu cadaver, cahiria desfeita em pó [1].

Assim succedeu.

Apenas subiu ao throno Filippe III entregou as redeas do governo ao duque de Lerma, não para correr mais solto e desassombrado atraz dos prazeres e delicias da côrte. porque nenhum o podia despertar da apathia morbida, que era o seu espectro, mas por cançaço de si e do mundo, por indifferença melancholica, e por uma especie de insensiblidade ácêrca de tudo e de todos.

A vida foi sempre para elle mais um pêso, do que uma occupação. A corôa parecia ferir-lhes a cabeça e inclinar-lh'a para o chão. Nas viagens, nos jogos, nas recreações, notava-se que procurava matar o tempo, e não distrahir-se [2].

Só uma paixão podia acordar aquella alma adormecida, e reanimal-a por momentos: eram os estimulos do catholicismo rigido, era a crença fanatica e sombria, herdada com o sangue dos avós, a qual, fortificando-se com a educação monastica, se identificára em tudo com a propria existencia.

Na esphera religiosa o seu espirito despertava-se, e mostrava alguma actividade.

Consumindo horas e dias em disputas theologicas com os monges e doutores, em quanto

[1] Ranke. *Osman'is e Hespanhoes*, cap. I, Filippe III.
[2] Balthasar Porreño — *Dichos y Hechos del Rey D. Phelipe III*, cap. XII, p. 329 e 330.

os negocios de estado se confundiam, desprezadas as queixas e censuras dos vassallos, vemol-o discutir com enthusiasmo o mysterio da Immaculada Conceição de Maria, excitar o zêlo dos prelados para convencerem o papa da necessidade de declarar o novo dogma, e offerecer-se até para ir a Roma a pé, se d'esta penitencia dependesse a favoravel resolução do vigario de Christo [1].

Com taes idéas, não admira que em 1609 a Hespanha, sem conhecer a principio o motivo, contemplasse sobresaltada os preparativos militares, que por toda a parte se ordenavam.

Ao passo que os terços hespanhoes recebiam ordem para deixarem a Italia, as galés de Napoles, da Sicilia, de Castella, de Portugal, e da Catalunha sulcavam o Mediterraneo, e os nomes de Doria e de Santa Cruz tornavam a soar entre festivas e guerreiras vozes pela face dos mares [2].

Qual era o inimigo que se buscava, e que as armas do rei catholico se propunha exterminar?

Seriam os Hollandezes, cujas frotas, cruzando nas aguas do Brazil, e assaltando os presidios da India portugueza, todos os dias recolhiam carregados de tropheos e despojos, arrancados aos antigos heroes de Diu, de Malaca, e de Goa?

Seriam os piratas francezes e inglezes, que não cessavam de insultar os navios de Castella e de Portugal, sem cuidado, nem receio do castigo?

[1] Relacion de lo que pasó en la expulsion de los Moriscos por Damian Fonseca. Roma, 1612. D. Modesto Lafuente. Historia general de España, Tomo XV, Parte III, Lib. III, cap. IV.

[2] Damian Fonseca — Expulsion de los Moriscos, Tratado II, cap. 7.º, 8.º e 9.º Lafuente, Tomo XV, Lib. III, cap. 4.º.

Eram os corsarios barbarescos, tão ousados pela impunidade, que não contentes com infamarem as nossas costas e as da Hespanha com as prêsas, se atreviam já a repetir os saltos, desembarcando em terra firme, e captivando povoações inteiras?

Contra nenhum d'elles fôra organizada a expedição!

A espada de Carlos V, tantas vezes triumphante, jazia sobre a sua campa no Escurial.

Uma paz, uma tregua, comprada por concessões deshonrosas, prohibia ao monarcha empenhar as forças do imperio em reprimir as injurias, e atalhar na America e na Asia as conquistas dos seus antigos subditos libertados.

A guerra, que se tentava, dizia-se mais nobre, e gloriosa.

O raio das armas castelhanas ía fulminar d'esta vez um povo pacifico, e sujeito ao seu dominio, um povo cultivador e industrioso, que enchia de trigo os celleiros de Hespanha, e de assucar os seus armazens.

Os mouriscos de Valença, condemnados pelo voto dos inquisidores, pelos sermões dos apostolos da intolerancia, e pelo conselho de ministros senhores do ouvido do rei, deviam expiar a tibieza da sua fé, e as calumnias dos que desde muitos annos lhes cavavam a ruina debaixo dos pés.

Reduzir a desertos as campinas ferteis, cobrir de lucto as terras aonde sorria a alegria do trabalho, juncar de cadaveres as aldeias e as ruas da cidade, lançar fóra da Hespanha como reprobos e maus filhos os braços mais uteis, eis o grande pensamento, que dictava esta empreza, e que a fundação de um templo coroou em memoria do grande feito [1].

[1] Damian Fonseca. — Expulsion de los Moriscos.

Com um soberano frouxo e negligente em todos os assumptos os verdadeiros monarchas são sempre os validos.

O duque de Lerma, como o conde de Olivares no reinado seguinte, mandava absolutamente em nome do principe, e não perdia a occasião de se elevar a si, e aos seus, em quanto o imperio exgotado pelos tributos, pelos erros economicos, e por toda a especie de sacrificios, se inclinava rapidamente para o occaso.

Quando os povos reunidos em côrtes provavam, que as terras se despovoavam, que o preço das substancias crescia, que os arados paravam por falta de bois e de lavradores, e que a ruina se ía tornando geral, e parecia incuravel, o ministro omnipotente malbaratava os thesouros extorquidos pelo fisco, os rendimentos do erario, e as riquezas com que contribuiam os dominios ultramarinos, talados por verdadeiros proconsules, consumindo-os em remunerar com pensões annuaes os alliados da sua politica na Italia, na Suissa, na Allemanha e na Inglaterra [1].

Depois que a pouco e pouco por meio de tractados se foi restituindo a paz á monarchia, em logar de se applicarem com economia as sommas, que deixaram de ser absorvidas pelas guerras, alliviando ao mesmo tempo os subditos da oppressão das taxas e dos subsidios violentos, ainda se distribuiram, se é possivel, de um modo mais ruinoso as receitas publicas.

As riquezas do duque pareciam fabulosas se não existissem os factos para as attestar.

Tratado II, cap. 7.º, 8º e 9.º Lafuente, tom. XV, lib. III, cap. 4.º.

[1] Ranke — *Osmanlis e Hespanhoes*, cap. IV. *Impostos e fazenda.*

Só com o casamento do rei despendeu trezentos mil ducados do seu bolso; com o matrimonio das princezas de França e de Hespanha quatrocentos mil; e em fundações pias da sua casa não menos de um milhão cento e cincoenta e dois mil [1].

Os seus amigos e parciaes ostentavam um fausto escandaloso no meio da pobreza publica.

Miranda louvava-se de possuir uma collecção de pedras preciosas quasi digna de um principe, e D. Rodrigo Calderon alardeava bens immensos, que não se compadeciam com a humildade dos seus principios. Os ordenados dos funccionarios da côrte subiam já a esse tempo a um terço mais do que na épocha de Filippe II [2].

Mas estes gastos ainda não eram os maiores.

As festas, o jogo no paço, as mudanças de residencia do soberano, as viagens, e as mercês aos titulares, que accudiam a Madrid, devoravam quantias muito mais avultadas. Sabemos que os festejos do consorcio de el-rei custaram tanto como a conquista de Napoles no tempo de Fernando o Catholico [3].

Mal governada como era a Hespanha, não admira que Portugal ainda padecesse mais do que ella, e assim aconteceu.

O filho de Carlos V, prudente e acautelado, procurava sempre disfarçar o pensamento de converter a união das duas corôas em uma completa fusão, reduzindo-nos á condição de provincia.

Não queria descarregar o golpe sem primeiro exgotar de todo as forças ao reino, fazer

[1] Ranke — Cap. IV, Filippe III. *Impostos e fazenda*.
[2] Ibidem, cap. IV. Filippe II. *Impostos e fazenda*.
[3] Ibidem.

castelhana a nossa nobreza pelo interesse e pela vida palaciana, e a pouco e pouco ir desacostumando o povo das instituições e privilegios, que entretinham vivas a idéa e a saudade da passada independencia.

Se quebrou logo algumas das clausulas, que offerecêra, como observámos, não se esqueceu de córar a violação, desculpando-se com a necessidade de conter os partidarios de D. Antonio, e de oppôr aos esforços dos francezes e de Isabel Tudor a vigorosa resistencia, que as circumstancias exigiam. O seu successor, não julgando já opportuna a dissimulação, mais seguro depois da morte do prior do Crato, e da paz com a Gran-Bretanha, com a França, e com a Hollanda, reputou-se pacifico e firme no throno usurpado por seu pae, poz de parte os artificios, e começou a revelar as intenções da politica secreta insinuada a Filippe II por ministros capazes de imaginarem, que a consciencia, e a dignidade de um paiz podiam medir-se e vender-se pelo preço, por que se negociára a traição de alguns ambiciosos.

Nos capitulos jurados em Thomar, aonde se tinham incluido os antigos fóros do reino, o rei catholico havia declarado, que todos os officios de fazenda e justiça seriam providos em portuguezes. Illudiu-se logo a promessa, quanto á forma, segundo mostrámos, chamando a Madrid os despachos da magistratura; porêm no governo de Filippe III, o abuso tirou de todo a mascara, desprezando a lei como lettra morta. Principiou-se por nomear para o elevado cargo de vogaes do conselho da fazenda em Lisboa a tres castelhanos, e logo depois a mais tres.

Com o conselho de Portugal, que funccionava em Madrid, e pela jerarchia superior

devia ser respeitado, não houve maior escrupulo.

Rasgando os privilegios solemnemente assignados, o favor do Duque de Lerma recompensou publicamente a amizade de adherentes seus com os logares, que a lei só concedia a portuguezes, dando assento no tribunal a D. João de Borja, ao conde de Salinas, e ao conde de Ficalho, depois duque de Villa Hermosa [1].

A'cêrca das doações de cidades, de villas, e de bens da corôa e ordens não se prendeu mais o valido, enriquecendo com ellas os castelhanos, assim como com as commendas e habitos dos mestrados, dispensando os agraciados de virem a Portugal prestar juramento, e pagando serviços feitos a Hespanha com as graças devidas aos portuguezes, que, tractados com desabrimento, só tarde e mal colhiam algum escasso premio depois de largos annos de diligencia [1].

Nos portos seccos, que em 1580 Filippe II promettêra abrir á livre entrada do commercio das duas nações, apertaram-se pelo contrario por tal modo os rigores, e dobraram-se tanto os tributos e vexames, que mais se diria que na fronteira os agentes do fisco desejavam repellir inimigos, do que attrahir e abraçar irmãos.

Em vez de se tomarem providencias energicas para assegurar dos corsarios a carreira das nossas navegações, distrahiam-se para outro emprego as sommas necessarias para o armamento das galés, chegando as cousas a estado, que os barcos de pesca mal se atreviam a sair a barra de Lisboa, ameaçados pe-

[1] *Marte Portuguez* — traduzido pelo doutor João Salgado de Araujo, 1642, certamen III, artigo 3.º.
[2] Ibidem.

los chavecos dos mouros, que, mais soltos de dia para día, não duvidavam accommetter os portos, entrando por elles sem temor a apresar homens e navios [1].

Não satisfeitos ainda com estes motivos de descontentamento, que a soberba dos executores exacerbava, os ministros castelhanos constrangidos por imperiosa necessidade, ou obedecendo ao pensamento doble de enfraquecerem a monarchia, ordenavam levas de tropas contra Flandres, não attendendo a que desarmavam assim as conquistas expostas sem gente aos estragos e desastres, que não se demoraram. Para chamarem os militares ao serviço de Castella abonavam-lhes largos soldos, negando-os aos que iam arriscar-se na India e no Brazil, e tirando ao mesmo tempo as capitanias móres das armadas da corôa aos portuguezes para as conferirem contra razão e justiça aos vassallos de Castella [2].

Atados os braços pela prodigalidade, com que se desbaratavam os rendimentos da Hespanha, e os de Portugal, ou talvez, como affirmam os nossos escriptores de 1640, sempre dominado pela idéa de desfallecer o reino, deixando-o luctar com inimigos poderosos desamparado de tropas e thesouros, o governo castelhano commetteu o grande erro e a vergonhosa fraqueza de acceitar nas tregoas com a Hollanda o maior opprobrio de que ha memoria, estipulando em 1609, que a paz se guardaria só da linha para cá!

Protegendo assim os seus reinos e estados, e ainda os dos alliados, e assegurando a sua navegação, expunha unicamente ás hostilidades dos contrarios, que fitavam já os olhos

[1] *Marte Portuguez*, certamen III, artigo 3.º.

[2] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal*, Lisboa, 1642, folha 12 v.

n'ellas, as possessões de Portugal, desguarnecidas, mal administradas, e votadas por calculo, ao que parece, a uma ruina inevitavel, porque era de toda a evidencia, que as armas dos hollandezes, desoccupadas na Europa, sem demora se empregariam nas guerras distantes da India e da America, a que os convidava o desejo de se engrandecerem, e o amor do lucro [1].

Esta fatal e indigna concessão foi uma das causas da rapida decadencia do nosso imperio maritimo.

Depois dos revezes e infortunios, que experimentára Portugal, quando devia esperar que a Hespanha lhe extendesse a mão generosamente, e o ajudasse a conservar as conquistas, que por tantos titulos as duas nações eram obrigadas a manter, via-se de repente sacrificado, e achava deante de si os antigos inimigos de Filippe II e de seu filho, os quaes só em virtude da união se voltavam contra elle. O gabinete de Madrid antes de o sujeitar assim ás calamidades de uma guerra a todo o trance tinha-lhe divertido as forças, enviando em levas para Flandres a gente capaz de militar, embarcando os bons marinheiros nas suas armadas, exhaurindo o paiz de todos os recursos, e deixando interromper o commercio por falta de defeza, e estancar pelos revezes da lucta maritima as riquezas, que tiravamos d'elle!

Os resultados pouco tardaram.

Apezar do tracto da Mina e de Guiné ser tão rendoso não se olhou por elle, nem se aproveitaram as occasiões de castigar os inimigos.

[1] *Portugal Restaurado*, Parte I, Livro I.— João Pinto Ribeiro— *Usurpação e Restauração de Portugal*, Lisboa, 1642, folha 12.

Advertido tantas vezes pela espada dos Hollandezes nunca o governo hespanhol cuidou devéras no modo mais prompto de os expulsar, nem para isso nos offereceu o menor soccorro. Pelo contrario! apodreciam inuteis no Tejo as embarcações, que deviam destinar-se áquelle feito; consumiam-se em desperdicios as rendas, de que metade bastaria para os gastos d'ellas; e aquartelavam-se nos arredores de Lisboa os soldados perdidos de vicios e insolentes com os ocios. Faltou tudo para a conservação, cresceram os perigos, e nem assim mesmo a apathia singular do governo se desmentiu, até que a fortaleza desamparada, mallogrando-se todas as esperanças de auxilio, succumbiu no reinado de Filippe IV menos ao valor dos que a assaltaram, do que á calculada indifferença dos que a não tinham querido soccorrer [1].

Apezar d'esta indifferença, que nada póde desculpar, e que nos fez perder umas após outras as praças, que eram as joias mais preciosas da corôa dos nossos reis, o mesmo desleixo e má vontade presidiam á direcção dos negocios em relação ao ultramar.

Se foi pensamento politico, nunca o houve mais fatal e criminoso.

As naus da India principiaram a ser despachadas fóra de tempo e de monção, e mal aviadas e petrechadas perdiam-se, arribavam, ou eram tomadas pelos inimigos, que já cruzavam aquelles mares, vedados antes pelo respeito de nossas armas [2].

Privado de soccorros, que esperava com impaciencia, e que de proposito, ou por negligencia, se lhe demoravam, e accommettido

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal.* Lisboa, 1642, folha 12 v. e 13.
[2] Ibidem, folha 13 v.

por novos e mais terriveis adversarios, que da Europa corriam a cevar alli a cubiça, demolindo o poder de Castella, o imperio portuguez no Oriente, perdendo o melhor sangue por tantas veias abertas a ferro, cedeu aos golpes repetidos, que o enfraqueciam, e a pouco e pouco foi-se tornando uma sombra de si mesmo [1].

Até os mais ardidos e alentados defensores desanimavam.

Viam-se em remotas regiões, a braços com os maiores riscos e infortunios, e quando, sobrevivendo por milagre, conseguiam voltar á patria, pobres e mutilados, as recompensas, que encontravam, eram desprezos, frieza, e ás vezes escarneos!

Em quanto pelejavam no mar e na terra, os validos e cortezãos ostentavam nas salas e nos banquetes os ricos trajos e collares das modas estranhas, corriam os dados sobre as mezas carregadas de ouro, e mais felizes com a lisonja, do que elles pelos serviços, obtinham do favor, ou da venalidade, as honras, as mercês, e as rendas, que faltavam depois para os soldados cobertos de cicatrizes [2].

Em presença d'este estado, multiplicando-se todos os dias as injustiças, pizando-se aos pés os direitos jurados no acto da união, e infringindo-se claramente, e quasi com pompa os privilegios mais sagrados do reino, não devemos espantar-nos se a dôr e a ira, augmentando com a oppressão, ameaçavam a cada hora o pesado e o odioso dominio, que tractava como servos conquistados a povos, que não tinham sido verdadeiramente vencidos.

Em 1602 sabemos por um officio do embai-

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal.* Lisboa, 1642, folha 13.

[2] Ibidem.

xador de França, que o Estado dos animos em Portugal cada vez se mostrava mais contrario ao governo de Castella, sendo accusados em toda a parte o monarcha e o seu ministro o duque de Lerma de aggravarem a impaciencia geral com os erros de uma pessima administração.

A magoa era geral, a saudade do passado glorioso cada vez mais viva, e todos por uma só bocca se queixavam de que viam o reino decadente, o commercio perdido, e todos os mananciaes de riqueza e prosperidade arruinados, ou proximos a arruinar-se [1].

Os inglezes n'esse tempo ainda em guerra com a Hespanha continuavam as hostilidades, preferindo por menos bem guardadas as nossas costas, e causando-nos immensos prejuizos. Os agentes de Filippe III, conhecendo a indisposição que excitavam, desconfiados de todos, apontavam os moradores de Lisboa como suspeitos de tracto secreto com os estrangeiros, e não cessavam de entreter os receios da sua côrte com avisos e denuncias [2].

Quando o coração das nações foge dos que as assoberbam, as esperanças, ainda as mais absurdas, figuram-se ao povo seguras e realizaveis.

Em 1603 os portuguezes consolavam-se do jugo, que supportavam offendidos, abraçando-se com a sombra do ultimo rei. A seita dos sebastianistas nasceu do desejo ardente da liberdade, e cresceu á sombra d'elle.

Os falsarios, que tomaram o nome do desditoso principe, e expiaram no cadafalso o embuste e a ousadia, apezar de todas as provas, para grande numero de credulos não passa-

[1] Bibliotheca Real de Paris, cod 228, 9, (fonds Harlay) docum. 60.
[2] Ibidem, cod. 228, 9, docum. 63.

ram por impostores, mas foram tidos por martyres.

Na idéa, de que o monarcha se recolhêra a salvo da derrota, e havia de apparecer de um para outro dia, muitos não occultavam as repugnancias, com que viam os estrangeiros, e o partido, que fundava em fabulas, ou em sonhos todo o futuro, chegou a causar tanto cuidado, que os hespanhoes publicaram novos livros, demonstrando a morte do neto de D. João III, e os direitos de Filippe II ao throno [1].

A emulação com que a côrte de França contemplára a occupação de Portugal, revivia ainda na animadversão, que todos os seus agentes declararam ao governo castelhano n'este reino.

O novo consul em Lisboa mr. Mensis, apenas acabára de tomar posse, e de ser aceito, depois de largos annos de resistencia da parte do gabinete de Madrid, pegou logo na penna para aconselhar a prohibição das exportações dos trigos de França para os portos de Hespanha como victorioso meio de embaraçar o armamento da esquadra, que se aprestava n'essa épocha; e que estava para sair do Tejo [2].

E' de crer, que os francezes exacerbassem com artificio os motivos de descontentamento, inspirados pela politica inaugurada por Henrique IV, o qual em todo o seu reinado nunca se desviou do grande principio, que revelam os diversos tractados de alliança celebra-

[1] Bibliotheca Real de París, cod. 228, 29, (fonds Harlay) documento 22. Officio do conde Bartault datado de Madrid em 5 de junho de 1603.

[2] Ibidem, cod. 228, 10, documento 51. Officios do consul Mensis de 30 de agosto, e de 17 e 19 de setembro de 1603.

dos com Isabel Tudor, e depois com Jacques I e com o duque de Saboya, todos dictados pela idéa de enfraquecer os dois ramos da casa de Austria, principalmente o de Castella[1].

Tudo inculca, pois, que os agentes do primeiro Bourbon, cobrindo a inimizade com as apparencias diplomaticas, nunca perderam o ensejo de estimular occultamente os portuguezes, persuadindo-os a quebrarem os ferros, que lhes feriam os pulsos.

Não parece provavel, que o embaixador Barrault procurasse excitar inquietações em Hespanha, e que deixasse de tentar com maior probalidade de exito eguaes movimentos em Portugal. Entretanto o fio d'essas conjurações, se existiram, perdeu-se nos arcanos das chancellarias; a policia castelhana triumphou sem publicidade de todas ellas; e o poder de Fillippe III consolidou-se sem obstaculos dignos de reparo, embora os subditos desejassem anciosamente, que algum acontecimento inesperado viesse remil-os da sujeição.

Os ministros não ignoravam certamente as minas, que se lhes abriam debaixo dos pés, nem o perigo de que algum incidente casual as inflammasse de repente.

Aconselhando em 1611 a seu amo uma jornada a Portugal, talvez levassem em vista attrahir as vontades dos portuguezes com a presença do monarcha, e ao mesmo tempo é de suppôr, que a pretexto da visita real tractassem de arrancar dos povos mais alguns subsidios.

Mas o plano desvaneceu-se apenas concebido. Soube-se em Madrid, que o reino estava disposto a negar o tributo, emquanto não vis-

[1] Vide officio de mr. de Vaucelles de 20 de junho de 1610. Bibliotheca Real de París, cod. 228, 12, documento 36.

se o monarcha em Lisboa, e receiou-se com razão, que os vassallos queixosos, julgando o lance opportuno, o não aproveitaram para representarem contra os que não lhes guardavam os privilegios e liberdades [1].

De feito só oito annos depois é que a preconizada viagem se verificou, e os vaticinios dos estadistas, que tinham combatido os projectos de 1811, não ficaram desmentidos.

O rei catholico, ao passo que vinha lançar-se nos braços dos portuguezes, segundo dizia, não disfarçava as apprehensões causadas pelo espirito hostil dos subditos, que visitava.

Antes de partir expediram-se correios para a Italia com ordens de chamar as galés de Hespanha, e todos os navios da armada, temendo-se o soberano, ao que parecia, de se ver menos bem acompanhado, e pondo guardas á elogiada lealdade dos vassallos, que os aduladores pintavam como tão anciosos de o admirarem [2].

Em 8 de junho de 1619 a côrte castelhana achava-se em Belem, esperando, que se concluissem os preparativos para a entrada solemne, e não se mostrava pouco preoccupada com a physionomia, que iam apresentando as côrtes convocadas para juramento da fidelidade.

Affirmavam os mais bem informados, que ellas contavam pedir que se lhes désse o principe para rei, e que Filippe III por nenhum modo o havia de consentir; além d'isto constava egualmente, que nos estados não faltaria quem accusasse perante o soberano o vice-rei, D. Diogo da Silva, conde de Salinas e mar-

[1] Bibliotheca Real de París, cod. 228, 13, documento 1. — Officio de mr. de Vaucelles embaixador de Madrid, datado de 7 de agosto de 1611.

[2] Ibidem, cod. citado, docum. 180.

quez de Alemquer, tão detestado pela qualidade de estrangeiro, como pelos actos do seu governo [1].

A despeito dos maus presagios e murmurações o recebimento foi magnifico, alegrando-se o povo com a promessa, que lhe fez o rei, de que não viera a pedir novos impostos, mas sim allivial-o no que podesse. A nobreza, do seu lado requereu para os filhos a continuação das mercês liberalizadas por Filippe II, que absorviam quasi todas as rendas do reino [2].

Entretanto o enthusiasmo do interesse e da lisonja escondia mal o desgosto e a aversão latentes.

Findos os cumprimentos e cortezias, portuguezes e castelhanos tornaram logo a olhar-se com ciume e antipatia, e os fidalgos hespanhoes do cortejo do monarcha não se encobriam para exclamar, que suspiravam por voltarem a Madrid.

O monarcha retirou-se sem despachar negocio de vulto, consumindo o tempo em visitas aos conventos e em collações freiraticas, e desprezando os capitulos de aggravo, e as propostas de reforma offerecidas pelas côrtes, já pouco esperançadas de alcançarem favor, ou attenção [3].

Os principes da casa de Austria, affeitos ao poder despotico, costumavam responder com o silencio, ou com phrases equivocas ás queixas dos estados. Em Castella Filippe II não hesitára mesmo em decretar tributos e pragmaticas até na presença d'elles sem os ouvir.

[1] Bibliotheca Real de París, cod. 228, 15, docum. 196. Officio de mr. de Puysieux datado de Madrid em 23 de março de 1619.

[2] Ibidem, cod. citado, docum. 200.

[3] Ibidem, cod. 228, 15, docum. 205.

A sua voz importuna offendia o absolutismo.

Foi assim que o herdeiro de Filippe II veiu a Portugal, só para afastar ainda mais de si e do seu herdeiro o amor e a dedicação dos subditos. A Providencia velava pelos destinos futuros de Portugal.

IV

O reinado de Filippe IV, tão infeliz para a Hespanha, veiu aggravar as queixas e o descontentamento dos portuguezes, por tantos annos e em tantos interesses, mal tractados.

O valimento do conde duque de Olivares, ministro omnipotente de um soberano, que só parecia fazer caso da corôa para cobrir com ella as aventuras amorosas, as representações theatraes e palacianas, as festas e os recreios, apressou a declinação da monarchia de Carlos V, cada vez mais debilitada por sacrificios, com que não podia, e por fim dilacerada pelo desmembramento dos proprios estados, e pelas luctas e sublevações de Napoles e da Catalunha.

O pensamento do conde duque, pelo que se deprehende do seu governo, era humilhar os brios de Portugal, affeiçoal-o gradulmente á obediencia passiva, e convertel-o por ultimo em provincia hespanhola, quebrados todos os privilegios e isempções, que Filippe II em Thomar havia jurado como bases immutaveis da união.

Póde mesmo suspeitar-se, que Olivares, não ponderando a gravidade da revolução catalã, e obrando no sentido de realizar o mais cedo possivel este plano funesto, tentasse excitar alvorotos e resistencias parciaes, para

se valer do pretexto, e justificando-se com a inquietação do paiz para o expoliar dos fóros da nação, obrigando-o a seguir, como succedia aos outros reinos annexados, os destinos da monarchia, eliminada a idéa e a existencia de uma nacionalidade distincta e independente [1].

Se os pareceres attribuidos a alguns ministros dos reis catholicos não foram puros artificios inventados, a origem d'este trama sobe a 1580, e o systema invariavelmente observado na administração de Portugal não desmente, antes confirma as vehementes accusações, com que os nossos jurisconsultos e estadistas o flagellaram em diversos opusculos depois de 1640 [2].

O que não se explica é a imprudencia da oppressão em presença do desleixo mais completo em relação aos meios de reprimir as manifestações, que se deviam esperar, provocando-se com tanta ousadia as iras de todas as classes e todos os melindres do povo inquieto e desgostoso, sempre disposto a suspirar pelo momento de restituir o throno aos seus reis, volvendo com elles á posse dos direitos e liberdades perdidas.

Annos antes do duque de Bragança ser proclamado, podia affirmar-se, que nem um só dos capitulos de Thomar deixára de ser illudido, ou se achava em vigor. A nobreza, que optára por Filippe II, separando-se do povo, e assistindo em grande parte como espectadora indifferente, pelo menos, aos triumphos militares do duque de Alva, expiava a sua insensibilidade, vendo-se desterrada da face do

[1] Vide João Pinto Ribeiro — Opusculos. Portugal-Restaurado, Tomo I, cap. I, e outras obras,

[2] Ibidem, *Desengano ao Parecer enganoso.—Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal.*

monarchia, deprimida pelos validos castelhanos e seus clientes, e tractada com uma soberba intoleravel em Madrid e Lisboa. Apenas se negava a concorrer com a bolsa, ou com a espada para o engrandecimento de inimigos, que aborrecia, e que a não detestavam menos a ella, notando-a de orgulhosa, de inepta, e de pouco inclinada ás armas, era logo punida por meios indirectos, mas efficazes.

Os ministros da casa de Austria, nada escrupulosos, e obedecendo sempre ao principio assentado de enfraquecerem o reino, não se constrangiam mais nos seus rigores para com os fidalgos, do que nos vexames e violencias para com os plebeus.

Os que não se dobravam a serem cortezãos dos privados e dos seus confidentes, ou não compravam quasi em leilão as mercês, que pelo sangue e pelos serviços lhes deviam pertencer, sabiam que nunca os attenderiam, e assistiam envergonhados ao triste espectaculo de verem os premios dados a pessoas de muito inferior condição, nobilitadas pelo favor, ou pelo ouro, sendo a memoria das casas mais illustres obscurecida de proposito por homens, que não se encobriam para denunciarem a origem venenosa aonde iam beber para obterem graças [1].

O estado ecclesiastico experimentava eguaes, ou maiores severidades.

O trafico dos empregos por mão dos publicanos punha banca de venalidades politicas até ás portas das egrejas. Os beneficios davam-se, não aos mais dignos, mas aos que os pagavam melhor em dinheiro, e em arbitrios traiçoeiros. As provisões dos bispados multiplicavam-se sómente para renovar o onus das mesadas para a corôa, obrigando o paiz a re-

[1] *Marte portuguez*, certamen III, artigo 6.º

petir despezas inuteis com escandalo e detrimento geral.

Os subsidios do clero, impetrados da Sancta Sé em nome dos gastos, que exigia a defeza do reino e a conservação das praças fronteiras, consumiam-se em proveito de Castella: e os mares desertos de navios portuguezes accusavam a decadencia calculada a que nos tinham arrastado. Da mesma fórma eram distrahidas as sommas, que rendia a bulla da cruzada, concedida para a guerra contra os infieis, que, atrevidos com a impunidade, assaltavam as costas, e extendiam as corridas até aos muros dos logares fortificados [1].

Na administração da justiça e no despacho dos cargos seculares lamentavam-se ainda peiores abusos.

Se a simonia publica gangrenava tudo nos templos e mosterios, não eram menos, senão mais audaciosas, as vendas dos officios de juizes, corregedores, ouvidores, e outros empregos civis.

Corriam quasi em almoeda, e não admira, que os licitantes, depois de levarem o ramo caro, cuidassem logo em se indemnizar do preço exorbitante, commettendo sem temor grandes dolos e iniquidades, e transformando os tribunaes em mesas de mercancia, aonde só alcançavam clemencia, ou deferimento, os que chegavam com as mãos ermas de provas, e pesadas de dadivas [2].

Um escandalo chama por outro; e ao abysmo segue-se o abysmo!

Os requerentes, aggravados, debalde erguiam as mãos e os olhos para o throno do principe. Para serem ouvidos por elle, care-

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal.*

[2] *Marte Portuguez*, certamen III, artigo 5 º.

ciam de devassar as portas do paço, comprando a peso de ouro a licença que lh'as podia abrir.

No meio de tantos excessos, e ostentandose o vicio coroado de palmas como unico e despotico arbitro da sorte dos povos, para acabar de se encher a medida, e de se apurar a paciencia dos que já padeciam tanto, veiu o flagello dos novos tributos azedar o descontentamento, provocando o triste e derradeiro recurso, que resta aos que desesperam de todos os outros — a rebellião.

Não satisfeitos os ministros castelhanos com o estado de prostração, a que tinham reduzido um reino tão florescente um seculo antes, quer as necessidades os instassem, quer reputassem o imposto como a machina mais apropriada para se extenuar dentro de pouco tempo o melhor da substancia publica, ou finalmente por ambos os motivos junctos, como parece provavel, decidiram arrancar de todo a mascara, e tractar-nos como desde Filippe II costumavam tractar os proprios vassallos.

Os rendimentos, arrendados, antecipados, e malbaratados, cada dia diminuiam, enganando a avidez dos poucos escrupulosos ministros, que os applicavam.

A miseria crescia. A lavoura decahida mal produzia para sustentar os agricultores. O commercio, entorpecido pelas pêas fiscaes, e exposto sem auxilio ás armas dos inimigos, senhores dos mares, definhava, e arruinava-se de anno para anno, arrastando-se em pobreza os que eram invejados antes como abastados, ou opulentos.

A regencia da duqueza de Mantua, e o governo do secretario Miguel de Vasconcellos assignalaram os extremos da tyrannia fiscal, com que os conselheiros de Filippe IV ima-

ginavam quebrar por uma vez as resistencias do paiz.

Diogo Soares em Madrid, na intima confidencia do conde duque, dirigia os fios da conspiração, cujo alvo era nada menos, do que estancar as forças de Portugal por todos os modos, deportando a nobreza a titulo de a occupar na guerra da Catalunha, chamando á côrte o duque de Bragança, que o amor dos povos inculcava como perigoso rival do dominio castelhano, e desfallecendo todas as classes, esvaídas pelos continuos pedidos de taxas, lembradas por homens, que não se empregavam senão em excogitar pretextos, mais ou menos apparentes, para cevar as aves de rapina, que pairavam sobre o corpo da monarchia, julgando-a quasi cadaver [1].

Para não demorar a execução do lento, mas seguro, suicidio, a que se queria forçar o reino, renovaram-se as practicas dos tributos, que não tinham podido chegar a ser lançados, apezar de propostos, porque a junta da nobreza, reunida com outras pessoas principaes em Sancto Antonio de Lisboa, respondêra com honrosa firmeza, que ella, e todos os vassallos, tendo jurado guardar os costumes de Portugal, não podia admittir, nem votar impostos fóra das côrtes [2].

Persuadidos de que as circumstancias haviam mudado depois de applacados os tumultos de Evora, e que sería facil agora o que então se não conseguira, Olivares, Diogo Soares, e Miguel de Vasconcellos, não perdoaram a nenhum meio, por mais odioso e censuravel, para realizarem os primeiros propositos, deferidos, porêm nunca desamparados.

[1] D. Francisco Manuel de Mello — *Epanaphoras de varia historia portugueza*, Epanaph. I.

[2] Ibidem.

Ao tributo sobre o bagaço da azeitona, convertido depois n'uma avença paga em azeite, ás meias annatas, cobradas não só de titulos vãos e fantasticos, mas até pelos actos de mera justiça e de obrigação do rei, accresceram de repente outros não menos lesivos e rigorosos.

As taxas eram tantas e taes, umas sabidas e communs, outras occultas e especiaes, que a sua averiguação escapava ainda aos mais diligentes observadores dos segredos de estado! [1].

Impunham-se até sem dependencia de ordens reaes, premiando-se como o mais leal servidor aquelle, que melhor arrecadava, molestando e affligindo os contribuintes.

Foi assim que sem piedade se extorquiram dos pobres e miseraveis muitos centos de mil cruzados, alcançando a rede das exacções até as barcas de pesca, multadas com o registo das torres, ao passo que apenas sahiam a barra se viam expostas ao captiveiro, porque nem uma véla nossa defendia então o mar [2].

Como se não fosse o soberano de ambas as nações, e não devesse vangloriar-se de as possuir unidas, o monarcha hespanhol, cada vez mais obcecado, acabou de alienar os animos dos portuguezes, publicando em 1640 aos estados de Flandres, fieis ao seu dominio, que todos podiam livremente sair d'elles a navegar, buscando os portos das nossas conquistas, embora as nossas leis e fóros, que jurára, lh'o prohibissem. Com egual esquecimento e desprezo dos privilegios existentes accrescentou outro aggravo ainda maior a este, empre-

[1] D. Francisco Manuel de Mello — *Epanaphoras de varia historia portugueza*, Epanaph. I.

[2] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, e Restauração de Portugal.*

gando nas guerras da corôa de Castella as armadas feitas á nossa custa para o soccorro das praças da India, da Africa, e da America[1].

Em presença de todas estas violencias, exacerbadas pelo poder despotico permittido aos ministros, que serviam em Lisboa de instrumentos á politica do conde duque, não espanta, que a nobreza ferida no amor proprio, e ameaçada na segurança e na fortuna, aproveitasse o ensejo, e castigasse em 1640 com uma revolução tão prompta, como bem succedida, a má fé, e as ciladas do valido.

O duque de Bragança subiu ao throno, e os castelhanos, pasmados da venturosa facilidade de tão rapido acontecimento, vendo perder a Filippe IV em algumas horas o sceptro de um reino, não sabiam qual admirassem mais, se a novidade da empreza, se a imbecilidade do governo, que a deixára consummar.

Como se a mesma voz o chamasse, sublevou-se o paiz inteiro apenas a capital deu o rebate. Nas cidades e praças de guerra não se ouviram senão as acclamações dos que saudavam o termo da oppressão estrangeira; e ao cabo de sessenta annos, despertando quasi a um tempo do somno da servidão, Portugal ergueu-se como um só homem, e como se tão longo periodo fosse apenas de dias, e não de mais de meio seculo.

A geração, que, abrindo os olhos, encontrára a patria sujeita, foi quem a libertou, e que depois nas fronteiras, nos cercos, e nas grandes batalhas, sustentando o seu brioso feito, desenganou a soberba do rei catholico, provando-lhe que uma nação, quando se lembra de si, e não abdica a dignidade moral e o sentimento da sua gloriosa individualidade, pó-

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção, Restauração de Portugal.*

de ser invadida e occupada, mas nunca vencida.

Olivares e Filippe IV não o previram. Suppondo, que os ultrages poderiam mais, do que o amor dos subditos, e do que a gratidão de um bom governo, tentaram o impossivel, flagellaram como escravos os que deviam querer para irmãos, e punidos do erro tiveram de amaldiçoar a sua obra e a louca temeridade, que a inspirára. E esta licção da historia de certo não esquecerá á Hespanha.

Encerramos aqui as nossas observações. Desejariamos alargal-as, e extender a vista pelo periodo curioso, que se abre desde 1640 até quasi aos nossos dias, porém a falta de espaço fecha-nos o caminho, e não nos consente continuarmos.

Vamos entrar em outra épocha, e seguir no seu desenvolvimento outras relaçõos diplomaticas e politicas, não menos importantes e dignas de estudo.

Cedendo ás instancias de alguns leitores o erudito auctor do «Quadro Elementar,» interrompeu a serie natural dos volumes da sua obra, e alterou a consecutiva deducção do plano, que traçára, passando do exame das nossas negociações com a França (terminadas no tomo VIII) para a exposição das que desde antigos tempos nos ligam á Gran-Bretanha, e que de seculo para seculo se tem ido estreitando mais.

Hoje, que a parte relativa á Inglaterra está concluida, cumpre tornarmos a atar o fio, preenchendo o intervallo, que se acha em aberto, e que até para maior apreço da collecção era indispensavel supprir-se.

A secção, que havia de entrar depois de exgotadas as duas, que incluiram as Relações entre Portugal e a Hespanha, e entre Portugal e a França, era a que abraça os nego-

cios discutidos e tractados entre os nossos monarchas e a Curia Romana.

O interesse, e a importancia que assume, pela variedade e pelo vulto dos assumptos, não permittiam espaçarmos a sua publicação, quando mesmo a não apontasse, como de feito apontou, a collocação que occupa no systema adoptado pelo sr. visconde de Santarem.

Começaremos, pois, com o tomo IX a trazer á luz esses documentos, que dormem ha seculos nos archivos nacionaes e estrangeiros, e que no tempo actual, em que tanto se deseja apurar os elementos essenciaes á historia, ousamos aseverar, que hão de prestar valiosos subsidios, não só para a reconstrucção das épochas mais instructivas de Portugal, mas até para esclarecimento de outras nações, e maior firmeza de juizos e averiguações.

Estamos certos, de que esta secção, e o methodo que preferimos na direcção d'ella, dando integralmente as correspondencias, que fórmam o texto, não será menos bem acceita, do que o tem sido todos os volumes do «Quadro Elementar,» consultado com proveito por quantos prezam as nossas cousas, e as costumam profundar.

(Transcripta do tomo XVIII (1860), pag. V a LXXVII).

VII

CORPO DIPLOMATICO

(**Tomo I**)

Começâmos n'este volume a publicação dos monumentos, que hão de constituir o *Corpo Diplomatico Portuguez*, e preferimos a secção das nossas *Relações com a Curia Romana* por se nos afigurar entre muitas outras a que maior utilidade inculcava desde já, pela sua ligação com a actualidade, e pelo interesse do assumpto em si mesmo.

A importancia dos documentos diplomaticões como fonte de informações curiosas, quasi intimas, e por isso mesmo essenciaes para a apreciação dos factos, ninguem a contesta, e não carece portanto de ser demonstrada. No meio do progresso dos estudos historicos n'este seculo, e já no antecedente, as nações na maior parte, rivalizando em honrosa emulação, não olharam a sacrificios e despezas para dotar com mão liberal as corporações e as pessoas dedicadas á investigação de minas tão ricas e tão mal exploradas até hoje. A este fecundo impulso são devidos os cuidados e fadigas de tantos eruditos laboriosos, incansaveis na indagação de preciosas antiguidades, que sem elles continuariam esquecidas, ou ignoradas, e que em toda a Europa

estão vendo a luz da estampa com applauso dos que prezam as revelações do passado.

Para formar seguro juizo do auxilio efficaz com que ellas coadjuvam a interpretação das épochas, e a averiguação dos successos, bastará lançarmos a vista sobre os livros, de que a França, a Allemanha, a Hespanha e Portugal mais se ensoberbecem. Desentranhando do pó das bibliothecas os documentos, em que fielmente se retrata a actividade politica e social dos povos é que seus auctores conseguiram restituir a verdadeira feição e as côres da vida ás gerações extinctas, que julgavam levar comsigo ao tumulo o segredo dos seus actos, paixões, e erros.

Se não retemperassem a critica e o estylo n'estas origens vivas, e infelizmente por tanto tempo encobertas, os senhores Guizot, Ranke e Herculano, mr. Mignet e outros escriptores conceituados de insignes, debalde tentariam atar o fio interrompido dos acontecimentos, cunhando tão parecida a imagem d'elles, e desenhando com tão primorosa correcção a physionomia dos eminentes vultos, que mais de perto e mais activos os influiram e dirigiram para, guiados pela Providencia, realizarem as profundas transformações, que na esphera das idéas e do governo assignalam os grandes homens e os grandes seculos.

Portugal, se não póde reputar-se dos primeiros n'esta carreira, distrahido pela desgraça dos tempos e pelas convulsões civis, nos ultimos annos remiu todavia a sua falta involuntaria não se mostrando menos generoso, nem menos solicito, do que as nações cultas, cujos exemplos lhe cumpria imitar. Os poderes publicos advertidos de que lhe seria estranhada com motivo a indifferença, ou o desleixo, apezar da preoccupação de tantos melhoramentos atrazados, não omi-

ttiram este. Não quizeram que o porvir os accusasse de desprezarem sem razão as memorias, que avivam os vestigios da gloriosa existencia de nossos antepassados, e os brazões tão invejados dos grandes feitos, que diffundiram por todas as partes do mundo a fama e a admiração do nome portuguez.

Coube a um erudito investigador das nossas cousas, hoje fallecido, o senhor visconde de Santarem, a honrosa missão de primeiro colligir e coordenar os elementos necessarios para mais desaffrontados principiarmos a seguir de longe os passos dos povos cultos. N'um caminho, em que outros desanimariam depois de leve esforço, realçando o patriotismo pela firmeza da vontade, apezar de entrado no inverno dos annos, conseguiu mostrar que os bons desejos e a perseverança podiam mais com elle, do que os desfallecimentos naturaes da edade.

Riscando com afouteza o plano do immenso edificio, a que offerecêra os hombros, incansavel no trabalho, só quande a morte o veiu atalhar é que parou, tão descuidado d'ella, e tão seguro de si, como se da primavera da vida a esperança e a robustez lhe acenassem com a promessa de dilatados annos de estudo, de meditação e de vigilias.

O *Quadro Elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*, tentativa de um ancião que tanto queria fazer-se lembrado da patria pelos serviços, começou a desempenhar o paiz da sua divida para a Europa n'esta provincia do saber, levantando uma ponta do espesso véu, que nos escondia a nós e aos estrangeiros os preciosos monumentos perdidos até agora nos archivos estrangeiros e indispensaveis na maior parte para a restauração histo-

rica do nosso passado, que sem elles nunca seria possivel descrever com a verdade, conhecimento e clareza, que hoje a sciencia requer dos que a cultivam.

Instado pela propria impaciencia, não demorando a noticia das riquezas que ia descobrindo, e convertida em auxiliar das suas investigações a residencia de Paris aonde tão copiosos subsidios lhe ministravam os archivos e bibliothecas, o senhor visconde de Santarem desde o anno de 1842, em que imprimiu o tomo I do *Quadro Elementar*, até ao de 1854, em que publicou o decimo quinto, concluiu, elucidando-a de extensos summarios, resenha das nossas relações diplomaticas com a Hespanha e com a França, e adeantou até ao fim do XVI seculo a dos tractados, negociações e correspondencias, que desde D. Affonso I, mais, ou menos seguidas, nunca deixaram de existir entre Portugal e a Grã-Bretanha.

Não espanta que ao incansavel escriptor, entretido com os estudos de tão amplo desenho, não sobrasse o tempo para emprehender com egual assiduidade a collecção chronologica do *Corpo Diplomatico*, a qual, segundo a sua idéa, havia de ser o remate de todos estes trabalhos.

De feito o tomo I d'esse Corpo, que saiu dos prélos de Paris em 1846, incluindo as relações entre Portugal e a Hespanha, (primeira secção das vinte e oito em que dividira a sua obra), principia em janeiro de 1168 e termina em maio de 1383. Nenhum outro volume appareceu depois, e o auctor, denunciando com louvavel sinceridade as omissões e defeitos, inevitaveis em um livro cordenado longe do paiz, e mais inspirado pelo amor das lettras do que filho do amadurecido exame e confrontação dos documentos, pareceu incul-

car por um silencio de oito annos, que assentára com prudencia em reservar a sua continuação para dias mais repousados, talvez pouco satisfeito d'este arriscado ensaio.

Em quanto na capital de França o senhor visconde de Santarem se disvelava em corresponder a estas obrigações laboriosas, a Academia Real das Sciencias de Lisboa, depois da nova organização dictada pela lei de 13 dezembro de 1851, propunha-se justificar a louvavel opinião concebida ácerca d'ella, traçando sobre proposta da senhor Alexandre Herculano o prospecto da importantissima collecção dos *Monumentos Historicos de Portugal desde o oitavo até ao decimo quinto seculo*, collecção, que na critica, no escrupulo, e variedade dos documentos, que já tem restituido á luz publica, está revelando quasi a cada pagina o engenho eminente do escriptor, que fundou entre nós a moderna eschola historica.

As côrtes e o governo cooperaram para uma publicação, que a si mesma se recommendava pela elevação do pensamento, pelo merecido conceito da corporação scientifica que a intentou, e pelo grande nome do escriptor, que a havia de dirigir.

A Academia Real das Sciencias empenhada em dotar o paiz com uma collecção analoga ás que se estamparam, e continuam a estampar em Allemanha, França, Inglaterra, Italia e em outras partes, consultou com a Secção de Historia e Antiguidades o methodo appropriado de dar começo aos largos trabalhos; que a sua empreza requeria, e depois de elle adoptado pela classe de Sciencias Moraes e Politicas e de Litteratura, submetteu-o á approvação do governo, que o sanccionou, elogiando o pensamento, em portaria expe-

dida pelo ministerio dos negocios do Reino, de 13 d'agosto de 1852.

Uma dotação annual proporcionada foi inscripta no orçamento do estado desde o anno de 1854 apar da somma, tambem votada annualmente desde 1842, para a publicação do *Quadro Elementar.*

A estreia, porque a obra foi annunciada, confirmou o muito que as nossas lettras podiam esperar d'ella.

Em 1856 viram a luz os primeiros dois fasciculos, e hoje acham-se já impressos dois fasciculos de *legislação costumes*, e tres de *chronicas e narrativas*. A visita aos archivos ecclesiasticos e seculares do reino, verificada pelo senhor Alexandre Herculano em duas viagens de investigação, bem recompensadas pela importancia dos descobrimentos, convenceu a Academia, de que Portugal n'esses pergaminhos esquecidos, lacerados, e quasi desprezados por inuteis em muitos cartorios. possuia inapreciaveis thesouros, cujo interesse e raridade affiançavam á collecção dos *Monumentos Historicos* uma longa, util, e estimada publicação.

No desenho esboçado para a distribuição das materias, a Academia estabeleceu tres grandes divisões: Monumentos Narrativos; Legislação e Jurisprudencia; Diplomas e Actos Publicos e Privados. Cada uma d'ellas constitue um corpo sobre si, ligadas por systema e titulo commum, mas podendo imprimir-se um volume, ou fasciculo de cada divisão sem dependencia das outras. Na secção 2ª. da terceira divisão comprehendeu os diplomas respectivos ás relações externas do paiz, como tractados, convenções, bullas, e rescriptos pontificios, correspondencias e instrucções diplomaticas, e coherente com as regras, que acabava de prescrever, lembrou ao

governo a necessidade de limitar desde logo o *corpo diplomatico*, á impressão na integra dos documentos relativos ao seculo XVI e aos seguintes, afim de evitar uma duplicação dispendiosa, repetindo-se em duas collecções subsidiadas pelo estado os mesmos diplomas até aos fins do seculo XV.

Em portaria de 13 d'agosto de 1852 a secretaria dos negocios do Reino, accedendo a tão prudente arbitrio, communicou á Academia a sua approvação, participando-lhe que, por officio de 4 do mesmo mez, convidára o ministerio dos negocios Estrangeiros a expedir n'este sentido as suas ordens ao visconde de Santarem.

A carta de Lei de 15 de julho de 1857, provendo á interrupção da obra do *Quadro Elementar* e do *Corpo Diplomatico*, occasionada pela falta do seu auctor, applicou a anterior dotação de seis contos de reis annuaes á continuação dos Monumentos Historicos e da collecção publicada pelo sr. visconde de Santarem, encarregando a Academia Real das Sciencias da direcção de ambas as obras.

O encargo era espinhoso. Suspenso pela morte do paciente investigador, ao qual a França e a Inglaterra tinham patenteado com agrado os seus archivos, o *Quadro Elementar* oppunha não pequenos embaraços a quem intentasse rematal-o na parte, que ficára interrompida, tanto pela natureza e importancia das negociações, que havia a descrever entre Portugal e a Grã-Bretanha, como pela summa difficuldade de conhecer, colligir, e apontar os documentos quasi todos ineditos, de que devia compôr-se, os quaes na maxima parte só se encontrariam fóra do paiz nos copiosos repositorios de Londres e Paris. No tomo XV, o ultimo dado á estampa pelo sr. visconde de Santarem, a relação dos diplomas

sómente alcançava até novembro de 1579, e para encerrar esta secção apenas sobreviviam algumas notas quasi informes, traçadas ao correr da penna com a negligencia propria de rapidos apontamentos.

Entretanto, similhantes embaraços dignos de grande ponderação, foram em parte superados; e nos tres volumes, que a Academia já mandou publicar, (o XVI, XVII, e XVIII) desde 1858, não se pouparam diligencias e esforços para ser preenchida com sufficiente desenvolvimento uma interrupção, que entre outras difficuldades offerecia a de abranger os periodos historicos mais activos e complicados.

Ao mesmo tempo não se levantava mão no Archivo Nacional da Torre do Tombo, e na rica e preciosa collecção de manuscriptos da Bibliotheca Real da Ajuda, na Publica de Lisboa, e na da Academia das Sciencias, dos trabalhos e averiguações precisas para apressar o mais possivel a organização do tomo I do *Corpo Diplomatico Portuguez*. A' coadjuvação zelosa e habil do perito paleographo o senhor João Pedro da Costa Basto foi devido em parte o grande impulso, em virtude do qual sae hoje dos prélos este volume. Sem a sua perseverança, escrupulo, e aptidão, por melhores que fossem os desejos de todos, vernos-hiamos obrigados a espaçar ainda por um, ou dois annos mais uma publicação, que tantas razões exigiam que não se dilatasse. Para isso foi indispensavel dentro de um intervallo relativamente curto examinar com attenção as immensas collecções do Archivo Nacional, gavetas, maços do corpo chronologico, e documentos das bibliothecas extinctas alli recolhidos, as collecções da Livraria Real da Ajuda, e entre estas a da Symmicta Lusitana, além de muitos outros codices, tambem consultados, que citaremos á medida, que os

curiosos e rarissimos subsidios, que nos proporcionaram, tiverem de entrar nas paginas d'esta obra,

A influencia e significação das nossas relações com a curia romana, o seu caracter peculiar, e a estreita ligação, que por tantos vinculos prende o passado ao presente na esphera dos interesses espirituaes e moraes da sociedade, recommendavam o quadro das negociações com a Sancta Sé como o mais importante para nós, não só por aquelle, em que ao sentido historico se unia o interesse immediato das applicações politicas, mas porque não poucas vezes poderia ministrar o esclarecimento de uteis informações á apreciação dos negocios pendentes, ou á dos que de futuro se suscitassem, aos quaes todos promette inesperada luz, e em alguns casos decisiva explicação, percorrendo-se os documentos de outras épochas.

Expostos ao governo os motivos, que imperaram no animo da Academia para ella se inclinar a esta opinião, as resoluções não se demoraram.

A portaria de 7 de janeiro de 1861, approvando o pensamento de abrir pela serie chronologica das negociações com a côrte de Roma a publicação do *Corpo Diplomatico*, louvou-o por ajustado aos fins, que tanto importava conciliar em uma obra extensa e variada, e de necessidade consagrada a attender a tão numerosas e distinctas especies. Ao mesmo tempo confirmou o preceito da portaria de 13 de agosto de 1852, ordenando, que, visto pertencerem á secção 2.ª da terceira divisão dos *Monumentos Historicos* os tractados, convenções e diplomas respectivos ás relações externas desde o oitavo até ao fim do decimo quinto seculo, se encetasse a contar sómente do começo do seculo XVI em deante a colle-

cção do *Corpo Diplomatico Portuguez*, e que n'ella fossem incluidas tanto as bullas, breves e rescriptos pontificios, que por qualquer modo illustrassem a historia civil e ecclesiastica do reino, como as instrucções, memorias, e correspondencias, na maior parte ineditas, dos soberanos e ministros, porque taes documentos constituem uma das fontes principaes do nosso direito e das liberdades da egreja Lusitana.

Demarcados assim os limites, designada a épocha, e auctorizado o plano, restava ajunctar os materiaes dispersos pelos diversos cartorios, sujeitando-os a segundo e mais rigoroso inventario e confrontação para não repudiarmos os que por alguma circumstancia devessemos admittir, nem pejarmos as paginas de futeis e ociosos diplomas, destituidos inteiramente do merecimento intrinseco, ou relativo. Foi o trabalho de que nos occupámos desde logo, e que não correu esteril. Dentro do breve espaço de alguns mezes descriminámos, e classificámos entre milhares de documentos depositados na Torre do Tombo, um dos archivos mais abundantes da Europa, os que se referiam ao assumpto proposto, e reputámos mais dignos da estampa. Da mesma fórma, por meio de repetidas e constantes averiguações, continuadas ainda hoje nas bibliothecas mais opulentas em manuscriptos, não omittimos nenhuma diligencia proficua para completarmos, quanto possivel, a serie dos monumentos relativos ao tempo de el-rei D. Manuel, por infelicidade um dos reinados, de que menos vestigios se encontram, especialmente em relação a estas negociações.

A importancia que taes collecções no meio dos progressos actuaes das sciencias historicas quotidianamente vão assumindo, é attestada pelos primores, que exaltam os nomes

mais reverenciados nas lettras, e pelo incremento successivo dado por todas as nações á publicação dos seus antigos monumentos. A pintura tão animada da épocha de Maria Stuart e de Isabel Tudor, e o retrato tão fiel e delicado em todos os lineamentos, que a penna elegante de Mr. Mignet nos deu das duas princezas, e dos vultos eminentes dos soberanos e estadistas, que regiam a Europa na vida d'ellas, sairia tão natural, tão firme nos traços e contornos, emfim tão completo e perfeito, se os archivos de Simancas não lhe houvessem confiado os tenebrosos segredos da reacção ultra-catholica, de que Filippe II foi o chefe e Maria Stuart a martyr involuntaria, e se as correspondencias do duque de Feria, de D. João de Vargas, e dos outros ministros hespanhoes e estrangeiros lhe não revelassem nas suas intimas confidencias os vicios, as fraquezas, e as paixões secretas dos personagens, que nos representa na grande scena do seu quadro?

Na tela instructiva, em que o severo pincel de Mr. Guizot desenhou com a concisão e firmeza do seu elevado engenho philosophico, o sombrio drama da revolução ingleza, da republica, e do protectorado de Oliverio e Ricardo Cromwel, que papel immenso não cabe aos documentos diplomaticos, a cada momento consultados pelo profundo historiador desde os officios de Mr. de Groullé, de D. Alonso de Cardenas, do conde de Peñaranda, e do Cardeal Mazarino até ás correspondencias noticiosas de Mr. de Bordeaux, que são como o commentario lucido dos rapidos e quasi instantaneos acontecimentos, que se desdobram de dia para dia, mudando com egual volubilidade o aspecto das cousas e a opinião dos individuos?

Quanto não deveu o lapis tão feliz nos per-

fis e na expressão dos caracteres de Mr. Ranke nos seus bellos trabalhos sobre os *Osmanlis e Hespanhoes*, e sobre o pontificado nos seculos XVI e XVII, ás relações dos enviados venezianos, tão curiosas pelos finos rasgos, com que realçam sem affectação as feições preeminentes, os costumes, e as idéas dos povos e dos imperantes?

Finalmente, que valioso soccorro e que tintas tão vivas e proprias não descobriu o nosso historiador, o sr. Alexandre Herculano, para a sua *Tentativa sobre a origem e estabelecimento da inquisição* nas correspondencias, instrucções, e cartas dos agentes portuguezes e italianos d'esse tempo, para nos restituir em um episodio da nossa existencia politica a physionomia da côrte de Roma e da de D. João III, a lucta da venalidade, e a triste hypocrisia dos pretextos invocados pelos perseguidores da raça hebraica, e pela falsa protecção dos artificiosos curiaes? Quando uns instavam em nome da fé, e os outros resistiam não por humanidade, ou tolerancia, mas só com a vontade captiva das promessas, a linguagem núa e singela dos negociadores não nos deixa ignorar nenhum dos motivos cruelmente cubiçosos, que inspiravam a ambos, acabando em ultimo logar por concordarem todos, e por estipularem unanimes o sacrificio das desditosas victimas nas aras do fisco!

Uma difficuldade, porém, se levanta, quando ao modo de dispôr e coordenar tantas riquezas, suscitada pela indole especial do livro.

Sendo tão grande a variedade dos assumptos, e tocando cada negociação, e varias vezes á mesma correspondencia especies muito diversas deveriamos sujeitar os monumentos a uma escolha determinada pela deducção

das materias, ou transcrevel-os por ordem chronologica e na integra, deixando aos leitores a mais ampla liberdade de colherem por si mesmos o que se accommodasse ao plano e tendencias de seus estudos?

Adoptámos o segundo methodo.

Embora as apparencias digam que para tornar o livro mais accessivel fôra util restringir cada serie de documentos a um assumpto especial, colligindo, por exemplo, em separado todos os actos e officios respectivos ao estabelecimento e progressos da inquisição, ás conferencias e resoluções do concilio de Trento, ou á questão ainda tão controvertida actualmente do nosso padroado ultramarino, a maior facilidade que similhante systema ostenta á primeira vista, contemplada em todas as consequencias, perde muito logo das vantagens, que pareciam inculcal-a.

Para decidir entre as duas opiniões principiámos por não lhe confundir os termos.

Se em vez de intentarmos a vasta empreza de um *Corpo Diplomatico Portuguez*, houvesse de limitar-nos a esclarecer um periodo, ou um episodio historico, com razão nos podia ser estranhada como inopportuna a transposição por ordens de datas e por extenso da volumosa correspondencia dos monarchas, e seus agentes; mas o fim da nossa publicação é mais lato; os seus horizontes rasgam-se mais largos; e propondo-se divulgar pela imprensa quanto julgue digno de ver a luz dentro da esphera das relações externas, com justiça incorreria na censura dos entendidos se encurtasse por meio de resumos, e de interpollações, mais ou menos defectivas, as proporções naturaes da obra, que é para todos, e não para alguns, que só deve rejeitar por superfluo o que não couber no seu plano, e cujo principal merecimento consistirá so-

bre tudo em expôr, lavrados pelas proprias mãos dos actores, os testemunhos authenticos do procedimento politico dos reis, dos ministros, e das nações.

Em um collecção similhante á que emprehendeu Mr. Mignet, incumbindo-se de explicar pelos documentos diplomaticos todas as phases do prolongado conflicto occasionado pela importante questão da *Successão da Hespanha no reinado de Luiz XIV*, o methodo que seguimos deveria ser arguido.

Designado pelo auctor o objecto, e indicadas as origens e limites, que a si mesmo se prescrevêra, a inserção de minuciosas correspondencias e a revelação obrigada e chronologica dos segredos das chancellarias, ainda os menos importantes e mais apartados da negociação, longe de concorrerem para a clareza e deducção do livro, lançariam por certo sobre todo elle as sombras de uma confusão inevitavel, mesclando os successos, cortando intempestivamente de incidentes secundarios, ou alheios d'ella, o fio da narração, e fazendo comparecer, não convocadas pela razão logica, idéas, pessoas, e factos, cujo logar seria outro, ou mui opposto.

Mas o nosso intento é diverso. Os deveres de uma obra, como a nossa, são restrictos. Não nos compete assignalar preferencias; cumpre-nos unicamente provar escrupulo na selecção, e completa imparcialidade na reproducção dos monumentos, que admittimos.

Não compômos com os diplomas presentes a historia d'esta, ou d'aquella épocha, de uma, ou de outra negociação importante; arrancámos á obscuridade todos os elementos, que as trevas dos tempos e o silencio dos archivos tinham sepultado, e offerecemol-os ao publico. Supprimir, ou truncar, em nome de um plano qualquer, ou sob pretexto de obedecer

a um methodo arbitrario, documentos, cuja expressão singela e verdadeira tanto convém conservar intacta, fôra nada menos, do que substituir á voz embora aspera, e por vezes rudemente sincera dos homens de cada seculo, a voz menos auctorizada, menos segura de si e das cousas, e sempre susceptivel de cahir em erro do nosso tempo, das nossas idéas, e até dos nossos preconceitos.

Fundados n'estes motivos, que reputâmos solidos, e que abonam exemplos crédores de imitação e de louvor, publicaremos todos os documentos, que descobrirmos, sem os profanarmos com alterações, coordenando-os segundo as datas, e respeitando-os até nos mais visiveis esquecimentos da linguagem e da orthographia.

E' natural que nos ouvidos cultos, afeitos á afinação classica, destôem a miudo as faltas, bastante frequentes, que deturpam a redacção das bullas, breves e rescriptos emanados da chancellaria romana. Fieis comtudo ao systema de nos cingirmos á leitura do texto não os corrigimos, antepondo fundados em bons modêlos as offensas da pura latinidade á perigosa orthodoxia de emendarmos a sua construcção grammatical.

Nos monumentos escriptos em vulgar, reproduzindo tambem escrupulosamente a orthographia, em alguns não só confusa e incoherente, mas até barbara e anarchica, contentámo-nos, para mais prompta intelligencia do leitor, com separarmos das palavras os artigos, ou as particulas, que os auctores usualmente juntam, porque em certos casos dariam logar a equivocos, ou a menos exactas interpretações [1].

[1] Por exemplo, em logar de devora, lemos sempre d'evora, em vez ditalia, d'italia.

Quem percorrer com attenção as paginas d'este volume, não deve espantar-se de achar não poucas vezes o sentido interrompido por trechos obscuros, e phrases truncadas. Esses defeitos são do original, e não os illucidámos com substituições nossas, porque nem nos julgámos com sufficiente auctoridade para o fazer, nem, que a tivessemos, nos atreveriamos a attribuir ao escriptor, ou escriptores, idéas e vocabulos, que elles de certo nunca imaginaram que alguem lhes suppuzesse. Alindar com arrebiques modernos, e lustrar de vernizes recentes a respeitavel antiguidade dos pergaminhos e diplomas, equivale ao sacrilegio de restaurar uma tela dos mestres consummados e inimitaveis, ignorando o seu desenho, o seu colorido, e a sua maneira. Em obras de tal indole convém não esquecer, como já observou o sr. Alexandre Herculano no prologo, que precede o fasciculo primeiro do volume I do *Portugaliae Monumenta Historica* (Scriptores), que o seu objecto é facilitar do modo possivel aos estudiosos o accesso quasi immediato das fontes historicas, servindo até a barbaria da orthographia e os vicios da grammatica de base para no silencio de outros depoimentos se conjecturar a edade e a data dos manuscriptos.

Se a reflexão parece mais concludente em referencia aos documentos incluidos n'aquella collecção, do que em relação aos que hão de entrar n'esta nossa, muito menos afastada dos dias actuaes, seja-nos licito insistir ainda, ponderando, que não serão de todo estéreis para a philologia e para a critica litteraria esses escriptos com frequencia tão desalinhados, incorrectos, e eivados de erros orthographicos e grammaticaes. Não parece ocioso recordar, que os homens que escreviam assim ao soberano, ou em nome d'elle,

viviam no seculo XVI, em plena renascença classica, e pela sua elevada jerarchia e officio, não devem ser confundidos com o vulgo.

No que entendemos, que importava abrandar um pouco a severidade, que a nós mesmos nos impozemos, foi na stygmeologia, ou pontuação, e n'esta parte tambem nos não desviámos ainda das maximas seguidas pelos mais eruditos collectores, taes como Mabillon, Balluzio, Pertz, e Herculano.

E' tão grande a este respeito a incerteza e soltura, que apparecem nos documentos nacionaes e estrangeiros, notando-se em uns completa ausencia de signaes stygmeologicos, e correndo estes em varios outros mui confusos e deslocados, que abstermo-nos inteiramente de accudir a certos logares com algum remedio fôra o mesmo que deixar enredada e escura toda a leitura.

Apezar d'isso, porque este ponto se nos representou melindroso, e com o receio de transtornarmos a natural interpretação de varias passagens por meio de uma pontuação falsa, ou menos regular, aonde não encontrámos nenhuma, ou a que existia nos pareceu extravagante e absurda, limitámo-nos sómente a soccorrer o sentido com os signaes, que elle indicava claramente segundo a construcção das phrases. Em todo o caso pedimos venia por qualquer falta involuntaria, porém inevitavel, commettida no uso assaz delicado d'esta liberdade indispensavel.

Na serie dos documentos, que encerra este volume, notar-se hão a cada passo grandes interrupções, e em quasi todas as negociações faltas essenciaes. Debalde se buscaram os documentos, que deviam preceder e os que deviam seguir-se aos diplomas, que restituimos. A culpa é dos seculos e dos estragos causados por elles. Em vão nos esforçámos

por atar o fio das curiosas revelações, de que só descubrimos, e podemos offerecer estes fragmentos, que assim mesmo, e apezar da sua obscuridade relativa, não são pouco importantes como subsidio historico para a apreciação de algumas questões.

A' medida, que nos formos adeantando e que nos approximarmos do reinado de el-rei D. João III, as trevas hão de adelgaçar-se, a luz ha de penetrar mais viva os segredos da nossa chancellaria e da romana, e corpos completos, ou quasi completos, de correspondencias secretas e de preciosas noticias desenharão com expressão e miudeza a physionomia do principe e dos seus ministros, as feições particulares de cada assumpto, e a verdadeira indole do systema diplomatico da curia.

Nada mais acrescentaremos. Dissemos quanto basta para advertirmos o necessario, tanto com respeito á indole, como o methodo, e execução da obra. Protegida pela boa sombra dos poderes do estado, e pelo favor com que a Europa accolhe em toda a parte similhantes collecções, confiamos que a benevolencia e o favor publico a não hão de desamparar.

(Transcripto do *Corpo Diplomatico*, Tomo I (1862), pag. V a XVII).

VIII

CORPO ELEMENTAR

(Tomo II)

Continúa este segundo Tomo do *Corpo Diplomatico Portuguez* a publicação dos monumentos, que sobrevivem de nossas relações com a Curia Romana no importante periodo decorrido desde 4 de março de 1518 até 15 de agosto de 1533, periodo tão rico de acontecimentos em todo o mundo, e tão notavel pelo vulto e significação das grandes figuras historicas, que o dominam.

Abraça elle para nós os ultimos annos do venturoso reinado de D. Manuel, e a primeira decada do governo de el-rei D. João III, menos favorecido de prodigios, mais trabalhado de cuidados e difficuldades, e sobre tudo tão enredado de negociações por vezes pouco ditosas com as diversas potencias da Europa.

Os subsidios que prestam aos estudiosos os documentos, que saem de nossos prélos pela primeira vez, as feições que avivam, os fios secretos que revelam, e a expressão sincera, e até hoje ignorada por falta de sufficiente informação, que todos elles concorrem para caracterizar, mudam inteiramente, ácerca dos homens e das cousas, o juizo incompleto, e

talvez fallivel, formado a respeito de alguns em muitos casos.

Principiam a apparecer n'este volume, já com alguma clareza, as paginas, que serviram de prologo ao doloroso e sombrio drama da introducção da inquisição em Portugal, drama, de que a penna de um historiador eminente, o sr. Alexandre Herculano, descreveu com tão admiradas côres um dos principaes episodios, restituindo-nos as scenas, que precederam e acompanharam o famoso tribunal da Fé em seus primeiros passos, desde que D. João III intentou estabelecel-o até que as supplicas da raça opprimida arrancaram, não gratuito, da côrte de Roma, o perdão geral dos christãos novos, consignado na bulla *Sempiterno Regi* 7 de abril de 1532.

As razões mundanas do principe mal cubertas com o véo transparente do zêlo religioso; as hesitações talvez simuladas, e a protecção artificiosa dos Curiaes, que as promessas e dadivas captivavam mais, que os gemidos e tribulações dos judeus, compõem, contempladas á sua verdadeira luz, um espectaculo unico e instructivo, ao qual a linguagem singela dos negociadores, e as vozes magoadas dos queixosos augmentam ainda e encarecem o interesse.

Muitos outros assumptos prendem pela variedade e importancia a attenção n'estas memorias de um dos aspectos da vida politica e religiosa da primeira metade do seculo XVI entre nós, justificando pela noticia e individuação de pontos pouco sabidos, ou inexactamente apreciados, a opinião do erudito historiador allemão Leopoldo Ranke sobre a valia de tão preciosos e desejados subsidios para a historia moderna dos Estados.

Do reinado de el-rei D. João III em deante os nossos archivos principiam a ser menos

escassos e confusos; e se não encerram todas as riquezas, que exigiria a curiosidade, pelo menos já soccorrem as investigações profundas e pacientes com alguma liberalidade, pelo menos. Faltam muitos documentos essenciaes, e notam-se por desgraça graves omissões, que interrompem, e quebram de repente a serie, ou a deducção a negociações de vulto ; restam apenas de alguns diplomas rascunhos sem data, cujas allusões obscuras a factos, ou a pessoas, são a chave unica de suas datas e collocação; mas, apezar d'isso, as trevas não se fecham tão espessas, e grandes clarões illuminam de espaço a espaço o horisonte.

Procurou-se, quanto possivel, observar a ordem chronologica, repondo a data exacta em cada documento. Foi o maior trabalho, e o maior embaraço a vencer n'este volume. Em muitos casos, no meio do labyrintho de intrincadas conjecturas, que ameaçava enredar tudo em seus rodeios, consumiram-se em inducções e confrontações, que só avaliará devidamente quem já luctou com eguaes difficuldades, tempo e vigilias, que aos olhos de muitos mal seriam compensados pelo resultado. O zêlo e applicação do habil e laborioso paleographo o sr. João Pedro da Costa Basto sobresahiram n'estas arduas indagações com a vantagem costumada, á qual a sua modestia realça o merecimento.

A'cerca da orthographia e da pontuação ocioso fôra repetir o que expozemos nas linhas, que precedem o Tomo I do *Corpo Diplomatico.* Ahi encontrará o leitor o que julgámos indispensavel inculcar, tanto em referencia ao plano e ao methodo da obra, como á sua execução. O favor com que o Tomo I foi accolhido no paiz, e fóra d'elle, devido sómente a pura benevolencia, prova, comtudo, a es-

tima e applauso, com que a Europa abre hoje toda os braços a commettimentos d'esta indole e se compraz em os animar.

Lisboa, 30 de maio de 1865.

(Transcripto do *Corpo Diplomatico*. Tomo II (1865) pag. V a IX.)

IX

CORPO DIPLOMATICO

(Tomo III)

Abraça o terceiro Tomo do *Corpo Diplomatico Portuguez*, que hoje damos á estampa, um periodo de quatro annos apenas, desde 1534 até dezembro de 1538, mas um periodo tão interessante para a historia interna, e para a historia da Europa em geral, que estes quatro annos de seguidas e laboriosas negociações bem podem representar pelo seu vulto decadas inteiras de relações ociosas, ou estereis. O assumpto mais discutido entre Portugal e a Curia, aquelle, que a nossa côrte antepunha a todos os que seus ministros versavam na mesma épocha em Roma, foi ainda o do estabelecimento da inquisição. D. João III e o seu conselho não descansaram nunca de o suscitar, e seus agentes empregavam-se com egual ardor e excessivo zelo em vencer as repugnancias e os obstaculos, que a cada passo lhes levantavam as diligencias dos christãos novos ameaçados, e o apoio, não gratuito, dos protectores, que tinham conseguido attrahir.

Publicámos no volume antecedente os documentos relativos á concessão da primeira bulla, que erigiu no reino o Tribunal da Fé.

Seguiu-se a lei de 14 de junho de 1532, promulgada em Setubal, a qual, fechando as portas do paiz aos conversos, que o queriam deixar, foi como um facho sinistro, que veiu illuminar a voragem aberta debaixo de seus pés, revelando-lhes a extensão do perigo. A rapidez quasi incrivel, com que a communicação da lei chegou a todos os angulos do reino, mostrava-lhes, além d'isso, que suas provisões não ficariam em lettra morta. O terror da gente da raça hebrea devia ser, e foi na realidade profundo, vendo-se repentinamente encerrada no paiz, como dentro de uma vasta prisão, e exposta sem defeza á malevolencia popular, de que recebêra cruentas provas nos tumultos de Lisboa, reinando D. Manuel, nas desordens de Gouveia, e nas perseguições de Olivença perpetradas no governo de seu filho. O odio e a avareza de mãos dadas não lhes promettiam quartel, e as violencias anteriores inculcavam-lhes claramente o que deviam esperar do soberano. Por isso, persuadidos, de que a inquisição significaria para elles em um porvir proximo a morte e a ruina, como o estava sendo para seus irmãos no resto da Peninsula, os mais previdentes e audazes intentaram esquivar-se á sorte, que os aguardava, mudando de patria, e optando pelo exilio.

A vigilancia das auctoridades reaes frustrou as tentativas de muitos, castigando-as severamente, e a residencia de Portugal tornou-se-lhes tão insupportavel, que reputavam preferivel, diziam elles, viver na Turquia e até na companhia dos demonios. Em tão dolorosa extremidade restava-lhes sómente um recurso. Era appellarem para a Curia romana, visto que ostensivamente todo o negocio se resumia n'uma questão religiosa. Adoptado este ultimo alvitre, enviaram a

Roma o homem, que suppozeram mais apto para aproveitar em sua defeza as armas poderosas, confiadas d'elle, armas, que principalmente consistiam nos avultados cabedaes, de que os conversos associados e organizados podiam valer-se com largueza. Esse homem foi Duarte da Paz, cavalleiro da Ordem de Christo por seus serviços em Africa, aonde, ao que parece, perdêra um olho. Ousado, activo, astucioso, eloquente, e sem escrupulos, o procurador da gente hebrea possuia os dotes mais efficazes para realizar na Curia o commettimento, de que os seus o encarregaram.

Presidia então na cadeira de S. Pedro o Papa Clemente VII, da casa de Medicis. Desde que as negociações para o estabelecimento da inquisição haviam tomado mais calor, a côrte pontificia conhecêra, que a presença de um homem digno de confiança e revestido do caracter de nuncio era absolutamente necessaria em Portugal, mas vacillou muitos mezes na escolha. Foi por fim nomeado Marco Tigerio della Rovere bispo de Sinigaglia, o qual, partido de Roma por fins de maio de 1532, já se achava no reino em principios de outubro do mesmo anno. Por sua parte D. João III, quasi pelo mesmo tempo, tractava de substituir o seu embaixador junto á Curia, Braz Netto, por pessoa que melhor podesse representar suas intenções, e que fosse capaz de envidar com energia e destreza os esforços precisos para sustentar a nova instituição combatida pelos christãos novos. Mereceu a preferencia para esta melindrosa missão D. Martinho de Portugal, cujo passado, pelo menos na apparencia, affiançava a mais excessiva intolerancia, e que a experiencia provou depois ser homem capaz de tudo, mesmo de atraiçoar a lealdade devida ao soberano e á

propria consciencia. D. Martinho conhecia practicamente a Curia e o modo de tractar com ella os negocios, e gozava de sufficiente conceito em Roma. O arcebispado do Funchal, confirmado por Clemente VII, foi a recompensa com que o monarcha lhe premiou os serviços prestados, procurando estimular ao mesmo tempo o seu zelo para de futuro os realçar ainda mais. D. Martinho saiu do reino nos ultimos mezes do anno, e só depois de janeiro de 1533 é que nos consta haver chegado a Roma.

A escolha dos tres agentes, que acabâmos de apontar, não satisfez a todos os intentos dos que os enviavam, pelo menos os dos hebreus, e os da côrte portugueza. Sinigaglia, pelo seu caracter artificioso, ductil, e sem nenhum escrupulo era de certo mui adequado para grangear os interesses romanos e os proprios, aproveitando as queixas e as luctas inevitaveis desde que principiasse a inquisição, e mesmo antes, para tirar vantagem da dependencia do rei e dos conversos, forçados pela propria posição a recorrerem frequentes vezes á sua influencia. Roma tanto podia negociar com o opulento grupo, que invocava a tolerancia disposto a remuneral-a, como com o gremio exclusivo e implacavel dos fanaticos, que advogavam a perseguição com os olhos no céu e a alma mergulhada na cubiça. Inclinando-se hoje para uns e ámanhã para outros, e, obrigando os menos favorecidos a multiplicar as diligencias, conquistaria dobrado vigor para a intervenção pontificia sem contar a gratidão generosa dos que triumphassem. O novo nuncio tomou esta politica habilmente vacillante por norma, segundo se deprehende dos factos, e os christãos novos, seguindo as entradas mais sabidas d'aquelle animo, depressa alcançaram insinuar-se na

sua benevolencia. As riquezas, que possuiam, a imminencia do perigo, e os pactos illicitos e simoniacos celebrados em sua casa, que Marco della Rovere não receiava lançar nos registros da nunciatura sem temor de futuras accusações, tudo nos denuncía, que a protecção do agente romano não devia ser gratuita. Para lhe elevar mais o valor, o astuto ministro affectou por algum tempo absoluta imparcialidade.

Duarte da Paz, pela sua parte, tinha-se estreado com exito, e os fructos já haviam começado a responder ás esperanças dos que tinham entregado em suas mãos a propria sorte e a das familias. D. João III foi avisado pelo cardeal Santiquatro, Antonio Pucci, do que os conversos tramavam, mas, caso singular, não só não mandára as instrucções pedidas por Pucci, auctorizando-o a rebater os esforços de Duarte da Paz, como, parecendo adormecer depois do triumpho, nem ao cardeal, nem ao embaixador enviára resposta alguma. Ignoram-se as causas de tão extraordinario silencio, mas, como affirma o sr. A. Herculano, cujo livro admiravel estamos resumindo, não é difficil conjecturar, que a mesma chave occulta que em Roma alcançára devassar todos os segredos e abrandar as resistencias mais tenazes, serviria dentro do paiz para paralyzar os conselheiros de um rei, que nada sabia, ou podia fazer sem o auxilio d'elles. Ao mesmo tempo por outra coincidencia rara, frei Diogo da Silva, nomeado inquisidor geral por proposta da nossa côrte, quasi na hora, em que se cuidava da execução das provisões da bulla da inquisição, declinou as responsabilidades do encargo, e sua renuncia, tornando indispensavel nova nomeação e uma nova bulla, veiu aggravar, por isso, de um modo notavel todas as difficuldades. Con-

tribuiriam os christãos novos para este resultado tão util á sua causa? Se contribuiram, a inspiração foi assaz feliz. N'aquelle momento o que mais lhes importava era demorar a execução da bulla de 17 de dezembro, e a recusa de D. Diogo da Silva preenchia esse fim inteiramente.

Em quanto D. João III pela sua inexplicavel inacção, e pela opposição occulta, ou manifesta dos elementos, de que julgára dispôr, se via assim embaraçado, causavam profunda sensação no espirito de Clemente VII as allegações de Duarte da Paz. Uma d'ellas, principalmente, a despeito de quaesquer artificios dialecticos, era de si mesma tão evidente, que uma consciencia recta e um juizo claro não podiam deixar de a attender. Referimonos ao argumento deduzido da conversão forçada dos judeus portuguezes. A lei de 14 de junho, vedando a saída do reino e convertendo-o em prisão da gente hebrea, rematára aquelle acervo de atrocidades. Na supplica do rei ao Papa para obter o estabelecimento da inquisição, a chancellaria de D. João III puzera o maior cuidado em não alludir, nem de longe, áquelle facto, calando com a mesma pouca lealdade as promessas solemnes de D. Manuel revalidadas por seu filho, quando ambos asseguraram ás victimas moderação e tolerancia. Estas circumstancias, que destruiam pela base os fundamentos da supplica, ministrando mais do que um protesto plausivel, offereciam razões sobejas para a bulla de 17 de dezembro ser revogada ou suspensa pelo menos até novo e mais sincero exame.

Foi a resolução que o Papa abraçou, e o breve de 17 de outubro de 1572, dirigido ao nuncio Sinigaglia, firmou-se n'ella para declarar sem effeito temporariamente a bulla de 17 de dezembro e quaesquer diplomas ponti-

ficios concernentes ao mesmo assumpto, sem que se entendesse por isto, que a Sancta Sé desamparava a idéa de proceder de um modo excepcional contra os offensores das doutrinas catholicas.

Duarte da Paz lográra, pois, derrubar o primeiro e o mais forte obstaculo, mas restava-lhe obter outra concessão mais valiosa ainda, se é possivel. Era o perdão absoluto e pleno de todos os culpados de erros contra a fé, perdão que devia despojar a nova instituição de todo o effeito retroactivo. Esta segunda pretensão, communicada por Braz Netto e Santiquatro, ainda não conseguira quebrar o silencio inexplicavel de D. João III, e o astuto procurador dos christãos novos, que provavelmente contava com elle, e não ignorava talvez as suas causas, redobrou de esforços, senhor do campo, até decidir a maioria dos membros influentes do Sacro Collegio a protegerem abertamente a causa dos conversos. O proprio Pucci, illudido, escutou-o a principio com favor.

D. Martinho de Portugal, entrando em Roma, veiu encontrar as cousas já tão adeantadas que difficilmente poderia lisonjear-se de fazer retrogradar os prosperos resultados, que Duarte da Paz com tanta arte soubera propiciar. O novo embaixador recebêra instrucções escriptas assaz extensas, mas não se descobre n'ellas uma só palavra ácerca da inquisição. Procedia a inacção da força do mesmo poder occulto, a que alludimos, e que parece ter sido um dos meios efficazes de salvação para os christãos novos? E' plausivel e até natural esta hypothese. O que não devia sel-o, e que se deu, foi que o procurador dos conversos, ao passo, que trabalhava activamente no bom desempenho da sua missão, tractasse ao mesmo tempo de se congraçar

com el-rei pouco depois de expedido o breve de 17 de outubro, encetando com elle uma correspondencia secreta, e, escrevendo com egual fim ao seu valido o conde da Castanheira; o que parece incrivel é que, endurecido em deslealdades e dissimulações, vendesse a ambos os segredos dos christãos novos, que intentavam fugir de Portugal. Não podia tambem suppor-se, que D. Martinho de Portugal, por todas as razões inculcado como o mais energico e resoluto campeão da intolerancia da côrte, travasse occultamente relações com Duarte da Paz, e acabasse por trahir os interesses, que fôra incumbido de sustentar. Todavia assim o attestam os documentos e por um modo irrecusavel. A corrupção immensa, que n'aquella épocha minava a sociedade, explica similhantes rasgos de cynismo e de venalidade, embora excedam tudo o que a imaginação mais ardente possa phantasiar.

Estes foram os termos, em que o Tomo II do *Corpo Diplomatico Portuguez* deixou as nossas negociações com a Curia. O estabelecimento da inquisição suspenso, mas com a clausula explicita, de que, dadas certas circumstancias, a concessão pontificia do Tribunal da Fé se renovaria; Duarte da Paz, trahindo perante el-rei a causa que defendia, e ao mesmo tempo sustentando-a perante o collegio cardinalicio com a insistencia do perdão geral. Sinigaglia principiando a abrir os ouvidos ás queixas dos conversos, e provocando as iras dos fanaticos; finalmente, D. Martinho de Portugal, chegado a Roma já tarde, não só para atalhar a expedição do breve de 17 de outubro, mas para se oppor até á bulla de 7 de abril pela qual o Papa concedêra o perdão geral solicitado pelos christãos novos, eis o estado das relações até ao fim do anno

de 1533, anno tão pouco favoravel, como o anterior, ao exito das pretensões de D. João III e dos admiradores da politica ultra religiosa.

Abre-se o Tomo III com a carta de D. João III a Clemente VII, acreditando junto d'elle a D. Henrique de Menezes, nomeado nos ultimos mezes de 1534 em missão extraordinaria para, junctamente com D. Martinho de Portugal, tractar do estabelecimento do Sancto Officio e da revogação do perdão geral. Um projecto de instrucções passadas aos dois embaixadores, e os apontamentos mandados redigir por el-rei sobre a fórma por que desejava que fosse expedida a nova bulla da inquisição, acompanham aquella enviatura. Vê-se que o monarcha, obedecendo á necessidade, e por fim acordado do somno de uns poucos de annos, rompe o silencio, depois tão exprobrado por Santiquatro, e busca restaurar os negocios mais do que arriscados pela sua inacção. Nas instrucções a côrte portugueza queixava-se da Curia, e, estranhando-lhe a volubilidade, attenuava o facto da conversão forçada com exemplos, e mandava insinuar claramente a Clemente VII ser voz publica em Portugal, que as provisões contrarias á inquisição haviam sido obra de avultadas peitas. Nos apontamentos offerecia el-rei ao Papa uma verdadeira transacção, propondo modificações, não quanto á idéa fundamental da instituição do Tribunal da Fé, mas quanto ao modo de elle se regular nos primeiros actos.

Munido d'estas instrucções, dos apontamentos, e de cartas para Santiquatro e para o Papa, D. Henrique de Menezes chegou a Roma em fevereiro de 1534, e logo com o seu collega e com o cardeal Pucci se occupou do assumpto, de que vinha encarregado. A' força

de supplicas e de instancias, os tres obtiveram a revisão da materia, e alcançaram que fosse commettida de novo aos cardeaes De Cesis e Campeggio, homens de provada sciencia no conceito do Papa, os quaes deviam discutil-a com Santiquatro e os representantes do governo portuguez, assistindo como consultores ás conferencias de theologos e canonistas eminentes. A longa exposição, publicada a paginas 11 com o titulo de «allegações propostas pelos embaixadores contra a bulla do perdão geral», e redigida em harmonia com as instrucções vocaes e escriptas dadas a D. Henrique, serviu de base aos debates. Protrahiram-se estes por muitos dias, empregando-se de parte a parte as maiores diligencias para ganhar a victoria; mas a grande maioria dos cardeaes e das pessoas influentes na Curia, apezar dos esforços incessantes do cardeal protector (Pucci), e dos dois embaixadores, e a despeito das cartas de Carlos V ao Pontifice, recommendando vivamente o negocio, mostrou-se inclinada a indulgencia, e a politica de tolerancia triumphou.

Os theologos, que tinham entrado nas conferencias, refutaram os argumentos da exposição portugueza em uma extensa dissertação, e em uma memoria, e as duas defezas da bulla de 7 de abril estampadas a paginas 11 e 19, cortaram pela raiz todas as esperanças de favoravel solução. O mais que os nossos ministros poderam alcançar foi, que o breve de 2 de abril, expedido para compellir D. João III a aquiescer á bulla do perdão geral, saisse mais suave na fórma, do que se achava redigido na primeira minuta. D. Henrique de Menezes desgostoso pediu a el-rei, que o mandasse recolher por ser inutil sua presença em Roma, avisando-o ao mesmo tempo do melindroso estado de saude do Papa; mas D. João

III, cuja obstinação não esmorecia com as contrariedades, não só não attendeu á supplica, como enviou aos embaixadores outro projecto de instrucções segundo as allegações dos lettrados portuguezes, e novos apontamentos para serem apresentados ao Pontifice, os quaes damos a paginas 90, 93, e 111 d'este volume. Estes papeis revelam a insistencia e o calor, com que a nossa côrte então procurava remediar o mau resultado dos erros e negligencias commettidas.

D. Martinho de Portugal, elevado á dignidade de Primaz do Oriente, e opposto quasi sempre em opiniões ao seu collega, escrevêra tambem a el-rei, dando-lhe conta do mau exito da negociação, e sustentando que elle devia attribuir-se a ter sido invocado o auxilio de Castella contra seu parecer, acto, que, não trazendo vantagem de vulto ao negocio, servira só para o divulgar. D. Henrique via as cousas por diverso modo, approvára a intervenção de Carlos V, e ainda não perdêra de todo as esperanças. A variedade de votos dos dois embaixadores nascia da diversidade dos caracteres e da differença das posições. D. Martinho, astuto e habil, desejava prolongar a lucta para realizar á sombra d'ella seus designios ambiciosos, alcançando o barrete cardinalicio. Duarte da Paz, já ligado com elle n'esta épocha por laços mysteriosos lucrava, egualmente, em que a decisão definitiva se demorasse pelos proventos e pela importancia, que d'ahi lhe resultavam. A communhão de interesses approximára provavelmente o ministro de Portugal do agente dos conversos. Clemente VII, fallecendo, fez mudar o aspecto das cousas, perturbando os calculos e manejos tenebrosos de ambos.

A saude do Papa declinára desde a sua volta de Marselha, e elle mesmo se mostrava

convencido de que a morte vinha perto. O estio exacerbou-lhe os padecimentos. Não era, porém, a velhice, que lhe cavava o tumulo, pois contava cincoenta e seis annos apenas. Suspeitou-se até um envenenamento, porque a Curia detestava-o, os principes não confiavam n'elle, e sua reputação era geralmente má, passando por timido, avaro, e desleal. Compensavam estes defeitos as qualidades de sagaz, de atilado, e de circumspecto. Ninguem proferia juizo mais seguro, quando o temor, ou as paixões o não assombravem. Em julho reputavam-n'o moribundo, e as semanas decorridas desde esse mez até setembro, em que expirou, foram para elle uma longa agonia. Já no leito da dôr, quando o mundo lhe fugia e a eternidade se avisinhava a sós com a verdade e com a consciencia é que mandou expedir o breve de 26 de julho, pelo qual ordenou a Sinigaglia, que fizesse vigorar a bulla de 7 de abril, e, se a nossa côrte oppozesse obstaculos insuperaveis á sua publicação, que absolvesse os culpados de todas as penas canonicas impostas nos tribunaes ecclesiasticos.

A carta escripta a el-rei por D. Henrique de Menezes ácerca do conclave e das probabilidades da sua escolha é expressiva pela sinceridade rude. Tinham começado os enredos, e só a 13 de outubro saíu eleito o cardeal Alexandre Farnese, decano do Sacro Collegio, com o nome de Paulo III. A pintura do novo Pontifice, feita pelo arcebispo D. Martinho no despacho de 14 de março de 1535, estampado a pagina 181 d'este volume, póde passar por um retrato acabado. O Papa, nobre e rico aspirava a grandes reformas, não se conhecia pessoa capaz de o influir, e resolvia tudo pela propria opinião. Tractava os embaixaderes com menos consideração, e a seus olhos valia mais um cardeal, do que

todos os ministros estrangeiros juntos. Tinha e merecia a reputação de incorruptivel, e estabelecêra como regra o respeito dos actos do seu antecessor. Cioso em extremo da auctoridade e regalias da Sé Apostolica não hesitaria em quebrar, fosse a que principe fosse, os privilegios offensivos dos direitos da Curia.

Paulo III, apezar de pouco facil em conceder audiencias aos embaixadores, escutou por varias vezes, logo depois da sua accessão, o conde de Cifuentes, enviado de Carlos V, Santiquarto, D. Martinho de Portugal, e D. Henrique de Menezes; mas depois de os ouvir a todos, limitou-se a ordenar uma nova informação, e nada deliberou decisivamente. As instrucções recentes de D. João III, a que alludimos, haviam chegado a Roma a 24 de setembro, vespera da morte Clemente VII, e o cardeal Pucci tomára a peito com grande ardor a defeza da côrte de Portugal. Sairam esta vez seus esforços na apparencia menos infelizes. Cedendo em parte, o Papa mandára redigir um breve para suspender a bulla de 7 de abril, e em outro, endereçado a el-rei, advertia-lhe, que instituira uma commissão encarregada de estudar maduramente o assumpto, devendo abster-se no emtanto os inquisidores, e até os ordinarios, de qualquer procedimento contra os suspeitos, ou accusados de heresia. Paulo III reconduziu interinamente Sinigaglia no cargo de nuncio, e incumbiu-o do cumprimento d'estas provisões.

Os commissarios escolhidos pelo Pontifice para rever a questão foram o bispo milivitano Jeronymo Ghinucci, auditor da Camara apostolica, e o bispo pisauriense Jacobo Simonetta, auditor da Rota, ambos poucos mezes depois elevados ao cardinalato. Em uma instrucção secreta D. João III tinha auctori-

zado os seus embaixadores a transigirem se não fossem plenamente acceitas as modificações propostas; mas a transacção era só quanto aos relapsos admittidos ao beneficio de segunda reconciliação. Em suas cartas ao Papa, abstendo-se de discutir a materia, el-rei só pedia que não se lhe rejeitassem as ultimas bases apresentadas, e pedia-o pura e simplesmente como graça especial da Sancta Sé. Esperava a nossa côrte que Roma cedesse, mas ordenava, caso succedesse o contrario, que os dois ministros o avisassem logo para lhes expedir novas instrucções, recommendando, que se Carlos V protegesse outra vez o negocio, tractassem tudo sempre com o seu embaixador juncto da Curia, não recusando nenhum serviço d'elle bom, ou mau. Não esqueceu, egualmente, avivar o zêlo dos cardeaes, que tinham favorecido a causa da chancellaria portugueza, escrevendo-lhes D. João III para mais os attrahir ainda.

No seio da commissão Santiquatro, notado de falar peitado em favor da nossa côrte, empregou todas as diligencias para que ella prevalecesse; mas Ghinucci, que havia composto e impresso um livro em defeza dos christãos novos, e que sendo nuncio em Castella contemplára de perto as atrocidades do Tribunal da Fé, não duvidava patrocinar abertamente a causa dos conversos. O conde de Cifuentes, como enviado de Carlos V, envidou toda a sua preponderancia para que as razões de D. João III fossem attendidas. Restava o auditor Simonetta, cuja probidade e sciencia parecem inconcussas, e este, como fiel da balança, conservou-se sempre imparcial e desapaixonado. No meio das discussões suscitadas, o destro hebreu apresentou de subito traslados authenticos dos diplomas, em que D. Manuel e seu filho haviam affiançado

aos christãos novos sua tolerancia, e certidões dos testemunhos dados em favor d'elles pelo bispo de Silves D. Fernando Coutinho. O golpe foi decisivo. Ghinucci e Simonetta emmudeceram Santiquatro e os embaixadores, observando-lhes, que se mostrassem a falsidade d'estes documentos por si mesma cairia a defeza dos conversos, mas que se a authenticidade dos diplomas não podesse ser contestada, a côrte de Roma não podia tomar sobre si a acção odiosa de invalidar os effeitos da clemencia dos principes portuguezes.

As conclusões que a commissão, em harmonia com estas idéas, adoptou como base, foram, quanto ao perdão geral, a distincção entre os judeus convertidos á força por D. Manuel, e os que não podessem allegar violencia. Os primeiros não deviam ser considerados como relapsos se, depois de indultados, reincidissem; os segundos sel-o-iam. A'cerca da execução da bulla de 7 de abril admittiam que fosse encarregada a um individuo designado pelo rei, mas só no caso denão estar ainda publicada, porque, estando-o, deveria vigorar e ser juiz executor o nuncio. Por ultimo, quanto á inquisição, concordavam em que se sustentasse, porém com duas modificações importantes — a de não existirem carceres incommunicaveis por espaço de oito annos, e a de pertencerem durante doze os bens dos sentenciados a seus legitimos herdeiros christãos. Levados estas decisões ao conhecimento do Papa renovaram os agentes de Portugal suas instancias auxiliados pelo embaixadôr de Carlos V, mas em vão. Simonetta, cuja austeridade de principios era acatada, conseguiu fazer respeitar o seu voto, e o mais que D. Martinho e D. Henrique poderam alcançar foi que o Papa, restabelecido o Tribunal da Fé, reduzisse os dois prazos de oito e doze annos

a sete e a dez, e, mesmo quanto a esta derradeira concessão, a côrte de Roma não a affiançou, senão reservando para si a apreciação da legitimidade dos confiscos depois de expirarem os dez annos. Os documentos relativos a tão renhida e embaraçosa negociação encontra-se n'este volume desde paginas 163 até 176 e desde paginas 190 até paginas 202.

Duarte da Paz e os protectores dos christãos novos redobraram tambem por seu lado os esforços para attenuarem os effeitos do restabelecimento da inquisição, e Paulo III attendeu-os geralmente em parte. A influencia do procurador dos conversos crescia, pois, e era necessario dar em Roma uma demonstração publica de desaggravo contra elle. D. João II prescreveu ao arcebispo D. Martinho que o exauctorasse do habito de Cristo; mas o prelado não o fez, ignoramos porque, e D. Henrique de Menezes, propondo-se cumprir as novas instrucções recebidas a este respeito, nunca pôde illudir tambem a ardileza do agente. Na impossibilidade de se vingar, o embaixador aconselhava irado, que o governo perseguisse e atemorizasse em Portugal os chefes dos christãos novos, que subministravam o dinheiro, de que se valiam juncto da Curia os seus defensores. Ao mesmo tempo Santiquatro e D. Martinho de Portugal informavam a nossa côrte das resoluções definitivas do Pontifice, procurando fazer conceber claramente o veadadeira estado das cousas, e convencel-a de que nenhum d'elles tinha esquecido meio algum de promover o triumpho. D. Henrique de Menezes, mais aspero e violento, não encubria no seu despacho a magua e o despeito; insistia pela demissão porque estava saciado de desprezos e humilhações; e, referindo-se á Curia e á importancia de Duarte da Paz perante ella, accrescentava,

falando dos cardeaes, «que não eram principes, nem nada, mas peiores que mercadores e belfurinheiros, e que não valiam tres reaes pretos; homens sem educação, que se moviam só pelo medo, ou pelo interesse pessoal, porque do espiritual não curavam nunca.» Discorrendo por ultimo sobre o systema mais opportuno a seguir, lembrava dois arbitrios —negar el-rei a obediencia ao Papa, como a Inglaterra, ou acceitar a inquisição como lh'a offereciam, e proceder o novo tribunal com justiça e moderação, porque d'este modo facil seria depois obter-se tudo. Estas curiosissimas confidencias, assim como o breve de 17 de março de 1535 *Inter caetera*, communicando a el-rei as decisões da Santa Sé, e enviando-lhe copia d'ellas, e o breve *Dudum postquam*, commettendo ao nuncio Sinigaglia a execução da bulla de 7 de abril, tambem se acham publicadas n'este tomo.

Não se ignorava em Roma, que a bulla de 7 de abril já havia sido notificada aos prelados portuguezes, e por isso as modificações da minuta, que devia substituil-a, não passavam de simples apparencia, e tanto o sabia a Curia, que pelo mesmo correio, em que remettia a minuta ao nuncio, avisando-o de que o Papa indeferira as pretenções dos embaixadores de Portugal, lhe ordenava que executasse a bulla, e considerasse como annullado o breve, que suspendia os seus effeitos. Esta contradicção, que poderia qualificar-se, com motivo, de dobrez, é-nos explicada pelas narrações dos christãos novos. As impaciencias do fanatismo haviam ministrado novos pretextos a Roma para favorecer os conversos. Os despachos de Sinigaglia, chegados no momento mais critico da negociação, relatavam o que succedêra em Portugal desde as primeiras providencias de Paulo III. Longe de

obedecer ao breve de 26 de novembro, soltando os individuos presos nos carceres da inquisição, a nossa côrte ordenára novas arrestações. A resistencia aberta irritou o Papa, e Paulo III em suas instrucções ao nuncio exigiu de el-rei a declaração categorica da acceitação, ou da recusa das condições com que determinára auctorizar o restabelecimento do Sancto Officio, insistindo, egualmente, pela revogação da lei de 14 de junho de 1532, que inhibia aos christãos novos a saída do reino. Dois breves, um dirigido a el-rei, outro ao infante D. Affonso, significaram a ambos o desgosto e estranheza da Sancta Sé em virtude dos actos practicados contra suas prescripções.

Os conversos não se descuidavam entretanto de suscitar obstaculos ao accordo definitivo sobre a questão entre Roma e Portugal. Nos fins de abril de 1535 redigiam elles uma obrigação, pela qual se compromettiam a dar ao papa trinta mil ducados se este accedesse ás propostas annexadas ao contracto. Assignaram a obrigação os dois chefes da gente hebrea Thomé Serrão e Manuel Mendes. Sinigaglia, consultado por elles, encarregou-se de levar o papel ao conhecimento do Pontifice, o que effectivamente cumpriu no primeiro de março d'aquelle anno. Ao mesmo tempo começavam as ultimas communicações de Roma a produzir em Portugal a sensação, que era de esperar. Declarado o governo em opposição clara contra o nuncio, impedia-o de executar as instrucções recebidas, e D. João III mandava examinar attentamente as propostas definitivas da côrte de Roma. Os fautores da intolerancia vacillaram por um momento, parecendo inclinados a promessas de indulgencia para suster a emigração dos conversos, e até a um accordo com elles para desarmar em Roma suas instancias;

mas, recobrando-se logo do primeiro desalento, optaram, por meios energicos, renovando a lei de 14 de junho de 1532, e arremessando assim a luva ás faces do Pontifice, que exigia a sua revogação. O sentimento do Papa, avivado pelas sombrias côres, com que o nuncio lhe pintava o que se estava passando em Portugal, respondeu ás provocações com o breve de 20 de julho *Cum sicut*, pelo qual concedeu aos christãos novos a liberdade dos reus nomearem quem quizessem para seus advogados, ou procuradores, reconhecendo-lhes além d'isso o direito de sair do paiz quando lhes aprouvesse, direito que D. João III lhes negára,

Entretanto, apezar de decidida a não aceitar as propostas da Curia, e a não recuar, nem por isso a nossa côrte resolvêra suspender os meios diplomaticos, embora confiasse pouco no resultado d'elles. El-rei escrevendo n'este sentido a seus embaixadores, mandou que elles exigissem a remoção de Sinigaglia, cuja residencia em Portugal reputava damnosa pelas perturbações, que suscitava, e prescrevia-lhes no caso do Papa não a facilitar promptamente, que lhe apresentassem contra o seu representante os capitulos de queixa que remettia. Quanto ás minutas das novas bullas do perdão e da inquisição subministrava aos seus agentes pretextos para estes poderem protrahir indefinidamente os debates. Por ultimo concluia, que, certificando sempre ao Pontifice a sua obediencia, mesmo na hypothese de Roma não ceder, empregassem as maiores diligencias para demorar por mais tres mezes a negociação, mas de modo que não se desconfiasse d'isso. Os documentos, que referem todas estas circumstancias foram inseridos desde paginas 225 até paginas 239 do presente volume, e a carta de

Sinigaglia ácêrca da obrigação dos trinta mil cruzados offerecidos ao Papa pelos conversos acha-se a paginas 290.

O motivo por que D. João III recommendára a demora de tres mezes na prosecução dos debates, era porque tractava, como o inculcam os factos posteriores, de obter a influencia irresistivel de Carlos V na occasião, em que o imperador havia de vir a Roma resolver os graves assumptos, que então preoccupavam a Europa; mas o negocio da inquisição, em vez de parar, precipitou-se. A irritação do Papa e a má vontade de Simonetta e Ghinucci contra o governo portuguez eram grandes, e uma decisão a favor dos conversos não podia tardar. De feito, com a data de 12 de outubro foi redigido o breve *Illius vices* o qual, suavizando ainda as provisões da bulla de 7 de abril, mandava cessar todos os processos pelo crime de heresia, tanto no fôro secular, como no ecclesiastico, soltando os presos, revocando os desterrados, facultando a entrada da patria aos foragidos, e suspendendo os confiscos. Quanto aos reus julgados pela inquisição obrigava-os á abjuração perante qualquer sacerdote, mas eximia-os de penitencia publica, e ordenava que fossem restituidos á liberdade. O que mais devia espantar n'esta resolução era a acquiescencia de D. Martinho de Portugal, o qual a occultas de Santiquatro, e de D. Henrique de Menezes, instára com o Pontifice pela publicação d'este perdão assim pleno como unico meio de terminar as contendas entre a nossa côrte e a Curia. Entretanto o procedimento do astuto prelado explica-se perfeitamente pelo seu caracter. Trabalhára com ardor por alcançar a realização das promessas de Clemente VII na concessão da purpura cardinalicia, e acreditava ter obtido o resultado de seus desi-

gnios. D. Henrique de Menezes, advertido de suas relações secretas com Duarte da Paz, e dos esforços enviados para conseguir o cardinalato, seguira-lhe os passos, e avisára el-rei do que se tramava.

Não contente com isto, o nosso embaixador apenas se avistou com Santiquatro soube arrancar-lhe o segredo dos meneios occultos do seu collega, decidindo-o a oppor-se ao exito da pretenção já a essa hora muito adeantada. Conformes ambos n'este ponto informaram D. João III das intrigas do arcebispo, pedindo-lhe profundo segredo. D. Martinho, em quanto elles estavam absorvidos em contrariar suas ambiciosas esperanças, aproveitando o ensejo, apressára a promulgação do breve de 12 de outubro de modo, que tanto Pucci, como o embaixador extraordinario sómente averiguaram com certeza a sua existencia na vespera d'elle ser affixado. Mallogrados assim todos os esforços, e perdida a questão principal, a residencia de D. Henrique tornava-se em Roma assás perigosa, porque o seu collega suspeitára, ou descobrira o que havia practicado contra elle. Requerendo, pois, de el-rei sua prompta retirada de uma côrte, aonde faltava a segurança pessoal, e tudo se fazia sem rebuço por dinheiro, o ministro não duvida revelar explicitamente os tractos secretos do arcebispo com Duarte da Paz e a parcialidade manifesta do Papa pelos conversos. Vejam-se as correspondencias e diplomas publicados desde paginas 254 até paginas 280.

O breve *Illius vices* desanimára, entretanto, os fautores da inquisição, o vulgo, e o proprio D. João III. Abrangendo no perdão geral todos os reus de judaismo, concedia-lhes o praso de um anno para se aproveitarem do beneficio de suas provisões, o que annullava

virtualmente o Tribunal da Fé; mas o desalento da côrte durou pouco. Contrariado pela Curia, trahido por D. Martinho de Portugal, e receioso de o ver elevado ao cardinalato, hombreando com os infantes, D. João III depressa criou animo e novos brios. A impotencia de todos os recursos empregados até então mostrava-lhe, que a unica alavanca capaz de alluir e de arrancar os obstaculos era a vontade omnipotente de Carlos V. Decidido a obter em seu favor a intervenção do cunhado, el-rei entrou deliberadamente n'este caminho, e não omittiu nada do que o podia ajudar a trilhal-o com firmeza e vantagem.

O arcebispo do Funchal foi chamado pela posta a Lisboa com o pretexto de ministrar informações exactas ácerca do estado dos negocios, e teve de sair de Roma por meiados de dezembro. D. Henrique de Menezes recebeu instrucções para se encaminhar a Napoles, aonde Carlos V havia chegado, e para conferir com o imperador sobre o modo opportuno de alcançar o restabelecimento da inquisição. O nosso embaixador juncto á côrte de Castella, Alvaro Mendes de Vasconcellos, tambem recebeu ordem para coadjuvar o seu collega de Roma, devendo ambos acompanhar Carlos V á capital do orbe catholico, quando partisse de Napoles, aproveitando todas as conjuncturas de adeantar a pretensão, reduzida para maior facilidade aos termos de obter do Papa ácerca do perdão e da organização do Tribunal da Fé o mesmo que se achava estabelecido em Castella. O imperador tinha promettido auxiliar el-rei e mostrou-se diligente. O conde de Cifuentes começou pedindo a revogação da bulla de 12 d'outubro, e Carlos V escreveu a Pier Ludovico, filho do Papa, exigindo seus bons officios para o mesmo effeito. Paulo III redarguiu estar dis-

posto a concordar no que aos dois principes aprouvesse quanto á materia da inquisição, mas quanto ao perdão disse que resolvêra não ceder. Esta resposta avivou as esperanças dos nossos ministros, que, unidos com o secretario de estado hespanhol Covos, convenceram o nuncio de Napolas Paulo Vergerio, já instado pessoalmente pelo imperador, a intervir perante a sua côrte para as maiores difficuldades se aplanarem, o que tudo consta das correspondencias de Alvaro Mendes de Vasconcellos e de D. Henrique de Menezes a paginas 283, 286 e 288 do presente volume.

A avareza dos conversos n'este meio tempo veiu duplicar a força a todas estas poderosas influencias. Os peiores adversarios da sua causa n'aquelle momento foram talvez os proprios christãos novos. Respirando com a suspensão das perseguições, quando Sinigaglia exigiu d'elles o cumprimento dos contractos occultos ajustados e das promessas feitas em Roma por Duarte da Paz, responderam com evasivas, invectivando contra o seu procurador, e jurando que não podiam pagar o que elle affiançára. Marco della Rovere intentou persuadir-lhes, que pelo menos se desculpassem com a insufficiencia de cabedaes, mas nem isso mesmo alcançou. Prestando-se ao pagamento de cinco mil escudos, negaram-se a tudo o mais, e um d'elles, mestre Jorge de Evora, até chegou a confessar o pacto a el-rei. Notando a obstinação dos chefes da gente hebrea, o nuncio concluia a sua carta de 1 de março, dizendo que, se elles insistissem, não se assegurando a peso de ouro de quem podia salval-os, cumpria provar-lhes que eram loucos, arrancando sancta e justamente a mascara. Assim o demasiado apêgo ás riquezas desarmava os conversos na occasião

mais critica. O effeito da carta de Sinigaglia foi decisivo contra elles, especialmente quando Santiquatro e Alvaro Mendes acabavam de prometter dinheiro ao proprio Papa, promessa não cumprida, e que Paulo III teve o brio de nunca recordar.

O primeiro acto, que denunciou as vantagens obtidas pelos fautores da inquisição foi a exoneração de Ghinucci da junta consultiva encarregada do exame da questão, na qual foi substituido pelo cardeal protector de Portugal, Pucci ao mesmo tempo juiz e parte. Simonetta, illudido, deixou-se vencer, e por fim a 23 de maio de 1535 saiu da chancellaria romana a bulla, que instituiu definitivamente a inquisição, annullando na essencia a de 12 d'outubro, embora affectasse respeital-a na apparencia. As clausulas d'este documento importante constam do seu texto, que damos a paginas 302.

No meio do triumpho, a côrte de Portugal no principio quiz-se inculcar moderada. No dia 22 d'outubro de 1535 é que foi publicada solemnemente a bulla *Cum ad nihil magis*, porque a acceitação do cargo de inquisidor mór pelo bispo de Ceuta só a 5 do mesmo mez se verificára. O Papa e Santiquatro haviam recommendado muito a el-rei a maior prudencia, especialmente quanto aos christãos novos violentados a receber o baptismo, e parece que D. João III, satisfeito o capricho offendido, se conformou com os bons conselhos. O bispo de Ceuta em 20 de novembro publicou o monitorio, que regulava o systema das delações ácerca dos crimes contra a pureza da fé, monitorio, que a poucos deixaria a esperança de poderem escapar á malevolencia geral, mas os effeitos no principio não corresponderam á grandeza e intensidade da ameaça. A côrte devia receiar que suas

violencias déssem força ás representações dos conversos em Roma, e os hebreus portuguezes, cheios de terror com o edital do inquisidor mór, tinham procurado minorar o perigo, promettendo a el-rei, que nenhum christão novo fugiria do paiz com a familia e os bens moveis, se sua alteza alcançasse do Papa a prorogação por mais um anno do prazo concedido na bulla de 12 d'outubro. A proposta não foi acceita, mas influiu decerto na suavidade relativa, observada durante o tempo que o bispo de Ceuta exerceu o cargo.

Entretanto, principiaram a soar em Roma as allegações dos conversos contra o estabelecimento do Tribunal da Fé, contra a escolha dos primeiros inquisidores, e contra a fórma de processo adoptada. O nuncio Marco della Rovere protegia em Roma estas queixas, e conseguira até peitar Ambrosio Ricul-cati, secretario particular do Papa, e outras pessoas influentes. Ao mesmo tempo expunha o prelado italiano ao Pontifice com vivas côres os inconvenientes das ultimas concessões feitas por motivos politicos. Paulo III temia indispor contra si Carlos V e D. João III, mas as suggestões dos que o rodeavam faziam-n'o vacillar. Para sair da perplexidade, tomou o arbitrio de nomear os cardeaes Ghinucci e Jacobacio, incumbindo-os de examinarem se a bulla de 23 de maio devia ser modificada. A nomeação de Ghinucci era indicio evidente, de que a politica da Curia tomava nova direcção. A presença de Sinigaglia nas conferencias tinha egual significação. O resultado foi declararem os dois cardeaes, que a bulla havia sido indevidamente concedida, e convenceram Paulo III da necessidade de remediar o mal. Para encetar o caminho decidiu a côrte pontificia enviar novo nuncio a Portugal, e escolheu o protonotario Jerony-

mo Ricenati Capodiferro, cujo breve de nomeação expediu a 24 de dezembro de 1536, mas que só partiu em fevereiro de 1537, munido de duas curiosas instrucções, uma ácerca da inquisição, e outra sobre o modo de se apresentar perante a nossa côrte e de tractar os differentes negocios de que vinha incumbido. A esse tempo, e talvez mesmo antes, achava-se encarregado dos negocios de Portugal em Roma Pedro de Sousa de Tavora, mas este, porque esperasse ser substituido, porque se perdessem suas correspondencias, ou, finalmente, porque os conversos soubessem tornal-o indifferente, não consta que se esforçasse por contrariar as novas tendencias da Curia. A paginas 347, 354 e 355 do volume III se encontram os documentos relativos a este incidente.

O intuito das instrucções passadas a Capodiferro era hostil á inquisição, e os christãos novos, em harmonia com a ultima parte d'ellas, que não ignoravam de certo, dirigiram a el-rei uma extensa supplica, ponderando o que havia de tyrannico e de atroz na lei de 14 de junho de 1532, revalidada em 1535, e pedindo a liberdade natural dos outros vassallos da corôa, não só para sairem do reino, mas para venderem os bens de raiz e levarem comsigo os proprios cabedaes. O verdadeiro fim da supplica envolvia provavelmente a ideia de dar maior plausibilidade á crença arraigada em Roma, de que a mente de D. João III não era manter a pureza e integridade da fé em seus estados, mas verter o sangue de muitos subditos opulentos para se apoderar de suas riquezas; mas o nuncio, porque o rei soubesse conciliar-lhe a benevolencia, ou porque os actos da inquisição não lhe ministrassem motivos sufficientes, não usou dos largos poderes que trazia. No emtanto havia pu-

blicado o bispo de Ceuta segundo edital. Levantaram os conversos contra elle queixas energicas, e submetteram-n'as ao Papa. Paulo III enviou então ao seu agente mais apertadas recommendações, prescrevendo-lhe, que procedesse com vigor; não parece comtudo, que este executasse a vontade pontificia, talvez porque insinuações secretas assim lh'o determinavam. Entre outros aggravos representavam os hebreus portuguezes contra a falta de cumprimento do breve de 20 de julho de 1535, o qual absolvia de toda a cumplicidade no delicto o facto de acceitar procuração nas causas de judaismo. A Curia resolveu attender os seus clamores n'esta parte, e expediu no ultimo d'agosto o breve *Dudum a nobis*, redigido para restituir ás disposições de 20 de julho a sua interpellação genuina.

A isto se reduziu, porém, no anno de 1537 toda a sua intervenção. A gravidade dos negocios geraes da Europa obrigava o Papa a contemporizar com D. João III, e mesmo a propiciar-lhe o animo, insinuando ao nuncio que se houvesse com dextreza, favorecendo os christãos novos, sem todavia alienar por isso absolutamente a benevolencia do rei. Ao mesmo tempo disputava a junta creada em Roma sobre a conveniencia de ser alterada, ou não, a bulla, que restabelecêra a inquisição, e naturalmente por identicas razões não concluia nada. O anno de 1538 correu assim todo n'estas controversias e nos obscuros enredos, que deviam acompanhal-as. A corrupção de Capodiferro, animada pelo exemplo do seu antecessor, Marco della Rovere, e pela certeza de que o ouro lhe asseguraria em Roma a impunidade, assumira proporções escandalosas. O nuncio negociava descobertamente com os christãos novos a absolvição dos hebreus, que os inquisidores condemna-

vam, e com todas as classes as dispensas e favores da Curia. Segundo D. João III pouco depois affirmava ao Pontifice, estas simonias tocaram tal excesso, que a sua residencia tornava impossivel o castigo dos crimes religiosos e da dissolução do clero. Auctorizado pelo breve de 9 de janeiro de 1537 e pela lettra de suas instrucções para rever quaesquer processos, Capodiferro locupletava-se sem escrupulo, convertendo-os em mina inexgotavel. Os documentos respectivos a estes pontos achar-se-hão a paginas 348 e 402 d'este volume.

Outro assumpto importante prendia n'aquella épocha a attenção da côrte portugueza. Era a imposição de duas decimas nas rendas ecclesiasticas, que Paulo III decidira arrancar do reino pela bulla de 12 de junho de 1537. Apezar do seu zêlo pelas coisas religiosas, D. João III não hesitou em combater a pretensão da Curia, oppondo-se com vigor á execução da bulla, e ordenando ao enviado Pedro de Sousa de Tavora, que acompanhasse de seus officios diplomaticos este negocio importante. Obrigado a dissimular os abusos de Capodiferro por causa da complicação dos negocios pendentes com a Curia, el-rei tinha resolvido substituir Pedro de Sousa por D. Pedro Mascarenhas, mandando partir este nos fins de 1537. As instrucções passadas em 29 de dezembro ao embaixador apontavam entre outros assumptos, como principal, o da imposição das duas decimas, e logo depois o da excusa pedida á Curia para só assistirem ao concilio geral, convocado por Paulo III, os prelados portuguezes que o soberano designasse.

Chegou D. Pedro Mascarenhas a Roma, depois de meiados de 1538, porque materias de ponderação tractadas na côrte de Castella e

de França o tinham demorado, e veiu encontrar ambos os negocios muito mal assombrados. O breve *Recepimus litteras*, de 30 d'agosto de 1537, em que o Pontifice se desculpava de não conceder a el-rei a liberdade de escolher os prelados, que deviam concorrer ao concilio, difficultava qualquer outra solução pela repugnancia sabida da Curia em voltar atraz nos actos consummados, e o segundo breve *Dicet magestate tuae* de 22 de maio de 1538, em que o Papa insistia na primeira decisão, ainda menos esperanças deixava, de que elle podesse ceder. Quanto ao ponto ainda mais grave da imposição das decimas, escrevendo em abril de 1538 a D. Pedro Mascarenhas, e encarregando-o de solicitar da Sancta Sé, não só a livre disposição do seu producto de todas as rendas dos beneficios vagos e da venda da jurisdicção dos vassallos dos arcebispados, bispados, conventos do reino, e a conversão em fateusins dos prasos de vidas pertencentes ás corporações religiosas, D. João III falava uma linguagem quasi aspera invocando os seus serviços na diffusão do Evangelho pelas partes da Asia, da Africa, e da America, e as immensas despezas prodigalizadas nos presidios, armadas, e soldados indispensaveis para sustentar tão vasto imperio.

O Papa resistiu, porém, a tudo cobrindo-se com o interesse da christandade, e com o motivo urgente da necessidade de fortificar a liga contra os turcos. As cartas de Santiquatro e de D. Pedro de Mascarenhas de 23 e 24 de dezembro de 1538 provam, que, depois de largas e repetidas conferencias, nem o cardeal protector, nem o ministro portuguez poderam arrancar de Paulo III mais do que a concessão, pouco satisfactoria, mas talvez opportuna pelos pretextos de dilação, que offerecia,

de serem introduzidas as decimas, mas da arrecadação correr por officiaes da Curia e d'el-rei, devendo caber do producto d'ellas dois terços a Roma, e sómente um a el-rei. Os documentos d'estas negociações acham-se estampados a paginas 386, 399, 401, 406, 412, 433, 438, 442, 460 e 463.

São estes os assumptos de maior vulto, de que encerra noticia o tomo III do *Corpo Diplomatico Portuguez*. Encontram-se n'elle, egualmente, as bullas de 4 de março de 1534 provendo D. Diogo da Silva no bispado de Ceuta, as de 3 de novembro do mesmo anno erigindo os bispados de Angra, de S. Thomé, e de Goa, a de 26 de julho de 1535 narrando o procedimento de Henrique VIII de Inglaterra, e a de 17 de dezembro pedindo a D. João III, que empregue a sua influencia para resolver o imperador a mandar sair a expedição contra o turco, a bulla de 2 de junho de 1536 annunciando a abertura do concilio geral em Mantua, as bullas relativas ao processo da legitimidade de D. Martinho de Portugal, a de 11 d'abril de 1537 provendo D. João de Albuquerque no bispado de Goa, a de 24 d'agosto do mesmo anno provendo D. Gonçalo Pinheiro no bispado de Safim, e as de 25 de Setembro de 1538 provendo D. Manuel de Sousa no bispado de Silves e D. João no de Santiago de Cabo Verde.

De proposito nos demoramos com a apreciação dos monumentos relativos ás negociações para o restabelecimento do Tribunal da Fé, aproveitando para indicar o nexo e o sentido d'ellas as copiosas informações ministradas pelos livros III e IV da excellente obra do sr. A. Herculano *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal*, seguindo suas paginas quasi litteralmente em muitas partes, e abbreviando-as sómente n'aquellas em que

fomos obrigádos a resumir. Sem este fio difficilmente poderiam os leitores desenredar-se da confusão e obscuridade d'alguns incidentes, para formar juizo exacto ácerca da significação de muitos diplomas. O periodo, que o III tomo abrange, curto quanto ao numero de annos, foi por tanto longo e fertil, como notámos, em resultados quanto aos factos que viu e consummou. Os documentos do seguinte volume não serão menos instructivos, nem menos repassados de verdadeiro interesse historico. Sem esta chave, tantas vezes esquecida nos archivos, fôra mais do que temeridade, fôra louco atrevimento até querermos devassar os segredos das gerações extinctas para restituir á metade mais inquieta e mais fecunda em transformações do seculo XVI sua physionomia e caracter proprios. Quando se abrem os tumulos d'aquellas grandes epochas sem o poder de lhes insufflar de novo um sopro de existencia, as narrações, frias e descoradas, mostram apenas cadaveres mumificados, e não vultos vivos e expressivos.

(Transcripto do *Corpo Diplomatico*, tomo III (1868), pag. V a XXVI).

X

CORPO DIPLOMATICO

(Tomo IV)

No prologo do tomo III do *Corpo Diplomatico*, que precedeu a publicação dos documentos respectivos ás negociações da corôa portugueza com a Sancta Sé, procurámos relatar concisamente os incidentes mais importantes do periodo decorrido desde 1534 até 1538. Notando, que um dos assumptos mais discutidos fôra o do estabelecimento da inquisição em Portugal, observámos, que D. João III e o seu conselho não tinham poupado esforços para vencerem os obstaculos, e indicámos as phases mais curiosas da lucta travada em Roma.

Ao mesmo passo apontámos outra questão que principiára a avultar em 1537, a da imposição de duas decimas sobre as rendas ecclesiasticas, ordenada por Paulo III e mostrámos que o rei não hesitára um momento em manifestar decidida resistencia a esta pretensão da Curia como provava a sua correspondencia com o agente diplomatico Pedro de Sousa de Tavora.

Por ultimo expozemos, que D. João III, obrigado a dissimular os excessos e as invasões do nuncio Capodiferro por causa da

complicação dos negocios pendentes, resolvêra encarregar da missão de Roma um homem em tudo digno da sua confiança pela sua destreza e capacidade, e que esse homem fôra D. Pedro Mascarenhas, nomeado nos fins de 1537, mas que só chegou á côrte pontificia por meiados do anno de 1538.

Cumpre-nos atar de novo agora o fio da narração interrompida, e darmos aos leitores uma noticia resumida do progresso e do exito de todas negociaçôes comprehendidas no intervallo que medeia entre 1 de fevereiro de 1539 até 26 dezembro de 1541, espaço assás curto quanto ao lapso do tempo, porém muito occupado e fecundo pela gravidade dos assumptos e pela significação dos resultados.

Sobresaem como pontos essenciaes em todo elle as contestações relativas ao estabelecimento da inquisição, á laboriosa opposição feita pelo nosso embaixader, ás decisões pontificias sobre as duas decimas ecclesiasticas, e, finalmente, ao episodio da elevação do bispo de Viseu ao cardinalato contra a vontade e com offensa directa do orgulho de D. João III. Em materias tão escabrosas, sempre rodeadas de insidias e difficuldades, e em parte mal encetadas pelos negociadores portuguezes, D. Pedro de Mascarenhas ostentou uma grande agudeza e profundo conhecimento dos homens e das coisas a par de rara e apropriada energia, e póde affirmar-se, sem temor de erro, que, se a sua cooperação não interviesse, a nossa corôa nunca teria obtido as vantagens, que alcançou, devidas ao zelo e ás qualidades eminentes do habil agente diplomatico incumbido da defesa de seus interesses junto da Sancta Sé.

O anno de 1538 corrêra pouco agitado, tanto nas discussões com a Curia, como em Portugal. E' o que inculca a falta de documentos

mencionada pelo distincto historiador, que descreveu com tanta fidelidade de feições e de côres este periodo instructivo da nossa historia. A juncta creada em Roma disputava a conveniencia de ser alterada, ou não a bulla de 1536, em virtude da qual fôra restabelecida a inquisição. No reino o silencio dos archivos parece denunciar que o procedimento dos inquisidores não era mais rigoroso contra os christãos novos, do que o fôra no principio, e que, applacados os maiores terrores, os hebreus portuguezes haviam moderado muito as instancias para obterem da juncta uma resolução favoravel.

A causa d'esta especie de tregua descobre-se talvez no modo por que o nuncio Capodiferro interpretava as instrucções da Curia na protecção dos conversos. O nuncio, não embaraçando a acção do sancto officio contra os reus, e auctorizado pelo ultimo breve a rever os processos, absolvia os individuos que o tribunal da fé tinha condemnado; mas salvando assim as victimas, não obedecia aos impulsos de sentimentos humanos e generosos, seguia as tradições de Marco della Rovere, seu antecessor, e empregava os mesmos meios.

Se dermos inteiro credito ás queixas de D. João III na sua carta de 4 de agosto de 1539, dirigida a D. Pedro Marcarenhas, Jeronymo Ricenati (Capodiferro) «animava a ousadia dos maus e a certeza de perdão nos criminosos por preços mui deshonestos e enormes e por outros mui baratos, e em todos demonstrava o claro fim e respeito de interesse proprio sem lembrança, nem razão das cousas, do escandalo d'ellas, ou da diminuição na jurisdicção dos prelados...»

Os empenhos e o dinheiro podiam tudo, e multiplicavam os breves, os perdões, e as dispensas. El-rei disfarçára no começo a sua in-

dignação. Decidido a substituir o embaixador Pedro de Sousa de Tavora por D. Pedro Mascarenhas não julgára prudente complicar as negociações, accusando Capodiferro. D. Pedro, apenas assentou a sua residencia em Roma, procedeu cuidadosamente ao exame do estado das questões pendentes, e logo apreciou o muito que os christãos novos haviam caminhado no conceito da juncta formada para pezar os aggravos, de que elles se lastimavam. A preponderancia dos adversarios da inquisição nos conselhos do Papa não diminuira, e Ghinucci, de accordo com Duarte da Paz era o mais attendido de todos na juncta. Alcançou o nosso embaixador apezar d'isso fazel-o exonerar, e Simonetta foi nomeado para o substituir. Lográra com isto meio triumpho, mas, arrostando contendores tão activos e astuciosos, devia receiar muitas vezes ver esse triumpho de repente convertido em novo e estrondoso revez.

Occorreu em fevereiro de 1539 um acontecimento, que não podia deixar indifferentes os que sustentavam juncto da Curia as pretenções do rei de Portugal. Em certa manhã appareceu affixada nas portas da cathedral e das outras egrejas de Lisboa uma proclamação, affirmando que o christianismo não passava de um embuste, e annunciando a vinda do verdadeiro Messias. Este papel anonymo revelava violento fanatismo judaico, e dir-se-hia forjado com a intenção de irritar os animos contra os conversos. Tornou-se geral a agitação na cidade, e D. João III mandou prometter dez mil cruzados de premio ao denunciante do auctor d'aquellas blasphemias. Socegou mais o povo com estas providencias, mas não poucos hebreus, temendo a repetição das scenas cruentas do reinado de D. Manuel, diligenciaram pôr-se em cobro com as fazen-

das, fugindo do reino para Africa. Foi descoberto n'este meio tempo o culpado, e soube-se que era um christão novo. Nos carceres da inquisição, confessando tudo, declarou-se convencido das doutrinas que tanta inquietação haviam causado, e pereceu no meio das chammas.

Este escandalo reanimou as iras dos devotos. O bispo de Ceuta, Fr. Diogo da Silva, não mostrára o zelo intolerante exigido pelos defensores da pureza da fé, e o nuncio todos os dias levantava novos obstaculos á condemnação definitiva dos implicados no crime de judaismo. Urgia por tanto alcançar do papa maior liberdade para o arbitrio dos inquisidores, e em vez de um inquisidor pouco energico nomear outro menos escrupuloso e menos accessivel á piedade. Em 19 de março escreveu el-rei a D. Pedro Mascarenhas, ordenando-lhe que trabalhasse por obter as isempções necessarias para a acção do sancto officio correr desassombrada de estorvos, e o infante D. Henrique, irmão de D. João III foi designado para substituir o bispo de Ceuta, cuja docilidade em renunciar o cargo premiou logo a eleição ao arcebispado de Braga. A escolha de D. Henrique, nascida do intento de despertar a inquisição do lethargo, offendia a regra canonica, que prescrevêra a edade de quarenta annos para o exercicio de funcções d'aquella ordem, e sophismava as intenções do pontifice, que, nomeando, pela bulla de 23 de maio de 1536 tres inquisidores geraes, não quizéra por certo que o quarto, deixado á designação regia, levasse preferencia sobre todos com o logar de inquisidor mór. D. Pedro Mascarenhas recebeu ordem egualmente para communicar ao sancto padre os pretextos da nomeação, justificando-os.

A empreza era ardua, e as difficuldades a

vencer quasi insuperaveis. As tendencias decisivas da Curia em favor dos conversos, os artificios e resistencias da côrte de Lisboa para se eximir á imposição das duas decimas ecclesiasticas, e por fim a nomeação do infante para o cargo de inquisidor mór, envolvendo um conflicto com o nuncio, e a sua expulsão mais, ou menos proxima de Portugal, constituiam os embaraços mais apparentes da negociação aggravados por outras circumstancias de menos vulto. D. Pedro não vacillou em presença d'elles. Conhecia bastante a Curia para saber os caminhos, que lhe convinha trilhar, e, dotado de intelligencia superior e de extrema penetração, apreciava com lucidez os elementos, de que podia valer-se para sair com vantagem. Na sua opinião para tractar com Paulo III não havia senão um modo, que era convencêl-o de que lucrava com as soluções propostas, e por isso na questão das decimas aconselhava el-rei, que não se oppozesse, uma vez que parte do producto d'ellas revertesse em beneficio do fisco, arbitrio acceito pelo papa e por D. João III. Quanto ao estabelecimento da inquisição logo desde o principio entendêra ser impossivel despojar o nuncio da revisão dos processos, prerogativa largamente rendosa de que a Curia não podia ceder senão por elevado interesse. Persuadido de que a chave de ouro abria todas as portas de Roma, pedira á sua côrte meios para tentar tudo e todos, e o negocio da inquisição ter-se-hia adeantado mais no seu tempo se os interminaveis debates juridicos, que o enredavam, e a discussão sobre as decimas do clero lhe não houvessem distraído tanto a attenção.

Um dos fins principaes, senão o principal, da nomeação do infante fôra provocar attritos, que tornassem indispensavel a remoção

de Capodiferro. D. Henrique, investido na dignidade de inquisidor mór, nomeára logo novos membros para o conselho do tribunal, e entre elles Fr. João Soares, escolha que importava uma provocação directa ao nuncio, ou, mais exacto, á Curia romana, que o via com maus olhos. Nas instrucções dictadas por ordem de Paulo III a um dos successores de Capodiferro Fr. João Soares, confessor de el-rei, apparece retratado como um frade de poucas lettras, mas de extrema audacia e ambição. Suas opiniões são qualificadas de pessimas, e elle apontado como publico inimigo da Sé apostolica, perigoso, e maculado por uma vida dissoluta. Auxiliado por este accessor creou logo o infante na capital uma inquisição permanente, e deu-lhe por chefe o Dr. João de Mello, notavel pela sua intolerancia. Postas as coisas n'este ponto, o conflicto com o nuncio não podia tardar, e de feito não se demorou.

Serviu de pretexto o processo de Ayres Vaz, medico do paço, e christão novo, cujo irmão entrára como pagem no serviço de Jeronymo Ricennati. Não cabe particularizarmos aqui os incidentes ruidosos d'esta complicada questão, em que figuram de um lado o rei e os infantes D. Henrique e D. Affonso, e do outro Capodiferro e a Curia romana. D. João III queixou-se ao papa, de que o nuncio desacatára dois prelados, principes, e seus irmãos, inhibindo um d'elles do exercicio do officio de inquisidor mór, e negando a legitimidade de uma nomeação regia. O delegado apostolico defendeu-se com astucia, e o mensageiro que expediu, precedendo seis dias o correio da côrte de Lisboa, habilitou os dois protectores de Capodiferro, o cardeal Farnese e o bispo de Nicastro, Marcello Cervino, para prevenirem o animo do pontifice antes

de D. Pedro Mascarenhas ser informado do facto, e receber as instrucções de el-rei. Marcello e Farnese não perderam tempo effectivamente, mas encontraram no embaixador portuguez um adversario forte. D. Pedro, consultados habeis jurisconsultos, pediu audiencia ao papa, provou n'ella que o nuncio não devia continuar no reino porque seus erros e excessos o tornavam desagradavel ao monarcha e ao paiz, e exigiu que o seu procedimento fosse examinado e elle punido se as investigações o convencessem das culpas imputadas.

Paulo III respondeu com a destreza usual na diplomacia romana, ponderando que o conflicto se derivára da desobediencia dos infantes á Sancta Sé, e que o nuncio tinha obrado com acerto não reconhecendo a idoneidade da pessoa de D. Henrique para o cargo de inquisidor mór em virtude do defeito da edade, não sendo mesmo decente, caso o defeito se não désse, que o soberano nomeasse o infante para similhante officio. Concluiu, declarando-se disposto a retirar Capodiferro, mas accrescentou, que,vendo-o accusado, queria primeiro que a verdade se aclarasse. Redarguiu o embaixador, insistindo em avivar a insolencia do nuncio, e não poupando allusões pungentes á corrupção dos ministros pontificios. Desmascarou Marcello e Farnese, que assistiam á conferencia, e obrigou Paulo III, agastado contra elles, a mandar, que entregassem o exame do negocio aos cardeaes Ghinucci e del Monte. Entretanto o pontifice, a principio atalhado pelo vigor das palavras de D. Pedro, cobrára alentos com a contradicção, e, inflammando-se, retorquira á aggressão do embaixador com recriminações tambem graves, notando que el-rei o que não queria era que houvesse nuncio em Por-

tugal, porque renovava contra Capodiferro pretextos identicos aos que tinham sido forjados para expulsar Sinigaglia. Aproveitando o ensejo, D. Pedro disse-lhe duras verdades, e forçou-o a voltar á defensiva.

Depois d'esta audiencia tempestuosa, Paulo III partiu para Tivoli, e os cardeaes Ghinucci e del Monte discutiram o assumpto com os advogados escolhidos pelo embaixador para sustentarem a causa dos principes; mas os debates protrahiam-se talvez calculadamente, e o papa evadia-se a nova conferencia, mallogrando as diligencias do agente da côrte de Lisboa. A audacia de D. Pedro Mascarenhas destruiu estes novos artificios. Penetrando alta noite e quasi á força no sacro palacio, exprobou amargamente ao pontifice a desconsideração com que desattendia as instancias urgentes de el-rei, seu amo, e o despeito de Paulo III pela violencia converteu-se logo em explicações e desculpas. Poz a mascara da benevolencia e o embaixador soube explorar-lhe a dissimulação. D. Pedro obteve, que em Viterbo, aonde iria encontrar-se com elle, e aonde tambem estaria Santiquatro, se assentariam definitivamente todas as resoluções sobre a materia. Entretanto Ghinucci e Del Monte apresentaram as bases do accordo, affiançando que o papa não podia ceder de nenhuma d'ellas.

Era a primeira, que nos processos por heresia se communicassem aos reus, não sendo pessoas poderosas, os nomes das testemunhas de accusação. Estabelecia a segunda, que sempre houvesse recurso do conselho geral da inquisição para a Sancta Sé. Estas bases formuladas como casos de consciencia pelo pontifice, e não como texto de controversia diplomatica, não admittiam replica, ou alteração. O embaixador não desanimou, e, perse-

guindo o papa com representações, alcançou que a nova bulla ácêrca do tribunal da fé fosse revista pelos cardeaes Santiquatro e Jacobacio, e que a expedição definitiva se não fizesse antes de ser enviada copia d'ella a D. João III. Custou-lhe, porém, a concessão a annuencia forçada a condições assás restrictas como foi a prorogação do prazo de tres annos para os processos dos christãos novos accusados de heresia, prazo que estava a expirar, segundo a lettra da bulla de 23 de maio de 1536, e a clausula de que a resposta de el-rei sobre a nova bulla deveria chegar até 15 de novembro sob pena de ser expedida impreterivelmente, não podendo os inquisidores innovar a fórma do processo até ulterior resolução; e, no caso das cartas do embaixador não serem recebidas, senão depois de acabado o prazo dos tres annos, de ficar qualquer processo suspenso até final decisão de todo o negocio. Além d'isto insistia o papa firmemente em exigir a demissão do infante do cargo de inquisidor mór, na declaração formal e positiva do recurso para Roma, e finalmente na revelação do nome das testemunhas aos reus.

Paulo III prevalecia-se do direito, que tinha de supprimir a inquisição, e o embaixador era obrigado a inclinar-se deante d'esta ameaça. Practicára quanto humanamente lhe fôra possivel para modificar o animo do pontifice e dos cardeaes, mas debalde, e, escrevendo ao rei não lhe occultava, que os christãos novos se queixavam com documentos, e não com vagas declamações, aconselhando-o a promover a resignação voluntaria do infante. Quem lucrára com o caracter mais benigno das negociações fôra o nuncio. Desde que Paulo III accedêra á sua revocação cessára a necessidade de instar pela punição d'elle, e D.

Pedro era muito habil para aggravar as complicações, mostrando-se inflexivel.

Tudo parecia encaminhar-se, pois, para um desenlace relativamente favoravel n'este ponto, quando um incidente suscitado pela outra negociação, que o embaixador tomára sobre si, a que se referia ao accordo sobre as duas decimas ecclesiasticas, veiu demorar os resultados promettidos a seus esforços. D. Pedro Mascarenhas havia tractado este negocio com a costumada destreza, e conseguira leval-o a termos vantajosos, ajustando com o papa um contracto pelo qual, sob color de uma composição comparativamente moderada, remia em grande parte o sacrificio, cedendo a Curia a el-rei o direito de converter as decimas em proveito proprio, e recebendo em troca uma determinada somma. O embaixador certificára ao pontifice, que a nossa côrte tinha cortado as relações diplomaticas com o nuncio, e esta asserção concorrêra muito para o bom exito. Fundado no mesmo facto alcançára que a chancellaria romana expedisse o breve da revocação de Capodiferro. Mas, emquanto por uma parte obtinha o mais que era posivel arrancar, o clero de Portugal, auctorizado pelo poder civil, assignava com o delegado apostolico um pacto sobre as decimas, e Ricenati transmittia-o para Roma.

A posição de D. Pedro tornou-se então assás difficil, e para sair d'ella, e obter a acceitação de um acordo, que representasse um termo medio entre os dois contractos, teve de invocar o auxilio de Santiquatro, cuja activa cooperação lhe facilitou muito na realidade es esforços. O embaixador obrigou-se a pagar em Roma dentro de breve prazo a quantia convencionada. Prevalecendo-se, porém, da conclusão d'estes laboriosos debates fez com que se enviasse o breve da revocaçã

ao nuncio, e se lhe fixasse para a saida de Portugal até ao dia 1.º de novembro. A Curia, retirando Capodiferro, entendeu, comtudo, não lhe ser decoroso desamparar os conversos, visto ser chegada a épocha, em que cessavam para elles as garantias do processo ordinario, e estar a partir de Lisboa o unico homem revestido da auctoridade precisa para os proteger efficazmente. Movida por estas razões formou o seguinte dilemma com vontade inabalavel: ou a nossa côrte havia de consentir na conservação do nuncio, ou na expedição da bulla declaratoria. O que deixava ao arbitrio de el-rei era a escolha.

A chancellaria romana não se mostrou fiel no cumprimento das clausulas estipuladas. O breve expedido a Ricenati encerrava a sua revocação, mas advertia-lhe que podia retirar-se, quando commodamente lhe conviésse, louvando suas virtudes, e sua prudencia e lealdade! A bulla declaratoria passou ainda mais adeante. Longe de abranger os dois unicos pontos concordados saiu amplissima, e destinada a proteger os christãos novos. A's concessões contidas n'ella tinha junctado a Curia um favor, não menos importante, posto que de effeitos menos proximos. Faltavam sete annos para terminar o prazo durante o qual a condemnação dos reus não podia ser aggravada pela perda dos bens. Uma bulla passada secretamente aboliu perpetuamente os confiscos nos crimes religiosos. Foram estas as vantagens alcançadas pelos christãos novos nos fins de 1539, vantagens attribuidas nas correspondencias de D. Pedro Mascarenhas á profusão com que o seu agente soubera espalhar o oiro com mão larga.

Duarte da Paz já não era o defensor dos hebreus portuguezes em Roma, e fôra substituido pelo doutor Diogo Antonio, coadju-

vado por individuos residentes na capital romana, ou enviados de Portugal. Duarte da Paz, cuja cubiça insaciavel não olhava aos meios, mesmo antes de substituido traía já os interesses de seus irmãos. Nos meiados de 1539 mandava contra elles denuncias occultas a D. João III por intervenção do nosso embaixador. Estabelecido em Veneza illudiu com falsas apparencias os espias de el-rei e os christãos novos e por fim rompeu abertamente com os ultimos, dirigindo pela imprensa uma carta ao papa, na qual vomitou os odios, que lhe ferviam no peito, e compondo um libello contra Diogo Antonio e Affonso Vaz, em que os infamava a ambos. Accusado judicialmente foi processado á revelia e condemnado á forca pelas falsidades do libello, e, para coroar uma carreira de infamias, passando á Turquia, abraçou o islamismo. A historia não diz mais nada d'este caracter vilissimo, typo das paixões mais ruins e dos vicios mais hediondos.

A bulla de 12 de outubro de 1539 foi remettida pelos agentes dos christãos novos por um expresso. O mensageiro atraiçoou a sua confiança, protrahindo a jornada o mais que pôde, e conservando-se, depois de chegar a Lisboa, escondido alguns dias sem entregar os papeis. Ricenati resolvêra partir nos fins de novembro, e de feito deixou a côrte e o reino sem publicar a bulla declaratoria, nem a intimar aos inquisidores. A posição dos christãos novos ficou, portanto, muito peior do que era antes. Terminaria em breve o prazo das garantias concedidas na bulla de 23 de maio, e achar-se-hia ausente o representante do pontifice para o qual só podiam appellar dos excessos do tribunal da fé. No seu memorial a Paulo III, datado do anno de 1544, os christãos novos desculpam o proce-

dimento de Capodiferro, mas é facil perceber os motivos d'esta affectada mansidão. Capodiferro grangeára bastante influencia para ser chamado aos conselhos do papa nos assumptos relativos á inquisição, e não lhes convinha tel-o por inimigo. A correspondencia de D. Pedro Mascarenhas, rasgando melhor o veu, diz-nos a verdade. O Nuncio, recebendo o diploma pontificio, quizera que elle fosse pago em Lisboa por um preço egual ao que tinha custado em Roma, e tinha-se vingado da recusa, entregando os christãos novos á mercê dos inquisidores.

O infante D. Henrique não acceitára o conselho de D. Pedro Mascarenhas, e el-rei em vez de o obrigar a resignar o cargo, escrevêra em 10 de dezembro de 1539 uma carta ao embaixador para ser lida ao papa, na qual, confessando as tristes consequencias economicas do seu fanatismo, estranhava que a Curia désse mais credito ás falsas informações dos conversos, do que á sinceridade das palavras de um monarcha. Acompanhavam a carta uns apontamentos redigidos em harmonia com as idéas da inquisição. D. Pedro de Mascarenhas não julgou prudente fazer uso d'esta arma, em quanto não tivesse concluido as outras negociações pendentes; mas terminadas ellas dedicou-se a acabar esta de modo, que pudesse aproveitar-se da licença pedida e alcançada de voltar á patria. Solicitando e conseguindo nos principios de 1540 uma audiencia communicou ao pontifice a carta de el-rei, não sem receiar, assim como Santiquatro, que suas expressões irritassem Paulo III. Enganaram-se porém. D. João commettêra a imprudencia de se declarar resolvido a ceder para sempre na questão dos confiscos. O papa aproveitou habilmente esta entrada para illaquear o soberano e o negociador, converten-

do o incidente em materia principal. Colhido no laço, e não podendo negar o sentido da promessa, D. Pedro valeu-se da generosidade supposta das intenções do soberano para instar por uma resolução immediata ácêrca das limitações da inquisição, e mais que tudo ácêrca da nomeação do inquisidor mór, e tudo pareceu aplanado para se chegar a uma transacção. As difficuldades nasceram, comtudo, quando, saindo dos termos vagos, se tractou da questão do infante.

Um acto de violencia do principe viera aggravar as difficuldades. Um hebreu portuguez, incumbido de apresentar em Roma as novas supplicas dos conversos contra o tribunal da fé, tinha sido salteado no caminho e retido pelo inquisidor mór em pessoa, espoliado dos papeis, e reconduzido prezo a Lisboa. Conseguira illudir a vigilancia dos guardas e passar a Hespanha, d'onde se trasladára aos pés do papa, implorando justiça e desaggravo para si e para seus irmãos opprimidos. Este facto collocou D. Pedro Mascarenhas em apertados apuros. Longe, porém, de se valer de desculpas submissas, falou a linguagem da dignidade offendida, e exigiu do pontifice a encarceração immediata do calumniador, que urdira tão grosseira mentira contra um infante de Portugal. A audacia do embaixador deslumbrou Paulo III. D. Pedro, procedendo a indagações ulteriores, soube, todavia, que a aggressão existira, e que o recem-chegado era irmão de Diogo Antonio, procurador dos conversos, e logo resolveu dissimular sobre o assumpto, e deixal-o cahir no esquecimento.

Entretanto discutiam os cardeaes a questão principal, e formulavam o seu parecer, que se reduziu a proporem, que D. João III declarasse directa e officialmente ao pontifi-

ce a resolução annunciada na sua carta de 10 de dezembro de ceder para sempre dos confiscos. O papa adoptou esta base, e D. Pedro Mascarenhas ouviu da sua bocca a asserção, de que sobre ella poderia negociar-se de modo, que el-rei ficasse inteiramente satisfeito.

Não combateu o embaixador o alvitre, mas observou que o accordo posterior dependia de uma condição impreterivel. Era a suspensão da bulla declaratoria para vigorar simples e exclusivamente a de 23 de maio de 1536, requerendo ao papa um breve, certificasse a el-rei a conservação das cousas no estado, em que se achavam antes na bulla de 12 de outubro. Paulo III, posta a discussão assim, não podia recusar o breve, e D. Pedro alcançou a maior victoria, que era licito ganhar, annullando todas as vantagens obtidas pelos christãos novos em 1239. A questão da legitimidade da nomeação do infante D. Henrique, seguindo eguaes termos, ficou tambem addiada; mas a da enviatura do novo nuncio a Portugal tornou a assumir por isso mesmo o caracter de urgente por ser o unico obstaculo permanente ás violencias dos inquisidores. O embaixador não julgou conveniente disputal-a n'aquelle momento. Deixava em Roma adversario n'este ponto mais forte. Era Santiquatro, que, incumbido da penitenciaria maior tinha todo o interesse, em que as graças rendosas da sé apostolica corressem pelo seu tribunal, e não pela nunciatura de Portugal.

D. Pedro Mascarenhas, consumido por cuidados e vigilias, a arruinado de saude e de fazenda, suspirava pela hora de voltar á patria. Só uma circumstancia o detinha em Roma, era a feitura do breve promettido. Custou a sua redacção laboriosos ensaios. A balança na Curia começava a pender outra vez

para o lado dos conversos. Por fim expediu-se, mas com a clausula restrictiva de el-rei mandar a resposta ácêrca dos confiscos dentro de quatro mezes. Debalde intentou o embaixador ampliar pelo menos o prazo; todas as diligencias lhe sairam inuteis, e, não se achando com vigor para uma viagem rapida, teve de enviar o breve por um expresso. D. Pedro, recolhendo-se a Portugal, retirava-se com a certeza de haver frustrado os maiores esforços, que os christãos novos haviam empregado para se salvarem, e deixava-os em situação mais do que precaria. A inquisição continuava, como antes, e não faltariam artificios para alongar o praso da resposta até se negociar a conclusão favoravel e definitiva do assumpto.

O embaixador partiu de Roma por meiados de março, ficando o italiano Pero Domenico, agente ordinario de el-rei, encarregado dos negocios pendentes de menos vulto. O resto do anno de 1540 e os primeiros mezes de 1541 não encerraram successos dignos de menção. Os ministros de D. João III adoptaram provavelmente o systema das dilações, e descobriram de certo o modo de convencer a Curia a mostrar-se paciente. Mas o que não cessára, nem podia cessar, eram os esforços dos conversos. A perseguição contra elles crescia e organizava-se. Desde 1540 os processos por crimes religiosos multiplicaramse com rapidez.

Calladas as tempestuosas discussões provocadas pelo estabelecimento do tribunal da fé, um incidente mais grave, do que nenhum dos anteriores, veiu repentinamente escurecer os horizontes. Foi a elevação do bispo de Vizeu á dignidade cardinalicia. Irmão do conde de Portalegre, D. Miguel, educado em França e em Italia, sobresaía por subidos do-

tes litterarios. Enviado por el-rei D. Manuel a Roma com o caracter de embaixador no tempo de Leão X, renovára com os homens distinctos, ornamentos d'aquelle seculo e d'aquella côrte, as relações da juventude. Quiz então o papa retel-o, concedendo-lhe o barrete de cardeal; mas o bispo de Vizeu preferiu o serviço do seu soberano e do paiz. Clemente VII, subindo ao throno pontificio, deliberou honral-o com a graça, que já uma vez engeitára, mas que n'aquella épocha parecia propenso a acceitar. D. João III, avisado do projecto do papa, e não querendo que um subdito hombreasse em prerogativas ecclesiasticas com os membros da familia real, mandou-o retirar de Roma e, substituil-o por D. Miguel eleito bispo de Vizeu, e nomeado para o cargo eminente de escrivão da puridade, exercido por D. Antonio de Noronha, conde de Linhares, que lhe disputou a posse. A dignidade episcopal custou-lhe dissabores eguaes. O homem, que principalmente o hostilizava, era o secretario Antonio Carneiro, e suas repetidas demonstrações de malevolencia, acabando por lhe alienar a confiança do soberano, azedaram-lhe o animo. Embora fosse elle o ministro pelas attribuições do cargo, Antonio Carneiro, e depois seu filho Pedro da Alcaçova, eram os unicos por cujas mãos passavam os negocios de maior tomo, e a quem el-rei communicava exclusivamente os segredos mais importantes

A accessão de Paulo III reanimou as esperanças do bispo de Vizeu pela estreita amizade contraida, quando estivera em Roma, com o novo papa então cardeal Farnese. E' provavel que D. Miguel invocasse essas boas relações para solicitar a sua promoção ao sacro collegio, e que o pontifice a reservasse *in petto*, deixando de a publicar logo por

elle se achar ausente. D. João III oppunha-se á elevação ao cardinalato de qualquer dos subditos, como notámos, para nenhum se egualar com o infante D. Affonso. A morte d'este, occorrida em abril de 1540, parecia destruir na apparencia o embaraço, mas não succedeu assim. D. Miguel da Silva quiz partir para Roma, e tomou como pretexto o concilio projectado. Recusou-lhe el-rei a licença, aconselhando-o a fingir-se doente. O bispo resistiu e a côrte passou ordem para elle ser trazido de Vizeu a uma torre. A ordem já não o encontrou porém. Avisado ou presentido desapparecêra dos paços episcopaes, e, deixando o paiz, dirigia-se á Italia para onde o chamava a ambição.

El-rei, sabida a noticia, escreveu logo a Santiquatro e a Christovam de Sousa, successor de D. Pedro Mascarenhas, para informarem o papa e alcançarem d'elle, que não attendesse, nem recebesse o bispo. Atraz das cartas partiu um agente, Jorge de Bairros, incumbido de tractar especialmente d'aquelle assumpto, e logo após D. Jorge da Silva, filho do conde de Portalegre, e sobrinho do fugitivo, com a missão de o convencer a voltar á patria, levando-lhe uma carta de seguro de D. João III, na qual o soberano lhe affiançava a vida e a liberdade. Ao mesmo tempo a nossa côrte pedia a Carlos V e aos magistrados do imperio, que o mandassem prender no caso de atravessar os seus estados. D. Miguel da Silva conhecia os adversarios com quem luctava. Oppoz á astucia a dissimulação, entreteve os emissarios de el-rei, e soube engana-los com destreza. Estas mensagens e intrigas subterraneas consumiram até os ultimos mezes de 1540 e grande parte do anno de 1541. Os agentes de Portugal empregaram as maiores diligencias para impedir a elevação

de D. Miguel ao cardinalato, elevação que já era facto consummado, mas secreto, desde dezembro de 1539. O papa, disfarçando sempre, promettêra empenhar todos os esforços afim de persuadir o bispo a regressar a Portugal, e D. Miguel, que escolhêra Veneza para residencia, mostrava-se inclinado a uma transacção. Avistando-se com Christovam de Sousa até encarecêra os mais vivos desejos de tornar á patria.

De repente, no dia 2 de dezembro de 1541, o bispo de Vizeu é proclamado cardeal, e convidado a tomar assento no sacro collegio. O pontifice e o prelado portuguez arrancam finalmente de todo a mascara, e el-rei e seus ministros não represam tambem por mais tempo a explosão dos odios e despeitos comprimidos por tanto tempo. Uma carta regia fulminante retrata D. Miguel com as côres mais tenebrosas, accusando-o de haver traido os segredos do Estado. A este acto inspirado por cega cholera seguiu-se uma severa demonstração contra a Curia, ordenando o soberano ao embaixador, que, se o papa não désse satisfação condigna n'este caso, elle e Jorge de Bairros se ausentassem de Roma sem demora, e, facto notavel, Christovam de Sousa agradeceu a ordem como uma mercê! Já D. Henrique de Menezes e D. Pedro Mascarenhas tinham feito o mesmo. A capital do orbe catholico era para elles um purgatorio.

Referimos os successos de maior significação, apontados nos documentos do tomo IV do *Corpo Diplomatico Portuguez*. O periodo, que elle abrange, apezar de curto, é dos mais notaveis pela importancia dos assumptos, e por isso procurámos ministrar aos leitores n'esta rapida exposição a necessaria luz para os poderem conhecer e apreciar devidamente. O seculo XVI e os reinados de D. João III e D.

Sebastião são curiosos e instructivos, quanto ás relações externas, e mais que tudo quanto ás relações com a Curia romana.

(Transcripto do *Corpo Diplomatico*, tomo IV (1870), pags. V a XIX).

FIM DO 4.º E ULTIMO VOLUME

DAS «RELAÇÕES POLITICAS E DIPLOMATICAS»